CENTRO UNIVERSITÁRIO FEI
AUDREY SILVA HEIN

EMPREENDEDORISMO ÉTNICO NA NOVA DIÁSPORA NEGRA EM SÃO PAULO:

uma análise pragmatista à luz da Sociologia dos Problemas Públicos

São Paulo
2022

AUDREY SILVA HEIN

EMPREENDEDORISMO ÉTNICO NA NOVA DIÁSPORA NEGRA EM SÃO PAULO:

uma análise pragmatista à luz da Sociologia dos Problemas Públicos

Tese apresentada ao Centro Universitário FEI, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Doutor em Administração. Orientado pelo Prof. Dr. Pedro Jaime de Coelho Júnior.

São Paulo

2022

Silva Hein, Audrey.
EMPREENDEDORISMO ÉTNICO NA NOVA DIÁSPORA NEGRA EM SÃO PAULO: : uma análise pragmatista à luz da Sociologia dos Problemas Públicos / Audrey Silva Hein. São Paulo, 2022.
260 p. : il.

Tese - Centro Universitário FEI.
Orientador: Prof. Dr. Pedro Jaime de Coelho Júnior.

1. Migração. 2. Nova Diáspora Negra. 3. Empreendedorismo Étnico. 4. Sociologia Pragmática. 5. Sociologia dos Problemas Públicos. I. de Coelho Júnior, Pedro Jaime , orient. II. Título.

Elaborada pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da FEI com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

centro universitário FEI

APRESENTAÇÃO DE TESE
ATA DA BANCA JULGADORA

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração

DOUTORADO PPGA-10

Aluno: Audrey Silva Hein **Matrícula:** 721701-1

Título do Trabalho: Empreendedorismo Étnico na Nova Diáspora Negra em São Paulo: uma análise pragmatista à luz da Sociologia dos Problemas Públicos

Área de Concentração: Gestão da Inovação

Orientador: Prof. Dr. Pedro Jaime de Coelho Junior

Data da realização da defesa: 07/03/2022

Avaliação da Banca Examinadora:

ORIGINAL ASSINADA

São Paulo, 07/03/2022

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Jaime de Coelho Junior Ass.: _____

Profa. Dra. Maria Tereza Saraiva de Souza Ass.: _____

Profa. Dra. Maria Carolina Martinez Andion Ass.: _____

Profa. Dra. Denise Maria Cogo Ass.: _____

Profa. Dra. Josiane Silva de Oliveira Ass.: _____

A Banca Julgadora acima-assinada atribuiu ao aluno o seguinte resultado:

APROVADO ☐ REPROVADO ☐

VERSÃO FINAL DA TESE

APROVO A VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO EM QUE FORAM INCLUÍDAS AS RECOMENDAÇÕES DA BANCA EXAMINADORA

_____

Aprovação do Coordenador do Programa de Pós-graduação

_____

Profª. Dra. Maria Tereza Saraiva de Souza

À minha amada mãe, que pacientemente me mostrou que nos livros estão contidas todas as constelações de nossas vidas. Seus exemplos sempre me inspiraram a lutar com fé, coragem e determinação.

Ao meu amado pai (*in memoriam*), sempre presente na minha vida, me apoiando, se orgulhando e acreditando em mim. Seus passos somam-se aos meus.

Ao meu esposo, eterno amor, amigo, companheiro e parceiro dessa vida. Sem sua cumplicidade, a superação dos meus desafios seria muito mais árdua.

AGRADECIMENTOS

Toda vez que penso sobre a realização do meu doutorado, sinto o coração acelerado de alegria e saudades. Não fossem os meus pais, meus grandes amores dessa vida, certamente eu não teria chegado até aqui. Eles me criaram para que eu pudesse ser livre e galgar meu espaço. Com perseverança e amor me ensinaram tudo o que sou. Minha mãe, a maior amante de livros que eu já conheci – famosa "rata de biblioteca" – sempre me incentivou a leitura. Nos livros viajamos juntas para todos os cantos do mundo e conhecemos diversas culturas, personagens e histórias. Ah, e meu pai (*in memorian*)? Metalúrgico dos bons, torneiro mecânico, desenhava "na unha" os projetos de novas peças e ferramentas que criava. Depois, levava os desenhos para casa e me mostrava. Me lembro que uma única folha tomava todo o chão da sala. Ele me fez compreender que os números "falam" e que, por esse motivo, são a salvação de muitos problemas. Saudades dessa época que forjou o meu caráter. Meus pais sempre acreditaram em mim! E foi com essa base que cheguei ao doutorado. Carlos, meu amado marido, grande companheiro e incentivador, um homem feminista, Doutor por osmose (como bem definiu meu querido Prof. Pedro), me apoiou em todos os planos que, inicialmente eram meus e, depois, passaram a ser nossos. Essa sustentação e encorajamento têm sido imprescindíveis para que sigamos sonhando e construindo juntos.

Meu querido professor Edmilson Moraes, por meio de sua gentileza, compreensão e leveza, me estimulou a seguir em frente. Agradeço por toda sua atenção e dedicação. O professor Henrique Barros possibilitou que eu vislumbrasse outras formas de atuar na academia científica. Seus conselhos e estímulos e nossas conversas francas muito me ensinaram. Sou grata por toda honestidade e humanidade. Com professor Pedro Jaime, meu querido mestre, tive uma das melhores experiências que um orientando pode desejar ter com seu orientador. Ela foi baseada na liberdade e na confiança, tornando essa minha caminhada realmente valorosa. Sou muito grata por nossas inúmeras conversas, parcerias, por seus conselhos, pela paciência e elegância em me ouvir, por estar presente, especialmente, nos momentos mais difíceis dessa jornada. Mais que um professor, Pedro é um amigo que levo para minha vida. Desejo que esse trabalho possa demonstrar toda minha gratidão, respeito e admiração.

Minha profunda gratidão às professoras Carolina Andion e Denise Cogo por toda a generosidade em discutir o meu trabalho, contribuindo sobremaneira para que essa pesquisa e eu crescêssemos juntas. Jamais me esquecerei de nossa Banca de Qualificação. Ela foi mais um belo capítulo da minha vida como pesquisadora e como pessoa. Carrego comigo seus

ensinamentos. Também sou muitíssimo agradecida pela oportunidade de nos encontrarmos novamente na defesa desse trabalho e pela alegria que as professoras Maria Tereza Saraiva de Souza e Josiane Silva de Oliveira me proporcionaram ao aceitar fazer parte da próxima Banca.

Agradeço também a todos os meus interlocutores nesse trabalho. Aos migrantes representantes da nova diáspora negra em SP minha gratidão pela oportunidade de conhecer uma parte da história de vida de cada um. Elas não somente abrilhantaram esse trabalho, como, certamente, alargaram a minha visão de mundo e do contexto cultural que vivo. Aos pesquisadores, consultores e fundadores das organizações da sociedade civil e outras entidades meus agradecimentos por se disponibilizarem a relatar as conjunturas em que estão imbricados no âmbito das migrações.

Sou imensamente grata a todos no Centro Universitário FEI, professores, colegas, funcionários da secretaria, limpeza e recepção, que com sua disponibilidade, carinho e incentivo apoiaram meu desenvolvimento no curso. Meus agradecimentos especiais para Carmem Carlos, Rosa Maria Toyoshima, Flora Cortes, Susana Salomão. Elas foram grandes companheiras em minhas caminhadas desde o mestrado. E, por fim, agradeço à CAPES pela bolsa de estudos.

Que eu possa retribuir a todos pelo tanto que me deram, seja semeando os ensinamentos preciosos de cada um, observando que as atitudes prevalecem sobre as palavras, seja compreendendo a importância dessas lições para a minha vida e para a daqueles que me cercam.

“É engraçado a força que as coisas parecem ter quando elas precisam acontecer”

Caetano Veloso

RESUMO

Esse trabalho analisa como os migrantes representantes da nova diáspora negra, mesmo tendo chegado em SP em condições adversas, emergem como empreendedores e busca compreender de que maneira esse empreendedorismo contribui para posicionar as problemáticas raciais e migratórias - envolvendo essa comunidade étnica - como um problema público nas arenas pública e política em que esse fenômeno se insere. Nele adoto uma postura teórico-epistemológica ancorada na sociologia pragmatista francesa, especialmente em seu desdobramento nos termos de uma Sociologia dos Problemas Públicos. No que se refere à abordagem metodológica, combino o uso de narrativas de vida, entrevistas compreensivas, observação direta e participante e análises de documentos. Coerentemente com a postura pragmatista, a etnografia me permitiu conduzir a investigação sob a perspectiva dos atores diante de suas experiências e realidades. Entretanto, devido ao contexto pandêmico mundial, fiz uma adaptação do método etnográfico, recorrendo à netnografia. Os resultados da pesquisa evidenciam que os sujeitos que compõe essa nova diáspora negra em SP emergem como empreendedores a partir de uma complexa rede de conexões com atores humanos e não-humanos. Quatro achados principais surgiram no trabalho de campo netnográfico como estando fortemente relacionados com o início e a continuidade de seus empreendimentos: os tipos de redes, agenciamentos e conexões que esses sujeitos possuem e quais conseguem alcançar; o motivo que os levaram a optar por sair de seu país natal e o contexto em que estão inseridos no Brasil; o caminho percorrido para o empreendedorismo étnico e; a intersecção existente entre raça e identidade de migrante com outros marcadores sociais da diferença. A maneira como seus negócios se relacionam com controvérsias e conflitos que favorecem ou bloqueiam a emergência de questões raciais e migratórias referentes a essa nova diáspora negra em SP nas arenas pública e política depende do perfil empreendedor dos migrantes. Essa investigação identificou três categorias, sendo duas analíticas e uma empírica, sobre esses perfis: empreendedor frágil ou vulnerável, empreendedor por necessidade e empreendedor por engajamento. Essa pesquisa traz duas relevantes contribuições. A nova leitura teórica e analítica que estabelece relações entre o empreendedorismo étnico e a nova diáspora negra em SP permite avançar a teoria sobre esse fenômeno, até então ancorada, sobretudo, numa perspectiva estruturalista, distante da capacidade de ação dos atores. Além disso, as análises apresentadas poderão ampliar os debates que busquem promover novas formulações de políticas preocupadas em atenuar os efeitos negativos e incentivar as consequências benéficas orientadas ao empreendedorismo e ao empreendedor étnico. Esses

migrantes não são apenas passivos nesse processo, objeto dessas políticas. Sobretudo, eles são ativos na construção do problema público, capazes de influenciar as políticas públicas que os afetam. Fazem parte, portanto, da ação pública.

Palavras-chave: Migração. Nova Diáspora Negra. Empreendedorismo Étnico. Sociologia Pragmática. Sociologia dos Problemas Públicos.

ABSTRACT

This paper analyzes how migrants representing the new Black diaspora, even having arrived in SP in adverse conditions, emerge as entrepreneurs and understand how this entrepreneurship contributes to position racial and migratory problems - involving this ethnic community as a public problem in the public and political arenas in which this phenomenon is included. In it I adopted a theoretical-epistemological posture anchored in French pragmatist sociology, especially in its unfolding in terms of a Sociology of Public Problems. About the methodological approach, I combine the use of life narratives, comprehensive interviews, direct and participant observation and document analysis. Consistent with the pragmatist posture, ethnography allowed me to conduct the investigation from the perspective of the actors before their experiences and realities. However, due to the worldwide pandemic context, I made an adaptation of the ethnographic method, using netnography. The results of the research show that the subjects who compose this new Black diaspora in SP emerge as entrepreneurs from a complex network of connections with human and non-human actors. Four main findings emerged in the netnographic field work as being strongly related to the beginning and continuity of their enterprises: the types of networks, agencies and connections that these subjects have and which ones they can achieve; the reason they chose to leave their home country and the context in which they are inserted in Brazil; the path taken for ethnic entrepreneurship and; the intersection between race and migrant identity with other social markers of difference. The way their businesses relate to controversies and conflicts that favor or block the emergence of racial and migratory issues related to this new Black diaspora in SP in the public and political arenas depends on the entrepreneurial profile of migrants. This investigation identified three categories, two analytical and one empirical, on these profiles: fragile or vulnerable entrepreneur, entrepreneur by necessity and entrepreneur by engagement. This research brings two relevant contributions. The new theoretical and analytical reading that establishes relationships between ethnic entrepreneurship and the new Black diaspora in SP allows advancing the theory about this phenomenon, until then anchored, above all, in a structuralist perspective, far from the actors' ability to action. In addition, the analyses presented could broaden discussions aimed at promoting new policy formulations concerned with mitigating negative effects and encouraging beneficial consequences for entrepreneurship and ethnic entrepreneur. These migrants are not only passive in this process, the object of these policies. Above all, they are active in building the public problem, capable of influencing the public policies that affect them. They are therefore part of public action.

Keywords: Migration. New Black Diaspora. Ethnic Entrepreneurship. Pragmatic Sociology. Sociology of Public Problems.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Percentuais de migrantes que ingressaram nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil e suas principais nacionalidades entre os anos 2011 e 2018 23
Quadro 1 - *Cités* (Mundos) 66
Quadro 2 - Eventos *online* 90
Quadro 3 - Os empreendedores étnicos da nova diáspora negra em SP 105
Quadro 4 - As empreendedoras étnicas da nova diáspora negra em SP 126
Quadro 5 – Organizações da sociedade civil e outras entidades 154
Figura 2 - Deus é uma mulher preta e africana 194
Figura 3 - África: do imaginário ao real 194
Figura 4 - Acessórios da África do Sul 194
Figura 5 - Por um mundo onde se possa viver sem fugir 194
Figura 6 - Essa foi minha maior conquista 195
Figura 7 - Financiamento para o setor de gastronomia 195
Figura 8 - Propostas e diretrizes de políticas públicas para a população imigrante 195
Figura 9 - Gastronomia africana para sua mesa 196
Figura 10 - Consciência negra 196
Figura 11 - Chá revelação 196
Figura 12 - Projetos com imigrantes 196
Figura 13 - Projeto Wema 196
Figura 14 - Sabadão no Congolinária 197
Figura 15 - Projetos de extensão universitária 197
Figura 16 - A arte no corpo e na alma 197
Figura 17 - Casamento no Sudão do Sul 198
Figura 18 – Capa 212
Figura 19 - Jantar africano comemorativo 212
Figura 20 – Reservas 212
Quadro 6 - Os caminhos para o empreendedorismo 224
Figura 21 - Tipos de empreendedorismos da Nova Diáspora Negra em SP 227
Quadro 7 - Empreendedores nas arenas pública e política 228
Quadro 8 - Empreendedoras nas arenas pública e política 228

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AINALC	Associação de Investigadores/as Afrolatino-Americanos/as e do Caribe
ANEGEPE	Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas
ANT	*Actor-Network Theory*
BBC News	*British Broadcasting Corporation News*
Bibli-ASPA	Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul, Países Árabes, África
CAMI	Centro de Apoio e Pastoral do Migrante
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atendimento Psicossocial
CCB	Comunidade Congolês no Brasil
CDHIC	Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante
CDISB	Centro Integrado de Sustentabilidade do Brasil
CEM	Centro de Estudos Migratórios
CETAM	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
CMI	Conselho Municipal de Imigrantes
COEBIVECO	Cooperativa de Empreendedores Bolivianos Imigrantes en Vestuário y Confecção
COMIGRAR	Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio
COVID	*Corona Virus Disease*
CPMigTD	Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente
CRAI	Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante
CRNM	Carteira de Registro Nacional Migratório
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DESCA	Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
DPE	Defensoria Pública do Estado de São Paulo
DPU	Defensoria Pública da União
DW	*Deutsche Welle*
EAD	Escola de Arte Dramática
ECA-USP	Escola de Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo
ESMPU	Escola Superior do Ministério Público da União

EU	*European Union*
FAU-USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FFLCH-USP	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSAM	*Foro Social Americas de las Migraciones*
GCM	Guarda Civil Municipal
GPMT	Grupo de Pesquisa Metamorfoses do Mundo do Trabalho
GRIST	Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem Teto de São Paulo
IA	Inteligência Artificial
IPq-FMUSP	Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
IS	Inovação Social
IOM	*International Organization for Migration*
MEI	Microempreendedor Individual
MSTC	Movimento Sem-Teto do Centro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAEP-CAPES	Programa de Apoio a Eventos no País da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
PDMIG	Pacto pelo Direito de Migrar
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Pessoa Jurídica
PPGCOM-ESPM	Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing
PROMIGRA	Promoção dos Direitos de Migrantes

RDC	República Democrática do Congo
SAE-PR	Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SERMIG	*Servizio Missionario Giovani*
SMDHC	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Cidadania
SP	São Paulo
TAR	Teoria Ator-Rede
TICs	Tecnologias da Informação e da Comunicação
TJ-SP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
TPU	Termo de Permissão de Uso
UDPS	União para a Democracia e o Progresso Social
UFABC	Universidade Federal do ABC
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade de Campinas
USAID	*United States Agency for International Development*
USIH	União Social de Imigrantes Haitianos
USP	Universidade de São Paulo
WoS	*Web of Science*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 20

2 CONSTRUÇÃO TEÓRICA DO OBJETO 33

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: DESLOCAMENTOS HUMANOS E OS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA 33

2.2 REVISÃO DA LITERATURA 40

2.2.1 Empreendedorismo e empreendedorismo étnico 40

2.2.2 Empreendedor de si: as intrínsecas contradições desse discurso 48

2.2.3 Inovação e inovação social 51

2.3 LENTE TEÓRICA 59

2.3.1 O Pragmatismo na filosofia e a virada pragmatista nas Ciências Sociais na França 59

2.3.2 Sociologia dos Problemas Públicos 72

3 ANCORAGEM EPISTEMOLÓGICA E ABORDAGEM METODOLÓGICA 82

3.1 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICO E ONTOLÓGICO 82

3.2 A RELEVÂNCIA DA PESQUISA ETNOGRÁFICA EM ESTUDOS PRAGMATISTAS: A CONSTRUÇÃO E A ANÁLISE DE DADOS 84

3.2.1 Netnografia 87

3.2.2 Narrativa de vida 92

3.2.3 Entrevista exploratória e semiestruturada 94

3.2.4 O desenvolvimento de laços de proximidade e confiança 96

4 SÍNTESE DA PARTE I 100

5 NARRATIVAS DE VIDA: OS PERCURSOS DE EMPREENDEDORES ÉTNICOS DA NOVA DIÁSPORA NEGRA EM SP 104

5.1 EMPREENDEDORES ÉTNICOS DA NOVA DIÁSPORA NEGRA EM SP 105

5.1.1 Perfis dos entrevistados 106

5.1.2 Trajetórias de vida: as redes, conexões e agenciamentos em suas experiências migratórias e de empreendedorismo 109

5.1.3 Descrevendo o racismo e a xenofobia 117

5.1.4 Outras adversidades 124

5.2 EMPREENDEDORAS ÉTNICAS DA NOVA DIÁSPORA NEGRA EM SP ... 125
5.2.1 Perfis das entrevistadas ... 126
5.2.2 Trajetórias de vida: as redes, conexões e agenciamentos em suas experiências migratórias e de empreendedorismo ... 129
5.2.3 Descrevendo o racismo, a xenofobia e o sexismo ... 143
5.2.4 Outras adversidades ... 150
6 DA EMERGÊNCIA COMO EMPREENDEDORES À ATUAÇÃO NAS ARENAS PÚBLICA E POLÍTICA ... 154
6.1 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E OUTRAS ENTIDADES ... 155
6.1.1 MigraMundo ... 156
6.1.2 Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) ... 158
6.1.3 Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Cidadania (SMDHC) da Prefeitura de São Paulo ... 165
6.1.4 ONG Centro Integrado de Sustentabilidade do Brasil (CISDB) ... 169
6.1.5 Fórum Internacional Fontié ki Kwaze – Fronteiras Cruzadas ... 172
6.1.6 Deslocamento Criativo ... 176
6.1.7 Missão Paz ... 181
6.2 AS REDES SOCIAIS E OUTROS ALIADOS NÃO HUMANOS ... 192
6.2.1 Acompanhamento de Grupos de Migrantes e Pesquisadores ... 193
6.2.2 Arenas Pública e Política: Congressos, *Lives* e Fóruns ... 202
6.2.3 Trabalho Voluntário ... 211
7 SÍNTESE DA PARTE II E ANÁLISES – A EMERSÃO DOS MIGRANTES DA NOVA DIÁSPORA NEGRA COMO EMPREENDEDORES ÉTNICOS E SUAS DISTINTAS FORMAS DE ENGAJAMENTO NAS ARENAS PÚBLICAS ... 217
7.1 A EMERSÃO DOS MIGRANTES DA NOVA DIÁSPORA NEGRA EM SP COMO EMPREENDEDORES ÉTNICOS ... 218
7.2 AS DISTINTAS FORMAS DE ENGAJAMENTO ... 225
7.3 UMA INTRINCADA REDE DE ASSOCIAÇÕES, CONEXÕES E AGENCIAMENTOS E SUAS CONTROVÉRSIAS ... 230

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 238
REFERÊNCIAS 244

1 INTRODUÇÃO

> "Experiência" (...) é uma palavra de duplo sentido. Como suas congêneres, vida e história, ela inclui *aquilo que* os homens fazem e padecem, *aquilo que* eles se esforçam por conseguir, amam, crêem e suportam, e também *como* os homens agem e sofrem a ação, as maneiras pelas quais eles realizam e padecem, desejam e desfrutam, vêem, crêem, imaginam – em suma, processos de *experienciar*.
>
> "Experiência" designa o campo plantado, as sementes semeadas, as searas ceifadas, as alternâncias entre noite e dia, primavera e outono, úmido e seco, calor e frio, que são observados, temidos, ardentemente desejados; designa também aquele que planta e colhe, que trabalha e se alegra, espera, teme, planeja, invoca a magia ou a química em busca de auxílio, que é vencido ou triunfante. Ela é "de duplo sentido" nisto, em que, em sua integridade primitiva, não admite divisão entre ato e matéria, sujeito e objeto, mas os contém numa totalidade não analisada. "Coisa" e "pensamento" (...) são de sentido único; referem-se a produtos discriminados pela reflexão a partir da experiência primária (DEWEY, 1974, p. 167-168).

Essa tese traz um olhar diferenciado para as questões do empreendedorismo étnico envolvendo representantes da nova diáspora negra em São Paulo (SP). Procuro analisar como esses migrantes, mesmo tendo chegado em SP em condições adversas, emergem como empreendedores e compreender de que maneira esse empreendedorismo contribui para posicionar as problemáticas raciais e migratórias - envolvendo essa comunidade étnica como um problema público nas arenas pública e política em que esse fenômeno se insere. Faço isso estando "acompanhada" e dialogando com a sociologia pragmática francesa, especialmente aquela que enfoca os problemas públicos - Sociologia dos Problemas Públicos, que possui em Daniel Cefaï um dos seus principais representantes. Essa abordagem possibilitou investigar as conexões, associações e agenciamentos relativos ao início e a continuidade de seus negócios e a atividade coletiva em torno da situação problemática referente às atuações dos migrantes empreendedores negros em SP, em termos de estabelecimento de um público que se forma em torno de um problema, que se torna público, em uma arena pública e política (CEFAÏ, 2017a; 2017b). A partir dessas colocações, desenvolvo esta introdução apresentando o contexto que norteou o problema de pesquisa que baseia essa investigação, os objetivos e sua relevância social e acadêmica.

Como um mapeamento inicial desse tema, realizei uma busca em bases de dados científicas internacional[1] e nacionais[2]. Os campos de estudo como Saúde Ocupacional

[1] A pesquisa foi realizada na base de dados da *Web of Science* (WoS), em periódicos revisados por pares. Os termos de busca foram: *Social Entrepreneurship, Ethnic Entrepreneurship, Ethnic Enterprises, Ethnic Business, Ethnic Migration, Minority Entrepreneurs, Ethnic Economy, Black Business Owners, Black Diaspora, Non-White Diaspora, Innovation, Social Innovation, Pragmatism.*

Ambiental Pública, Demografia, Sociologia, Geografia, Economia, Ecologia, Estudos Étnicos, História, Antropologia e Administração são alguns onde o diálogo acadêmico[3] sobre migrações têm acontecido com mais ênfase. Essa atenção, representada pelas publicações científicas, tem aumentado desde 2008 e segue com maior força a partir de 2015, conforme demonstram os registros dessas bases de dados acadêmicas e que retomo um pouco mais adiante. Outro lado relevante a respeito da produção científica sobre migração é o seu domínio pelas perspectivas dos países de destino, especialmente em relação à Europa (ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013). Uma comparação geográfica das principais afiliações de autores em periódicos mostra que a maioria é de instituições de países desenvolvidos (IOM, 2020).

Os deslocamentos humanos, no entanto, além de se fazerem notar pelos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, também se tornam mais visíveis aos formuladores de políticas (DHEER, 2018). Ao mesmo tempo, isso gera o avanço do diálogo acadêmico sobre esse fenômeno e o surgimento de debates públicos que buscam manifestar a importância dos efeitos da migração perante a força de trabalho, produtividade e renda, além de políticas de migração nacional e internacional (SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, 2018; DHEER, 2018; DIOGO, 2018).

O Inventário de Migração Internacional 2019 (*International Migrant Stock* 2019) da Organização das Nações Unidas (ONU) estima que o número de migrantes internacionais, em 2019, foi de 272 milhões de pessoas. Esse volume representa 3,5% da população global. E, de acordo com a ONU, esse número vem crescendo. Em comparação com 2010, o relatório constata o aumento de 51 milhões de indivíduos. Desse total de deslocamentos em 2019, a Europa recebeu 82 milhões de migrantes, seguida pela América do Norte com 59 milhões e Norte da África e Ásia Ocidental com 49 milhões. Metade dessa população se deslocou e passou a morar em somente dez países. Os Estados Unidos surgem como o principal destino recebendo 51 milhões de pessoas, o equivalente a 19% do total mundial. Em seguida, os principais destinos são a Alemanha e Arábia Saudita que receberam 13 milhões de pessoas cada um, Rússia (12 milhões), Reino Unido (10 milhões), Emirados Árabes Unidos (9 milhões), França, Canadá e Austrália (com aproximadamente 8 milhões cada um) e Itália (6

[2] A pesquisa foi realizada na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL) e na *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO). Os termos de busca foram: Empreendedorismo, Empreendedorismo Étnico, Imigrante, Empreendedorismo Imigrante, Empreendedorismo Negro, Diáspora, Inovação Social, Pragmatismo. A busca com os termos em inglês também foi feita na SCIELO e na CAPES.

[3] Os termos de busca também foram cruzados na tentativa de encontrar estudos focados na temática Empreendedorismo + Etnicidade/Diáspora + Migração + Inovação Social.

milhões). Quanto às nacionalidades, 33% dos migrantes internacionais são originários da Índia (18 milhões), México (12 milhões), China (11 milhões), Rússia (10 milhões) e Síria (8 milhões) (ONU, 2019a).

Os migrantes internacionais, em grande parte, se deslocam entre os países localizados na mesma região de seu país de nascimento. Isso pode ser observado na África Subsaariana (89%), na Ásia Oriental e Sudeste (83%), na América Latina e Caribe (73%) e na Ásia Central e do Sul (63%). Além disso, há os deslocamentos forçados entre as fronteiras internacionais que continuam a aumentar. A ONU (2019a; 2019b) informa que entre 2010 e 2017 houve um crescimento global em torno de 13 milhões de pessoas refugiadas e solicitantes de asilo, caracterizando 25% de acréscimo ao número de migrantes internacionais. Os continentes que mais recebem os refugiados e solicitantes de asilo são o norte da África e a Ásia Ocidental, que abrigaram 46%, e a África Subsaariana com 21% (ONU, 2019a; 2019b; IOM, 2020).

Uma pesquisa realizada pelo *McKinsey Global Institute* e o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2016, contabilizou os benefícios financeiros mundialmente promovidos pelas migrações. Em 2015, a migração injetou cerca de US$ 6,7 trilhões no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) mundial, nesse ano, foi US$ 3 bilhões maior com o aporte do trabalho realizado por migrantes. Isso significa que, mesmo fazendo parte de somente 3,5% da parcela da população mundial, os migrantes são responsáveis por quase 10% do PIB global. Essa contribuição, de acordo com o relatório, ocorre também por meio da inovação e empreendedorismo desempenhados pelos migrantes. Entretanto, a concretização desses benefícios depende de quão bem integrados esses migrantes estarão à sociedade de acolhimento e ao mercado de trabalho. Hoje, eles ganham entre 20% e 30% menos do que os trabalhadores nativos. Mas, se essa diferença salarial for reduzida para 5% a 10%, inserindo-os eficazmente nos setores da educação, habitação, saúde e comunidade, esse aumento à produção econômica mundial poderá ser de US$ 800 bilhões a US$ 1 trilhão anualmente.

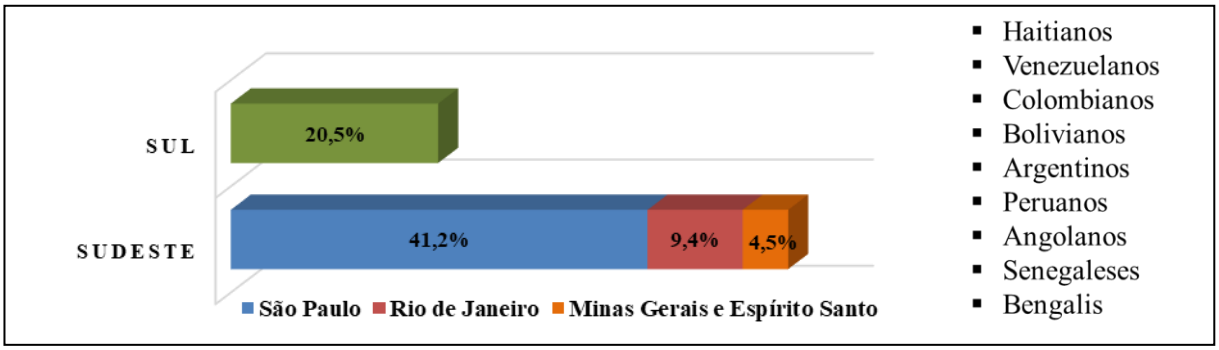
Entre 2011 e 2018, o Relatório Anual 2019 do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra)[4] apontou que o Brasil registrou 774,2 mil migrantes. Desses, 492,7 mil são considerados migrantes de longo termo, ou seja, aqueles que permanecem no Brasil por mais de um ano. O Brasil tem recebido indivíduos de várias nacionalidades, com destaque

[4] As análises dos dados sobre migração e refúgio no Brasil são inéditas e foram realizadas a partir de cinco bases de dados do governo federal: Polícia Federal (Sistema de Tráfego Internacional e Sistema Nacional de Registro Migratório); Ministério da Justiça e Segurança Pública (Coordenação Geral de Imigração / Conselho Nacional de Imigração); Ministério da Economia (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados / Carteira de Trabalho e Previdência Social) (OBMIGRA, 2019).

para haitianos, venezuelanos, colombianos, bolivianos, argentinos, peruanos, angolanos, senegaleses e bengalis. Os haitianos representam 21,5% do grupo de migrantes de longo termo e, ao longo desses anos, têm figurado como a principal nacionalidade registrada no mercado formal de trabalho brasileiro. Como é possível notar, a entrada de estrangeiros no Brasil tem sido marcada pelo predomínio de pessoas oriundas de diversos países africanos e sul-americanos. Esse contingente de migrantes proveniente da África e do Caribe que se deslocam para o Brasil configura uma nova diáspora negra, diferente daquela relativa ao momento histórico do sistema colonial escravista, que marcou a formação da nação.

As regiões Sul e Sudeste do Brasil apresentam os maiores registros de migrantes de longo termo nesse mesmo período. O Sudeste absorveu 55,1% do total de migrantes. O estado de São Paulo ficou responsável por 41,2%, representado por pouco mais de 183,6 mil pessoas. Aliás, o estado de São Paulo foi a Unidade da Federação que mais contratou mão de obra migrante em 2018. Já o estado do Rio de Janeiro recebeu 9,4%, totalizando quase 81 mil pessoas. A região Sul recebeu 20,5% dos migrantes (OBMIGRA, 2019). Com perfis socioeconômicos diversificados, diferentes nacionalidades e percursos históricos e migratórios, esse fluxo de contingentes de migrantes mostra que o Brasil está inserido na rota das migrações internacionais. E, essa inserção passa, necessariamente, pela cidade de São Paulo, devido a concentração da atividade econômica, forte base industrial, comercial e de serviços (ONU, 2019a). A Figura 1 evidencia esse cenário.

Figura 1 - Percentuais de migrantes que ingressaram nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil e suas principais nacionalidades entre os anos 2011 e 2018



Fonte: OBMigra, 2019

No tocante às políticas de migração, elas podem abranger medidas restritivas (YABARRA; SANCHEZ, L.; SANCHEZ, G., 2016; DHEER, 2018), de estímulo (ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013; WADHWA et al., 2012) para a atração de trabalhadores e pesquisadores

científicos (GALLO DA SILVA, 2018), por exemplo, ou de acolhimento e amparo aos migrantes de diversas partes do mundo (DIOGO, 2018).

Como política de acolhimento e amparo, esse fenômeno levou, pela primeira vez, à integração do evento das migrações diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda de Desenvolvimento Global – Agenda 2030 da ONU. Ao serem incluídos nos ODS da Agenda 2030, os migrantes passam a ser reconhecidos como um grupo que deve ser protegido, devido a sua vulnerabilidade, mas também são identificados como agentes de desenvolvimento (ONU BR, 2015).

No Brasil, o evento "Migração e seus Impactos na Sociedade do Século XXI", realizado pela Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR), contou com a participação de representantes do governo, da academia e da sociedade civil, que debateram este tema sob a perspectiva da renda, força de trabalho e desenvolvimento social e econômico do país. O resultado desse evento encontra-se na revista Diálogos Estratégicos (2018) por meio de artigos de autoria dos palestrantes.

Entre outras abordagens, esse evento enfatizou as leis sancionadas como medida de segurança nacional – Estatuto do Estrangeiro - e, também, como providência dos direitos humanos – nova Lei de Migração. O Estatuto do Estrangeiro, criado em 1980, durante a ditadura militar no Brasil, perdurou por quase 40 anos e priorizava a segurança nacional (DIOGO, 2018; CAVALCANTI; MACÊDO, 2018). A partir de 2010, com a intensificação da entrada de migrantes em território nacional, surgiram movimentos a favor da promulgação da nova Lei de Migração sancionada em 2017. Apesar dessa nova lei visar a proteção da dignidade humana e dos direitos dos migrantes (DIOGO, 2018; CAVALCANTI; MACÊDO, 2018; MANDRILE, 2018) e tratar a imigração como condutora estratégica para o desenvolvimento nacional (GALLO DA SILVA, 2018), Feldman-Bianco (2018; 2019) tem advertido que as atuais políticas de governança baseadas em humanitarismo e securitização criminalizam grupos específicos, como os migrantes indocumentados, os solicitantes de refúgio, moradores de favela e das periferias urbanas. A autora afirma que essa exclusão social – implicada também em interseccionalidades de raça, gênero, sexualidade e classe – desconsidera pessoas, lugares e bens que são considerados ameaçadores ou dispensáveis, negando o direito destes indivíduos de serem humanos.

Outro ponto levantado durante o evento ocorrido no Palácio do Planalto em 2018 – também comumente apontado em pesquisas sobre os migrantes - refere-se aos múltiplos benefícios de sua participação na economia dos países de acolhimento e de origem (ALDRICH; WALDINGER, 1990; BATES, 1997; BORJAS, 1986; 2000; BARBOSA;

GERHARDT; KICKUL, 2007; BAGWELL, 2008; HUNT, 2010; ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013; MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE, 2016; DHEER, 2018). Essa ênfase na dimensão econômica das experiências migratórias, normalmente, é mobilizada por diversos atores em debates políticos de migração. Dessa forma, são levantadas questões alusivas às habilidades, qualificações profissionais e experiências culturais desses migrantes, bem como o pagamento de impostos, ocupação de posições carentes de mão de obra especializada e, até mesmo, aspectos demográficos relativos ao envelhecimento de uma nação. O empreendedorismo dos migrantes é abordado sob a prerrogativa de que ao empreender o migrante contribui para o surgimento de postos de trabalho (CARMO et al., 2021). Além disso, os migrantes colaboram financeiramente com suas comunidades e famílias nos países de origem, ao lhes enviar remessas em dinheiro. Esse aporte financeiro, muitas vezes, é maior do que a ajuda internacional recebida pelos países, motivo pelo qual esse instrumento se tornou significante para as nações de origem dos migrantes. Há, ainda, os efeitos das contribuições sociais resultantes do fluxo de novas habilidades, conhecimentos, ideias e valores que os migrantes transmitem as suas redes de amigos, parentes e para uma comunidade mais ampla, acarretando o desenvolvimento econômico e social das nações de destino (DIOGO, 2018; GALLO DA SILVA, 2018).

Perante esse cenário econômico, o Pe. Paolo Parise (2018) identifica que a contribuição dos migrantes se desdobra em várias frentes, impulsionando os contextos da cultura, como a gastronomia, música, moda e arquitetura. Entretanto, ele ressalta que não devemos reduzir a dimensão do fenômeno migratório aos conteúdos funcionalistas e economicistas. Essa visão do "outro" poderá transformá-lo em um simples instrumento que propicia benefícios ao grupo nacional, consolidando-o como um ativo para o desenvolvimento do país. Olhar que também é compartilhado pelo Coordenador Científico e pela Pesquisadora do OBMigra, Cavalcanti e Macêdo (2018). A dimensão econômica não é suficiente para a compreensão dos deslocamentos humanos (CAVALCANTI; MACÊDO, 2018; PARISE, 2018). Acolher o migrante é um dever ético e humano. Os efeitos econômicos, assim como o atendimento aos interesses dos países de acolhimento são consequências (PARISE, 2018).

As políticas de atração e retenção são outro ponto que têm estado na pauta sobre a migração. De que maneira atrair e reter profissionais migrantes altamente qualificados, para suprir o déficit do mercado de trabalho brasileiro por competências e perfis específicos? Gallo da Silva (2018) alega que, para isso, é preciso quebrar visões cristalizadas e estudar profundamente temas, como a aferição de insuficiência de mercado e áreas estratégicas, revalidação de diplomas, protecionismo dos órgãos de classe, incentivos, desemprego,

experiência profissional, capacitação e qualificação e transferência de conhecimento e tecnologia. Essa perspectiva, aliás, é uma realidade que pode ser estudada também para outros grupos de migrantes que enfrentam essas mesmas deficiências (PEREIRA, 2019; DIAS, 2020).

Além disso, há outras adversidades encontradas pelos migrantes. No que tange ao acesso ao mercado de trabalho, uma parcela expressiva enfrenta a entrada informal nas atividades econômicas. Nessas relações informais, a contratação de mão de obra pode se sobrepor às operações ilícitas, como a servidão por dívidas e contrabando de pessoas (BAENINGER, 2018). Ademais, frequentemente, esses migrantes encaram situações perigosas. Dentre as quais destacam-se condições mínimas de trabalho e vida, intolerância nos países de destino e a falta de acesso a serviços sociais básicos, como a assistência médica, por exemplo (ONU, 2019a).

Em um cenário marcado por variados riscos, diversos autores indicam que um dos recursos mais relevantes que as comunidades étnicas possuem para o enfrentamento dessa perspectiva é o seu capital social – solidariedade, valores étnicos e culturais, conhecimentos e habilidades - normalmente associado às elevadas taxas de êxito em seus negócios (LIGHT, 1972; PORTES, 1987; LIGHT; BONACICH, 1988; MARTES; RODRIGUEZ, 2004).

Porém, outros estudos direcionam o olhar para a cultura do capitalismo neoliberal contemporâneo e alertam para a panaceia do empreendedorismo e discursos midiáticos e de organizações da sociedade civil que idealizam esse modelo individual como a solução de questões que são coletivas, desobrigando o Estado brasileiro de suas incumbências e transferindo-as para o indivíduo migrante, além de problematizar o empreendedorismo social como forma de integração à sociedade (CASAQUI, 2018; 2019; ZANFORLIN; AMARAL, 2019). Dessa forma, o desemprego passa a não ser mais um problema social, tornando-se consequência da incapacidade do indivíduo de se adequar às organizações (CARMO et. al., 2021). O discurso do “homem empresarial” se vale de uma racionalidade neoliberal que estimula a competição e o individualismo como formas de alcançar o sucesso (DARDOT; LAVAL, 2016), disfarçando a precarização e a flexibilização do mercado de trabalho (CARMO et al., 2021).

Sobre os empreendimentos étnicos capitaneados especificamente por representantes da nova diáspora negra em SP, a sua relevância se faz notar também por meio de diversas reportagens veiculadas por vários jornais. Dias (2019), em uma matéria para a revista Carta Capital, abordou o tema do empreendedorismo realizado por migrantes africanos no centro de São Paulo. A maior parte deles veio da Nigéria, Senegal, Angola, República Democrática do

Congo (RDC) e Camarões. Eles empreendem negócios, como minimercados, salões de cabeleireiros, tabacarias, lojas de calçados, roupas e eletrônicos, barbearias, bares e restaurantes. Vendem produtos voltados à comunidade étnica, como a massa para fufu, inhame, azeite de dendê, produtos para cabelos crespos, tecidos, instrumentos, esculturas e comidas típicas. Frequentam os bares *Le Petit Village* e *Jobest*. Nem todos estão no cadastro de estrangeiros da Polícia Federal (PF), situação que dificulta o dimensionamento da presença de africanos em SP. Mas, dos quase 300 mil migrantes cadastrados na capital paulista, 5.564 pessoas do continente africano solicitaram regularização, em 2019.

Em uma outra reportagem, para a Folha de São Paulo, Mantovani (2020) mostra uma maneira que um migrante empreendedor da nova diáspora negra de SP encontrou para enfrentar o olhar estereotipado dos brasileiros sobre a África. O entrevistado é guineense e está no Brasil desde 2010 e lançou uma linha de camisetas com a mensagem em português, inglês e francês "A África não é um País". Ele afirma que as pessoas costumam ver o continente africano de maneira sempre negativa, como um lugar único, de mazelas, onde há muitas doenças e outras coisas ruins. As camisetas foram um meio que ele encontrou para informar que a África é multicultural, com diversas línguas, formada por vários países e povos diferentes. Dias (2020), em outra publicação para o jornal Repórter Brasil, destaca o ativismo desse migrante, que está à frente de uma iniciativa que ajuda migrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de facilitar o acesso aos auxílios financeiros e serviços de saúde.

Assim como as pesquisas acadêmicas, as reportagens sobre essa nova diáspora negra no Brasil – formada por empreendedores, trabalhadores autônomos, formais e informais – têm levantado alguns dos principais desafios enfrentados por esse grupo. São situações como a entrada no Brasil que, em vários casos, ocorre por meio de uma rede de coiotes que exploram esses migrantes (BBC NEWS BRASIL, 2018), começos difíceis em trabalhos subalternizados (BBC NEWS BRASIL, 2018; DIAS, 2019; MANTOVANI, 2020), ilegalidade, racismo, xenofobia (MANTOVANI, 2018; DIAS, 2020), barreiras burocráticas para a obtenção de documentos e cadastros junto aos órgãos públicos, dificuldade para acessar a tecnologia, língua, entraves para o reconhecimento do diploma (DIAS, 2020), inclusive o tratamento que recebem baseado na desqualificação profissional do migrante, mesmo quando isso não corresponde à realidade (PEREIRA, 2019) são algumas das dificuldades encontradas por representantes da nova diáspora negra residente no Brasil.

Todos esses embates, assim como a minha vivência como migrante em outro país, alimentaram a minha curiosidade científica sobre o tema. Ficava me perguntando: afinal,

como alguém que chega com dificuldades num país que não é o seu, até mesmo com uma língua que por vezes não é a sua, e numa situação de subalternidade, emerge como empreendedor? Essa pessoa, ao montar o empreendimento, mantém vínculos com a sua comunidade étnico-racial de origem? Com que feixe de relações ele é construído? Como ele é mobilizado e quem e o quê ele mobiliza? O novo negócio se enraíza numa rede de solidariedade dentro da comunidade étnica?

Inicialmente, essa investigação se propôs a relacionar esses questionamentos com a Inovação Social (IS). Tanto que, uma das indagações que formulei buscava compreender de que maneira os negócios étnicos se relacionam com os conflitos e controvérsias que conduzem ou bloqueiam a emergência da nova diáspora negra como problema público, podendo resultar em uma IS. Contudo, não emergiram do campo investigativo ações que pudessem caracterizar uma IS, conforme as visões de Andion et al. (2017) e Cajaiba-Santana (2014). E, apesar de não ter aprofundado essa questão nesse estudo, a construção e análise dos dados fornece importantes pistas que explicam, em parte, o não surgimento de características relativas à IS nessa população diaspórica em SP. Esse motivo me fez manter o subcapítulo "Inovação e Inovação Social", pois ele permite algumas reflexões sobre essa temática mais adiante no trabalho, além de possibilitar o aprofundamento dessa questão em novos estudos.

Certamente, essa não foi uma pesquisa linear estabelecida por um ordenamento lógico de escrita: revisão sistemática da literatura sobre o fenômeno abordado, seguida da formulação de perguntas de pesquisa e ida ao campo investigativo junto aos sujeitos munida de informações suficientes que me permitissem "dar conta do recado". É bem verdade que tentei fazer isso, contrariando um dos alertas de James (1974), Latour (2012) e Cefaï et al. (2011) de que é preciso ir à campo sem conceitos, modelos ou categorias *à priori*. Essa orientação não é transmitida à toa, como pude notar durante minha imersão com os agentes nesse trabalho. Esse meu deslize se deveu ao desconforto em seguir por caminhos completamente desconhecidos. Com o que emergiu do campo de estudos foi preciso revisitar a literatura acadêmica (JAIME, 2020), bem como reformular o problema de pesquisa.

Assim, a partir das indagações que apresentei e diante da construção dos dados, o problema de pesquisa foi reformulado e expresso nas seguintes perguntas de investigação:

a) Quais associações, mediações e agenciamentos entre atores humanos e não-humanos são traçados para que estes/as migrantes, que configuram uma nova diáspora negra em SP, consigam iniciar e manter seus negócios?
b) De que maneira esses negócios se relacionam com os conflitos e controvérsias em

torno de questões raciais e migratórias referentes a essa nova diáspora negra nas arenas pública e política?

Assim, o objetivo central deste estudo é compreender como o empreendedorismo étnico é desempenhado pela nova diáspora negra em SP e suas consequências nas arenas pública e política em que se insere. Busco analisar como diferentes atores agem, se articulam e constroem novas respostas para o empreendedorismo étnico, desenhando ações coletivas, mobilizações para responder às situações problemáticas que encontram (CEFAÏ, 2017a).

Com isso, delineio três objetivos específicos:

a) Identificar os empreendedores étnicos da nova diáspora negra em SP e reconstruir suas narrativas sobre suas experiências migratórias e seus empreendimentos;
b) Retraçar as redes de atores humanos e não-humanos mapeados na pesquisa de campo e/ou apontados por esses empreendedores como relevantes para o surgimento de seus próprios negócios;
c) Avaliar como esses empreendimentos contribuem para colocar nas arenas pública e política questões raciais e referentes aos fluxos migratórios que constituem a nova diáspora negra em São Paulo.

Esse tema é atual, social e academicamente importante e bastante relacionado à realidade concreta. Então, por meio deste estudo, ofereço duas contribuições, sendo uma de ordem teórica e outra de natureza prática. Primeiramente, proponho uma nova leitura teórica e analítica que estabelece relações entre o empreendedorismo étnico e a nova diáspora negra em SP, o que possibilita avançar a teoria sobre esse fenômeno. Ao invés de olhar para a questão dos fluxos migratórios em função exclusivamente das desigualdades globais – que forçam populações oprimidas a ir para outros países e seguir suas vidas – e para os sistemas – que podem bloquear ou beneficiar suas ações nos países de destino – como a visão estruturalista comumente observada nos estudos que articulam migração e empreendedorismo étnico, construo um olhar diferenciado, focando na ação coletiva dos atores. Por esse motivo, adoto a sociologia pragmatista francesa que se interessa pela capacidade de ação dos agentes. Especialmente, a Sociologia dos Problemas Públicos de Daniel Cefaï me permitiu compreender melhor como os agentes definem uma situação problemática e passam à ação para resolvê-la (CEFAÏ, 2017a; 2017b). A segunda contribuição está relacionada aos resultados e conclusões deste trabalho junto aos agentes. Este estudo traz novas reflexões sobre a gestão desses processos e suas orientações práticas aos migrantes empreendedores. As análises apresentadas poderão ampliar os debates que busquem promover novas formulações

de políticas preocupadas em atenuar os efeitos negativos e incentivar as consequências benéficas orientadas ao empreendedorismo e ao empreendedor étnico.

É importante notar que uma análise pragmática visa acompanhar as experiências dos agentes envolvidos no fenômeno em diferentes situações. Por isso, para responder as perguntas de investigação e analisar os atores, os agenciamentos, as associações e as controvérsias que se configuram simultaneamente (CEFAÏ et al., 2011) combino o uso de narrativas de vida (BERTAUX, 2010), entrevistas compreensivas (KAUFMANN, 2013), observação direta e participante e análises de documentos. Todos esses métodos podem ser agrupados sob a rubrica do trabalho de campo etnográfico (JAIME, 2016). Por esse ser um trabalho que privilegia uma análise pragmatista, a etnografia me permitiu conduzir a investigação sob a perspectiva dos atores diante de suas experiências e realidades, algo que é muito enfatizado por Daniel Cefaï (2011; 2013) e por Cefaï, Veiga e Mota (2011). Entretanto, devido ao contexto pandêmico mundial, fiz uma adaptação do método etnográfico, recorrendo à netnografia. Assim, empreendi uma pesquisa etnográfica *online*, interagindo com diversos indivíduos, grupos e organizações em comunidades virtuais e coletando dados em fóruns, redes sociais, blogs, grupos de notícias etc. (ARRUDA-FILHO, 2020; KOZINETS, 2014).

Para proceder com a escolha das leituras, segui três princípios elencados por Quivy e Campenhoudt (2013). O primeiro deles foi iniciar essa trajetória pela pergunta de partida. Isso me permitiu buscar artigos relacionados aos temas que abarcam meu questionamento nessa investigação, como migração/imigrante, empreendedorismo, empreendedorismo étnico, inovação, inovação social e diáspora negra. Assim, fiz levantamentos em bases de dados científicas[5] usando esses termos de busca. Os resultados impressionam. Somente no ano de 2008, a *Web of Science* (WoS) registrou 13.017 artigos em sua base de dados sobre o tema *Migration*. Em 2019, a quantidade de estudos sobre migrações em sua plataforma foi de pouco mais de 37.000. O total de publicações, desde 1996, soma quase 429.000 artigos. A busca com o termo *Entrepreneurship* sozinho trouxe pouco mais de 23.700 publicações. A soma de estudos que relacionam os termos *Migration* e *Entrepreneurship* é de mais de 500 artigos. Apenas em 2019 foram apresentados 107 estudos sobre essa temática. Os termos *Ethnic Entrepreneurship* e *Migration* relacionados aparecem em 131 artigos, mas se forem cruzadas as palavras *Ethnic Entrepreneurship* e *Immigrant* o resultado do levantamento aponta para 337 estudos. Nas bases de dados nacionais, a quantidade de publicações sobre "Imigração" e "Empreendedorismo", apesar de menor se comparada a WoS, é expressiva.

[5] A última verificação nessas bases foi feita em fevereiro de 2020.

Juntas, *Spell*, *Scielo* e Capes apresentam 1.275 estudos sobre "Imigração" e 3.200 sobre "Empreendedorismo". Entretanto, são bem poucas as publicações sobre "Empreendedorismo Étnico" ou "Migrante" em suas plataformas. O resultado dessa busca foi de 56 artigos na CAPES, 2 na *Spell* e 5 na *Scielo*. Então, para evitar partir para leituras inadvertidamente, me afogando no mar de conhecimento, fiz uso do segundo princípio elencado pelos autores. Eles refletem que é preferível ler de maneira aprofundada e crítica alguns bons textos escolhidos a ler milhares de páginas superficialmente. Confesso que essa tarefa não foi fácil, porque a tentação de "ler tudo" me consumiu durante um bom tempo. Para poder seguir com esse segundo fundamento, inicialmente, parti para a busca de artigos que apresentassem uma meta-análise, uma revisão sistemática da literatura sobre cada tema. Eles deveriam, além de estar publicados em periódicos de alto impacto, trazer uma reflexão de síntese e indicar as leituras fundamentais a serem feitas para os estudos ou apontar os artigos mais citados. Esse último ponto, inclusive, é bem mais fácil de ser visualizado na plataforma acadêmica WoS. Outra maneira que encontrei, para refinar a leitura e cobrir os anos que não foram contemplados nas meta-análises, foi a de concentrar minha busca em artigos mais recentes. Isso porque, normalmente, eles trazem o estado da arte sobre uma determinada temática. E, essas leituras me conduziram a outros estudos e autores seminais. O terceiro princípio é voltado ao cuidado em escolher textos que possam trazer abordagens diversificadas sobre o objeto de estudo. A ideia foi confrontar perspectivas diferentes e, assim, poder apresentar o diálogo acadêmico entre os autores, o que também me fez ser inspirada por alguns deles. Esses critérios que adotei, claro, não são infalíveis, nem necessariamente os melhores. Mas, me ajudaram a sair da angústia inicial.

Contudo, com o que emergiu do campo netnográfico, foi preciso revisitar a literatura acadêmica (JAIME, 2020), como apontei anteriormente. Foi necessário buscar outros estudos que contemplassem o empreendedorismo sob outras óticas. Especialmente aqueles voltados a uma visão crítica da cultura do capitalismo neoliberal contemporâneo e que refletem sobre a panaceia do empreendedorismo e os discursos das organizações da sociedade civil e para inspirar essa ação (CASAQUI, 2018; 2019) e que abordam o empreendedorismo social como forma de integração à sociedade (ZANFORLIN; AMARAL, 2019).

Essa investigação está estruturada em duas partes. A primeira, composta por três capítulos e uma síntese, identifica o tema, ressalta sua relevância social e acadêmica, apresenta o problema de pesquisa e os seus objetivos, delimita os termos e expressões que aplico neste estudo, expõe o diálogo acadêmico nacional e internacional sobre definições e controvérsias relacionados aos empreendedorismos e à IS e propõe uma nova leitura teórica e

analítica sobre esse tema, me concentrando na Sociologia dos Problemas Públicos. A segunda, formada por quatro capítulos e uma síntese, apresenta as narrativas de vida de empreendedores e empreendedoras da nova diáspora negra em SP, aborda sua atuação em arenas pública e política, também por meio de entrevistas com organizações da sociedade civil e outros agentes que fazem parte dessa rede, apresenta os principais aliados não-humanos dessa nova diáspora negra em SP, analisa a emersão desses empreendedores e suas distintas formas de engajamento à luz da Sociologia dos Problemas Públicos, seguindo para as reflexões exibidas nas considerações finais.

2 CONSTRUÇÃO TEÓRICA DO OBJETO

Esse capítulo está dividido em três seções. Na primeira, apresento alguns diálogos relacionados aos termos inerentes aos deslocamentos humanos e os marcadores sociais da diferença, preocupando-me com seus usos no contexto histórico, institucional e acadêmico. Assim, é possível situar o leitor sobre a delimitação dos termos e expressões que abordo neste estudo. Na segunda seção, subdividida em três outras partes, exponho o diálogo acadêmico sobre definições e controvérsias ligadas aos empreendedorismos e empreendedorismo étnico, inovação e inovação social. Isso possibilitou justificar a direção diferenciada que adoto para o fenômeno em questão, com base na sociologia pragmática francesa e sob a lente da Sociologia dos Problemas Públicos de Daniel Cefaï que desenvolvo na terceira seção.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: DESLOCAMENTOS HUMANOS E OS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA

> Onde está o lar? De um lado, "lar" é o local mítico de desejo na imaginação diaspórica. Nesse sentido, é o local do não-retorno, mesmo que seja possível visitar o território geográfico concebido como o lugar de "origem". Por outro lado, lar é também a experiência vivida de um local. Seus sons e aromas, calor e poeira, noites aprazíveis de verão, ou a excitação de primeira caída de neve, noites geladas de inverno, céus cinzentos e sombrios em pleno meio dia...tudo isso, mediado pelo cotidiano historicamente específico das relações sociais[6] (BRAH, 1996, p. 188, tradução nossa).

As palavras usadas cotidianamente para nomear pessoas, objetos e até mesmo fenômenos sociais, por vezes nos parecem sobrepostas umas às outras. Porém, quando mobilizadas para fazer referência a pessoas que vivem experiências complexas relativas aos deslocamentos humanos pelo mundo, é importante buscar alguma precisão ao defini-las.

No multifacetado universo dos deslocamentos humanos, as palavras servem para expressar a existência de fronteiras terrestres e jurídicas, ou para falar sobre as condições dos indivíduos que decidem permanecer em lugares diferentes daqueles de sua origem, ou ainda para evidenciar a importância da proteção a alguns grupos de pessoas que se deslocam. Assim, elas costumam ser mobilizadas conforme o contexto institucional e histórico.

---

[6] Original: *Where is home? On the one hand, 'home' is a mythic place of desire in the diasporic imagination. In this sense it is a place of no return, even if it is possible to visit the geographical territory that is seen as the place of 'origin'. On the other hand, home is also the lived experience of a locality. Its sounds and smells, its heat and dust, balmy summer evenings, or the excitement of the first snowfall, shivering winter evenings, sombre grey skies in the middle of the day… all this, as mediated by the historically specific everyday of social relations.*

Na literatura acadêmica, vários termos são usados para designar o imigrante conforme a compreensão tida sobre ele. As expressões “estrangeiros”, “indivíduos nascidos no exterior”, “pessoas culturalmente diferentes” e “pessoas em movimento” são usadas para descrever os imigrantes. Já os governos costumam defini-los de acordo com a elegibilidade instituída para ingressarem em suas nações (DHEER, 2018). Assim, tanto as palavras imigrante como emigrante implicam o atravessamento de fronteiras nacionais e estadia nos países de destino.

Em contraste com os significantes imigrante e emigrante, a palavra “migração” refere-se às movimentações ocorridas no interior do território nacional. Entretanto, tem havido uma mudança no uso desse termo. O migrante passou a ser reconhecido como sujeito de direitos, a despeito de entrar, sair ou permanecer em determinado país de acolhimento ou de origem. Ele é, então, considerado como uma pessoa que se movimenta, ou que já se movimentou, por entre fronteiras internacionais ou dentro de um país, não obstante o motivo que o levou a esse deslocamento (ESMPU; ACNUR, 2020). Nesse sentido, o contexto da migração estende-se ao fenômeno humano do deslocamento por diversos territórios, englobando vários atores e processos transnacionais (MUSEU DA IMIGRAÇÃO, 2019; ESMPU; ACNUR, 2020). Como exemplo, temos a Lei de Migração (Lei nº 13.445), no Brasil, que trata dos deslocamentos internacionais. Essa lei tem um capítulo que abrange políticas públicas para os emigrantes e seus direitos. Por meio dessa regulamentação, o Estado brasileiro assume a responsabilidade diante dos direitos de seus cidadãos independentemente do país em que estes se encontram (BRASIL, 2017).

Como a significação de “migrante” passou a englobar os conceitos de “imigrante” e “emigrante”, esse termo tem sido empregado por órgãos intergovernamentais, como a Organização Internacional para as Migrações (OIM), convenções, como a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias de 1990, ou mesmo aplicado em leis, como a nossa Lei de Migração (MUSEU DA IMIGRAÇÃO, 2019).

Ainda temos o delineamento que os estudos internacionais dão ao migrante. Usualmente, ele é tido como uma pessoa de nacionalidade diferente daquela do país que o acolhe e que está fora de seu país natal há, pelo menos, um ano. Esse movimento é permanente e não de natureza transitória (DHEER, 2018). Sendo assim, os migrantes são indivíduos de primeira geração; ao passo que os nascidos no país de acolhimento são denominados “co-étnicos” (SASSE; THIELEMANN, 2005; CRUZ; FALCÃO, 2016). À despeito desse esforço de precisão, são comuns os usos das palavras “migrante”, “imigrante”,

“migrante internacional” como sinônimos nas pesquisas sobre migração, empreendedorismo étnico e empreendedorismo por imigrantes.

Já o termo “estrangeiro” é usado para pessoas oriundas de um país que não é o nosso (FERREIRA, 2010). No caso da sociedade brasileira, possui uma especificidade histórica e política. O Estatuto do Estrangeiro, criado na última década da ditadura militar brasileira (1964-1985) e que foi revogado pela Lei de Migração instaurada em 2017, “olhava” as pessoas vindas de outras nações sob o aspecto da ordem pública e segurança nacional (BRASIL, 1980). Essa transição do uso da palavra “estrangeiro” para “migrante”, denota um avanço na trajetória política dos direitos humanos, apesar dessas alianças políticas de governança entre a proteção dos migrantes e a defesa das fronteiras terem limitações (FELDMAN-BIANCO, 2018; 2019).

O vocábulo “refugiado”, por sua vez, remete à Convenção das Nações Unidas de 1951, responsável pela inauguração do Direito Internacional dos Refugiados. A intenção dessa normativa foi a de resolver a situação dos refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Nessa convenção ficou estabelecido que toda pessoa que se encontrasse fora de seu território nacional devido ao temor de ser perseguida em decorrência de sua raça, religião, nacionalidade, associação a grupo social ou opinião política seria considerada refugiada (ACNUR, 1954). Desde então, essa definição tem sido ampliada para ser capaz de abarcar outras situações de vulnerabilidade e para evidenciar o motivo que leva as pessoas a fugirem de seus países. A Declaração de Cartagena sobre Refugiados (1984) ampliou esse conceito ao considerar:

> também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (ACNUR, 2010, p. 3).

No Brasil, a Lei nº 9.474 de 1997 estabelece mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 (BRASIL, 1997). Essa legislação foi considerada moderna por ampliar o reconhecimento de pessoas refugiadas e definiu como “refugiado” toda pessoa que busca segurança mediante graves situações e violação de seus direitos humanos (BRASIL, 1997; BARRETO, 2010). Dessa forma, ao serem reconhecidas como refugiadas, essas pessoas passam a ter acesso à Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), o que lhes garante direitos como “migrante” durante sua estadia (BARRETO, 2010).

Diante disso, é possível concluir que todo refugiado é um migrante, mas nem todo migrante é um refugiado. Em comparação com termos como “imigrante”, “emigrante”, “migrante” e “estrangeiro”, o vocábulo “refugiado” insere-se numa conjuntura de caráter internacional, na qual a proteção solicitada é determinada pelo motivo que gerou o deslocamento.

É nesse campo semântico que se insere o termo diáspora. Ele se refere às populações originadas de um mesmo lugar, mas que se espalharam para locais diferentes. Seus membros são de um mesmo grupo étnico ou religioso, constroem instituições e expandem redes que se tornam focos de atividade cultural, social e política (BEN-RAFAEL, 2013). Essa palavra encarna a noção de um lócus, um lar a partir do qual ocorre a dispersão (BRAH, 1996).

Uma das particularidades essenciais da diáspora é a importância da terra natal. Safran (2005) explica que os membros da diáspora compartilham várias características. Dentre elas estão a preservação da memória coletiva de sua terra natal e idealização de seu lar ancestral; a crença de que não são totalmente aceitos nas sociedades de acolhimento; o comprometimento com a manutenção da terra natal e; a ligação a esse país de maneiras diversas para promover sua consciência e solidariedade etnocomunitárias.

Em contraposição a esse olhar da diáspora alicerçado na terra natal, Avtar Brah (1996) faz uma crítica aos discursos de origens fixas, posicionando que o desejo por um lar não é o mesmo que o desejo pela terra natal. Sobre este ponto, Cohen (2008) explica que o significado da palavra “lar” cada vez mais refere-se ao assentamento, a um local nacional ou transnacional, ou ainda às experiências e relações sociais íntimas, confirmando o ditado popular que assegura que “lar é onde mora o coração”. Além de que, paradoxalmente, as jornadas diaspóricas são essencialmente sobre fixar raízes em outro lugar, se estabelecer (BRAH, 1996; COHEN, 2008).

Brah (1996) enfatiza que o conceito de diáspora está centrado nas relações de poder que as diferenciam internamente e as situam em relação umas às outras. É preciso levar em consideração que as diásporas possuem experiências históricas distintas em razão das muitas viagens para diferentes partes do globo, cada uma contendo sua própria história e particularidades. E segue contextualizando que essas múltiplas jornadas podem convergir em narrativas sobre como elas são vividas, revividas, produzidas, reproduzidas e transformadas por meio da memória individual, coletiva e da rememória. Ademais, as diásporas são atravessadas por múltiplas categorias, como raça, classe, religião, geração e linguagem. Como tal, estas são formadas em espaços diferenciados, são heterogêneas e contestadas, apesar de estarem comprometidas na construção de uma identidade comum (BRAH, 1996).

Stuart Hall (2009) segue um caminho paralelo. Ele reconhece o valor que uma ideia de nação tem, por exemplo, no momento da descolonização, como aconteceu com seu país de nascimento, a Jamaica. O sociólogo explica que foi essa ideia a força motriz que permitiu que os jamaicanos se libertassem do imperialismo, da degradação e da exploração do colonialismo. E que, como não participou desse processo, porque deixou o Caribe no momento da descolonização, sente que não faz parte das esperanças alcançadas na construção dessa nação. Além disso, ele sustenta que toda diáspora se arrepende disso. Mesmo que não se possa voltar ao passado, todos têm a sensação de perda de uma conexão íntima com uma história, uma paisagem, uma família, uma tradição, um costume. Mas, que de certa forma, é preciso perder essas conexões, ainda que a diáspora pareça exigir a ilusão de que se voltará a elas.

E é justamente essa sensação de perda de identidade e da necessidade de retomar as conexões que são sustentadas nos diálogos acadêmicos brasileiros sobre a diáspora negra. Várias pesquisas utilizam o termo “diáspora africana” ou “diáspora negra do Atlântico”. Essas expressões referem-se ao fenômeno da imigração forçada de povos africanos, durante o tráfico transatlântico de escravizados (MARQUES, 2019). São processos diaspóricos, como Marques (2019) reforça, vitais para a nossa compreensão sobre as relações históricas, sociais e de redefinição identitária entre os povos. Sendo ainda mais importante para nós brasileiros e latino-americanos realçar a diáspora africana. Jaime (2016) justifica essa importância ao levantar que, dentre as nações do Novo Mundo, o Brasil é a que mais recebeu africanos, sendo globalmente o país com a maior população negra.

Em vista disso, as investigações mais recentes estão voltadas para as transformações étnico-raciais na identificação e tradição afro-brasileira (MEDEIROS; VIEIRA, 2015; AMARAL; SANTOS, 2015), ou para a maneira como as empresas têm lidado com a ideia de raça e se inserido nos debates em torno das desigualdades raciais e das demandas por políticas de ação afirmativa travados na esfera pública brasileira (JAIME, 2017). Há ainda estudos que problematizam a participação da questão racial na constituição da nação e evidenciam as disputas por inclusão racial capitaneadas por afrodescendentes (JAIME, 2016), os que ressaltam a importância da identidade negra como pré-requisito para formulação de políticas públicas (FLOR, 2017), ou ainda os que tratam da influência da cultura africana na formação da identidade brasileira (FARIA; ARAÚJO, 2018), ou mesmo discutem sobre as mudanças na trajetória humana promovidas pelas guerras (HEYWOOD, 2008).

Há, também, estudos recentes sobre novos fluxos migratórios para o Brasil que têm investigado tanto a condição de migrantes das minorias sexuais, quanto dos representantes da

nova diáspora negra. São pesquisas entrecortadas pelas dimensões de raça, gênero e sexualidade. Nelas há o esforço em reconhecer e denunciar o racismo sofrido por esses novos migrantes (COGO, 2019) e de refletir sobre as experiências de migrantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (THEODORO; COGO, 2019), redirecionando o olhar para as experiências vividas por essa população em território brasileiro.

Mas, Hall (2003) nos deixa um alerta. A diáspora é um produto cultural que transforma as tradições por meio da tradução e reformulação de valores. Nesse caminho surgem diferenças e semelhanças que levam às rupturas e trocas culturais sobre o bem simbólico e tradicional. Portanto, a diáspora não é somente o registro do cruzamento forçado do oceano Atlântico; é, antes de mais nada, a história da engenhosidade humana. Paul Gilroy (2012), assim como Stuart Hall, sustenta uma identidade negra não essencializada, posto que fruto de muitos hibridismos, de recriações, nas artes, na estética, na música, num espaço compreendido entre a Europa, a África e a América do Norte, portanto nos deslocamentos e passagens pelos dois lados desse Atlântico negro.

Em vista do que apresentei, é possível observar que o conceito de "diáspora" é marcado e sobreposto pelos sentidos das palavras "imigrante", "emigrante", "migrante", "estrangeiro" e "refugiado". Esse termo funciona mais como um *patchwork* de maneiras de ver o fenômeno da migração no mundo. Então, faço o uso dessa expressão compreendendo as suas dimensões histórica, política, econômica e cultural.

Contudo, é preciso considerar que esses migrantes negros e empreendedores são transpassados por categorias, como raça, classe e gênero (BRAH, 1996), condição pouco abordada na literatura nacional sobre empreendedorismo étnico. Por esse motivo, é imprescindível destacar algumas perspectivas oferecidas pelo conceito de interseccionalidades.

Apesar de a ideia de raça ser inadequada no plano biológico para classificar seres humanos, como os cientistas demonstram há mais de 60 anos, muitas pessoas pensam e agem como se assim o fosse (GUIMARÃES, 2003; MUNANGA, 2004; JAIME; SILVA HEIN, 2021). A hierarquização de indivíduos, populações humanas e sociedades a partir da ideia da existência de raças, cada qual com suas qualidades específicas, alicerçou o racismo, pois serviu para validar e justificar os sistemas de dominação racial. Essa doutrina embasou posturas políticas catastróficas, que legitimaram genocídios e holocaustos (GUIMARÃES, 2003; MUNANGA, 2004). Depois dessa tragédia, houve o esforço de cientistas (biólogos, sociólogos e antropólogos) para enterrar a ideia de raça e seu uso como categoria científica (GUIMARÃES, 2003).

Não obstante, esse conceito é relevante para compreender as dinâmicas das relações sociais. Nesse estudo, raça é entendida como um instrumento de dominação e de exclusão. Isso significa dizer que a ideia de raça é empregada nas relações entre os grupos como forma de constituir ações e reações (GUIMARÃES, 2003; MUNANGA, 2004; JAIME; SILVA HEIN, 2021). “Pensar em raça é levar em consideração as discussões que ocorrem na esfera pública e as disputas travadas na arena política” (JAIME; SILVA HEIN, 2021, p. 257).

Mas, que fique claro que nem todo uso da palavra raça implica na existência de racismo. O sentido pode ser o contrário, como para reivindicar direitos em uma luta antirracista. Assim, a maneira como a palavra raça é empregada se torna a principal questão. Por isso, é verdade que o termo se prestou a marginalizar segmentos da população (BANTON, 2000; JAIME; SILVA HEIN, 2021). Entretanto, esses mesmos grupos marginalizados podem empregá-la para lutar contra essa marginalização. Outros agentes também podem usar essa palavra de outras formas, o que é mais bem compreendido pelo conceito de racialização (JAIME; SILVA HEIN, 2021). Portanto, essa definição se refere a qualquer situação ou processo em que há a incorporação da ideia de raça para qualificar e definir populações, suas particularidades e suas ações (MILLES, 2000).

Além disso, raça e gênero não podem ser pensados e tratados isoladamente. Essas categorias se complementam e fazem sentido diante de uma perspectiva de interseccionalidade, juntamente com outros marcadores sociais da diferença. Esse é um contexto sinalizado em estudos de Crenshaw (1991; 2002), por exemplo, ao capturar a interação entre diversos eixos de subordinação como a base de sistemas discriminatórios e que são fomentados pelas desigualdades nos cruzamentos entre gênero, raça, classe, etnias, dentre outros.

Dito isso, é importante observar que a constituição da nação brasileira foi marcada pela diáspora africana, que trouxe para a nossa formação, por meio de uma migração forçada, africanos escravizados vindos sobretudo da Alta Guiné, especialmente Bissau e Cabo Verde, de Angola e da Costa da Mina. Mais recentemente, tem sido notada a presença no país de migrantes vindos do Caribe e de diferentes países africanos. Esses migrantes configuram a nova diáspora negra no Brasil. Nessa pesquisa, portanto, ela é compreendida como formada pelas novas formas contemporâneas de migração, em que os sujeitos são migrantes, originários do continente Africano e das ilhas caribenhas, e meu foco está naqueles que estabelecem atividades empreendedoras nos ambientes de negócios brasileiros (RIDDLE; HRIVNAK; NIELSEN, 2010), mais especificamente na cidade de SP. Ademais, observo suas ações considerando os múltiplos sistemas de opressão, preocupada também com os desenlaces

resultantes de desigualdades experenciadas em suas vidas. É preciso notar que as interseccionalidades medeiam a construção de agenciamentos, conexões e redes dessa população diaspórica e atravessam as questões raciais e outros marcadores sociais da diferença vivenciados por eles em SP.

2.2 REVISÃO DA LITERATURA

Nessa seção, apresento o diálogo acadêmico sobre definições e controvérsias ligadas aos empreendedorismos e empreendedorismo étnico, inovação e inovação social. Assim, evidencio o que as pesquisas nacionais e internacionais sobre esses fenômenos têm enfatizado. Aponto, ainda, outros aspectos relevantes a serem considerados quanto ao ato de empreender e as principais vertentes seguidas pelas pesquisas em inovação.

2.2.1 Empreendedorismo e empreendedorismo étnico

> Todo ser humano está inserido no espaço e no tempo. Estas duas dimensões, que são inseparáveis, definem os quadros geoistóricos da ação humana, pois um movimento no espaço é também um movimento no tempo. O tempo remete aos ritmos biológicos, psicológicos e sociais que marcam nossas atividades individuais e coletivas. O tempo marca igualmente nossas relações com o cosmos e o universo. Toda e qualquer coletividade tem memória de um passado, tem um presente, terá um futuro e insere ou não suas atividades em um ciclo. Mas o tempo de uns não é o mesmo tempo dos outros, pois é função da sociedade na qual se vive. (...) A sequência dos dias não é percebida da mesma forma nos diferentes países e mesmo regiões e o universo organizacional não escapa a esta diferenciação (CHANLAT, 1992, p. 31).

As últimas cinco décadas presenciaram um aumento expressivo na migração global, conforme apresentei na Introdução. Em 1970, o número de migrantes foi de pouco mais de 84 milhões de pessoas. De lá para cá, o número de indivíduos que se deslocou internacionalmente foi de 272 milhões. Em relação a 1970, a expansão desse fenômeno foi de 69% (ONU, 2019a; 2019b; IOM, 2020).

Os governos e pesquisadores, então, passaram a observar esse fenômeno mais de perto (SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, 2018; DHEER, 2018). Os campos da Sociologia, Antropologia e História se concentraram em analisar as questões voltadas à inserção dos migrantes nos países de acolhimento (ALDRICH; WALDINGER, 1990; BATES, 1994; JIBEEN, 2011; DHEER, 2018). Os ramos da Economia, Estudos Étnicos e Empreendedorismo têm-se dedicado a explorar as consequências da participação do migrante no mercado de trabalho – não somente como empregados, mas também como

empreendedores - relacionadas ao crescimento econômico e o desenvolvimento regional (ALDRICH; WALDINGER, 1990; BATES, 1997; BORJAS, 1986; 2000; BARBOSA; GERHARDT; KICKUL, 2007; BAGWELL, 2008; HUNT, 2010; ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013).

Esse cenário relativo ao empreendedorismo nos remete a Schumpeter (1991) para quem a figura do empreendedor é fundamental para a promoção da inovação e do desenvolvimento econômico. Tanto, que o coloca no centro do processo responsável pelas transformações econômicas. A função do empreendedor, segundo Schumpeter (1991), seria a de fazer novas coisas ou fazê-las de novas maneiras. Isso implicaria inovar em processos e produtos, uso de recursos, desbravar novos mercados etc. Desse modo, ao implementar novas ideias, o empreendedor passa a ser o agente do desequilíbrio criativo.

Seguindo essa linha de raciocínio e relacionando com o empreendedorismo realizado pelos migrantes, Dheer (2018) ressalta que eles desempenham um importante papel como fundadores de novos empreendimentos comerciais, contribuindo para o desenvolvimento econômico de suas nações de destino. Essa tendência é observada, segundo o autor, em vários países desenvolvidos, como os Estados Unidos da América (EUA), Canadá, Austrália, Alemanha, Holanda, Suécia, Eslováquia, Espanha, Reino Unido e Bélgica. Surpreendentemente, a taxa de empreendedorismo dos migrantes em muitos desses países supera a dos indivíduos nativos (HUNT, 2010; DHEER, 2018).

O estudo de Aldrich e Waldinger (1990), contudo, nos traz uma crítica quanto à definição de “empreendedorismo” defendida por Schumpeter. O sentido clássico da palavra é orientado para uma nova maneira de combinar recursos com o objetivo de criar algo de valor, concentrando-se no estabelecimento de novos negócios. A ampliação desse termo costuma abranger quase todas as etapas do ciclo de vida das empresas. Além disso, houve várias tentativas em distinguir empreendedores de proprietários e gerentes com base na inovação desenvolvida ou no risco adquirido. Porém, Aldrich e Waldinger (1990) afirmam que os estudos não foram convincentes. As dimensões empreendedoras da inovação e do risco nem sempre estão presentes nas empresas e isso é mais evidente ao examinar negócios étnicos. Ao invés de criar processos, produtos ou formas administrativas, a maioria dessas empresas simplesmente replica formas antigas. Quanto aos riscos, estes são elevados em grande parte das organizações, a despeito de serem inovadoras. E, por essa razão, os pesquisadores definem empreendedores como pessoas que são proprietárias de empresas, incluindo trabalhadores independentes que empregam mão de obra familiar, bem como aqueles que contratam pessoas de fora.

Apesar dessa colocação sobre a mera replicação das atividades empresariais, é preciso considerar que os primeiros estudos sobre empreendedorismo de migrantes, no século XX, apontavam que os fundadores eram “empreendedores de necessidade” que iniciavam seus negócios em nichos étnicos – onde a necessidade por produtos e serviços específicos de um grupo não costuma ser atendida pelo mercado nacional – e por uma questão de sobrevivência (BORJAS, 1986). No entanto, investigações como a de Hunt (2010) e Dheer (2018) descobriram que muitos migrantes no século XXI são pessoas com formação educacional que fazem uso de suas experiências transnacionais para iniciar empresas em setores que envolvem serviços profissionais, criatividade e tecnologia. O empreendedorismo, nesse caso, deixa de ser uma alternativa ao emprego assalariado. Esses atores passam a ser chamados de “empreendedores de oportunidade”, uma vez que identificam e exploram outras possibilidades no mercado econômico (HUNT, 2010; DHEER, 2018).

Ao mesmo tempo em que as pesquisas e relatórios internacionais apontam os motivos que levam as pessoas a migrarem e os meios que elas buscam para se inserir nos países de destino, é preciso ainda olhar para esse fenômeno sob a ótica da nação anfitriã. Sob este aspecto, a demanda do mercado por mão de obra e as políticas de migração dos países hospedeiros testemunharam mudanças nos últimos anos. A partir de meados do século XX, o fluxo de migração ocorria das nações “abundantes em mão de obra” (África, Ásia e América Latina) para as nações “carentes por mão de obra” (América do Norte, Europa e Oceania). As políticas de migração desses países receptores eram voltadas para satisfazer suas necessidades por trabalhadores de baixo custo. Quando a demanda por operários excedeu a oferta de trabalho, muitos migrantes recorreram ao autoemprego e empreendedorismo. A limitação das oportunidades nos países desenvolvidos resultou em uma competição maior entre os migrantes. Essa situação pode ter causado uma disseminação da criatividade e aumento da inovação, beneficiando essas nações (KERR; LINCOLN, 2010). Essa situação encontra ressonância em Schumpeter (1991) que afirmou que a marginalização social pode favorecer o empreendedorismo, apesar de seu reconhecimento de que a visão econômica é insuficiente para uma análise mais profunda do fenômeno. Somado a esse cenário, o século XXI tem presenciado tendências de recessão e instabilidades econômicas, levando muitas nações a mudarem suas políticas de migração, que anteriormente motivavam a entrada de migrantes, para passarem a conter o fluxo de migração (YABARRA; SANCHEZ, L.; SANCHEZ, G., 2016; DHEER, 2018).

Contrário a esse panorama, nos últimos anos tem havido um crescimento no investimento em várias economias em desenvolvimento, além da adoção de políticas mais

“abertas” pelos governos dessas nações, tornando-as destinos favoráveis para o assentamento de migrantes (ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013; WADHWA et al., 2012). Apesar da atitude protecionista que tem surgido nesses países, como é o caso do Brasil (FELDMAN-BIANCO, 2018; 2019), essas nações têm desfrutado das externalidades relacionadas ao empreendedorismo realizado pelos migrantes (DHEER, 2018).

O debate político em torno dos benefícios e desvantagens relacionados ao escopo das atividades empreendedoras desempenhadas pelos migrantes tem gerado um volume considerável de literatura sobre esse tema (ALDRICH; WALDINGER, 1990; BATES, 1997; BORJAS, 1986; 2000; BARBOSA; GERHARDT; KICKUL, 2007; BAGWELL, 2008; HUNT, 2010; ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013; DHEER, 2018). A natureza complexa da palavra “empreendedorismo” resultou na formação de múltiplos domínios sobre ele. Os termos “empreendedorismo imigrante” (ou migrante) e “empreendedorismo étnico” têm sido usados de maneira intercambiável na literatura acadêmica. Essa sobreposição pode ser atribuída aos diversos quadros teóricos usados para explicar esses acontecimentos (ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013; DHEER, 2018). Por esse motivo, exponho alguns limites conceituais para esclarecer a distinção desses termos e para posicionar o fenômeno desta investigação.

O “empreendedorismo imigrante” (ou migrante) é o processo pelo qual os migrantes identificam, criam e exploram oportunidades econômicas para iniciar novos empreendimentos em suas nações de destino. No entanto, é diferente do “empreendedorismo étnico” que engloba os procedimentos para abrir e administrar uma empresa vinculados a uma herança cultural comum e de pertencimento a um grupo que tenha as mesmas características (ZHOU, 2004). Essa forma de empreendedorismo se concentra em satisfazer as necessidades e preferências dos consumidores étnicos no país anfitrião e se beneficia do acesso a trabalhadores co-étnicos, bem como da recepção da comunidade, fornecedores e redes sociais étnicos (ALDRICH; WALDINGER, 1990). Dito de outra forma, etnia, identidade étnica e solidariedade étnica são características que definem os negócios étnicos (KEEFE, 1992).

Então, para melhor compreensão dessas concepções, vale retomar Munanga (2004, p. 28), que explica que “uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum, têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão, uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território”. O antropólogo ensina que não se trata de uma “entidade estática”. As etnias “têm uma história, isto é, uma origem e uma evolução no tempo e no espaço” (MUNANGA, 2004, p. 31). Por isso, não é errado falar em “novas etnias” ou “etnias contemporâneas”, desde que esses conceitos sejam cuidadosamente delimitados para evitar confusão com outros conceitos. Por

exemplo, o uso de expressões como “cultura negra” ou de “etnia negra” no singular, como se todos os negros pertencessem a um mesmo grupo formado por uma mesma cultura (MUNANGA, 2004).

Dessa maneira, as estruturas de oportunidade para o empreendedorismo étnico se limitam ao mercado étnico, enquanto o empreendedorismo migrante é determinado também pela demanda na economia anfitriã. Em outras palavras, as empresas de imigrantes podem se beneficiar dos recursos étnicos; contudo, não estão incorporadas apenas nessas estruturas e precisam se adaptar e estar abertas às condições na sociedade de acolhimento (ALDRICH; WALDINGER, 1990).

O *framework* desenvolvido por Aldrich e Waldinger (1990), para compreender o desenvolvimento dos negócios étnicos, possibilita uma ampliação do conceito de estruturas. Ele se baseia em três componentes inter-relacionados: estruturas de oportunidade, características de grupo e estratégias.

As estruturas de oportunidade são formadas pelas condições de mercado que podem favorecer o desenvolvimento de produtos e serviços direcionados aos co-étnicos e situações em que um mercado não étnico também possa ser atendido. Isso significa que o sistema mercantil pode beneficiar apenas as empresas que atendem uma comunidade étnica, limitando as oportunidades empresariais, ou favorecer os negócios que alcancem as populações não étnicas, ampliando suas possibilidades de atuação empresarial. Essa estruturação também inclui as formas de acesso às oportunidades, conforme o nível de concorrência interétnica e de políticas públicas (ALDRICH; WALDINGER, 1990).

As características de grupo incluem a pré-disposição do migrante para o empreendedorismo. Elas também compreendem as capacidades de mobilização de redes sociais étnicas, recursos e políticas governamentais que possam restringir ou contribuir para o desenvolvimento dos negócios étnicos. As conquistas socioeconômicas de um grupo étnico estão relacionadas, em parte, ao capital humano e orientação sociocultural dos indivíduos. Aldrich e Waldinger (1990) evidenciam que muitos grupos étnicos têm um nível elevado de conhecimento em gestão de negócios e solidariedade interna, o que permite a alguns membros uma vantagem na mobilização de recursos.

As estratégias surgem da interação entre as estruturas de oportunidade e as características de grupo, conforme o migrante se adequa aos recursos étnicos disponíveis para alcançar seu objetivo e se adapta ao ambiente. Geralmente, os empreendedores étnicos se confrontam com diversos problemas para a fundação e operação de seus negócios. Para administrar uma pequena empresa precisam ter treinamento e habilidade, saber recrutar e gerir

os trabalhadores – estes precisam ser eficientes, honestos e compor uma mão de obra barata –, gerenciar as relações com clientes e fornecedores, sobreviver a uma forte concorrência interna e, ainda, se proteger de possíveis ataques políticos (ALDRICH; WALDINGER, 1990).

Dois exemplos citados por Aldrich e Waldinger (1990) para ilustrar esse *framework* apontam como o contexto político e de mercado do país hospedeiro pode interferir no empreendedorismo étnico. Um deles está ambientado no Brasil, no início do século XX, época em que os migrantes japoneses tiveram a oportunidade de trabalhar em diversas indústrias. A falta de competição interétnica, de movimentos discriminatórios e de exclusão, além das boas relações entre o governo japonês e o brasileiro facilitaram o desenvolvimento de habilidades sociais e financeiras que promoveram o empreendedorismo. Em contrapartida, na Alemanha, nesse mesmo período, os trabalhadores migrantes não tinham permissão para iniciar um negócio até o recebimento de uma autorização de residência, obtida somente após oito anos de trabalho no país.

Em todos esses estudos e modelos desenvolvidos para analisar o ambiente do empreendedorismo étnico é evidente a importância atribuída às estruturas políticas, econômicas e sociais como condicionantes do comportamento dos atores. Como exemplos há diversas pesquisas internacionais que têm explorado a diversidade étnica como fonte de criatividade e inovação e o papel das redes baseadas em diásporas (SMALLBONE; KITCHING; ATHAYDE, 2010); outras discutem sobre o desenvolvimento regional alcançado por meio do empreendedorismo étnico (COLLINS; LOW, 2010); ou procuram avaliar de que maneira o recurso acessado pelo migrante é empregado e convertido em atividade empreendedora (VERSHININA; BARRETT; MEYER, 2011; CEDERBERG; VILLARES-VARELA, 2018); ou abordam sobre como as estruturas institucionais dos países de acolhimento afetam o empreendedorismo (CHURCHILL, 2017); ou, então, destacam que os ambientes institucionais podem inspirar o empresário da diáspora a gerar mudanças nas expectativas do papel da sociedade em relação aos governos, fornecedores e compradores (RIDDLE; BRINKERHOFF, 2011).

Desses trabalhos mais recentes, o estudo das pesquisadoras Cederberg e Villares-Varela (2018) volta-se também para o contexto social que restringe ou permite as oportunidades dos empreendedores. Porém, se destaca dos demais ao trazer uma abordagem voltada à ação do empreendedor étnico. As autoras afirmam que os estudos sobre empreendedorismo que analisam as estruturas supõem que os fatores externos direcionam os indivíduos e grupos, enquanto aqueles que se dedicam à agência têm enfatizado as características e motivações individuais, ignorando o contexto social em que estes indivíduos

estão inseridos. E mais, argumentam que na literatura focada em empreendedorismo étnico tem predominado as leituras estruturalistas. Todavia, embora o artigo aponte o papel da agência, ou seja, a capacidade dos indivíduos de fazer escolhas e agir independentemente, procura responder questões relacionadas aos fatores estruturais para a mobilização de recursos e utiliza a abordagem de formas de capital de Bordieu (1986).

No campo acadêmico brasileiro, as pesquisas têm se concentrado nos contingentes de migrantes que aportam no Brasil. Esse é o caso do estudo de Zanforlin e Cogo (2019), por exemplo, que retrata as negociações de espaços de cidadania realizadas por um migrante sírio para articular questões de alguém que busca inserção nacional e de empreendedor social[7]. Ao contrário das análises estruturalistas dominantes nos diálogos internacionais, as autoras enfatizam as iniciativas dos migrantes e de seus coletivos por meio da criação de espaços midiáticos para adquirirem visibilidade e, assim, mobilizar a sociedade para suas demandas por moradia, saúde, educação, regularização jurídica, denúncias de racismo, entre outras. Mesmo assim, as pesquisadoras indagam se o empreendedorismo não seria uma forma de defesa desses migrantes, como a única garantia de cidadania que teriam para viver e sobreviver num país desprovido de políticas migratórias adequadas.

O mesmo pode ser observado em outro trabalho. Almeida e Cogo (2018) refletem sobre o consumo de mídias pelos migrantes haitianos, na cidade de SP, como um meio de inserção no mercado de trabalho, e o uso que fazem de tecnologias para manter laços com seu país de origem e criação de novos empreendimentos. Os autores buscaram compreender os espaços de agenciamentos dos migrantes haitianos, de acordo com suas experiências.

A despeito desses artigos colocarem o migrante no cerne de suas ações, a maior parte deles tem seguido a lógica da publicação internacional, que privilegia uma abordagem estruturalista. São pesquisas norteadas pela identificação de recursos oferecidos pelas redes de relacionamento e capital social e seus efeitos para o empreendedorismo do migrante (TRUZZI; SACOMANO NETO, 2007; DINIZ; GUIMARÃES; FERNANDES, 2019). Outras são voltadas para a estrutura institucional de comunidades religiosas de brasileiros nos Estados Unidos (MARTES; RODRIGUEZ, 2004), ou procuram explicar o empreendedorismo de *dekasseguis* (descendentes de migrantes japoneses) por meio da influência de características individuais, organizacionais e do ambiente (NAKAHATA; TEIXEIRA, 2014).

[7] O propósito do Empreendedorismo Social está em criar benefícios para a comunidade e solucionar problemas sociais. Então, o problema a ser solucionado é o que move essa atividade. Isso independe da estrutura jurídica da iniciativa. As atividades podem ocorrer em organizações sem fins lucrativos ou em empresas (AUSTIN; STEVENSON; WEI-SKILLERN, 2006; MARTINELLI, 2009). Essa conceitualização é diferente de Empreendedorismo Étnico que tem como foco satisfazer as necessidades e preferências dos consumidores étnicos no país anfitrião (ALDRICH; WALDINGER, 1990).

Outra questão significativa diz respeito às múltiplas localizações sociais que atravessam os sujeitos. A literatura nacional sobre o empreendedorismo étnico pouco tem abordado a questão da intersecção de raça, gênero e classe que marcam as comunidades diaspóricas (BRAH, 1996), como apontei anteriormente. Poucas exceções a essa afirmação estão presentes em alguns estudos. Como exemplos posso citar os trabalhos de Zanforlin e Cogo (2019) e Cogo (2019). As autoras se preocuparam em examinar como os migrantes enfrentam situações adversas, relacionadas a sua classe, cor e gênero, para ter acesso e inserção no mercado de trabalho e para atuarem como empreendedores. Rezende, Mafra e Pereira (2018, p. 591), por sua vez, abordam o "empreendedorismo negro". Mais especificamente, as autoras discutem a categoria "cabelo" como um meio de valorização da identidade racial negra para o enfrentamento da lógica colonialista que nega os traços fenotípicos dessa população, e para "compreender a violência, preconceito e racismo que se consolidam e operam por meio da colonialidade". Esse último trabalho, no entanto, trata de empreendedores co-étnicos.

Em comum, as pesquisas nacionais e internacionais têm salientado a importância dos capitais humano, social e financeiro do migrante para a análise dos empreendimentos no enclave étnico e, por isso, têm-se baseado nas teorias dos capitais de Bourdieu (ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013). De modo geral, os autores se concentram nos fatores *pull and push* que desencadeiam ou limitam o comportamento empreendedor de um migrante, em análises de nível micro e perspectiva dedutiva (ALDRICH; WALDINGER, 1990; ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013; CRUZ; FALCÃO, 2016). Em outras palavras, as estruturas sociais têm sido apontadas como o fator responsável pelo empreendedorismo dessa população diaspórica.

Nenhum desses estudos investigou o fenômeno do empreendedorismo étnico da nova diáspora negra a partir da sociologia pragmática francesa. O trabalho mais próximo dessa perspectiva é o de Tonelli, Brito e Zambalde (2011) que discorre sobre o empreendedorismo na ótica da Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour. Os autores buscam relacionar as perspectivas objetivista – que privilegia o estruturalismo como a causa do empreendedorismo – e subjetivista – que favorece a capacidade do indivíduo – para revelar os diversos agenciamentos mobilizados para o surgimento do empreendedorismo. Entretanto, o foco está nos empreendedores em geral e não apresenta resultados empíricos. Ademais, a discussão não incorpora a questão dos problemas públicos.

Para escapar dessa visão estruturalista, trago uma nova lente teórica a partir da sociologia pragmática francesa, especialmente aquela com foco nos problemas públicos, que tem em Daniel Cefaï um dos seus principais representantes. Essa nova perspectiva é relevante

para compreender como esses agentes – migrantes/étnicos – em um contexto adverso, emergem como empreendedores e, a partir da sua ação empreendedora, contribuem para posicionar a nova diáspora negra como um problema público. Afinal, se todo problema público é um problema social, nem todo problema social emerge como um problema público (CEFAÏ, 2011). Além do mais, os agentes são competentes e capazes de crítica. Eles não são cooptados pelo sistema e conseguem perceber a necessidade de fazer concessões e traduções para alcançar um objetivo. Não são simples marionetes das estruturas (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999).

Porém, há, ainda, outros aspectos relevantes a serem considerados quanto ao ato de empreender. É preciso observar os discursos comumente disseminados sobre o poder do empreendedorismo como a solução dos problemas sociais, camuflando a precarização e a flexibilização do trabalho (CARMO et al., 2021).

2.2.2 Empreendedor de si: as intrínsecas contradições desse discurso

> Vivemos em um tempo em que os discursos sobre empreendedorismo, economia criativa, nova economia, "capitalismo artista", entre outras denominações, emergem como sinais de uma espécie de nova era, de um capitalismo de "propósitos", que aliaria a busca do lucro com a felicidade, com a realização dos sonhos, com a ética da "gente de bem", com um ambiente de criatividade generalizada e supostamente democrática. Um ambiente idealizado em que todos inspiram e são inspirados; em que a economia, as práticas sociais, a comunicação, tudo se alisa, se dinamiza e se acelera, em fluxos promovidos pelos contatos entre iguais, entre pessoas em plena sintonia e que partilham os mesmos objetivos, os mesmos modos de ser e de perceber o mundo (CASAQUI, 2018, p. 63).

A ideia propagada de que todos os indivíduos podem alçar ao sucesso pessoal e empresarial, administrando com eficácia e eficiência seu capital humano, é o "modelo de cultura de nosso tempo" sobre o empreendedor (CASAQUI, 2019, p. 190). Ele passa a ser o sujeito que, mediante sua força de vontade, perseverança e dedicação supera qualquer obstáculo. Porém, para tanto, é necessário alcançar a sua grandeza interior e descobrir o empreendedor existente em si mesmo, além de se adequar ao sistema econômico vigente. Trata-se de uma descoberta que o eleva a posição heroica de quem crê somente em sua própria capacidade (CASAQUI, 2018; 2019).

Esse ideal do "empreendedor de si", não à toa, emerge diante de um contexto contemporâneo de fragilidades econômica e social. Nesse olhar contemporâneo da cultura empreendedora, a chave para as crises, o remédio capaz de curar todas as enfermidades macroeconômicas está no empreendedorismo. Esse discurso ofusca o olhar sobre questões

relativas à perda de direitos trabalhistas, distanciamento do Estado na promoção de projetos de cidadania, ausência de postos de trabalho, dentre outras (CASAQUI, 2018; 2019; CARMO et. al., 2021). O modelo dissipa a presença do Estado, transferindo sua responsabilidade para o sujeito que segue sendo o único responsável por seu sucesso ou fracasso. Assim, os problemas sociais passam a ser consequência da incapacidade de cada cidadão em se adequar às organizações (CARMO et. al., 2021). O empreendedorismo, então, se configura como uma solução individual de questões que são coletivas (ZANFORLIN; AMARAL, 2019).

No entanto, Carmo et al. (2021) apontam que o empreendedorismo gerado pela necessidade de subsistência é a paleta comum no cenário brasileiro. Os autores indicam que mais de 80% dos negócios, em estágio inicial ou estabelecido, possuem apenas o empreendedor individual. Contudo, lhe é concedida a missão de gerar novos postos de trabalho para que o sistema capitalista continue a progredir. Além disso, metade desses comércios tem um faturamento inferior a um salário-mínimo mensal. À vista disso, o empreendedorismo se configura em uma outra categoria de trabalho informal, onde a suposta autonomia de ser seu próprio patrão o possibilitará a ascender socialmente. Dessa forma, a responsabilidade de garantir condições dignas de sobrevivência é transferida da esfera política e social para a individual. Notadamente, de acordo com os autores, isso é mais observado em países em desenvolvimento.

Para reforçar esse ponto de vista, Carmo et al. (2021, p. 22), em seu estudo sobre o neoliberalismo nos discursos do empreendedorismo, apresentam um questionamento de Peter Drucker (1987): “Como explicar que de um momento para o outro surja tanta gente disposta a trabalhar como doida por longos anos e enfrentar sérios riscos em vez de ter a segurança das grandes organizações?” A resposta, segundo os autores, pode ser pautada pela racionalidade neoliberal que encoraja a competição e o individualismo, como maneiras para alcançar o sucesso (DARDOT; LAVAL, 2016), encobrindo a precarização do trabalho (CARMO et al., 2021). Nessa lógica, a concorrência no mercado é um processo próprio da ação dos sujeitos que buscam se posicionar a frente dos demais na busca por novas oportunidades de obter lucro. Dito de outra forma, a ação humana se vale da vontade em se destacar do outro, da satisfação do próprio desejo. Assim, o empreendedor é aquele que define a própria vida econômica, movido por seu espírito empresarial (DARDOT; LAVAL, 2016).

Para a prevalência desse modelo, no entanto, é preciso ganhar adeptos em toda a sociedade. Isso é feito por meio da publicização de casos de sucesso de empreendedores. Suas histórias são contadas por intermédio de narrativas que inspiram e que, portanto, devem ser mimetizadas. Vários são os agentes que publicizam a ideologia do “homem empresarial”

(DARDOT; LAVAL, 2016), sendo que sua difusão é feita, principalmente, pela educação e a imprensa (CASAQUI, 2018; 2019). Em seu estudo sobre a cultura empreendedora, Casaqui (2019) aponta uma série deles: Bel Pesce, Flávio Augusto (*blog* Geração de Valor), Endeavor Brasil, Sebrae, dentre outros. Organizações internacionais e intergovernamentais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a União Europeia, atuam fortemente na estimulação desse discurso, alavancando a formação do "espírito de empreendedorismo" em sistemas educacionais de países ocidentais (DARDOT; LAVAL, 2016).

Esse processo de publicização, de acordo com Casaqui (2019), ainda desloca a noção de empreendedor ao aliar lucro com propósito, convocando os sujeitos a serem parte dessa nova receita de sucesso. Dessa forma, os empreendedores estabelecem um vínculo entre suas atividades econômicas/capitalistas com a intenção do bem comum. Esse processo, segundo o autor,

> sobrepõe-se à tradição do Terceiro Setor, às atividades do Estado com objetivos de apaziguar as desigualdades sociais, esvaziando o poder transformador da coletividade em função da celebrização e santificação do agente individual, que empreende e tem *propósitos* – mas não deixa de ter a ambição do capital, e sim reveste suas ações com a aura do social, tornado mercadoria, reduzido ao consumo (CASAQUI, 2019, p. 191).

Essa mesma situação de endeusamento do empreendedorismo é observada nas ações de ONGs voltadas para a integração de migrantes à sociedade brasileira. Zanforlin e Amaral (2019) problematizam o empreendedorismo social como uma via de acesso e alavancagem econômica por essa população. As autoras analisaram três organizações e constataram que o discurso sobre o empoderamento de imigrantes é o mesmo entre elas: o empoderamento econômico de imigrantes é relacionado a riqueza de seus conhecimentos e experiência de vida, além de diferenças culturais e de visão do mundo. Essa forma de empreender, então, se diferencia das demais pela defesa de uma causa. Por esse motivo, a gastronomia é a ferramenta mais propagada por essas organizações como um meio de promoção de trocas culturais para possibilitar o rompimento de adversidades e discriminações. A mobilização da história pessoal do migrante é usada para atrair a atenção (CASAQUI, 2019; ZANFORLIN; AMARAL, 2019), transformando as problemáticas relativas à migração e refúgio em uma causa humanitária (ZANFORLIN; AMARAL, 2019). Esse empreendedorismo social também se vincula ao contexto contemporâneo de diminuição das responsabilidades do Estado e ênfase no neoliberalismo (CASAQUI, 2018; 2019; ZANFORLIN; AMARAL, 2019).

A panaceia do empreendedorismo é, portanto, estimulada pelas ONGs que buscam convocar a sociedade civil e empresas privadas para atuarem ativamente na gestão de projetos voltados a essa causa humanitária. Esse discurso, de acordo com Zanforlin e Amaral (2019), também encontra eco nas comunidades de migrantes, uma vez que procuram relativizar sua vulnerabilidade mediante a inserção na sociedade brasileira e provimento de renda para si e sua família. É dessa forma que se desenha o quadro em que os migrantes são vistos como potenciais empreendedores. Afinal, o próprio deslocamento humano é visto como um ato empreendedor.

Para Casaqui (2019), a ferocidade desse projeto de sociedade relacionado à cultura empreendedora como forma de proteção da nação brasileira é uma perspectiva desoladora e pautada por medidas de retrocesso. Dentre elas, o autor cita o desmonte da pesquisa científica no atual governo, um Estado brasileiro cada vez mais afastado de suas obrigações sociais, uma mídia pautada por discursos que trivializam a economia de plataforma (como aplicativos de *delivery* e de transporte), além da existência de fragilidades e incertezas do mercado de trabalho e da reforma previdenciária. De acordo com o autor, essas dimensões que debilitam as populações são apresentadas como sendo uma oportunidade para empreender e transformar vidas, aliando a satisfação, felicidade e realização com a inovação e o empreendedorismo.

Inicialmente, esse estudo se propôs a também compreender como o empreendedor étnico contribui para colocar as questões raciais e migratórias nas arenas pública e política (CEFAÏ, 2011), apoiando, assim, uma inovação social. No entanto, a construção dos dados no campo investigativo não trouxe essa perspectiva. Mas, apresentou algumas pistas sobre o motivo de sua ausência em campos de experiência sobre situações problemáticas (ANDION et al., 2017), motivo pelo qual penso ser importante manter a próxima seção desse trabalho.

2.2.3 Inovação e inovação social

> Confrontadas com uma situação problemática cujas consequências são percebidas e avaliadas por um conjunto de pessoas como nefastas para os seres humanos e para os bens a que eles estão ligados, mas também, além disso, para os seres vivos ou para a Terra, essas pessoas se inquietam, se interrogam, investigam, experimentam, discutem. Tentam definir o problema, determinar suas causas, detectar seus fatores e estabelecer as responsabilidades. Associam-se e organizam-se, encontram líderes para fazer suas vozes serem ouvidas e para convencer e mobilizar em grande escala. Tomam a palavra, testemunham, avaliam, argumentam, criticam, deliberam, interpelam a opinião e os poderes públicos. Quando estes não intervêm, buscam solução em sua própria escala, imaginam roteiros, projetam alternativas, tentam descobrir como regular ou suprimir o que definiram como situação problemática (CEFAÏ, 2017a, p. 188).

Foi a partir dos estudos de Schumpeter (1983) que a inovação tornou-se uma proposição essencial para o desenvolvimento econômico e tecnológico (HEISKALA, 2007; BEZERRA-DE-SOUSA; TEIXEIRA, 2019). A definição clássica de Schumpeter (1983) distingue cinco tipos de inovação: 1) introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de um bem já existente; 2) inclusão de um novo método de produção; 3) abertura de um novo mercado; 4) descoberta de uma nova fonte de suprimento de matérias-primas ou de produtos semimanufaturados e; 5) criação de uma nova organização de qualquer setor que quebre ou que gere um monopólio. Essas formas de inovação conduzem às inovações tecnoeconômicas.

Heiskala (2007) explica que as inovações tecnológicas são formas novas e mais eficientes de transformar a realidade material. Já as inovações econômicas colocam as inovações tecnológicas a serviço da produção de mais valor. Essas duas formas de inovação juntas formam a esfera das inovações tecnoeconômicas. O autor apresenta, ainda, mais três classes de inovação: reguladoras, normativas e culturais. As inovações reguladoras transformam as regulamentações padrão ou a maneira como são sancionadas. As inovações normativas, por sua vez, confrontam os compromissos de valor estabelecidos ou a forma como esses valores foram determinados nas normas sociais legítimas. Por fim, as inovações culturais "desafiam as formas estabelecidas de interpretar a realidade, transformando paradigmas mentais, quadros cognitivos e hábitos de interpretação"[8] (HEISKALA, 2007, p. 59, tradução nossa). Essas três classes unidas formam, segundo o autor, a esfera da Inovação Social. Todavia, a realidade é muito mais complexa diante de sua multiplicidade e fluxo constante, como alerta o próprio Heiskala (2007). Em função disso, é comum encontrar práticas de IS que combinem de vários modos os cinco tipos de inovação. Como exemplo, o autor cita a aplicação de inovações tecnológicas, como a internet, no campo da educação ou no atendimento de pessoas idosas. Essas inovações podem, por um lado, aumentar as capacidades e o bem-estar de estudantes e idosos e, por outro, diminuir os gastos com educação e assistência. Então, sendo a internet uma inovação tecnológica, a sua aplicação tende a reduzir custos. No entanto, um projeto que vise a sua aplicação no campo da educação e atendimento ao idoso tem decisões tomadas no nível regulatório. Essas decisões podem ser justificadas com argumentos econômicos, mas também com padrões normativos. Do mesmo modo, seria inesperado que a introdução da internet na vida educacional dos alunos, bem como no cotidiano de pessoas idosas não transformasse esses quadros culturais.

[8] Original: *cultural innovations challenge the established ways to interpret reality by transforming mental paradigms, cognitive frames and habits of interpretation.*

Essa mescla entre os tipos de inovações encontra abrigo no desenvolvimento de produtos, processos e serviços, por meio da tecnologia ou ligados às inovações tecnológicas "com fins sociais" - com a meta de produzir benefícios com consequências sociais - e tem sido associada às inovações sociais. Edwards-Schachter e Wallace (2017) também indicam que uma das características da IS é o seu desempenho como uma inovação colaborativa e heterogênea entre o terceiro setor, o setor público e o empresarial.

O estudo de Edwards-Schachter e Wallace (2017) teve o objetivo de esclarecer a multiplicidade de usos do termo IS ao longo do último meio século. Os significados de IS se movem entre as definições baseadas na tecnologia e outras que identificam outros tipos de inovação. De acordo com os autores, os discursos acadêmicos revelam uma longa história de IS definida e estruturada como inovações envolvidas em processos de mudanças sociais e tecnológicas. As interpretações evidenciam características referentes ao processo de inovação "tradicional", objetivos, atores envolvidos, valores e resultados gerados e a relação entre sistemas sociais, tecnológicos e culturais. Nos campos da Sociologia, Gestão e Psicologia Comunitária prevalecem os conceitos relativos à inovação tecnológica. Nas áreas de Desenvolvimento Territorial, Estudos Ambientais e Políticos essa relação é orientada por escopos analíticos e normativos. Deste modo, as abordagens teóricas para explicar as dimensões micro, meso e macro da IS têm envolvido três grandes dimensões de forma inter-relacionadas: transformações societais, desenvolvimento (sustentável ou não) e setor de serviços. Esse resultado evidencia que a IS tem sido caracterizada como transformadora na maioria das narrativas políticas e profissionais, e associada ao atendimento das necessidades da sociedade e às falhas do setor social.

De 1970 para cá, o principal argumento convocado como propósito da IS dispõe sobre a sua orientação para as necessidades sociais não atendidas. As narrativas abrangem os desafios para a nossa sobrevivência e a importância da construção de um mundo mais sustentável. Essa dimensão da IS destaca o desenvolvimento sustentável e a busca por soluções aos desafios sociais e tecnológicos inter-relacionados. Por exemplo, as inovações verdes que compreendem os processos de institucionalização, como as mudanças nos padrões de consumo, regulamentação ambiental e do contexto institucional local, entre outras, onde as práticas sociais e as alterações nos sistemas sociais surgem enredados com as inovações tecnológicas.

O mesmo pode ser observado com a associação da IS à inovação frugal[9], aos negócios com resultados sociais voltados as comunidades mais vulneráveis e à inovação social aberta[10], em que as estratégias das empresas estão ligadas aos processos que sustentam práticas sociais e determinam as aplicações orientadas aos resultados da IS (EDWARDS-SCHACHTER; WALLACE, 2017).

Ainda que esses autores apontem o hibridismo da IS como uma de suas particularidades, acentuando a produtividade empresarial, as inovações não estão restritas somente ao plano corporativo. Dawson e Daniel (2010) sustentam que há evidências de que a IS surgiu porque a inovação convencional, voltada para a matriz industrial, não foi capaz de atender a todos, esquecendo-se de pessoas e comunidades mais necessitadas. Por esse motivo, houve um desequilíbrio entre os valores social e econômico. Isso significa dizer que a inovação tradicional tem sido direcionada ao ganho econômico e tecnológico (SCHUMPETER, 1983; HEISKALA, 2007; EDWARDS-SCHACHTER; WALLACE, 2017), enquanto que a IS tem se voltado para as questões que criam valor social para a comunidade (POL; VILLE, 2009; DAWSON; DANIEL, 2010; CAJAIBA-SANTANA, 2014).

Essas discussões no âmbito acadêmico internacional acerca das composições das inovações levaram Pol e Ville (2009, p. 881, tradução nossa) a destacar que a inovação social é um termo que "quase todo mundo gosta, mas ninguém sabe ao certo o que isso significa"[11]. Para esses autores, as inovações social e de negócio não devem ser sobrepostas. É preciso separar as consequências econômicas - que giram em torno de maior produtividade e consumo - das não econômicas - que refletem e convocam a uma mudança de nosso modo de ver e sentir como a inovação beneficia o ser humano. Eles refletem que as inovações de negócios, ao gerar produtos de consumo, ampliam uma gama de bens e serviços que, normalmente, trazem melhorias para o bem-estar humano. Mas, ressaltam que é útil distinguir entre inovação empresarial e inovação social para destacar a criação de ideias que, pelo menos inicialmente, não tinham o objetivo de ganhar dinheiro.

---

[9] A inovação frugal é caracterizada pela introdução de algo novo que foi criado com o uso de poucos recursos. Normalmente, essa inovação está relacionada a economias emergentes, com grupos de consumidores na base da pirâmide e que não tem suas necessidades atendidas. Porém, esse fenômeno tem se tornado importante também para as nações industrializadas, devido ao desafio da competitividade organizacional no mercado interno e externo (KOERICH; CANCELLIER, 2020).

[10] A inovação social aberta é definida como a aplicação de estratégias de inovação de entrada e saída realizada em conjunto com as inovações nos negócios que estão associados tanto ao modelo da organização como aos desafios sociais (CHESBROUGH; DI MININ, 2014).

[11] Original: *"Social innovation' is a term that almost everyone likes, but nobody is quite sure of what it means."* (POL; VILLE, 2009, p. 881).

Desta forma, a IS é compreendida por eles como aquela que procura novas respostas aos problemas sociais. Esse é o seu foco. Essa busca é realizada por meio da identificação e oferecimento de novos serviços que proporcionam a melhoria da qualidade de vida[12] de pessoas e comunidades. Para tanto, a identificação e a implementação de novos processos de integração no mercado de trabalho - novas competências, novas formas de participação e novos empregos – além de diversos outros elementos que contribuam para melhorar a situação dos indivíduos como força de trabalho são inovações sociais. Logo, Pol e Ville (2009) reforçam que a inovação social é distinta da inovação nos negócios, porque a característica central da primeira é a melhoria na qualidade de vida. Eles afirmam que é metodologicamente impróprio misturar esses dois conjuntos. Aqui, não se trata de explorar novos mercados ou introduzir novos tipos de produção, mas de criar meios de inserção de pessoas para que tenham um lugar e um papel na produção. Como lida com a melhoria do bem-estar dos indivíduos e da comunidade, a inovação social está diretamente relacionada com o desenvolvimento local.

Cajaiba-Santana (2014) confirma esse mesmo olhar para a IS. O autor destaca que a capacidade de inovar e criar algo é uma característica da civilização. A inovação, segundo ele, sempre esteve presente na história humana como uma manifestação de nossa capacidade criativa e como resultado dos esforços conjuntos desprendidos para responder as nossas necessidades e melhorar nossa qualidade de vida. Por isso, a IS não é somente um mecanismo econômico ou um processo tecnológico. É, antes de mais nada, um fenômeno social. Os métodos adotados, os seus efeitos e, principalmente, o seu propósito estão profundamente envolvidos nas condições sociais em que a IS é produzida.

Contudo, uma definição comum de IS, frequentemente utilizada no campo da Administração, é a exploração lucrativa de uma nova ideia. Nesse caso, a lucratividade e o desempenho comercial são elementos essenciais para a inovação. Isso pode ser devido ao fato de a pesquisa em gestão priorizar as performances em um contexto operacional de criação de valor econômico. Então, o que primeiro diferencia as inovações tecnológicas das sociais é o resultado pretendido. Embora possam se sobrepor, os objetivos almejados por essas inovações são diferentes. Cajaiba-Santana (2014) explica que o que se compreende por “social” envolve mais do que práticas comportamentais ou de relacionamento humano implicados no processo

[12] Qualidade de Vida é defendida por Pol e Ville (2009) como aquilo que uma pessoa experencia e que é determinado pelas opções que teve, a oportunidade de escolher e o que foi capaz de alcançar. Mesmo não havendo uma lista global de recursos padrão da qualidade de vida, aspectos ligados à prosperidade econômica e à oportunidade de gozar de um bom trabalho ou de viver em comunidades pacíficas são itens relevantes dessa lista, conforme argumentam os autores.

de criação e disseminação da inovação. Seu significado é baseado na criação de um bem comum maior.

Além disso, de acordo com Cajaiba-Santana (2014), a outra forma de apresentar a IS associada a um instrumento normativo de resolução de problemas sociais, por meio da criação de produtos e serviços, é um erro. O autor esclarece que essa visão, em parte, se deve aos contextos de empreendedorismo social e de políticas públicas em que a IS vem se desenvolvendo, e que são baseados em ações destinadas à resolução de problemas sociais. No entanto, essa visão instrumental é limitada para definir a IS. Primeiramente, a resposta a um problema social não implica, necessariamente, uma IS. As inovações técnicas também podem ter esse mesmo objetivo. Segundo, as inovações sociais não são materiais. Essa dimensão material da IS como um produto é contraditória a imaterialidade ontológica desse fenômeno. Os resultados quando são materiais não se concentram nas necessidades, mas na construção de ativos. Isso significa dizer que uma IS se manifesta na mudança de atitudes e comportamentos, levando a novas práticas sociais. O que nos leva ao terceiro ponto levantado por Cajaiba-Santana (2014). A IS incorpora não somente as mudanças na forma como os agentes sociais agem e interagem uns com os outros, mas também as alterações no contexto social em que essas ações se desenrolam, criando outras instituições e sistemas sociais. Portanto, a IS diz respeito à mudança social, sendo essa a sua principal característica.

Por conseguinte, a pesquisa sobre IS expandiu e passou a aceitar a importância da dimensão social e a considerar o próprio processo de inovação como uma ação social. Embora tenhamos conquistado conhecimentos expressivos com as pesquisas que associam a inovação tecnológica com o contexto social, as singularidades da IS exigem novos paradigmas e perspectivas teóricas para avançar (CAJAIBA-SANTANA, 2014).

No contexto brasileiro, a literatura nacional recente sobre IS tem seguido, geralmente, o mesmo caminho das discussões internacionais que a associam ao desenvolvimento econômico e tecnológico (HEISKALA, 2007; EDWARDS-SCHACHTER; WALLACE, 2017). Mas, há outros estudos que buscam combinar o valor social e o valor econômico no desenvolvimento de modelos inovadores voltados a solucionar algum problema da sociedade (BEZERRA-DE-SOUSA; TEIXEIRA, 2019). Nesse caso, a criação de produtos e serviços direcionados ao atendimento de alguma necessidade ou desafio social também é considerada como parte de seu objetivo. Dessa maneira, ela é vista como a precursora das mudanças das relações sociais que podem levar a uma transformação social.

Com relação às lentes teóricas utilizadas, o campo acadêmico brasileiro tem privilegiado as teorias organizacionais internacionalmente reconhecidas, como a teoria

institucional (BITENCOURT et al., 2016; AGOSTINI; VIEIRA; BOSSLE, 2016; AGOSTINI et al., 2017). Isso explica porque a maioria dos estudos tem usado a racionalidade econômica e tecnológica ao abordar a IS (FRANZONI; SILVA, 2016; HOWALDT; DOMANSKI; KALETKA, 2016; MEDEIROS et al., 2017). As pesquisas têm seguido por duas vertentes, sendo uma centrada nas análises de problemas sociais e de transformações sociais (GREGOIRE, 2016; HOWALDT; DOMANSKI; KALETKA, 2016; MORAIS-DA-SILVA; TAKAHASHI; SEGATTO, 2016; AGOSTINI et al., 2017; MEDEIROS et al., 2017; BEZERRA-DE-SOUSA; TEIXEIRA, 2019) e a outra direcionada aos problemas específicos das partes interessadas (BITTENCOURT; RONCONI, 2016; CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016; FRANZONI; SILVA, 2016; MAGUIRRE; RUELAS; TORRE, 2016; PATIAS et al., 2016; ANDION et al., 2017; GONSALVES; ANDION, 2019).

Dessas investigações, o estudo de Agostini et al. (2017), que analisa as pesquisas desenvolvidas sobre a IS no campo da gestão de negócios, por exemplo, aponta para a mesma lacuna paradigmática e teórica levantada por Cajaiba-Santana (2014). Os autores definem que, para o avanço desse fenômeno, é preciso identificar os atores envolvidos e as diferentes relações que desempenham nas iniciativas de IS. Em particular, é preciso compreender o envolvimento dos atores internos nesse processo, uma vez que a IS é desenvolvida “com” e “pelos” usuários e não é entregue “para” eles. Outra questão relevante trazida à tona pelos autores se refere à compreensão da IS como resultante de um processo sistêmico, em constante mudança, e que, por consequência, exige adaptações e novas soluções. Ademais, ao desenvolverem a sua capacidade de agir, esse é um processo de empoderamento das pessoas.

Diante dessa afirmação da capacidade de ação dos envolvidos, Andion et al. (2017) e Gonsalves e Andion (2019) trazem para o campo da Administração um debate centrado nos atores, livrando-se da matriz industrial e alavancando o ponto de vista político, pouco discutido no domínio da IS. Os autores adotam uma nova perspectiva teórica para o exame das problemáticas relacionando duas abordagens que de alguma forma se inscrevem na sociologia pragmatista francesa: a Teoria Ator-Rede (LATOUR, 2012) e a Sociologia dos Problemas Públicos (CEFAÏ, 2009; 2014).

A partir dessa matriz epistêmica e dessas lentes teóricas, em um estudo sobre os processos de IS capitaneados por atores da sociedade civil na esfera pública, Andion et al. (2017) propõem três pressupostos que podem ser aplicados na análise da IS. O primeiro deles é que a “IS se inscreve em trajetórias longas de configuração de problemas públicos” (ANDION et al., 2017, p. 380). Os atores da sociedade civil promovem a IS por meio de empreendimentos individuais ou coletivos que trazem novas soluções para os problemas

sociais. Porém, além da literatura pouco questionar sobre como ocorre esse processo, também não o relaciona com "o quadro sócio-histórico e o contexto de práticas no qual está imerso" (ANDION et al., 2017, p. 380). O segundo pressuposto é que "a IS emerge em 'campos de experiência' sobre situações problemáticas" (ANDION et al., 2017, p. 381). Os campos de experiência são assimilados como formados pelo que é vivido e sentido pelos atores envolvidos com as situações problemáticas (CEFAÏ, 2014). Por esse motivo, é preciso acompanhar os atores para compreender as práticas das inovações sociais, suas consequências e limitadores. Inclusive porque nem todo processo de transformação no sujeito ocorre, necessariamente, do enfrentamento de um problema público e das soluções dadas a ele. A terceira pressuposição é que "religar os processos de IS e de mudança social é importante para compreender suas consequências" (ANDION et al., 2017, p. 382). A correlação entre as dimensões micro e macro possibilita delinear uma nova concepção dos processos de IS. É preciso, portanto, prestar atenção em como os atores enfrentam os problemas públicos em diferentes arenas. Ou seja, é fundamental concentrar nos argumentos, posições e ações que são mobilizados pelos atores diretamente envolvidos no fenômeno para a construção e defesa de visões para o futuro. A crítica pode promover inovações sociais mais profundas e duradouras, uma vez que permite criar argumentos, práticas e novos públicos.

A partir dessa explanação é possível constatar que numa leitura pragmatista os atores passam a ser vistos como produtores da IS. Em outras palavras, a sociologia pragmática direciona a análise para a ação de atores conscientes, que não são somente "produto ou consumidor da situação" (ANDION et al., 2017, p. 373). Isso também fica evidente em outro estudo conduzido por Gonsalves e Andion (2019). Nele, as autoras, ao fazerem uma análise pragmatista sobre a performance do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes de Florianópolis-SC e suas consequências relativas à IS nas arenas públicas, demonstraram que as crianças e adolescentes estão pouco presentes nos espaços de discussão nos âmbitos local e nacional. Contudo, esse público deseja ser visto e atuar como sujeito e não como beneficiário da política pública. Esse tem sido um dos motivos do distanciamento entre as questões que mobilizam os operadores da política daquilo que tem preocupado crianças e adolescentes.

Dito isso, a minha aproximação da IS foi, desse modo, baseada na sociologia pragmatista francesa, uma vez que acompanhei a experimentação dos múltiplos atores (humanos e não humanos) e suas articulações com o propósito de responder às situações problemáticas. Fiz isso por meio da lente teórica da Sociologia dos Problemas Públicos de Daniel Cefaï (2011; 2014; 2017a; 2017b). Como apresentei nessa seção, a visão da IS a partir

de uma matriz industrial tem sido dominante no campo da Administração. Em contrapartida, o pragmatismo oferece pistas para compreender de outro modo a ação pública em termos de IS nas arenas públicas. Dessa maneira, a contribuição que ofereço à literatura e à teoria estará centrada em uma nova abordagem desse fenômeno ao buscar compreender como sujeitos que compõem a nova diáspora negra em SP articulam, agem e constroem, coletivamente, respostas, por meio do empreendedorismo étnico, para posicionar a questão desse novo fluxo migratório como um problema público. Isso, apesar de, nessa pesquisa, a IS não ter se manifestado no campo investigativo por meio de mudanças de atitudes e comportamentos que levassem os atores a novas práticas sociais (CAJAIBA-SANTANA, 2014).

Para fazer uma incursão diferenciada por intermédio de um outro olhar e uma nova compreensão sobre esse fenômeno, na próxima seção posiciono o enfoque teórico da sociologia pragmatista francesa, com especial atenção para a Sociologia dos Problemas Públicos.

2.3 LENTE TEÓRICA

Nessa seção exponho a lente teórica adotada para esta pesquisa, fornecida pelo pragmatismo filosófico, pela sociologia pragmatista francesa e seu desdobramento em uma sociologia dos problemas públicos.

2.3.1 O Pragmatismo na filosofia e a virada pragmatista nas Ciências Sociais na França

> Só há movimento social, condutas colectivas empenhadas no conflito pela gestão da historicidade, se o actor possuir a capacidade de se sobrepor às meras reivindicações e mesmo às negociações políticas para se reconhecer e afirmar mais como produtor do que como consumidor da situação social, como capaz de a pôr em questão em vez de tão-só lhe responder (TORAINE, 1984, p. 26).

A ênfase da palavra “pragmatismo” está nos seres humanos como aqueles que agem e em suas relações práticas com o mundo (DELANTY; STRYDOM, 2003; JAIME; BANDEIRA, 2020). O pragmatismo é, portanto, uma filosofia da prática, da ação, do cotidiano. Os conceitos são produzidos com base nas experiências das pessoas. O conhecimento passa a ser importante quando produz efeitos – consequências práticas – nas vidas dos atores. Estes são seres criativos e, por isso, empregam a linguagem e usam seus conhecimentos para abrir possibilidades e realizá-las (DELANTY; STRYDOM, 2003). Dito de outra maneira, o ato de pensar conduz a resolução de problemas. Em vista disso, o

pragmatismo supera os dualismos cartesianos que são pressupostos da filosofia ocidental moderna, como sujeito e objeto, corpo e mente, teoria e fato, dedução e indução, natureza e cultura, realidade e cópia, individual e sociedade, dentre outros (DELANTY; STRYDOM, 2003; CORRÊA; DIAS, 2016; JAIME; BANDEIRA, 2020). Isso significa dizer que o pragmatismo rejeita algumas ideias norteadoras da filosofia positivista da ciência, bem como do interpretativismo e das tradições estruturalistas. Princípios como a do sujeito do conhecimento como indivíduo, o conhecimento construído a partir da observação e dedução lógica, as ciências sociais preocupadas exclusivamente com a interpretação e compreensão dos significados simbólicos da cultura, a verdade como representação da realidade são abertamente confrontados. O pragmatismo assume uma outra perspectiva. Nele, o conhecimento ancora-se nos problemas coletivos e ocorre em diferentes contextos e de diversas maneiras. O conhecimento não é resultado somente da criatividade individual do cientista, mas inclui também a busca cooperativa da comunidade científica pela verdade mediante processos de interpretação e argumentação e, de forma mais significativa, por meio da superação coletiva de problemas de ação (DELANTY; STRYDOM, 2003; JAIME; BANDEIRA, 2020). A forma como se desenrola a superação dos problemas coletivos e o desenvolvimento simultâneo do conhecimento são as preocupações primordiais do pragmatismo, dado que juntos realizam e fortalecem a democracia (DELANTY; STRYDOM, 2003).

O pragmatismo foi fundado pelo filósofo americano Charles Sanders Pierce, no final do século XIX e se expandiu para o mundo no início do XX. Para encaminhar os problemas filosóficos, Pierce acreditava na necessidade da criação de métodos apropriados que permitissem a organização das ideias e sua extensão a novos fatos. Uma de suas críticas referia-se a falta de sentido da maioria das afirmações metafísicas. Foi em um de seus ensaios “Como Tornar Claras Nossas Idéias”, publicado em 1878, que Pierce apresentou o pragmatismo. Ele o idealizou como um método. Dessa forma, o objetivo do pragmatismo não deveria ser a solução para algum problema específico, mas uma técnica que pudesse apoiar a compreensão de problemas científicos e filosóficos, permitindo a sua reconstrução ou explicação de conceitos pouco claros. Para o filósofo, a definição desses conceitos significava, necessariamente, analisar as suas “consequências práticas”. Em outras palavras, para a concepção de um conceito deve haver uma ligação entre pensamento e ação, para se compreender como ele funciona e o que pode realizar (PIERCE; FREGE, 1974). Esse princípio levou Pierce (1974, p. 5) a propor a máxima pragmatista de “Considerar os efeitos

práticos que possam pensar-se como produzidos pelo objeto de nossa concepção. A concepção destes efeitos é a concepção total do objeto".

William James - seguidor de Charles Pierce e quem o proclamou como o fundador desse movimento filosófico - foi o responsável pela divulgação desse novo método e obteve uma resposta abrangente da Europa. Filósofos, como Josiah Royce, John Dewey, George Herbert Mead, Clarence Irving Lewis, Charles Morris, dentre outros, passaram a seguir e a elaborar o pragmatismo, durante as primeiras décadas do século XX (DELANTY; STRYDOM, 2003).

James (1974), assim como Pierce, afirmou que o pragmatismo é um método para assentar as disputas intermináveis da metafísica. Para que isso seja possível, é preciso considerar os efeitos práticos que um objeto pode ter, ou seja, o que devemos esperar e que ações devemos preparar. Essa conceitualização leva o pragmatista a se distanciar das generalizações e deficiências das soluções verbais e se aproximar do concreto, do fato, da ação e do poder. Para o filósofo isso significa "ar livre e possibilidades da natureza, em contraposição ao dogma, à artificialidade e à pretensão de finalidade na verdade" (JAMES, 1974, p. 12). Assim, a ciência e a metafísica podem trabalhar juntas, pois o pragmatismo se desdobra em caminhos onde as realidades existem e podem ser alteradas. As teorias passam a ser instrumentos e não respostas aos fenômenos sob as quais podemos nos debruçar. O pragmatismo não tem dogmas, mas alguns princípios. Dentre eles, não se deve ir à campo com um modelo prévio e categorias *a priori*, pois é preciso investigar primeiramente sobre o que emerge do campo. Por esse motivo, James (1974, p. 13) esclareceu que o método pragmático implica na "atitude de olhar além das primeiras coisas, dos princípios, das "categorias", das supostas necessidades; e de procurar pelas últimas coisas, frutos, consequências, fatos".

Assim, no pragmatismo, não se fala em verdade no singular, como sendo somente parte de nossas próprias experimentações (JAMES, 1974). Para uma proposição ser considerada verdadeira é preciso que, além de ser vantajosa na prática (JAIME; BANDEIRA, 2020), nossas ideias e experiências estejam relacionadas às outras verdades. Dessa forma, o pragmatismo fala de verdades no plural. É a comunidade quem refina as controvérsias sobre determinado fenômeno. E, quanto mais debates existem, mais vivo está o campo, a sociedade e a ciência (JAMES, 1974).

Então, o que são as experiências? Dewey (1974) responde avaliando o papel da experiência no plano de ação dos agentes. Ele foi contrário a dicotomia largamente difundida nas escolas filosóficas entre experiência e natureza. Afirmou que ao segregar o agente de suas

ações, o papel da experiência nas ações cotidianas é desvalorizado, não respondendo aos problemas que surgem da interação entre a mente e o corpo. Nessa visão naturalista adotada por Dewey (1974), a experiência é a base das ações do agente, orientando-o, alterando o percurso, influenciando as ações humanas. Não se trata de sensações enganosas a serem superadas pela razão. Do mesmo modo, a experiência não tem começo e nem fim, mas faz parte do todo. Ela não é experenciada, mas sim a natureza. A forma como as coisas interagem – animais, plantas, pedras, água, fogo, doenças, saúde – é a experiência e também aquilo que é experenciado. A experiência é uma ferramenta de aproximação dos seres humanos com a natureza, para examiná-la e senti-la por completo. E, por ser elástica e sem fronteiras, a experiência está vinculada e dependente de outras em uma teia de relações que ocorrem em um contexto.

Assim, Dewey (1974, p. 168) define que vida e história possuem "a mesma plenitude de sentido indiviso", sendo que

> Vida denota uma função, uma atividade compreensiva, em que organismo e ambiência acham-se incluídos. Somente em consequência da análise reflexiva resolve-se em condições externas – ar respirado, alimento consumido, terreno percorrido – e estruturas internas – pulmões respirando, estômago digerindo, pernas caminhando. A extensão de "história" é amplamente conhecida: as proezas realizadas, as tragédias sofridas; também o comentário humano, o registro, a interpretação que inevitavelmente se seguem. Objetivamente, a história compreende rios, montanhas, campos e florestas, leis e instituições; subjetivamente, inclui propósitos e planos, os desejos e emoções, através dos quais aquelas coisas são administradas e transformadas.

Por essa razão, Dewey (1974) explica que o método empírico é o único capaz de trabalhar com a totalidade da experiência, em razão de assumi-la de forma integrada como ponto de partida. O método não-empírico inicia com as duas partes já separadas, com o objeto e sujeito de um lado, mente e matéria de outro. Ao ceder espaço para a interação entre o agente e o meio, o método empírico permite voltar a atenção para o dinamismo da experiência do agente e o progresso de seu conhecimento.

Entretanto, apesar da apropriação dos elementos centrais do pragmatismo feita por pesquisadores como Popper, Toulmin e Kuhn, e de Dewey e Mead levá-lo para a filosofia das ciências sociais e Morris para o empirismo lógico, o pragmatismo foi esquecido por décadas pelas universidades americanas. Seu renascimento na filosofia americana ocorreu, de maneira mais ampla e com consequências para a filosofia das ciências sociais, a partir de 1970 (DELANTY; STRYDOM, 2003). Esse desaparecimento dos "mestres pensadores" não significou o fim das pesquisas. Na verdade, muitos pesquisadores "do outro lado do oceano"

imigraram, favorecendo um intercâmbio intelectual que foi responsável pela formação de redes de cientistas (DOSSE, 2018, p. 13).

Ainda que de forma pouca evidente, a virada pragmatista no contexto das ciências sociais na França ocorreu a partir do final da década de 1970 e início de 1980 (DELANTY; STRYDOM, 2003; CORRÊA; DIAS, 2016). Mas, foi apenas a partir da década seguinte que o pensamento pragmatista foi "novamente descoberto" e passou a ser incorporado ao diálogo intelectual no campo das ciências sociais francesas. O paradigma dominante até então era o estruturalista. A sua predominância esteve diretamente relacionada a "era de ouro da sociologia clássica" (DOSSE, 2018, p. 194) que diz respeito aos anos de pós-guerra, de reconstrução nacional e de modernização do Estado. Entretanto, esse paradigma falha quando é preciso explicar o agir social. "Explicar por que as pessoas se enganam não é a mesma coisa do que mostrar por que elas são mistificadas" (DOSSE, 2018, p. 192).

Com o fim dos grandes paradigmas, surgem outros modos de pensar o social e o político. Com essa transformação em curso, Dosse (2018, p. 20) afirma que "estaremos sempre mais próximos da fumaça do que do cristal", e a ação é, sem dúvida, a cristalização em desenvolvimento. Evidentemente, esse reconhecimento não surgiu sem um motivo. A ação marcou intensamente uma geração que experenciou o movimento de maio de 1968 ocorrido na França. O paradigma estruturalista teve, então, a sua eficácia questionada, pois ao considerar que a estrutura social condiciona os atores, não foi capaz de abordar o fenômeno no qual eles agem independentemente das estruturas. Em função disso, o que foi determinante para o rompimento com o estruturalismo foi a necessidade de dar atenção aos atores (DOSSE, 2018). Outro movimento observado e que resultou na reanimação do pragmatismo no contexto acadêmico francês – ocorrido a partir dos anos 2000 e 2010 - foi a tradução para o francês de obras e textos de Charles Sanders Pierce, William James, John Dewey e George Herbert Mead (CORRÊA; DIAS, 2016).

A preocupação em reformular a teoria da ação a partir de uma abordagem pragmática e de superar os contextos dicotômicos clássicos da Filosofia, Sociologia e Antropologia produziu uma nova guinada de produção na sociologia francesa. Seminários realizados em instituições universitárias como a prestigiosa *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, e voltados exclusivamente a apresentação da sociologia pragmática, em 2004, e a referência ao programa de pesquisa "sociologia pragmática da crítica" feita por Luc Boltanski em seu livro *De la critique* (2009) são alguns exemplos que constituem a "constelação pragmática" (DOSSE, 2018) na sociologia francesa. No entanto, vários autores dessa constelação fizeram questão de apontar suas diferenças (CORRÊA; DIAS, 2016).

Essa guinada foi iniciada pelos pesquisadores Luc Boltanski e Laurent Thévenot que passaram a questionar as categorias tradicionais usadas para explicar fenômenos sociais, como classes, sociedade, estruturas e movimentos sociais, se posicionando a favor de uma aproximação dos atores e suas experiências. Esses conceitos, antes vistos como explicativos, passaram a ser os elementos a serem explicados (CORRÊA; DIAS, 2016). Foi a partir de uma crítica à sociologia crítica de Pierre Bourdieu, com quem trabalharam inicialmente, que os autores desenvolveram a sua teoria. Rejeitando o estruturalismo e adotando o pragmatismo americano, os autores se interessam pelas ações e práticas críticas (VANDENBERGUE, 2006). Em seu livro *De la justification*, eles privilegiaram os tipos de mobilizações que os atores fazem em momentos de disputas para justificar seus posicionamentos e a coordenação de suas ações. O principal fator para a justificação é a crítica. Para Boltanski e Thévenot (1999) as pessoas experenciam situações que constroem acordos, mas também onde são produzidas controvérsias e disputas, que são decorrentes da crítica. Dessa forma, apresentam um arcabouço teórico para compreender as gramáticas implicadas nas reivindicações de justiça e nas denúncias de injustiças nos arranjos coletivos.

O momento crítico acontece quando as pessoas envolvidas em situações rotineiras se dão conta de que algo está errado. Na maioria das vezes, essa compreensão as leva a não mais suportar esse estado de coisas (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999). Pelo contrário, é preciso mudar, fazer alguma coisa, agir, anulando a situação atual e mobilizando recursos que possibilitem uma outra conjuntura, já que a atual incomoda ou é intolerável (DEWEY, 1946; CORRÊA; DIAS, 2016). O descontentamento pode levar ao escândalo, onde críticas, acusações e queixas são trocadas. Essa circunstância se desdobra em controvérsias. Enquanto o escândalo é visto como informal, a controvérsia, por sua vez é dirigida pelo sistema judicial. Há, porém, diversos casos intermediários. Boltanski e Thévenot (1999) investigam o que há de comum nessas situações e delineiam uma estrutura para a análise do que está em disputa na sociedade. Aqui, cabe avaliar que as disputas não envolvem apenas os seres humanos. Há um grande número de objetos que faz parte dela. Como, por exemplo, em momentos de disputa por uma casa deixada como herança; ou um bate-boca doméstico sobre a limpeza da louça de cozinha. Os autores explicam que as disputas associam pessoas e coisas e o quadro analítico que desenvolveram deve lidar com isso no mundo real.

A justificativa é a primeira característica analisada por Boltanski e Thévenot na construção desse modelo. Em situações de controvérsia, os atores precisam justificar suas críticas publicamente. Da mesma forma, aqueles que são criticados buscam defender suas causas, justificando suas ações. Essas justificações precisam seguir regras para serem aceitas e

estas mesmas regras devem ser iguais para os que criticam e para aqueles que respondem às críticas. No entanto, não é possível viver em um estado permanente de crise. Então, o modelo de Boltanski e Thévenot (1999) procura observar não só os argumentos que os atores mobilizam em diversos contextos, mas, inclusive, o manejo dos acordos e desacordos.

Contudo, para esclarecer alguém sobre algo que está errado, é preciso fazer conexões entre diferentes grupos de pessoas e objetos. E, para essa operação de aproximação entre fatos e itens ser justificada, é preciso recorrer ao princípio de equivalência, demonstrando o que eles têm em comum. Isso significa dizer que, para que um acordo possa ser estabelecido, as pessoas precisam renunciar as suas particularidades e abraçar a forma generalizada que ultrapassa pessoas e situações. Ao agir, os atores partem de lógicas diversas e trazem as justificações para o debate, buscando esclarecer suas posições por meio de acordos com outros atores (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999).

O modelo apresenta uma pluralidade limitada de ordens normativas que compõem uma metafísica política, possibilitando que os atores sigam na direção de um acordo justo e universalista (CORRÊA; DIAS, 2016). No lugar das estruturas, inicialmente, Boltanski e Thevenót estabelecem seis *cités* (ou mundos). Posteriormente, Boltanski e Chiapello (2009) adicionam uma sétima lógica de justificação da ação: a *cité* por projetos, que são demonstradas no quadro 1 – *Cités* (Mundos).

Quadro 1 - *Cités* (Mundos)

Cités	**Inspirada**	**Doméstica**	**Opinião**	**Cívica**	**Industrial**	**Mercantil**	**Projetos**
Obra Filosófica	*Cidade de Deus* (Santo Agostinho)	*Política tirada das Santas Escrituras* (Bossuet)	*Leviatã* (Hobbes)	*O Contrato Social* (Rousseau)	Obras de Saint-Simon	*Teoria dos Sentimentos Morais* (Adam Smith)	Obras da "nova gestão empresarial" (década 90)
Humanidade Comum	Inquietude da criação, amor, paixão, criatividade	Naturalidade do hábito, caráter, bom senso	Desejo de ser reconhecido, amor-próprio	Aspiração aos direitos cívicos, políticos e de participação	Trabalho, energia	Interesse, amor pelas coisas, egoísmo	Desejo de conectar-se
Relação Elementar	Paixão, inspiração	Confiança	Reconhecimento, persuasão	Representação, solidariedade	Vínculo funcional	Competição, troca, relações de negócios	Conexão
Estado de Grandeza	Graça, indizível e etéreo, insólito, inquietante	Posição hierárquica, distinção, respeito e estima pessoal	Celebridade, renome, visibilidade, fama	Representativo, legal, unitário, oficial	Funcional, eficaz, produtivo	Desejável, preço, riqueza	Móvel, engajado, flexível, polivalente
Momentos de Prova	Aventuras interiores, buscas e jornadas espirituais e experiências vividas	Cerimônias familiares, celebrações, nomeações	Apresentação, coletiva de imprensa, lançamento, grande visibilidade	Eleições, assembleia, manifestações, causa pública	Teste, controle, execução, implementação	Fechamento de negócios, transações e contratos	Passagem de um projeto a outro
Formato da Informação Relevante	Emocional, espontâneo	Oral, exemplar, anedota	Semiótico	Formal, oficial	Mensurável: critérios, estatística	Monetário	Número e complexidade de conexões
Declínio (pequenez)	Rotinização, hábitos, volta à "realidade", reprodução	Indelicadeza, falta de consideração, traição	Banalização, esquecimento, anônimo	Divisão, isolamento, individualismo	Amadorismo, improdutivo, aleatório, pane	Desvalorização monetária, pobreza, perda de liquidez	Rigidez, fechamento, imobilidade, enraizamento

Fonte: Autora

Nota: elaborado com base nos autores Corrêa e Dias, 2016, p. 76-77 e Boltanski e Thévenot, 1999, p. 15

Esses mundos descrevem a maioria das justificações mobilizadas nas situações de disputa. Eles foram compostos a partir de diferentes princípios descritos em obras canônicas da filosofia política ocidental (BOLTANSKI; THEVENÓT, 1999; CORRÊA; DIAS, 2016). Cada mundo possui "sua ontologia, seus sujeitos, seus objetos, suas concepções de grandeza e de justiça" (CORRÊA; DIAS, 2016, p. 75). As grandezas de uma entidade estão relacionadas ao tipo de renúncia feita aos bens de outro mundo em benefício da geração de um bem comum. A hierarquia de confiança de uma cadeia de dependências pessoais, por exemplo, é a grandeza (ou valor central) do mundo doméstico. Isso exige alguns esforços, como a rejeição do resultado da opinião de outras pessoas, que é a grandeza do mundo da opinião. Essa colocação determina que uma grandeza não atravessa e nem engloba as outras ordens normativas, apesar de os valores e objetos estarem misturados no mundo real (BOLTANSKI; THEVENÓT, 1999; CORRÊA; DIAS, 2016).

Essa perspectiva é observada no estudo de Krieger e Andion (2014). As autoras analisaram as situações de disputa relacionadas ao fenômeno da legitimidade das organizações da sociedade civil (OSC) que apoiam a atuação e a existência dessas organizações. Como procuraram compreender, entre outras coisas, de que maneira acontecem as relações entre os atores no campo e como essas mesmas relações produzem críticas e confrontos ou promovem acordos baseados em justificações legítimas, elas interpretaram os acontecimentos por meio da teoria da capacidade crítica de Boltanski e Thévenot. Krieger e Andion (2014) pesquisaram OSC filantrópicas, técnicas, ligadas aos movimentos sociais tradicionais e novos, e relacionadas ao investimento social privado, na região Sul do Brasil. Algumas das descobertas convergiram para a construção de passarelas (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006) entre os mundos mobilizados pelos agentes. Segundo as autoras, a sustentabilidade no campo das OSC compreende a convivência (não livre de críticas) entre os diferentes mundos. Essa mobilização entre os atores não gerou somente críticas e nem a eliminação de suas diferenças, mas levou a novos compromissos mediante o engajamento de objetos de mundos diversos.

Esse exemplo mostra que o mundo, no pragmatismo, é analisado a partir das fissuras que ocorrem em momentos de tensões normativas. Esses momentos críticos revelam as vulnerabilidades dos arranjos sociais, "problematizando o lugar, a natureza e a ordem (ou as grandezas) das pessoas e objetos" (CORRÊA; DIAS, 2016, p. 79). No modelo de Boltanski e Thévenot (1999) os objetos e convenções (não humanos) são tratados como dispositivos que estabilizam o mundo, sendo essenciais principalmente nos momentos de "prova". Aqui cabem alguns esclarecimentos sobre os sentidos da palavra prova. No francês há dois significados

diferentes ligados à *preuve* e *épreuve*. Quando algo demonstra, evidencia, comprova que uma afirmação ou fato é verdadeiro, isto é, existe uma circunstância, um fato, um indício ou um testemunho que atesta a veracidade de um determinado acontecimento é o sentido que constitui a palavra francesa *preuve*. Já a palavra *épreuve* possui dois outros sentidos. O primeiro equivale àquilo que coloca as coisas à prova, testando e verificando a sua qualidade. O segundo significado refere-se ao "ato de provar", ao momento de experimentar algo. Sob esta perspectiva, a prova é um dispositivo de experimentação e de demonstração de competências (BOLTANSKI; THEVENÓT, 1999; CORRÊA; DIAS, 2016).

Convém ressaltar que a prova envolve a troca de argumentos, bem como a mobilização e o recurso aos objetos. É a introdução dos objetos que possibilita à análise pragmática transitar entre os níveis micro e macro da problemática social. Eles são a base que garante a manutenção e a coordenação das ações. Portanto, não podem ser relegados aos investimentos simbólicos dados pelas pessoas. E, como alertam Corrêa e Dias (2016), apesar de as pessoas e as coisas não serem dotadas de características fixas, é necessário notar que o mundo seria um lugar impossível de se conviver se fosse composto ininterruptamente por controvérsias e incertezas. Em contrapartida, se não houvesse uma participação ativa das pessoas para manifestar sobre algo que não está funcionando adequadamente, as relações humanas não existiriam (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999).

Ao contrário de Boltanski e Thévenot que se mostram presos aos modelos (mundos, controvérsias, justificações, provas, dispositivos, compromisso/acordo) e buscam encaixar os fenômenos neles, Bruno Latour e Michel Callon - outros dois importantes representantes da "constelação pragmática" nas ciências sociais - realçam a importância de cartografar os atores e retraçar as conexões criadas por eles.

Essa nova abordagem do olhar científico sobre os fenômenos fez com que Souza e Sales Júnior (2012, p. 13) alertassem que Latour nada mais queria do que "retirar da sociologia a segurança da imutabilidade de seu objeto de estudo bem como as fórmulas que se deve empregar para melhor explicá-lo". De fato, isso fica explícito quando Latour (2012, p. 21) argumenta que "não há nada de específico na ordem social; que não existe nenhuma dimensão social, nenhum "contexto social", nenhuma esfera distinta da realidade a que se possa atribuir o rótulo "social" ou "sociedade (...)".

Assim, Latour (2012) aponta como empecilho o sentido de "ciência do social" dado a palavra sociologia. Os próprios termos "ciência" e "social" são problemáticos quanto a sua aplicabilidade direcionada a suportar e explicar qualquer fenômeno. Segundo o autor, o que se entendia por ciência e sociedade sofreu mudanças, não permaneceu estável. O social é algo

fluido, plástico, provisório, sempre em transição. Portanto, o social está distante de ser um contexto onde tudo se encaixa, e deve ser visto como tantos outros componentes que participam da formação dos fenômenos. Dito de outra maneira, ao invés de ser a solução, o social é o enigma a ser solucionado. Essa colocação tira os cientistas da posição privilegiada que lhes permitia indicar que os atores nada sabem e são guiados involuntariamente pelas estruturas.

A palavra social permite uma série de *associações* entre elementos heterogêneos. Esse adjetivo, longe de estabelecer uma coisa entre outras, reflete um tipo de conexão entre coisas numa dada circunstância. Sendo assim, a sociologia se desloca da perspectiva da "ciência do social" para a da *busca de associações*, uma *associologia*. A diferença entre essas abordagens está no fato de que na primeira toda atividade poderia ser explicada por seus agregados sociais, enquanto na segunda não há nada pressuposto sobre essas atividades, mesmo se ao serem agrupadas puderem produzir uma sociedade. Ser social não é mais algo simples e nem seguro. E, por não serem permanentes, as conexões anteriormente formadas podem já não existir mais. Isso exige a reformulação constante de cada instância. Por isso, é preciso ir atrás das novas associações heterogêneas, descobrir conceitos, procedimentos e instituições para retomar a tarefa de conectar, de *reagregar* o social (LATOUR, 2012).

A necessidade por uma nova teoria social capaz de retraçar essas conexões originou a Teoria Ator-Rede (*Actor-Network Theory* – ANT). Nessa teoria, os não-humanos – micróbios, pedras, ostras – são apresentados de uma nova maneira, deixando de fazer parte dos simbolismos e passando a ser atores. Na ANT, os atores humanos e não-humanos possuem papel ativo, interagindo e se influenciando reciprocamente. São várias as situações em que os objetos se tornam visíveis. Como exemplos, Latour (2012) cita lugares onde ocorrem inovações, como em oficinas de artesãos, no laboratório do cientista, na casa do consumidor. Nesses espaços, os objetos surgem por meio de reuniões, esboços e projetos. Ou, quando acontecem acidentes, os objetos são constituídos por multidões de pessoas munidas de equipamentos. Até mesmo quando os objetos são "esquecidos" e não parecem mais fazer parte das ações, eles podem ser trazidos à tona por meio de coleções de museus, lembranças, arquivos. Logo, "tudo" o que modifica uma situação é um ator. Mas, é imprescindível que ele faça diferença no curso de ação de outro agente. Isso não significa dizer que "os objetos fazem coisas 'no lugar' dos atores humanos". Simplesmente, esclarece que "nenhuma ciência do social pode existir se a questão de o quê e quem participa da ação não for logo de início plenamente explorada" (LATOUR, 2012, p. 109). Em outras palavras, os atores só existem

mediante um feixe de relações, numa rede complexa entre agentes humanos e não-humanos (LATOUR, 2012).

Um estudo de Callon (1984) ilustra o quão imbricados atores humanos e não-humanos podem estar em uma rede. Ao descrever a problematização que envolveu os interesses econômicos de pescadores, a promoção do conhecimento científico e o "desejo" das vieiras em serem produzidas em cativeiro, ele observou controvérsias e situações em que, para que um acordo entre os atores fosse possível, foi preciso a atuação em processos de tradução. Os atores envolvidos nessa rede – os três pesquisadores responsáveis pelos estudos sobre as vieiras, as próprias vieiras, os pescadores locais e a comunidade científica - foram revelados pelos próprios cientistas em seus relatórios e artigos. A discussão principal resumiu-se às incertezas sobre as propriedades das vieiras em se ancorarem em coletores, o que permitiria a sua proliferação. Para estudar as controvérsias relacionadas à natureza e aquelas referentes à sociedade, Callon observou as variações que influenciavam as alianças forjadas pelos três pesquisadores. A identidade das vieiras, pescadores, representantes e seus intermediários flutuava e o mesmo ocorreu com as relações imprevisíveis entre essas diferentes entidades. Essa análise foi possível, como explicou Callon (1984), porque não supôs anteriormente nenhuma categoria ou relacionamento, confirmando os apontamentos de William James (1974). A história descrita também não invocou nenhum ator que não tivesse sido trazido por eles próprios. Os atores estudados foram confrontados com vários tipos de incertezas e se empenharam em criar alianças, mas estas se mostraram estáveis somente em um determinado momento e local. Foi possível notar que a noção de tradução trazida por Callon (1984) privilegia as movimentações e transformações constantes nesta história, como os deslocamentos de objetivos, interesses, dispositivos, seres humanos e vieiras. Traduzir é deslocar. Mas, é também expressar na sua própria linguagem o que os outros querem e porque agem da maneira como agem e se associam, como um porta-voz.

Dentro dessa lógica de manifestação dos atores, fundamentado em uma etnografia realizada em uma oficina mecânica, Fortes (2020) descreveu de que modo o silenciamento, como prática organizacional, é capaz de alimentar as associações entre os atores de uma rede. Ele utiliza a ANT (LATOUR, 2012), presente na literatura internacional de Estudos Organizacionais sobre silenciamento, e mapeia a controvérsia de acordo com a Sociologia das Traduções (CALLON, 1984). Ele defendeu que o silenciamento permitiu a construção e a manutenção de associações, contrariando o panorama da literatura científica que tem mostrado o silenciamento como uma fonte de exclusão. A tradução não é uma realização completa. Ela é um processo que pode falhar, como admitiu Callon (1984) em seu estudo. Na

pesquisa realizada por Fortes (2020), esse processo de tradução obteve êxito ao descrever múltiplas situações em que os atores em rede alcançavam seus objetivos.

Logo, fica evidente que, para empregar a ANT, é necessário devolver aos atores a sua capacidade de constituir o social. Restringi-los ao mero papel de informantes de casos não é mais suficiente, como também foi discutido por Callon (1984). A tarefa agora é compreender em que eles transformaram a existência coletiva, quais os métodos que elaboraram para se adequar a novos contextos e quais definições clarificam melhor as associações que se viram pressionados a fazer. O social, na ANT, é o nome de associações inconstantes e definidas pela maneira como se agrupam, assumindo novas configurações. Essa rede mostra, portanto, quais combinações novas foram geradas e exploradas e quais os caminhos seguidos. Para isso, é preciso "seguir os próprios atores" (LATOUR, 2012, p. 31) em seu entrelaçamento com as coisas e trazer os não-humanos ao centro do debate sociológico.

Essa cartografia dos atores é fundamental nos estudos da ANT, e ela é dada pelos próprios agentes. Isso significa que se são os agentes que fazem tudo, eles também dão suas referências, contextos, teorias e suas ontologias. Por isso é preciso ir a campo, observar, participar e descrever, sem um modelo *a priori*. Latour (2012) deixa claro que a ANT é mais um método do que uma teoria e que não há um modelo claro a ser seguido. Ele enfatiza que, dessa forma, estamos nos negócios das descrições, onde "vamos, ouvimos, aprendemos, praticamos, tornamo-nos competentes, mudamos de opinião" (LATOUR, 2012, p. 212). Esse cenário produz inúmeras descrições novas. O que os atores fazem para se relacionar, comparar e organizar é o que deve ser descrito. Assim, a nova definição de social compreende um fluxo visível *apenas* quando se fazem novas associações.

A sociedade passou a ser pensada enquanto redes de associação e agenciamento entre atores humanos e não-humanos (CALLON, 1984; LATOUR, 2012), em uma complexidade de arenas e públicos (CEFAÏ, 2017a; 2017b). A previsibilidade e a estabilidade do mundo social passaram a dar lugar às incertezas, controvérsias, provas, crises. O foco não está mais no indivíduo, mas nos agentes de um coletivo que determinam as ações criativas e as relações compostas por regras e valores, além de novas adaptações conforme as situações também se alteram. O social é, então, o que deve ser explicado (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999; LATOUR, 2012; CALLON, 1984; CEFAÏ, 2017a; 2017b).

Esses posicionamentos evidenciam que o pragmatismo tem contribuído para sustentar pesquisas centradas em controvérsias e na produção social de acordos e compromissos entre os diversos agentes, como, por exemplo, em demandas voltadas às políticas referentes ao

meio ambiente, reinvindicações de grupos pelo reconhecimento de suas identidades, combate à desigualdade de gênero nas organizações, dentre outras (JAIME; BANDEIRA, 2020).

Há uma nova geração pragmatista inspirada em Latour e que retomou Boltanski e Thévenot. Contudo, esses estudiosos pragmáticos se desprendem do modelo e buscam cartografar as articulações entre os atores para analisar a questão dos problemas públicos. Como se pode sugerir a partir de Latour (2012), não há problema público sem agenciamentos e conexões entre atores humanos e não-humanos. E estes falam e agem ancorados em princípios, lógicas referentes a diferentes mundos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999). Considero para efeito dessa pesquisa que o migrante que monta o seu próprio negócio é resultado de um feixe de relações entre atores humanos e não humanos, caso contrário ele não emergiria como um empreendedor étnico. A questão é cartografar as associações que tornaram isso possível. Considero também que muitos desses empreendedores étnicos contribuem, por meio dos seus empreendimentos, para colocar a questão das migrações, e nessa investigação mais especificamente aquela referente à nova diáspora negra em SP, nas arenas pública e política (CEFAÏ, 2017a; 2017b). Nesse caso, é importante compreender como isso se dá. Tendo em mente a importância desses objetivos que sigo no decorrer desse trabalho, apresento brevemente a seguir sobre a Sociologia dos Problemas Públicos de Daniel Cefaï para aprofundar certas conceitualizações.

2.3.2 Sociologia dos Problemas Públicos

> A pesquisa não deve, cedendo ao *pathos* da crítica radical, levar à paralisia, calar a voz ou reduzir à impotência. Ela deve nos convidar e nos incitar a nos mover para frente. Retomando uma velha lição pragmatista, saber deve se tornar uma fonte de esperança (CEFAÏ, 2013, p. 284).

Antes de introduzir a lente teórica da Sociologia dos Problemas Públicos de Daniel Cefaï, considero importante esclarecer alguns conceitos sobre público, esfera pública e sua relação com o sistema político definidos por Habermas para evidenciar algumas contribuições específicas da perspectiva pragmatista. Faço isso a partir de uma síntese apresentada por Jaime (2016).

O conceito de esfera pública trazido à pauta por Jürgen Habermas (2003) a define como os lugares – físicos ou não - onde as pessoas debatem questões sociais de interesse coletivo capazes de influenciar as decisões políticas. O autor associa espaço público e debate político, definindo o espaço público como uma estrutura comunicacional, isto é, uma rede que

se caracteriza pela comunicação de temáticas, posicionamentos e opiniões. Assim, Habermas (2003) lança um olhar sobre o sujeito que ao interagir no espaço público interfere na realidade social, influenciando o sistema político. A tarefa política da esfera pública, segundo o autor, é regulamentar a sociedade civil, tratando de seus problemas. O espaço público seria, então, acessível a todos e formado por grupos de pessoas que discutem somente assuntos de interesse público. As questões consideradas de ambiente íntimo e familiar não seriam admitidas nesse espaço.

Sobre esses dois últimos pontos, entretanto, Nancy Fraser (2005) argumenta que essa noção habermasiana sobre um espaço público de livre acessibilidade e debate racional sobre questões de competência pública não é suficiente para abranger a realidade. Quanto à suposta abertura e acessibilidade de todos ao espaço público, a autora esclarece que, no plano teórico, as arenas são marcadas por relações estruturais de dominação. Empiricamente, Fraser (2005) demonstra que representantes de grupos subalternos participam desses espaços em desvantagem de condições e que as desigualdades podem ser realçadas, inclusive, mediante as decisões tomadas. Com relação a visão de Habermas sobre a divisão entre interesses público e privado, a autora aponta a condição imprecisa dessa fronteira. Fraser (2005) relembra que, há alguns anos, a violência doméstica sofrida pelas mulheres era uma questão considerada de ordem privada, relativa somente ao casal, pela maioria da população. Foi a partir do seu embasamento nos movimentos feministas que esse tema passou a ser julgado como sendo de caráter público.

Para tratar a desvantagem da participação nos debates de alguns grupos, Fraser (2005) sugere a criação de arenas paralelas, onde os membros desses grupos possam debater sobre suas necessidades e estratégias para alcançar seus objetivos. Esse processo, de acordo com a autora, resultará na diminuição das assimetrias no espaço público, uma vez que permitirá desenvolver suas próprias identidades e definição de seus interesses. Quanto à separação entre interesses comuns e privados no âmbito do espaço público, a autora sinaliza sobre a necessidade de integração entre o espaço público e as questões tanto de esfera pública, como também as que, a princípio, forem definidas como de campo privado. Essa incorporação permitirá aumentar o campo dos problemas e a forma de tratá-los.

Habermas parece ter absorvido parte das críticas feitas por Nancy Fraser. Essa reavaliação que o autor faz é marcada pela relevância que concede aos movimentos sociais. Ele enfatiza que esses movimentos buscam, “dentre outras coisas, produzir contra-esferas públicas e solidificar identidades coletivas” (HABERMAS, 2003, p. 69). Esses grupos procuram definir os problemas e contribuir para as suas resoluções, por meio de denúncias,

mobilizações e pressões junto ao poder público. Assim, o sistema político precisa estar aberto às influências da opinião pública conectando-se com a esfera pública e a sociedade civil. Entretanto, Habermas (2003) ressalta que os atores empregam influência sobre o poder político, mas não o exercem. Para ser traduzida em decisões políticas, essa influência precisa ser tratada formalmente em assembleia com autorização de decisão. E, o caminho para o alcance desse nível de generalização de interesse é trabalhoso. A iniciativa externa é uma forma de influência que ocorre entre a esfera pública e o sistema político em sociedades democráticas. Nesse processo, os atores fora do sistema político desempenham o papel principal valendo-se da sua capacidade de pressão da opinião pública. Desse modo, o grupo estabelece uma demanda e procura engajar outras parcelas da população sobre o tema. Um dos meios para isso é atrair a atenção da mídia. Isso pode ser feito, entre outras possibilidades, direcionando as ações para a execução de protestos em massa e a realização de longas campanhas. Havendo força suficiente é possível pressionar aqueles que têm poder de decisão a incluir a matéria no processo dos debates políticos. Contudo, Habermas (2003) adverte que a inserção do tema no circuito político formal não garante que a decisão final e a implementação política atenderão às requisições do grupo responsável pela demanda. Ainda assim, o autor destaca a relevância da atuação da sociedade civil e da esfera pública na manutenção do vigor democrático. Ao contrário do que se poderia supor, os debates mais importantes das últimas décadas (riscos de experimentos genéticos, empobrecimento do terceiro mundo, questões de gênero, etnia, migração etc.) foram levantados mediante o engajamento da sociedade civil (movimentos sociais, intelectuais, ativistas, dentre outros grupos), e não pelo Estado ou grandes organizações.

A despeito da relevância dessas abordagens, essas definições tomaram um novo fôlego nas ciências sociais e políticas sob o enfoque pragmatista de John Dewey (CEFAÏ, 2017a). Em "*The Public and Its Problems*", Dewey (1946) aborda a organização dos públicos como um desafio às democracias. Para ele, é a atuação do público no Estado – visto como uma organização política das relações humanas - que possibilita restaurar a democracia. Essa participação inserida nos quadros sociais leva ao aprendizado constante, menos voltado ao cumprimento da norma e mais direcionado as possibilidades reais da sua realização. Ao ocupar seus espaços na política, os grupos impõem o reconhecimento de seus interesses e aspirações. A atividade democrática exige, segundo o autor, um trabalho de engajamento e mobilização constante dos indivíduos nos grupos e entre eles. Por esse motivo, Dewey (1946) compreende que a participação política das pessoas na vida democrática não se resume ao voto eleitoral. O posicionamento dos grupos faz com que o público seja considerado como um

“Estado político” e a democracia como o resultado de uma movimentação constante de transformação de suas ideias. Dessa forma, o enfoque, ao invés de ser orientado ao governo ou a sociedade separadamente, é conduzido aos processos de mobilização e seus efeitos ao pressionar os governos. Dito de outra maneira, o público não precisa estar subordinado à razão do Estado (POGREBINSCHI, 2004; BARROSO, 2018).

Para Dewey (1946), o mais importante é conhecer os dispositivos que dificultam a constituição do público, uma vez que as deliberações democráticas são avaliadas mediante o julgamento de cidadãos comuns. Sob esta perspectiva, cabe ao Estado – formado pelo público e pelo governo - criar mecanismos que possibilitem a vigília de seus cidadãos sobre os atos tomados por funcionários públicos. O problema fundamental, então, é a constituição do público. Dewey (1946) afirma que o público precisa se descobrir e se identificar. Inicialmente, o autor explica que ele é passivo, constituído por um conjunto de pessoas que não é diretamente afetado pelas consequências de ações tomadas na vida associativa. Porém, quando este público percebe e se ressente pelos efeitos prejudiciais que ameaçam sua prosperidade e segurança, por exemplo, passa a se organizar “em” e “com” outros grupos, tornando-se ativos. Esse grupo articula para chamar a atenção e envolver a comunidade política, evidenciando os problemas reais sobre o que efetivamente acontece em suas vidas e que impede o seu acesso às instituições, aos recursos públicos e à vida associativa (POGREBINSCHI, 2004; BARROSO, 2018). A partir desse ponto, a questão não é a de pertencimento a uma dada classe social, mas a da mobilização para se fazer ouvir. Por isso, as demandas das pessoas migrantes, negras, adolescentes, homossexuais, por exemplo, não se limitam aos aspectos econômicos.

Essa conceitualização de públicos, problemas públicos e arenas públicas e seus desdobramentos é discutida por Daniel Cefaï (2017a; 2017b) em uma Sociologia dos Problemas Públicos. O que Daniel Cefaï faz é de alguma forma inspirado em Bruno Latour (2012), Boltanski e Thévenot (1999; 2006) e no pragmatismo de Dewey (1974), uma vez que ele retraça as conexões e mostra as controvérsias dos atores que se situam em mundos diferentes. Isso também fica evidente seja porque Cefaï cita esses autores, seja porque deixa rastros pelo léxico que usa: experiência e problema público (Dewey), controvérsias, argumentação, justificação (Boltanski e Thévenot), rede de atores humanos e não-humanos (Latour). No entanto, ele faz parte de uma nova geração que não está tão presa a um modelo rígido. Os pragmatistas dessa nova geração têm se deslocado das aplicações de modelos para buscar entender as conexões. Esse rastreamento das conexões/controvérsias e a participação de humanos e não-humanos é que faz com que um problema público emerja.

Ao ser confrontado por situações controversas que são consideradas prejudiciais para a natureza, os animais e seres humanos, um grupo de pessoas se dedica a delinear o problema, suas causas e fatores, bem como seus principais responsáveis. Sendo assim, uma situação se converte em problemática quando deixa de ser adequada ou suficiente àqueles que nela estão envolvidos. Ela desencadeia relações conflituosas. Esse processo, que tem procedência em John Dewey (1946), de acordo com Cefaï (2017a), faz emergir simultaneamente o problema e seu público. É diante desse contexto que grupos de pessoas, organizações e instituições, em momentos e lugares distintos, se concentram em identificar, definir e estabelecer um problema (CEFAÏ, 2017a).

Para tanto, procuram aliados, determinam os adversários, e criam dispositivos de mediação que os auxilie a convencer outras pessoas, publicamente ou no privado, sobre a autenticidade de suas investigações. Consequentemente, o saber é a ferramenta que confere o poder da ação e movimenta os atores. No momento em que essa dinâmica de problematização e de publicização transpõe o círculo daqueles que estão imediatamente implicados, passando, portanto, a ser composto por um número maior de pessoas, ela assume a forma de um processo político. Cefaï (2017a, p. 190) explica que essa fase está relacionada com "o conflito aberto em torno de problemas". Esse conflito pode dar margem aos comportamentos coletivos obscuros e ameaçadores, mas, por outro lado, também pode originar um público. Com o nascimento de um público, o conflito é organizado e ajustado por intermédio da "'discussão racional', de 'mobilização da comunidade' e de 'formação de opinião', e às vezes de elaboração de leis e transformação das instituições" (CEFAÏ, 2017a, p. 190).

Isso não significa, necessariamente, que essa mobilização coletiva esteja inserida somente no contexto da ação adotada pelo coletivo para resolvê-la. Cefaï (2017a, p. 191) avalia que "a constituição de um problema público não está totalmente no agir, mas também no padecer e no compadecer. Tem uma dimensão de passividade". Em outras palavras, os membros que se esforçam em definir, explicar e controlar um distúrbio são os mesmos que o sentem, o vivenciam, que são afetados pelas situações conturbadoras. Porém, enquanto não houver o envolvimento no processo que leve a identificação e exploração da situação problemática, o distúrbio não se tornará um problema e, menos ainda, será reformulado como um problema público. Para que haja comprometimento, as pessoas precisam estar cientes sobre o que estão lidando e o que fazer com isso. Ao dispor de informações e se darem oportunidades de ação, os atores podem converter um distúrbio em um problema. Ou seja, o distúrbio, assim como o saber, também gera a movimentação dos atores.

Para que o distúrbio ganhe uma dimensão pública é necessário mobilizar uma rede de mediações organizacionais – existentes ou que venham a surgir - que é formada por associações, sindicatos, partidos, dentre outras, para representar uma causa e comunicar denúncias e reclamações e interpelar tribunais, governos e parlamentos. Assim, o distúrbio desponta como foco da atenção pública. Ele também se cristaliza devido a vários tipos de operações, como reportagens jornalísticas, investigações policiais ou estudos científicos. Verdadeiramente, o problema público só passa a existir a partir da experiência coletiva. Assim decorre, por exemplo, de situações problemáticas que envolvem classe, gênero ou raça. Essas conjunturas não são tanto delimitadas pelas estruturas de desigualdade e de relações de dominação, mas emergem da ação dos atores e são produzidas em campanhas que promovem uma experiência coletiva. Nesse tipo de pesquisa, Cefaï (2017a, p. 194) reforça que é primordial "descrever as primeiras etapas da dinâmica de problematização e publicização".

Mas, de que maneira uma dinâmica coletiva origina uma experiência coletiva? Algumas vezes, o problema afeta somente os particulares. Outras vezes, no entanto, se abre do particular e passa a dizer respeito a outras pessoas mais distantes daquelas diretamente envolvidas. Esse trabalho de sensibilização e mobilização do que será um problema público perpassa pelo processo de demonstrar que uma situação pode ser injusta, degradante, constrangedora, alarmante (CEFAÏ, 2017a).

O público que se forma é aquele que contesta quando não existe consenso e nem consentimento. Dessa maneira, a problematização e a publicização não ocorrem por meio da concordância de todos, mas por intermédio de embates. De vez em quando, uma fase conflituosa dá lugar a outra de estabilização em torno das controvérsias. Mas, são os pontos compartilhados de disputa e controvérsia que institucionalizam uma arena pública. Esse conceito remete a história da sociologia de Chicago, sendo retomado por Mead e Dewey. Uma arena pública, conforme a definição de Cefaï (2017a, p. 200) "é uma arena social cujos atores visam bens públicos, referem-se ao interesse público, definem seus problemas como públicos e sentem, agem e falam em consequência disso". Nas arenas públicas, os pontos de conflito são defendidos e justificados e as posições contrárias são criticadas e invalidadas. Nelas, os atores tomam posições e respondem às críticas, estabelecendo grupos de ação coletiva. Cefaï (2017a; 2017b) aponta que Dewey já argumentava que as pessoas são capazes de ultrapassar os seus interesses individuais para abraçar aqueles de interesse público e que isso é feito em seus ambientes de vida, não apenas de forma discursiva, mas, também, por intermédio de questionamentos e experimentações.

Por conseguinte, publicizar é fazer com que um problema emerja para além de um grupo com interesse específico. É, na presença do olhar do público, torná-lo reconhecido e explorado por aqueles que representam a opinião pública e pelos agentes da ação pública. O público, conforme Dewey, deve manter relações com especialistas, líderes e políticos para que estes os representem e contribuam para o desenvolvimento das questões problemáticas. Esses porta-vozes procuram influenciar as decisões governamentais, as medidas administrativas e as regulamentações jurídicas, levando à promulgação de novas leis, políticas públicas e serviços públicos. Assim, "publicizar é comprometer os poderes públicos" (CEFAÏ, 2017a, p. 199).

Na arena pública, os problemas públicos são colocados, argumentados, definidos. No entanto, os atores movimentam-se conforme seus interesses. E, para favorecê-los, há a imposição de preconceitos, clientelismo, corrupção, justificativas pseudocientíficas, que são uma forma de perversão da vida pública. Por esse motivo, novas maneiras de produzir e selecionar provas individuais e coletivas são mais aconselháveis do ponto de vista do bem público. Para isso é preciso encontrar outras modalidades de persuasão e de interação, onde uma nova dimensão da indagação e da experimentação pode ser inserida na condução dos problemas públicos (CEFAÏ, 2017b).

Outro horizonte significativo, observado por Mead e Dewey e novamente discutido nas análises de redes, refere-se ao "desacoplamento" daqueles que formam o público diante de seus posicionamentos e convicções. O público não é determinado pelas estruturas de mercado, onde prevalece a lógica do lucro mediante a troca, e nem pelas de campo, em que persiste a dominação entre grupos sociais (CEFAÏ, 2017a; 2017b). Os membros do público mobilizam mundos diferentes, tomam as rédeas sobre suas trajetórias de vida e dominam a sua capacidade de agir, deixando de ser simples coadjuvantes e assumindo "a *liberdade* de não serem passivos" (p. 132) frente aos acontecimentos (CEFAÏ, 2017b). Assim, a arena pública, apoiada por diversos ambientes institucionais, organizacionais e profissionais, manifesta-se em momentos de prova que, geralmente, surge da junção de diferentes mundos sociais (CEFAÏ, 2017a; 2017b).

Esses enquadramentos, conforme Cefaï (2017b) salienta, demonstram que uma perspectiva pragmatista acompanha e preocupa-se com os critérios de verdade, direito e justiça que emergem das experiências dos atores e são mobilizados por estes nos momentos de indagação e experimentação. Porém, o autor reforça que há momentos em que um problema público desaparece e outros em que se institucionaliza, articulando situações de prova que demandam novas disputas e estabelecimentos de interesses e de construção de outras experiências. Essa configuração também é entrecruzada por aquilo que se deseja

manter distante dos olhos do público. Os “bastidores da performance pública” são compostos por: momentos de invisibilidade, com o objetivo de não tornar público algumas estratégias que fazem parte do jogo, como os assuntos relativos às promessas incertas e às alianças evasivas do campo político; uma dinâmica de publicização que traz à tona questões da vida privada consideradas como indecentes e incorretas, como por exemplo, a violência doméstica sofrida pelas mulheres que, anteriormente, era considerada como sendo da esfera privada; segredos denunciados como imoral e que deveriam ser de conhecimento público para lhe prestar contas, mas que beneficiam os interesses de grupos específicos.

Diante dessa lente teórica, Cefaï (2017b) alega que o pragmatismo e as ciências humanas e sociais devem seguir unidos. De modo igual, a incorporação de debates socioantropológicos contemporâneos sobre diversos fenômenos, como afirmou Jaime (2016), pode alargar a visão sobre o contexto societal. O processo de constituição de problemas públicos permite a ascensão da experiência coletiva, e a “amplia com modelos explicativos, esquemas interpretativos e raciocínios avaliativos”; “faz surgir um ambiente cognitivo e normativo com seus equipamentos materiais e de ideia”; “os membros de ‘públicos’ quando não estão em uma postura de ação, ao menos mantêm-se numa postura de recepção”; e estes são “sensibilizados e sentem-se envolvidos com um problema”, por vezes atravessando a fase da recepção e alcançando a da ação (CEFAÏ, 2017b, p. 138). E, é dessa maneira que o público gera novos mundos (CEFAÏ, 2017b).

A relevância de estudos que fizeram uso do pragmatismo, especificamente, da Sociologia dos Problemas Públicos, se faz notar por ilustrar a abrangência dessas perspectivas de análises apontadas por Cefaï (2009; 2011; 2013; 2017a; 2017b). Essas investigações têm demonstrado que a mobilização das estruturas e dos recursos materiais para examinar a complexidade implicada nos motivos do comprometimento público e na emergência dos problemas públicos é insuficiente para explicá-los ou para acrescentar algo sobre eles.

Cefaï (2011) apresentou um estudo de caso sobre “como uma associação nasce para o público”. Nessa pesquisa, ele seguiu os atores diretamente envolvidos no planejamento urbano de um bairro na França. Levantou as controvérsias, cartografou os agentes (humanos e não-humanos) e as redes e conexões, avaliou as situações de prova, as traduções realizadas para diferentes públicos, a institucionalização de diversas arenas públicas e observou, entre outras coisas, que o principal motivo para o engajamento dos atores encontrava-se na sua vivência, na sua própria experimentação do fenômeno. Seguir as controvérsias permitiu compreender de que maneira esses micropúblicos emergiram e encontraram lugar nos conflitos urbanos da cidade. O autor revelou que a política urbana foi experenciada como

abusiva pelos moradores do bairro que, então, passaram a atuar diante desse contexto. O conflito local desvelou situações públicas da cidade e agenciou expectativas coletivas. As cooperações de ação coletiva mobilizaram militantes, sensibilizaram simpatizantes e recrutaram novos membros, ampliando as redes de sociabilidade do bairro e criando outras redes. Essas, por sua vez, inter-relacionadas no nível local foram essenciais para que surgisse uma mobilização pública. À vista disso, o que, primeiramente, dizia respeito ao grupo de moradores do bairro, se expandiu.

Cefaï (2011) aponta que os *saberes locais* foram responsáveis pela divulgação ao público sobre as dificuldades locais, como problemas sociais, moradias insalubres, inexistência de contratos de aluguel, situações precárias vividas por imigrantes, espera por moradias. Os mundos doméstico e cívico foram mobilizados pelos membros da associação do bairro, sendo as críticas voltadas ao mundo mercantil. Contudo, a associação atua, também, no mundo político. Afinal, ela não pode se limitar a compaixão e indignação, mas deve trazer para a arena os repertórios de argumentação e de justificação para realizar a denúncia e fazer sua reivindicação. Foi por meio dessa análise pragmatista das atividades microcívicas e micropolíticas que Cefaï (2011) traçou os caminhos trilhados para o nascimento das associações para o público.

Em outra pesquisa de campo, Cefaï (2013) acompanhou uma ONG que realiza atendimentos a moradores de rua, em Paris. O autor definiu que, para um estudo pragmatista, se limitar às declarações verbais não é suficiente. Antes de mais nada, é preciso observar e descrever as práticas do trabalho, as ações dos atores. Dessa forma, a etnografia possibilitou a ampliação da investigação do processo que instituiu o problema público, chamado por Cefaï (2013) de a "grande exclusão". A maior dificuldade, segundo o autor, foi manter-se a distância dos posicionamentos nas controvérsias públicas que já estavam em confronto. Cada campo, contra e a favor do modelo de Samusocial, tem suas próprias definições e resoluções para a questão problemática da atuação do governo e da ONG junto a essa urgência social. Para uma boa análise é fundamental ter o cuidado de não assumir qualquer posicionamento para evitar o julgamento de valor. Tarefa nem um pouco fácil de ser assumida. Por um lado, isso exige uma reflexão sobre os preconceitos dos atores, assim como de nossos próprios preconceitos. Por outro, esse exercício é melhorado por meio da observação e da descrição. Por essa razão, diante de questionamentos sobre a eficácia de trabalhos etnográficos, Cefaï (2013, p. 282) explica que os estudos pragmatistas veem nesse método uma "maneira de a coletividade refletir sobre si mesma a fim de se equipar para melhor agir sobre si mesma e sobre seu meio ambiente e para tentar controlar seu futuro". As pesquisas sob a ótica

pragmatista permitem novas formas de analisar e compreender (ver, dizer e fazer) um determinado fenômeno e providencia novas capacidades de ação. Entretanto, nesse tipo de investigação, observar não é uma ação passiva. Compreende participar e cooperar com os atores, estando em seus espaços de vivência e acompanhando suas histórias de vida, para entender como eles agem para sair de certas situações. Cefaï (2013) define esse método como "cooperação observadora".

Essa maneira de observar as situações problemáticas é evidenciada, também, em estudos nacionais mais recentes, como os de Andion et al. (2017) e Gonsalves e Andion (2019). Eu os apresentei no capítulo da Revisão da Literatura para demonstrar as novas perspectivas trazidas pela abordagem da sociologia pragmatista francesa à pesquisa sobre inovação social. E os discuto aqui, novamente, pois eles, juntamente com os estudos de Cefaï, me auxiliam a argumentar e dialogar sobre a relevância da lente teórica da Sociologia dos Problemas Públicos que proponho para este estudo. Tanto a análise dos processos de inovação social promovidos por atores da sociedade civil na esfera pública (ANDION et al., 2017), quanto a pesquisa sobre o engajamento da ação pública frente o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente (GONSALVES; ANDION, 2019) trouxeram uma outra maneira de examinar a ação pública, propondo um novo olhar para as ações coletivas da sociedade civil em arenas públicas. O resultado dessas pesquisas, dentre outras contribuições, possibilitou aos agentes envolvidos refletir sobre suas próprias atuações e a pensar sobre os diversos caminhos de ação que poderão ser empreendidos.

A Sociologia dos Problemas Públicos, ou Sociologia das Mobilizações Coletivas (CEFAÏ, 2009), salienta a importância de seguir e identificar os atores, analisar as controvérsias, retraçar as trajetórias dos problemas públicos e descrever os campos de experiências e as fases que compõem a dinâmica da problematização e da publicização. Essa lente teórica oferece pistas sobre os métodos a serem adotados em pesquisas que buscam explicar e desenvolver o social. A Sociologia dos Problemas Públicos me auxiliou na observação e compreensão das conexões, mobilizações, mediações envolvendo representantes da nova diáspora negra em São Paulo para que possam emergir como empreendedores e, simultaneamente, por meio dos seus empreendimentos, contribuir para colocar as questões raciais e migratórias, especificamente dessa comunidade étnico-racial, como um problema público. No próximo capítulo discuto de que maneira alcancei esses objetivos que se tornaram a minha ferramenta de movimentação e de poder da ação.

3 ANCORAGEM EPISTEMOLÓGICA E ABORDAGEM METODOLÓGICA

> No que respeita à investigação social, (...) importa, acima de tudo, que o investigador seja capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo para a elucidação do real, isto é, no seu sentido mais lato, um método de trabalho. Este nunca se apresentará como uma simples soma de técnicas que se trataria de aplicar tal e qual se apresentam, mas sim como um percurso global do espírito que exige ser reinventado para cada trabalho (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2013, p. 15)

> Uma característica essencial – e rara – de uma boa investigação é a autenticidade. Neste domínio que nos ocupa, mais do que em qualquer outro, não há bom trabalho que não seja uma procura sincera da verdade. Não a verdade absoluta, estabelecida de uma vez por todas pelos dogmas, mas aquela que se repõe sempre em questão e se aprofunda incessantemente devido ao desejo de compreender com mais justeza a realidade em que vivemos e para cuja produção contribuímos (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2013, p. 24).

Conforme apontei nas seções anteriores, esse estudo se propôs a cumprir dois objetivos principais: retraçar a rede que faz emergir, por meio de associações, conexões e mediações, empreendedores étnicos oriundos da nova diáspora negra em São Paulo; e avaliar como esses empreendedores contribuem para colocar as questões raciais e migratórias como um problema público. Para cumprir esses objetivos, combino o uso de narrativas de vida (BERTAUX, 2010), entrevistas compreensivas (KAUFMANN, 2013), observação direta e participante, análise de documentos e diário de campo. Todos esses métodos podem ser agrupados sob a dimensão do trabalho de campo etnográfico, conforme argumenta Jaime (2016). Por esse ser um trabalho que privilegia uma análise pragmatista, a etnografia me permitiu conduzir a investigação sob a perspectiva dos atores diante de suas experiências e realidades, algo que é muito enfatizado por Daniel Cefaï et al. (2011) e Cefaï (2011; 2013; 2017a; 2017b). Neste capítulo apresento esses métodos e como os operacionalizei. E, abordo também um pouco mais sobre o pragmatismo, em uma leitura feita por Daniel Cefaï et al. (2011), demonstrando a relevância da pesquisa etnográfica para a compreensão de fenômenos sociais.

3.1 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICO E ONTOLÓGICO

"Como nós sabemos o que sabemos?"[13]. É com esse questionamento que Dew Jr. e Foreman (2014, p. 9) iniciam o capítulo que discute sobre o que é epistemologia em seu livro "*How Do We Know? An Introduction to Epistemology*". Os autores explicam que essa é a pergunta básica que sustenta a disciplina de epistemologia, mas que raramente é feita sobre o

[13] Original: "*How Do We Know What We Know*?"

nosso conhecimento. Segundo eles, a maioria das pessoas supõem que esse tipo de questão intelectual não é tão importante. Porém, os erros de julgamento que são cometidos por desconsiderar esse questionamento, custam caro às escolhas da vida e ao campo científico.

A etimologia da palavra "epistemologia" vem do grego *episteme* (conhecimento) e *logos* (teoria/estudo), significando teoria do conhecimento (DELANTY; STRYDOM, 2003). Esse é o ramo da filosofia que aborda a natureza e as fontes de conhecimento para desenvolver uma teoria do conhecimento. Ou seja, a epistemologia avança nos estudos sobre como o conhecimento científico é produzido (DEW JR; FOREMAN, 2014). Cabe salientar, entretanto, que os termos metodologia e epistemologia são diferentes, como previnem Jaime e Bandeira (2020). A metodologia é o caminho, a forma como será feita a pesquisa. Já a epistemologia está fundamentada em bases filosóficas que conduzem e administram essa tarefa.

Para que esse conhecimento seja possível, Dew Jr. e Foreman (2014) argumentam que os filósofos têm feito diversos questionamentos significativos, desde o tempo de Platão, acerca do que significa saber alguma coisa, de que maneira chegamos ao conhecimento de várias coisas, o que é verdade e como encontrá-la, o que significa ter justificação epistêmica e quando ela é necessária, quais as virtudes epistemológicas e de que maneira são úteis para nós, o quanto as nossas percepções são confiáveis e se podemos ter certeza sobre a veracidade de nossos conhecimentos, dentre outras indagações.

Dentro do processo de produção do conhecimento, a epistemologia interage com outros ramos da filosofia, como é o caso da ontologia. Esse termo deriva das palavras gregas *on* (ser) e *logos* (teoria/estudo), resultando em uma teoria sobre o ser, ou melhor, uma teoria sobre a natureza da realidade. Delanty e Strydom (2003) esclarecem que a ontologia é a resposta que se dá a pergunta: que tipo de coisas existem no mundo? Essa forma de interpelação é feita por cada área do conhecimento, que passa a ter a sua própria ontologia, a sua maneira de manifestar conhecimento (BENTON; CRAIB, 2011). Assim, no campo das ciências sociais, a ontologia procura questionar sobre a natureza da realidade social. A sua problemática é voltada a compreender, por exemplo, o que é a realidade social. Seria, então, uma entidade física ou mental definida por meio de uma configuração histórica e cultural em transformação? Seguindo esse mesmo raciocínio, nas ciências administrativas, a ontologia interessa-se sobre questões orientadas a decifrar uma organização. Por isso, essa área - ao buscar avaliar o que é uma organização - indaga se ela faz parte de uma arena política em que os indivíduos procuram satisfazer seus interesses, por exemplo (DELANTY; STRYDOM, 2003).

Portanto, a filosofia ou epistemologia das ciências sociais atua com os princípios que regem o saber científico sobre a realidade social, como esclarecem Jaime e Bandeira (2020). Entretanto, houve um distanciamento da visão da epistemologia das ciências sociais como uma atividade conduzida pelos filósofos. E, isso, se refletiu na subordinação das ciências sociais às ciências naturais. Esse cenário tem sido questionado pelas tradições hermenêutica, críticas e pós-modernistas, desde o século XIX (DELANTY; STRYDOM, 2003) e, também, pelo pragmatismo filosófico americano (final do século XIX) e francês (final do século XX) que apontava para a importância da aproximação entre a filosofia, as ciências naturais e sociais (DOSSE, 2018).

O estudo aqui proposto está epistemologicamente ancorado no pragmatismo filosófico e sobretudo na sua incorporação pela Sociologia francesa contemporânea, especialmente a vertente da Sociologia dos Problemas Públicos. Em termos ontológicos, a pesquisa parte da visão dos seres humanos como "agentes em suas relações práticas com o mundo" (JAIME; BANDEIRA, 2020, p. 58), tratando, dessa forma, de investigar como o empreendedor étnico se relaciona com os conflitos e controvérsias em torno da migração, contribuindo para colocá-la nas arenas pública e política.

3.2 A RELEVÂNCIA DA PESQUISA ETNOGRÁFICA EM ESTUDOS PRAGMATISTAS: A CONSTRUÇÃO E A ANÁLISE DE DADOS

A etnografia, conforme o Dicionário Aurélio, é "o estudo descritivo de um ou de vários aspectos sociais ou culturais de um povo, grupo social etc" (FERREIRA, 2010, p. 325). Assim, a etnografia é uma abordagem metodológica característica das ciências sociais, principalmente da Sociologia e da Antropologia. O uso desse método tem-se evidenciado, atualmente, em diversas disciplinas, como Direito, Medicina, Psicologia, Educação, Comunicação, Estudos Culturais, Administração (JAIME, 2020).

O trabalho de campo etnográfico é aquele no qual o pesquisador se debruça sobre os dados "produzidos" em campo, mediante o acompanhamento dos atores por um longo período, em um determinado contexto e de modo atuante e participativo. Essa definição proposta por Geertz (1989) sugere que os dados etnográficos não são como coisas apanhadas (coletadas) em um terreno para uma posterior análise em laboratório, como o faz um geólogo ou um botânico, por exemplo. Esses dados são construídos por meio da interação, do compartilhamento de uma experiência entre o pesquisador e os atores (JAIME, 2020). Dessa forma, o observador deixa de ser aquele que "paira" sobre uma realidade sem fazer parte dela.

Por isso, uma etnografia só é possível quando existe uma confiança mútua e trocas, o que demanda tempo. É a construção dos dados em campo, por intermédio do estabelecimento de relacionamentos de confiança e de familiaridade com os atores em seus territórios, que permite uma reflexão aprofundada, descartando categorias e hipóteses não fundamentadas nas experiências daqueles que estão diretamente envolvidos na questão estudada (GEERTZ, 1989; CEFAÏ et al., 2011; JAIME, 2020).

Como consta na Revisão da Literatura, o trabalho em campo é imprescindível para os estudos realizados sob o prisma do pragmatismo. Cefaï et al. (2011) ressaltam que a observação direta e a observação participante são os meios mais importantes para a realização da investigação etnográfica. Os autores explicam que o pesquisador deve se incorporar às situações rotineiras do grupo social e/ou da situação que está estudando e se fazer presente frequentemente durante um longo período, que pode perdurar por meses e, até mesmo, anos. É dessa maneira que ele poderá desenvolver laços de proximidade e confiança, podendo se tornar uma testemunha em campo. Estar entre os atores possibilita observar como as pessoas e os representantes das organizações e entidades interagem em relacionamentos que podem ser compostos por, dentre outras coisas, relações de desigualdades, dominação e discriminação. O pesquisador se torna, ao mesmo tempo, ator e espectador quando incorporado ao meio onde as controvérsias são desenvolvidas.

Como os dados são construídos e não coletados, há consequências nos seus processos de análises. Uma delas refere-se ao fato de que o tratamento dos dados não ocorre separadamente da sua construção no campo. Esse processo de análise é inerente a todas as fases de uma pesquisa etnográfica, o que significa que não se inicia apenas quando a "coleta" foi concluída (OLIVEIRA, 1996; JAIME, 2020). Esse é um dos elementos principais para as atividades de pesquisa em torno da etnografia, como aponta Cefaï et al. (2011). Os sentidos e os significados constituídos no contexto da ação precisam ser avaliados. Isso é feito descrevendo, a todo momento, de que maneira os argumentos e as narrativas são experenciados tanto por quem os produz, como por quem os recepciona.

Essa perspectiva da análise e a interpretação simultânea à produção dos dados é contrária à divisão da investigação empírica em duas fases, sendo a primeira composta pelo pesquisador em campo e a segunda pela descrição e análise dos dados. Oliveira (1996) explica que, nesses termos, a primeira etapa é formada por "Olhar" e "Ouvir", enquanto o "Escrever" faz parte da segunda, fora da situação de campo. No entanto, escrever é um ato cognitivo e, portanto, indissociável do pensamento. Ademais, o homem pensa situado "no interior de uma representação coletiva" e é preciso considerar que o processo de textualização também produz

conhecimento (OLIVEIRA, 1996, p. 23). Entendimento, aliás, reforçado por Jaime (2020, p. 287) ao destacar que “a análise etnográfica se inicia no campo e se prolonga na escrita”. Conforme escreve, o pesquisador relaciona os dados entre si e os conecta à teoria, procura situar o fenômeno em um contexto social e histórico, pensa também naqueles que farão parte de sua plateia na leitura de seus achados. Esse processo leva a revisitar os dados e as referências teóricas, que Jaime (2020, p. 256) define como o “vai-e-vem entre o material empírico e a teoria”. Por meio do desenrolar da escrita e da reescrita, o etnógrafo/pesquisador constrói os dados e refina as análises, e isso o leva a perceber o enredo das histórias reais das quais tem feito parte (JAIME, 2020). Essa é a forma de produção e análise de dados adotada para esta pesquisa em Administração.

Ainda assim, dizer que a etnografia é constituída pela observação, compreensão e descrição do campo da pesquisa não exclui os usos de outros métodos para a construção e análise de dados, como apontam Cefaï et al. (2011). Todos os métodos que têm como objetivo explicar e compreender fenômenos sociais podem agregar dados à pesquisa etnográfica. A questão é sobre os estudos que não fazem uso da observação direta e da descrição como meio de análise e que, por isso, oferecem um modo limitado de enxergar as situações controversas. As atividades como entrevistas, aplicação de questionários, dados estatísticos, métodos de análise de documentos escritos podem ser combinados com a etnografia. Porém, estudos pragmatistas procuram avaliar e compreender questões voltadas para as interações entre pessoas, bens e coletivos. Essas pesquisas se interessam pela forma como essas inter-relações são vivenciadas ou se referem a proteção de interesses de grupos específicos, por exemplo, ou sobre como determinadas situações de conflito pessoal desencadeiam denúncias, tipos de justificação e de pleiteamento público, elaboram provas e produzem discursos de protestos em espaços midiatizados pela comunicação de massa, ou como levam às ações coletivas por meio da sensibilização de outros agentes que não estão diretamente envolvidos. As investigações inclinam-se a conhecer de que maneira os atores locais atuam para a resolução de problemas, quais são os atores imbricados na rede de relacionamentos e como mobilizam os públicos nas arenas públicas. Por isso, Cefaï et al. (2011) são enfáticos ao dizer que não existem explicações etnográficas e interpretações condizentes se estas não estiverem alicerçadas na observação e descrição das situações e que, consequentemente, trabalhos exclusivamente teóricos de análises de textos não conseguem abarcar esses contextos. Os autores reforçam que a não realização dessa tarefa de seguir os atores deságua na corredeira comum da replicação de modelos em estudos científicos.

De fato, a construção e a análise de dados etnográficos não é algo simples de ser realizado. Apesar de sua complexidade e das angústias que traz ao pesquisador, Jaime (2020) realça que essa dificuldade pode proporcionar ao observador, além de uma riqueza de dados, uma das experiências científicas mais humanas, porque é preciso "estar o mais perto possível dos sujeitos para extrair aprendizados da convivência com eles" (JAIME, 2020, p. 287). Além do mais, para o campo da Administração, o autor aponta que a etnografia é um método qualificado para alavancar as pesquisas, posto que os sujeitos em ação são a essência de seus estudos, como os referentes a gestão empresarial, recursos humanos, entre outros.

Porém, como estamos em um momento mundial de pandemia devido à uma doença infecciosa (COVID-19) e que tem levado as nações, inclusive o Brasil, a adotar medidas de saúde para minimizar o contágio entre as pessoas (OMS, 2020), fiz uso de uma adaptação do método etnográfico feita, inicialmente, para a pesquisa de mercado, a netnografia.

3.2.1 Netnografia

Kozinets (2014) explica que os métodos de pesquisa devem acompanhar a realidade de um mundo social que cada vez mais vem se digitalizando. Atualmente, milhares de pessoas fazem parte de comunidades *online* e de ciberculturas. Adaptar a etnografia a essa nova realidade, que inclui a influência da internet no mundo social contemporâneo, é um caminho inevitável. Para seguir as atividades sociais e as interações entre as pessoas que ocorrem nesse ambiente virtual, de acordo com o autor, é necessário o uso de outros meios de comunicação mediados pela tecnologia.

O termo netnografia é uma junção das palavras *net* e etnografia e foi criado por pesquisadores norte-americanos com o objetivo de realizar uma pesquisa etnográfica em que o acompanhamento dos indivíduos ocorre por meio eletrônico (BRAGA, 2013). Essa metodologia foi criada no final do século XX no campo da pesquisa de consumo e de *marketing* e, desde então, tem sido empregada em uma ampla variedade de estudos, que vão desde aqueles voltados a aplicação de publicidade *online* até pesquisas sobre identidade, relações sociais, aprendizagem e criatividade (KOZINETS, 2014). Essa utilidade não surpreende, por exemplo, quando um estudo da União Internacional de Telecomunicações (UIT – agência da ONU) aponta que 3,9 bilhões de pessoas no mundo estão conectadas à internet. Isso corresponde à mais da metade da população mundial ligada à rede. Esse é um dos motivos que tem levado os pesquisadores a questionar sobre o que acontece na internet e a buscar outras metodologias para investigar esse mundo digitalizado. Por exemplo, a

tecnologia da informação e comunicação, por meio de ferramentas como *Big Data*, 5G e Inteligência Artificial (IA) tem sido uma grande aliada no gerenciamento da pandemia de COVID-19. Além disso, a sua importância é conhecida por sua aplicabilidade na agriculta, em ações direcionadas para a sustentabilidade, saúde, educação, setores da indústria, dentre outras diversas áreas. Essas ferramentas têm possibilitado conexões globais entre as pessoas e seus familiares, escolas e faculdades, locais de trabalho, profissionais da saúde e fornecedores. António Guterres (secretário-geral da ONU) afirmou que tem trabalhado para que nenhuma pessoa no mundo "fique para trás", ou seja, que ninguém fique *offline* (ONU, 2020).

Diante dessas inúmeras possibilidades que a conexão virtual entre as pessoas tem proporcionado, Kozinets (2014) esclarece que os usuários não estão apenas consumindo passivamente os conteúdos publicados na rede, mas têm buscado formar alianças e participar de associações. A netnografia, nesse caso, foi elaborada com a finalidade de compreender esses mundos. Essa pesquisa etnográfica *online* faz uso da tecnologia para estabelecer a comunicação entre o netnógrafo e a comunidade virtual e levantar dados que constam em fóruns, redes sociais, blogs, grupos de notícias etc. Porém, Kozinets (2014) aponta que a netnografia não considera as comunicações do ambiente virtual como conteúdo, diferentemente de outros métodos e técnicas utilizados em estudos que envolvem a internet, mas como interações sociais. Isso significa que a análise netnográfica não observa somente as palavras usadas pelos interlocutores, mas também a linguagem empregada, os significados atribuídos, o tipo de interação existente e a história por trás dessas interações.

Para a realização do trabalho de campo, o netnógrafo precisa se preparar para acessar uma comunidade *online*. Além de ter formulado o problema de pesquisa, o pesquisador deve escolher a comunidade que será pesquisada e como se apresentará a esse grupo. Essa etapa compreende a investigação das interações entre os grupos e pode ser feita por intermédio de mecanismos de busca. Durante a interação com a associação virtual escolhida, Kozinets (2014) afirma que há três formas de captação e análise de dados. A primeira é referente a extração de dados secundários, onde o pesquisador levanta e copia dados - fotos, arquivos de som, gráficos, capturas de tela, outras informações - diretamente das páginas da internet, como sites do grupo, blogs etc. Mas, é preciso observar que esses dados não são produzidos para as finalidades da pesquisa. Eles são publicados espontaneamente de maneira aleatória e dispersa em várias plataformas. Além disso, as publicações no ambiente virtual podem não deixar claro as intenções e motivações de quem as divulga. Por isso, não devem ser comparados aos dados construídos em entrevistas em que são obtidas informações específicas e que, por vezes, são de foro íntimo do entrevistado. A segunda ocorre mediante a interação

do pesquisador com os membros do grupo escolhido. Esses dados são obtidos por meio de entrevistas realizadas por correio eletrônico, software de comunicação, mensagens instantâneas e salas virtuais de conversas. O autor alerta, entretanto, que o mais importante em uma pesquisa netnográfica é a experiência que decorre da interação entre o netnógrafo e os participantes de uma comunidade ou cultura, independentemente da ferramenta escolhida para isso. A terceira maneira compreende as notas de campo do pesquisador. De acordo com Kozinets (2014), essa é uma das principais fontes de dados de uma pesquisa netnográfica, pois possibilita ao pesquisador uma reflexão sobre o fenômeno observado, de seus pensamentos e sentimentos e de sua experiência durante a pesquisa. As notas de campo devem contemplar, entre outras coisas, as observações sobre as práticas de comunicação do grupo, como ocorrem as interações entre os membros e como o netnógrafo percebe a sua participação, afiliação e recepção da comunidade observada.

A despeito dos cuidados necessários na construção dos dados netnográficos, há alguns desafios no uso desse método. Um deles refere-se à obtenção de informações confiáveis. A flexibilidade e a facilidade de comunicação em ambiente virtual podem direcionar à fontes instáveis ou irregulares, prejudicando o aproveitamento dos dados. Arruda-Filho (2020) esclarece que, para minimizar essa situação, cabe ao pesquisador escolher grupos comprometidos com a divulgação de informações precisas e/ou que procuram auxiliar pessoas que não compreendem os conteúdos discutidos. O autor também alerta para a acessibilidade a esse mundo virtual que pode ser comprometida pela dificuldade de acesso e pouco conhecimento sobre o uso da tecnologia *web*. Contudo, esse impasse tende a diminuir conforme se dissemina a internet móvel. Ainda assim, para fazer uso da netnografia é preciso identificar se esse método alcança o grupo de interesse para a investigação. As entrevistas realizadas por meio de voz e vídeo, participações *online* em eventos e palestras (ao vivo ou gravados) e todo o tipo de informação virtual levantada (ARRUDA-FILHO, 2020), assim como a validação do relatório de pesquisa junto à comunidade investigada (KOZINETS, 2014) contribuem para tratar essas possíveis limitações e assegurar a qualidade da pesquisa netnográfica na construção de ideias e discussões acadêmicas.

O trabalho de campo netnográfico foi iniciado em maio de 2020 e teve a duração de 12 meses. A aproximação desses sujeitos ocorreu, inicialmente, mediante um mapeamento sobre a nova diáspora negra e seus negócios na cidade de São Paulo realizado em artigos científicos (apresentados na Revisão da Literatura), *sites* e reportagens jornalísticas (Carta Capital, UOL Notícias, Folha de São Paulo, O Globo, Le Monde Diplomatique, BBC News Brasil). A

maioria dos contatos foi mediada pelas redes sociais, que comunidades africanas e caribenhas fazem uso constante, e alguns aconteceram por indicação de migrantes que entrevistei.

A observação direta e/ou participante e o levantamento de documentos ocorreram por meio de inscrição e acompanhamento de vinte grupos escolhidos por abrangerem as comunidades de interesse do estudo (ARRUDA-FILHO, 2020). Pelo *Facebook* segui os seguintes grupos: Africanos e Haitianos Imigrantes e Refugiados no Brasil; União Social de Imigrantes Haitianos (USIH); Migrantólogos; Brasil País de Imigração; Comunidade Latina – Pastoral / Missão Paz; MigraMundo – Fórum; Delegados para a COMIGRAR 2014 e; Movimento Negro dos Haitianos. Pelo *Instagram* acompanhei as redes: @VistoAfrica; @MigraçõesForçadas; @MamaAfrica; @Migraflix; @AfricadoCoração; @VindasdaAfrica; @AfricaArte; @Namibia_moda_afro; @Nucleo.Migra; @DeslocamentoCriativo; @Congolinária e; @MigrantesnoBrasil. Outros contatos foram possíveis mediante o acompanhamento de algumas *hashtags* no LinkedIn: #empreendedorismo; #empreendedorismomigrante; #migrante; #imigrante; #racismo e #diversidade.

Durante o trabalho de campo também participei de vários eventos *online* (ao vivo ou gravados). Foram quinze reuniões entre palestras, seminários, congressos, mesas de debates e *lives* que apresento no Quadro 2 – Eventos *online.*

Quadro 2 - Eventos *online*

Eventos Online	**Tema**	**Coordenação/Elaboração**
Seminário	Quatro mesas de debate: Cidade invisível: subnotificação de dados, desaparecidos urbanos; Trabalho ambulante na pandemia e migração; Mobilidades urbanas, novos arranjos da economia popular e redes de apoio.	Grupo de pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Fórum Fronteiras Cruzadas e o Fórum dos Ambulantes
Conferência	Diáspora Negro-Africana e o discurso identitário: Panafricanismo, negritude e teatro experimental.	Associação de Investigadores/as Afrolatino-Americanos/as e do Caribe (AINALC)
Webinar	Proteção de Direitos de Migrantes e Refugiados nas Cidades.	Missão Paz
Live	Ujamaa – Dificuldades da diáspora.	Iniciativa social de imigrantes e refugiados em SP - Ujamaa
Fórum	Foro Social Americas de las migraciones (FSAM).	FSAM 2020

Continua...

Conclusão

Eventos Online	Tema	Coordenação/Elaboração
Palestra	Translocalismo, refugiados e espaços digitais: por uma teoria interdisciplinar e integrada sobre refúgio e tecnologias.	Grupo de Pesquisa Deslocar – Interculturalidade, Cidadania, Comunicação e Consumo – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (PPGCOM ESPM – SP)
Webinar	Concretizando Sonhos	Migraflix
Fórum	III Fórum Internacional Fontié ki Kwase – Fronteiras Cruzadas composto por três mesas de debate: (I)mobilidades Globais e Diásporas Contemporâneas; Migração transnacional e transformações sociais; A precarização estrutural do trabalho: o exemplo do trabalho imigrante.	Grupos de pesquisadores e estudantes da USP e Universidade de Campinas (UNICAMP)
Palestra	Empreendedorismo, inovação e pequenas empresas: o que espera o mercado?	Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (ANEGEPE)
Webinar	Empresas com refugiados – boas práticas que transformam – a experiência da contratação do Iguatemi.	Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Pacto Global e *Tent Partnership for Refugees*

Fonte: Autora.

Ainda, continuo a atuar como pesquisadora voluntária em dois projetos sociais formados por pesquisadores e migrantes: o projeto de extensão “Fronteiras Cruzadas” e o “Espaço Wema”. O primeiro programa propõe iniciativas conjuntas entre as comunidades científicas e migrantes para colocar as questões migratórias em arenas pública e política. O segundo é voltado a promover a inclusão e destacar as culturas africanas por meio da gastronomia.

O diário de campo, outro importante instrumento da etnografia/netnografia, foi primordial para descrever e analisar os agentes. Assim, o processo de análise dos dados se iniciou ainda durante a realização da netnografia, por ocasião da escrita de notas no diário (OLIVEIRA, 1996; JAIME, 2020). Esse é um traço central da etnografia. Como apontam Cefaï, Veiga e Mota (2011), os sentidos e os significados constituídos no contexto da ação precisam ser avaliados. Isso é feito descrevendo, a todo momento, de que maneira os argumentos e as narrativas são experenciados tanto por quem os produz, como por quem os recepciona.

3.2.2 Narrativa de vida

Começo essa seção com um questionamento simples, mas plausível. Se este estudo é focado na ação coletiva, porque, então, devo me aventurar com a narrativa de vida de alguns indivíduos? A resposta é dada por Bertaux (2014, p. 256) que esclarece que "a ação é sempre *ação localizada*: pois o ator individual não age no vazio, mas ao contrário, no desenrolar de uma sociedade já constituída e habitada por diversos outros atores, distintamente providos de recursos e que podem estar organizados em instituições, em redes [...]". O indivíduo não vive isoladamente, e nem busca somente maximizar os seus próprios interesses por meio de relações instrumentais. As pessoas vivem em grupos, principalmente nos familiares. Aqui, o que se procura compreender não é o indivíduo, "mas um *fragmento de realidade social-histórica*: um objeto social" (BERTAUX, 2010, p. 60).

A narrativa de vida ou método biográfico se destacou nas ciências sociais com o seu uso extensivo pela Escola de Chicago. E, a despeito de ser muito usado nas ciências humanas (Antropologia, Sociologia, História, Psicologia, Educação), esse método ainda é pouco aplicado no campo da Administração. No entanto, a narrativa de vida pode contribuir para o avanço dessa área científica em diversos temas de investigação, como práticas de gestão, desenvolvimento de carreiras, diversidade nas organizações, trajetórias organizacionais etc. (JAIME, 2017).

O mérito desse método, segundo Bertaux (2014), se deve a possibilidade de alterar a forma de olhar dos pesquisadores sobre a sociedade, compreendendo que esta não é formada por um sistema estático, mas por "conjuntos dinâmicos" em constante transformação. Essa forma de construir dados empíricos permite identificar quais são os mecanismos e processos adotados pelos sujeitos sobre uma determinada situação, de que maneira a administram e, inclusive, como a superam (BERTAUX, 2010). Esse é o único método empírico capaz de reconstruir o percurso de vida do sujeito (BERTAUX, 2014), visto que são valorizadas as interpretações que as pessoas fazem sobre suas próprias experiências (BECKER, 1999).

O uso dessa estratégia tem gerado alguns debates sobre a captação das dimensões micro e macrossocial, ou seja, sobre o cruzamento do indivíduo com a sociedade. Mas, de acordo com Crapanzano (1984) e Bertaux (2010), é preciso que o pesquisador evite se prender a essas contraposições entre sociedade *versus* indivíduo, história *versus* biografia, macrossocial *versus* microssocial. Essa observação se deve porque ao narrar uma biografia ou contar uma história de vida, o sujeito oferece a interpretação que faz de suas vivências, fala das escolhas que fez pelo caminho, mas, simultaneamente, aborda o contexto histórico e

social que marcou a construção de sua trajetória. Em outras palavras, o indivíduo transita entre as dimensões micro e macrossociais para contextualizar um acontecimento, uma experiência (CRAPANZANO, 1984; BERTAUX, 2010; JAIME, 2016).

O uso dessa abordagem metodológica também conduz a outro debate. Como a narrativa de vida promove o encontro entre o presente e o passado, conforme trabalha a memória dos sujeitos. Crapanzano (1984) afirma que o pesquisador deve questionar se os relatos dos atores refletem a realidade dos momentos de vida ou se são discursos pensados e elaborados posteriormente para justificar ações anteriores. Para Jaime (2016) essa é uma verificação desnecessária. Isso porque, segundo ele, tanto as escolhas feitas pelos atores em seus momentos de vida, quanto aquelas que são relatadas ao pesquisador são reais, independentemente da maneira escolhida pelo sujeito para a sua narração. Nesse caso, cabe ao pesquisador ter a perspicácia para assimilar e compreender as diferenças e seus sentidos.

Em linhas gerais, chamar a atenção para a forma escolhida pelo indivíduo para elaborar seus relatos implica dizer que a história de vida pode ser contada de várias maneiras. A história narrada é produzida na dimensão espaço/tempo, mas quem a expõe oralmente também pondera sobre quem é o pesquisador, quais são os objetivos da pesquisa e a quem ela interessa. Isso envolve considerar que o que é dito parte de uma esfera particular, resultado de uma complexa negociação que o indivíduo faz consigo mesmo e, por isso, apresentará limitações e algumas censuras (CRAPANZANO, 1984). Então, ao invés de buscar a verdade, o pesquisador deve acrescentar a sua análise as contradições, as imprecisões e interrupções (JAIME, 2016).

As contribuições da narrativa de vida são mais significativas quando cobrem um longo período. Elas são realizadas por meio de várias entrevistas com o interlocutor e complementadas com outros métodos, como diário de campo, observação direta, documentos (BERTAUX, 2010).

Os critérios que estabeleci para definir os sujeitos para essa abordagem metodológica passaram por três considerações. A primeira delas é sobre quem são os indivíduos significativos para a análise do fenômeno dessa pesquisa. A segunda é voltada a obter as narrativas de vida de pessoas que estejam vivendo o contexto da migração e empreendedorismo e que possam produzir relatos que contribuam na compreensão desse processo. Além disso, levei em consideração que a seleção dos entrevistados garantisse alguma diversidade de experiências (BERTAUX, 2010). Atingi essa diferenciação buscando por empreendedores étnicos em SP que atuam em diferentes áreas de negócio, que tenham migrado de diferentes nações e por motivos diversos.

As narrativas de vida foram realizadas com oito migrantes empreendedores em SP, sendo dois da República Democrática do Congo, um da Guiné-Bissau, um do Camarões, um do Senegal, um da África do Sul, um do Haiti e um da Guiana-Inglesa. A migrante guianesa, apesar de não ser africana, faz parte da população descendente de africanos em seu país. Além do mais, ela é uma mulher migrante, negra e empreendedora em SP. Entrevistei quatro mulheres e quatro homens, com idades entre 29 e 51 anos, todos empreendedores étnicos. Os encontros *online* foram realizados por meio de aplicativos de comunicação, e tiveram a duração média de duas horas e meia cada um. Com exceção de duas entrevistas, em que surgiram problemas quanto ao uso da tecnologia, todas as demais foram gravadas com autorização dos entrevistados.

Além dessas conversas voltadas para a reconstituição das narrativas de vida, foram realizadas outras entrevistas exploratória e semiestruturada com demais agentes que fazem parte da rede migratória.

3.2.3 Entrevista exploratória e semiestruturada

Da mesma forma que a leitura, a entrevista exploratória serve para ajudar a construir a problemática do estudo. Esse tipo de entrevista auxilia a descobrir aspectos que podem alargar ou redirecionar o campo de investigação. A função principal da entrevista exploratória, de acordo com Quivy e Campenhoudt (2013), é revelar particularidades sobre o fenômeno estudado e que são desconhecidas pelo pesquisador. Elas servem para encontrar informações úteis para a reflexão e desenvolvimento de ideias, e não para verificar hipóteses preestabelecidas. Esse método contribui para completar algumas pistas do trabalho investigativo. As entrevistas, nesse caso, devem ser abertas e flexíveis. “Trata-se, portanto, de abrir o espírito, de ouvir, e não de fazer perguntas precisas” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2013, p. 70). Desse modo, essa forma de entrevista não é conduzida por um roteiro. Nela, o pesquisador busca explorar a narrativa até encontrar a boa questão. As perguntas são “descobertas” conforme se desenrola o relato do entrevistado.

Para que esse contexto das narrativas seja possível, o pesquisador deve se fazer presente, ao contrário de neutro ou distante, e entrar no mundo do entrevistado sem, no entanto, fazer parte dele (KAUFMANN, 2013; JAIME, 2016). Cabe, portanto, privilegiar a empatia, como explica Jaime (2016), considerando que o objetivo do pesquisador é compreender as lógicas e as ações adotadas pelos sujeitos. Mas, para enfrentar o dilema de combinar ao mesmo tempo empatia, distância e respeito, é preciso adotar duas posturas. Dar a

devida atenção ao que é dito e, também, suspeitar das proposições oferecidas pelo interlocutor, articulando sobre os seus sentidos e contextos. Esses posicionamentos deixam claro que o pesquisador é o responsável pela facilitação da produção das narrativas de seus entrevistados.

Quivy e Campenhoudt (2013) argumentam que essa é uma das fases mais agradáveis da investigação, pois ela compreende a descoberta, o surgimento de novas ideias e os contatos humanos mais férteis e valiosos para o pesquisador. Para a realização dessas entrevistas é preciso que o investigador faça uma breve exposição introdutória sobre os objetivos da entrevista e o que se espera dela. Geralmente essa primeira exposição é suficiente para estabelecer o caminho geral da conversa, livre e aberta. Uma entrevista dessa forma aprofundada deve ocorrer em um contexto e ambiente adequados, ou seja, se possível sem interrupções, barulhos, marcada antecipadamente, e deve ser gravada conforme a autorização dos entrevistados. Quivy e Campenhoudt (2013) sugerem evitar tomar notas, nesse momento. Isso pode distrair o entrevistado, como também o entrevistador, uma vez que a intensidade da anotação pode indicar o interesse pelas palavras do interlocutor. É mais útil, segundo eles, anotar algumas palavras que possam auxiliar a esclarecer alguns pontos, voltar a algumas questões ou a pensar sobre o que falta abordar.

A principal diferença entre a entrevista exploratória e a semiestruturada (ou semidirigida) é que esta última não é inteiramente aberta e está centrada em um assunto sobre o qual é confeccionado um roteiro com questões principais, mas que pode ser complementado com outras perguntas inerentes às circunstâncias da entrevista. Esse tipo de entrevista permite que o entrevistado possa falar de forma livre e não condicionado a uma padronização de alternativas (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2013). Outra distinção entre a entrevista exploratória e a semiestruturada é que, enquanto a primeira serve como uma maneira de sondar/tatear o campo, a segunda é indicada para buscar outras informações que não puderam ser observadas pelo pesquisador ou para complementar a construção dos dados. Por esse motivo, foi o acompanhamento dos atores envolvidos no fenômeno, isto é, a realização do trabalho etnográfico que me indicou as questões para a realização das entrevistas.

As entrevistas exploratórias foram realizadas com sete atores pertencentes às organizações da sociedade civil e outras entidades relacionadas às causas migratórias. São eles: Centro Integrado de Sustentabilidade do Brasil (CDISB); representantes do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) e da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD) da Secretaria Municipal e Desenvolvimento Humano e Cidadania (SMDHC) da Prefeitura de São Paulo; dirigente da

Missão Paz, instituição filantrópica ligada à Igreja Católica; dois jornalistas e pesquisadores, sendo um do *site* MigraMundo e outro do Deslocamento Criativo e; com uma pesquisadora da iniciativa acadêmica Fórum Internacional Fontié ki Kwase (Fronteiras Cruzadas). Dessas entrevistas, somente a pesquisadora do Fórum Fronteiras Cruzadas optou por responder algumas questões por escrito. Todas as outras entrevistas foram gravadas, com a anuência dos entrevistados, aconteceram por meio de aplicativos de comunicação e tiveram a duração média de duas horas e meia cada uma. Essas entrevistas me auxiliaram a descobrir aspectos que alargaram e redirecionaram a pesquisa. Contudo, para chegar a essas entrevistas, foi necessário traçar uma trajetória que me aproximasse do contexto das migrações em SP.

3.2.4 O desenvolvimento de laços de proximidade e confiança

Observei que os empreendedores da nova diáspora negra em São Paulo usam frequentemente as redes sociais para divulgar suas culturas, seus negócios e para colocar as questões raciais e migratórias no debate público. Essas plataformas são mobilizadas coletivamente com o intuito de publicizar as adversidades enfrentadas por eles (DEWEY, 1946; CEFAÏ, 2017a).

Iniciei, portanto, tentativas de aproximação junto a essa população migrante na cidade de São Paulo pelas redes sociais. Para contatá-los, enviei mensagens que informavam sobre o objetivo do estudo e o interesse em conhecer mais sobre suas histórias de vida e seus empreendimentos. Como é comum na pesquisa etnográfica / netnográfica, foi necessário desenvolver laços de proximidade e confiança com esses sujeitos (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011; JAIME, 2020). Isso foi feito à medida em que me incorporava às situações rotineiras que eles vivem, me fazendo presente e atuante em alguns coletivos virtuais específicos de migrantes. Passei a compartilhar informações (documentação, locais de assistência, notícias diversas), divulgar seus negócios em minhas redes sociais (criadas para o propósito da pesquisa) e a participar de algumas discussões em fóruns, congressos e *lives* sobre temáticas relativas às migrações. Dessa forma, recebi as primeiras respostas às minhas mensagens. Mas, para agendar as primeiras entrevistas trilhei um caminho maior de negociação e estratégias, devido às desconfianças. Todos tentaram marcar as conversas pessoalmente. Isso era esperado e considerei compreensível. Nem todos se sentem confortáveis para discutir questões delicadas, relativas à situação de migração, com pessoas que não conhecem e, ainda mais, por vídeo.

Então, passei a me apresentar a cada grupo e pessoas específicas de acordo com o meio de comunicação usado e com os perfis disponibilizados por eles nas redes. Constatei que nem todos os migrantes dessa nova diáspora negra são fluentes na língua portuguesa. Por isso, observava o vocabulário utilizado por eles e fazia uso das mesmas expressões. As mensagens enviadas por meio do *Instagram* e do aplicativo de mensagens instantâneas *Whatsapp* eram mais curtas, objetivas e com uma linguagem cotidiana.

Para aguçar a curiosidade e aumentar as chances de entrevistá-los, recorri à algumas particularidades relacionadas aos seus negócios e perfis, como o de ser mulher (quando este era o caso), migrante africano/haitiano, empreendedor, ou sobre suas trajetórias e trabalhos desenvolvidos. Para reforçar a importância e seriedade do estudo mencionava os percursos acadêmicos de meu professor orientador e de seu orientador à época de seu doutorado, o Prof. Kabengele Munanga[14]. Essas argumentações e minha participação em diversas cenas públicas (CEFAÏ, 2011) possibilitaram as primeiras conversas por vídeo (*Whatsapp* ou *Zoom*) com esses migrantes.

Ainda que pensasse o contrário, presenciei a mesma necessidade de aproximação com pesquisadores e grupos de pesquisa das questões migratórias, órgãos governamentais, ONGs e outras entidades para realizar as entrevistas. Nesses casos, as mensagens foram encaminhadas por e-mail e pela rede social profissional e de negócios *LinkedIn*. Também aqui procurei enfatizar meu conhecimento sobre seus trabalhos e o de suas organizações, além de salientar sobre a instituição de ensino da qual sou doutoranda e sobre as áreas de pesquisa de meu professor orientador. A linguagem usada era formal, os textos mais longos e traziam os objetivos da pesquisa. Em vários casos, foi necessário encaminhar o trabalho de tese qualificado, comprovantes sobre meu doutorado e as questões formuladas para agendar as entrevistas.

Com relação aos migrantes, notei uma situação singular nas conversas. Eles se mostraram surpresos e desconfortáveis ao me verem no vídeo. Provavelmente, isso se deveu ao fato de eu não ser uma mulher negra. Tais desconfianças foram sendo contornadas à medida em que foi sendo criada uma identificação durante as conversas, uma vez que já fui migrante. Essa condição criou um ar de familiaridade, facilitando o desenrolar da netnografia.

Além disso e apesar dos esforços pela criação de vínculos de confiabilidade, ao longo do trabalho de campo ficou evidente que todos os atores entrevistados se conhecem. Eles

[14] O Prof. Kabengele Munanga é um intelectual proveniente da República Democrática do Congo e que vive no Brasil desde o final dos anos 1970. Foi Professor Titular do Departamento de Antropologia da USP, onde segue após a aposentadoria como Professor Emérito (FFLCH USP, 2022).

participam conjuntamente em *lives*, congressos, fóruns e grupos de estudos. Citam uns aos outros nas narrativas e nas entrevistas. Confirmam dados que levantei sobre alguns dos migrantes ou de ONGs e fornecem outras informações sobre eles. No entanto, somente três dos quinze entrevistados me fizeram indicações de outras pessoas com quem eu pudesse dialogar sobre os objetivos desse estudo. Ainda assim, elas renderam cinco entrevistas relevantes para esta investigação.

Um outro momento conflituoso nessa pesquisa surgiu durante minha inserção no campo investigativo com os migrantes empreendedores dessa diáspora. Com o intuito de possibilitar novos contatos e entrevistas, montei uma primeira apresentação em uma plataforma de design gráfico contendo várias imagens que remetessem ao empreendedorismo realizado por migrantes e com uma linguagem acessível em português e inglês. Pensava em fazer uma série de chamadas abordando brevemente sobre a pesquisa, sobre meu interesse e, também, expondo alguns trechos de relatos dos migrantes com quem conversei, convidando outros que se interessassem por participar da pesquisa a conversar comigo. As apresentações seriam postadas nas redes sociais de coletivos de migrantes e nas minhas próprias. Obviamente, entrei em contato, usando o áudio do *Whatsapp*, com cada um dos meus entrevistados para pedir autorização do uso de seus nomes, imagens e partes de seus relatos para essa publicação. Também avisei que encaminharia as apresentações para que cada um pudesse confirmar os usos dos dados. Quase todos os migrantes entrevistados autorizaram prontamente essa divulgação. Menos Karasi. Ela me fez um alerta, que foi ao mesmo tempo ríspido e temeroso, sobre as consequências que essa ação poderia trazer às vidas de cada um.

> A sua pesquisa é uma pesquisa científica, né? Porque você não está pesquisando sobre o imigrante. Eu não acho muito bom você se focar na minha história, colocando a minha foto para publicar a sua pesquisa. Eu já participei da pesquisa de muitas pessoas, inclusive aquelas que acabaram o doutorado. Inclusive quem queria falar o meu nome colocou outro nome. Eu acho que isso coloca as pessoas em insegurança. Porque quando uma pessoa é refugiada, pede refúgio, conta a história, fala de tudo, entendeu? Isso faz parte. De jeito que a gente busca a segurança. Porque essas redes sociais todo mundo assiste. As pessoas do governo no nosso país assistem, a comunidade assiste, todo mundo assiste. E quando você vai postar contando a minha história, eu não sei, eu me sinto insegura. Porque uma pessoa com status de refúgio é uma pessoa que tem muita restrição e que precisa de muito cuidado. Mas, agora sobre a sua pesquisa, se você vai acabar usando a história de um imigrante para tirar a atenção de outros imigrantes, eu acho que isso é errado. Acho que isso é errado, Audrey. Se você quer chamar a atenção das ONGs, de outros imigrantes, então é só ter indicação. Tem que pedir para as pessoas que trabalham com os imigrantes, que conhece imigrante, entendeu?

Ela foi a única pessoa, dentre meus entrevistados, que me alertou sobre a questão da segurança de migrantes e refugiados e de como eu poderia conduzir essa pesquisa de forma a

não correr o risco de prejudicar ninguém. Foi, então, que compreendi o quanto é relevante formular boas estratégias no momento certo (BERTAUX, 2010). Ponderei que, antes de qualquer ação que eu quisesse tomar, seria preciso ganhar e manter a confiança de meus entrevistados. O lado positivo desse obstáculo encontrado nesse trabalho de campo netnográfico foi o de compreender um pouco mais sobre o próprio campo.

Devido a esse alerta de Karasi, optei por usar nomes fictícios para me referir a cada migrante dessa nova diáspora negra que entrevistei. Para mencioná-los quis usar nomes africanos, escolhidos em *sites* com listagens de nomes pessoais de vários países, como uma forma de demonstrar meu respeito a eles e suas histórias. Entretanto, o continente africano possui inúmeras etnias e os nomes podem abranger diversos significados e serem usados em determinadas culturas e em momentos diferentes da vida. Essas informações, infelizmente, me escapam ao designar um nome para cada um. Para o migrante haitiano, escolhi um nome francês, uma vez que essa é uma das línguas oficiais do Haiti. Assim, os homens com quem conversei são: Bomani (Guerreiro), Yerodin (Estudioso), Nassor (Vitorioso) e Gerard (Corajoso). As mulheres com quem dialoguei são: Badu (Poderosa), Faizah (Vitoriosa), Amahle (A Mais Bela) e Karasi (Vida e Sabedoria). Optei por apresentar os perfis demográficos dos entrevistados que compõem a nova diáspora negra em SP no capítulo 5, onde descrevo suas narrativas de vida. Dessa forma, a visualização desses dados em conjunto com suas histórias auxilia na compreensão dos contextos e na identificação de cada entrevistado.

Com relação aos outros atores que entrevistei, todos me autorizaram a apresentar seus nomes e o das instituições onde atuam com as pautas migratórias. E, da mesma maneira como fiz para expor os perfis dos empreendedores representantes dessa diáspora e com o mesmo intuito, apresento os dados demográficos desses agentes no início das descrições dessas entrevistas no capítulo 6.

4 SÍNTESE DA PARTE I

O objetivo central desse estudo é compreender de que maneira os migrantes da nova diáspora negra em SP emergem como empreendedores e se, a partir dos seus negócios, contribuem para posicionar as questões raciais e migratórias nas arenas pública e política em que esse fenômeno se insere.

O tema do empreendedorismo étnico tem-se mostrado muito relevante social e academicamente. Na última década, o Brasil tem recebido indivíduos vindos, principalmente, de países do continente africano e sul-americanos. Os migrantes haitianos representam pouco mais de um quinto do grupo de migrantes que permanecem no Brasil por mais de um ano e são a principal nacionalidade registrada no mercado formal de trabalho brasileiro (OBMIGRA, 2019). Esse contingente de pessoas de países da África e das ilhas caribenhas que migram para o Brasil forma a nova diáspora negra, que difere daquela oriunda do sistema colonial escravista que formou a nação brasileira.

As pesquisas acadêmicas e reportagens que abordam o contexto das migrações no Brasil, principalmente sobre essa nova diáspora negra, apresentam algumas adversidades enfrentadas por essa população. Dentre elas, destacam-se começos difíceis em trabalhos subalternizados, racismo, xenofobia, dificuldades para a obtenção de documentos e realização de cadastros junto aos órgãos públicos, problemas para ter acesso a tecnologia, entraves para a validação de diplomas, entrada informal nas atividades econômicas, falta de acesso a serviços sociais básicos (BAENINGER, 2018; MANTOVANI, 2018; BBC NEWS BRASIL, 2018; DIAS, 2019; 2020; ONU, 2019a; PEREIRA, 2019). Também é preciso considerar que os empreendedores dessa nova diáspora negra são atravessados por localizações sociais, como raça, gênero e classe (BRAH, 1996). Entretanto, são poucas as aproximações sobre essas interseccionalidades na literatura nacional sobre empreendedorismo étnico.

Em comum, as pesquisas nacionais e internacionais sobre o empreendedorismo realizado por migrantes têm privilegiado as estruturas sociais como o principal fator para a realização de seus empreendimentos e, por esse motivo, costumam se basear nas teorias de capitais de Bourdieu (ALDRICH; WALDINGER, 1990; ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013; CRUZ; FALCÃO, 2016). Outros estudos, porém, alertam para a cultura do capitalismo neoliberal contemporâneo que idealiza o empreendedorismo como a ferramenta para a solução de problemas sociais e coletivos, retirando a responsabilidade do Estado de prover condições dignas de trabalho e vida à sua população e transferindo-a para os indivíduos (CASAQUI, 2018; 2019). Esse discurso voltado à panaceia do empreendedorismo é

disseminado pelas mídias e organizações da sociedade civil e entidades direcionadas às questões migratórias, segundo Zanforlin e Amaral (2019) e Carmo et al. (2021), disfarçando a precarização do trabalho e criando uma versão de um empreendedorismo social como uma maneira de inserção na sociedade pelo sujeito migrante.

Diante desse cenário, para atingir o objetivo desse estudo e escapar da visão estruturalista comumente adotada por estudos sobre empreendedorismo étnico, propus uma nova leitura teórica e analítica para avançar a teoria sobre o fenômeno ao focar na ação individual e coletiva dos atores. Assim, adoto como postura teórico epistemológica a sociologia pragmatista francesa, especialmente o seu desdobramento nos termos de uma Sociologia dos Problemas Públicos, que tem em Daniel Cefaï um de seus principais autores. Esse novo olhar para esse tema, traz outras reflexões sobre a gestão dos empreendimentos da nova diáspora negra em SP e poderá contribuir para fomentar os debates que influenciam as políticas públicas voltados ao empreendedorismo étnico.

Estudos que fizeram uso da sociologia pragmática francesa, mais especificamente, da Sociologia dos Problemas Públicos, têm constatado que a mobilização de estruturas e de recursos materiais são insuficientes para analisar as complexidades relativas ao comprometimento e à emergência dos problemas públicos. Para compreender a profundidade desses fenômenos é preciso identificar e seguir os atores, analisar as controvérsias, descrever os campos de experiências e as fases que constituem a dinâmica da problematização e da publicização (CEFAÏ et al., 2011; CEFAÏ, 2011; 2013; 2017a; 2017b). Isso, principalmente, ao constatar que os sujeitos são pessoas capazes de crítica e de ação, não sendo simplesmente manipuláveis pelas estruturas (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999).

No entanto, é preciso considerar que o foco desse estudo está em um ator específico da nova diáspora negra em SP: os migrantes que emergem como empreendedores étnicos. Assim, a intenção dessa pesquisa não é exatamente retraçar a emergência do problema migratório dessa diáspora como problema público, mas compreender a participação dos empreendedores étnicos nessa emersão.

A Sociologia dos Problemas Públicos, por reforçar a relevância de seguir os sujeitos, indica a abordagem metodológica e as estratégias de investigação a serem adotadas nessa pesquisa. Dessa forma, fiz uso de métodos que podem ser reunidos sob a rubrica de trabalho de campo etnográfico. Dispus de narrativas de vida (BERTAUX, 2010); observações direta e participante, entrevistas exploratórias e semiestruturadas (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2013; JAIME, 2016), análise de documentos e notas em diário de campo. Essa investigação etnográfica privilegia a perspectiva dos atores que compõem essa complexa rede de migrantes

da nova diáspora negra em SP e, por isso, é coerente com a postura epistemológica pragmatista (CEFAÏ, 2009; 2013; 2017a; 2017b; CEFAÏ et al, 2011). Entretanto, devido a necessidade de distanciamento social para minimizar o contágio pelo vírus da COVID-19, precisei adaptar o método etnográfico para dar continuidade à pesquisa. Assim, fiz uso da netnografia. Trata-se de um método que usa a tecnologia para propiciar a comunicação entre o netnógrafo e seus interlocutores que se encontram em comunidades virtuais. Porém, ao contrário de técnicas utilizadas em estudos que envolvem a internet, a netnografia considera o ambiente virtual como aquele em que ocorrem interações sociais (KOZINETS, 2014).

O trabalho de campo netnográfico foi iniciado em maio de 2020 e teve a duração de 12 meses. Primeiramente, mapeei os sujeitos da nova diáspora negra em SP e agentes por meio de artigos, *sites* e reportagens jornalísticas. As narrativas de vida foram obtidas com oito migrantes empreendedores dessa diáspora. As entrevistas exploratórias e semiestruturadas foram realizadas com sete agentes que fazem parte dessa complexa rede. A maioria dos contatos foi obtida pelas redes sociais que as comunidades africanas e caribenhas usam constantemente. Outros foram conseguidos por indicação de alguns migrantes e outros atores entrevistados.

Para conseguir realizar as entrevistas, foi necessário desenvolver laços de proximidade e confiança com esses atores (CEFAÏ et al., 2011; JAIME, 2020), inclusive com os representantes das organizações da sociedade civil e outras entidades voltadas às questões migratórias. Além de me fazer presente em algumas coletividades virtuais específicas desses migrantes, compartilhei informações nas minhas redes sociais (criadas com o propósito de facilitar o contato com os migrantes dessa diáspora) e em seus coletivos virtuais referentes à documentação, locais de assistência para migrantes e notícias relacionadas às questões migratórias no Brasil. Também passei a participar de debates em congressos, *lives* e fóruns sobre as temáticas migratórias. Ainda assim, enfrentei muita desconfiança para agendar as entrevistas com esses migrantes. Essa é uma situação entendível, uma vez que, além de eu não ser conhecida nas cenas públicas (CEFAÏ, 2011) relativas às questões migratórias, muitos não se sentem confortáveis para contar suas histórias sobre situações delicadas em que estão diretamente envolvidos com alguém que não conhecem, ainda mais por intermédio de um aplicativo de comunicação. Outra estratégia que possibilitou o agendamento e a condução das entrevistas foi o compartilhamento de algumas informações pessoais, já que também fui uma migrante.

Além disso, para dar seguimento às observações diretas e participantes, tenho atuado como pesquisadora voluntária em dois projetos sociais elaborados por migrantes e

pesquisadores de algumas instituições de ensino superior: Projeto Wema e Fronteiras Cruzadas. Um é voltado à disseminação das culturas africanas para promover a inclusão e desmistificar estereótipos por meio da gastronomia; e o outro busca fomentar o debate das questões raciais e migratórias nas arenas pública e política. Para refletir sobre a minha compreensão do fenômeno estudado e a dos atores, nem sempre coincidentes, as descrições e análises realizadas em notas de diário de campo foram primordiais. Dessa maneira, discorri sobre a forma como fui recebida pelos coletivos, sobre suas iniciativas e fui detalhando aspectos que surgiam conforme avançava nas descrições e na construção dos dados em campo. A edificação desses dados, inclusive, redirecionou o objetivo geral e as questões dessa pesquisa (JAMES, 1974; GEERTZ, 1989; CEFAÏ et al., 2011; JAIME, 2020).

Na segunda parte desse trabalho descrevo os relatos das narrativas de vida dos empreendedores representantes da nova diáspora negra em SP, assim como as conversas que tive em entrevistas exploratórias e semiestruturadas feitas com pessoas à frente de projetos e ações voltadas às migrações em organizações da sociedade civil e demais entidades. Essas descrições são expressivas para desaguar nas análises que apresento sobre a emersão desses migrantes como empreendedores étnicos e suas distintas formas de engajamento nas arenas pública e política. Também apresento os principais aliados não-humanos que fazem parte dessa complexa rede. Faço isso estando acompanhada da Sociologia dos Problemas Públicos.

5 NARRATIVAS DE VIDA: OS PERCURSOS DE EMPREENDEDORES[15] ÉTNICOS DA NOVA DIÁSPORA NEGRA EM SP

> Uma pessoa se engaja publicamente, mas seu impulso inicial está enraizado em vulnerabilidades singulares, ínfimas humilhações, angústias indizíveis que não se deixam facilmente publicizar (CEFAÏ, 2011, p. 8).

> Não podemos compreender as ações de um sujeito, nem a própria produção dos sujeitos, se ignorarmos tudo sobre os grupos dos quais ele/ela fez parte em algum momento de sua existência. Seu próprio projeto de vida, decidido em certo momento da existência, não foi elaborado *in abstrato* dentro de uma consciência isolada, mas foi falado, dialogado, construído, influenciado e negociado ao longo da vida em grupo (BERTAUX, 2010, p. 53).

A partir do momento em que os migrantes começam a me fazer confidências é nítida a necessidade que expressam de serem respeitados. Se revoltam contra o desprezo e o racismo de que são vítimas, denunciam as humilhações que sofreram e que alguns ainda sofrem, tentam consolidar sua inserção no Brasil. Essas são situações dificilmente codificáveis em estudos sob a ótica estruturalista.

A descrição (n)etnográfica consegue mostrar o espaço da comunicação corporal e verbal na interação entre o (n)etnógrafo e os sujeitos (CEFAÏ, 2013): a maneira como acontecem as interações, os rituais de civilidade e cortesia, o respeito na abordagem, a gentileza e o senso de gratidão, os olhares, as expressões faciais, o choro e as risadas compartilhadas.

Quando divido parte de minhas experiências como mulher latina e migrante há uma identificação inicial com cada entrevistado, em cada grupo de mulheres migrantes e negras, com cada empreendedor africano e haitiano. Os homens se compadecem e as mulheres me chamam para a luta. Dessa forma, criamos os primeiros laços de confiabilidade (GEERTZ, 1989; CEFAÏ et al., 2011; JAIME, 2020). Manifestamos simpatia e somos empáticos uns com os outros. E, então, a conversa se desenrola em conjuntos de lembranças que obedecem ao ir e vir da memória.

Entretanto, esse é um caminho de incertezas. Em vários casos, as entrevistas foram vistas como uma oportunidade de relembrar partes de suas histórias, trazendo alento aos entrevistados. Eles se sentem legitimados, ganham um novo fôlego para a sua autoconfiança, como me disseram, pois percebem com maior lucidez as adversidades enfrentadas e o longo caminho já percorrido. Em outros momentos, questionam a importância da entrevista para si

[15] Faço uso do substantivo masculino genérico para não tornar a leitura cansativa. No entanto, tenho consciência e estive atenta à importância da questão de gênero nas trajetórias dos empreendedores e empreendedoras.

mesmos e as causas migratórias. Esclarecem que estão cansados de falar de graça e de serem explorados por pesquisadores e jornalistas, pois esses se preocupam somente com suas próprias questões e interesses. Mas, mesmo assim, se disponibilizam a "ajudar". Afinal, me dizem, "quem sabe, possamos nos lembrar deles?". Nesse caso, observo a existência de uma relação de amor e ódio. Eles compreendem que os pesquisadores são uma das pontas nesses agenciamentos necessária para dar visibilidade aos seus negócios, à sua causa.

5.1 EMPREENDEDORES ÉTNICOS DA NOVA DIÁSPORA NEGRA EM SP

Quem são os empreendedores étnicos da nova diáspora negra em SP? O que os trouxe à capital paulista? Quais foram as adversidades encontradas por eles? Como emergiram como empreendedores étnicos? O que os levou a atuar com as questões raciais e migratórias?

Recorrendo a narrativas de vida reconstruídas em entrevistas com esses migrantes, dialogo com essas indagações. Narro situações de discriminação racial vividas por esses sujeitos e outras adversidades. Abordo sobre seus agenciamentos, redes e conexões. Dessa forma, procuro conhecer os caminhos trilhados para o empreendedorismo e a atuação nas arenas pública e política.

O Quadro 3 apresenta algumas informações sobre os empreendedores cujas narrativas de vida descrevo nesse capítulo. Ele serve para nos ajudar a visualizar os perfis demográficos dos entrevistados que compõem a nova diáspora negra em SP.

Quadro 3 - Os empreendedores étnicos da nova diáspora negra em SP

Nome[16]	**Idade**	**País**	**Profissão no País de Origem**	**Chegada ao Brasil**	**Status no Brasil**	**Empreendimento**
Bomani	31 anos	Guiné-Bissau	Universitário Letras	2010	Migrante	Negócio Social
Yerodin	29 anos	RDC	Universitário Artes Plásticas	2010	Refugiado	Pinturas
Nassor	34 anos	Senegal	-	2013	Migrante	Lojas de roupas e acessórios africanos
Gerard	51 anos	Haiti	Professor de Línguas e História	2013	Refugiado	Mercado de produtos haitianos e brasileiros

Fonte: Autora.

[16] Como apontei no capítulo 3, optei por usar nomes fictícios para me referir a cada migrante dessa nova diáspora negra que entrevistei. Para demonstrar meu respeito a eles e suas histórias, fiz uso de nomes africanos e um nome francês.

5.1.1 Perfis dos entrevistados

Bomani tem 31 anos. Nascido na Guiné-Bissau, está no Brasil desde 2010. Queria ser jogador de futebol e conhecer o Brasil. Mas, depois de uma fratura na clavícula optou por mudar de profissão. A universidade onde estudava em seu país tinha um convênio firmado com a Universidade Estadual Paulista (UNESP), por meio do qual alunos com as melhores notas poderiam ingressar na instituição brasileira. Bomani se formou em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.

Foi em São Paulo que ele se surpreendeu ao se descobrir negro, apesar de as novelas brasileiras que assistia em seu país natal mostrarem atores brancos nos papeis principais e negros interpretando criminosos e moradores de favelas, me disse. “Na África esse não é um ponto discutido, já que lá a maior parte da população é negra. Então, isso é algo normal, que não tem nada de mais.” E para ilustrar a importância dos povos africanos e afrodescendentes na formação de nosso país, ele citou uma frase do Padre Jesuíta Antônio Vieira[17]: “O Brasil tem sua alma na África e o corpo nas Américas”.

Ativista das causas raciais e migratórias, ator e modelo, Bomani criou uma marca que promove as diversas realidades do continente africano. Sua loja *on-line* vende roupas e acessórios com a frase “A África Não É Um País” nos idiomas português, inglês e francês. Esse empreendimento é voltado às causas migratórias, divulgação das culturas africanas e à desmistificação sobre a África. Por sua relação mais forte com o ativismo e as artes cênicas, não se considera um empreendedor. “Eu sou um artevista (junção das palavras arte e ativismo). O negócio só existe porque sou artista”.

Yerodin tem 29 anos. Nascido na RDC, está no Brasil desde 2010. É o segundo dos cinco filhos de sua família em Kinshasa. Uma irmã é advogada e mora na Turquia. Tem um irmão que reside no Canadá e outro na Holanda. O irmão mais novo não tem permissão dos pais para viajar. Yerodin, que desde criança gosta de pintura, teve a oportunidade de estudar na faculdade de Belas Artes em seu país de origem, onde ficou até o terceiro ano. Os pais não tiveram mais condições financeiras para custear seus estudos no ensino superior. Foi quando começou a trabalhar com pintura. Junto com seus amigos passou a pintar e a fazer grafites em protesto contra o governo. Passou, então, a ser perseguido e alguns de seus amigos foram assassinados pela “polícia do governo”.

[17] A frase “O Brasil tem seu corpo na América, mas sua alma na África” é a epígrafe do primeiro volume da trilogia Escravidão, do escritor Laurentino Gomes, que aborda a história da escravidão no Brasil.

Diante disso, Yerodin escolheu se refugiar no Brasil. Conseguiu um visto de 30 dias como turista. Para entrar no país, escondeu sua condição de perseguição política no Congo, pois teve medo de que essa informação o impedisse de acessar esse território. Depois de uma trajetória longa e dolorosa sendo morador de rua em SP, aprendeu o português em um albergue administrado pela ONG SERMIG, pediu refúgio na Polícia Federal e foi contratado por uma agência de publicidade. Falar francês o ajudou a conseguir essa vaga. Porém, quase a perdeu por causa da cor de sua pele. “Tem um menino aí. Ele é francês, mas ele é negro”, foi o comentário que ouviu no dia de sua entrevista.

O trabalho na agência abriu várias portas e Yerodin voltou a trabalhar com sua arte. Expôs nas principais galerias de SP, e em países como Argentina, Espanha e Alemanha. Suas pinturas abordam o dia a dia de SP, os povos africanos, pessoas comuns e célebres e apresenta temáticas com as quais se deparou no Brasil. Uma de suas exposições teve o racismo como tema e foi realizada em uma universidade na Alemanha. “Eu tomo cuidado com a minha arte para que ela seja universal, para não ofender ninguém, mas também para puxar a orelha”. Ele não se vê como um empreendedor, por enquanto. Para ele, essa atividade está atrelada a existência de um lugar melhor para o desenvolvimento e exposição de sua arte. “Sou só um artista. Preciso de um ateliê grande, bonito. Eu vou chegar lá. A vida de arte é vida de desafio”.

Nassor tem 34 anos. Nascido no Senegal, está no Brasil desde 2013. Em seu país natal morava com os pais. Me contou que foi por esse motivo, por não ter maiores responsabilidades, que resolveu sair de casa. No entanto, no decorrer de nossa conversa, esclareceu que passavam por grandes dificuldades financeiras. “Vim para tentar uma vida melhor”. Seu irmão, que morou por 20 anos no Brasil, o ajudou inicialmente em SP e por isso escolheu esse país para morar.

Depois de trabalhar como camelô nas ruas de SP por quatro anos, “fugindo da polícia”, conseguiu abrir duas lojas de roupas e acessórios africanos para homens e mulheres no centro de SP. Ele se considera um empreendedor e fala disso com muito orgulho: “É preciso ter muita coragem e responsabilidade!”.

Nassor afirmou que os brasileiros ficam surpresos ao descobrirem que ele, um homem migrante e africano, é proprietário de lojas que ficam em endereços importantes de SP. Reforçou que os brasileiros procuram se aproveitar de sua situação de homem negro e migrante para pedir descontos nos produtos de suas lojas, mas não fazem o mesmo em outros

estabelecimentos comerciais cujos donos são pessoas brancas e brasileiras. “Os brasileiros não valorizam as coisas que vem da África”.

Gerard tem 51 anos. Ele é haitiano e está no Brasil desde 2013. Casou-se com uma haitiana no Brasil e tem três filhas. No Haiti foi professor de línguas e de história. Um mês após o terremoto que ocorreu no seu país de origem em 2010, escolheu viver na República Dominicana. Permaneceu nesse país por quase três anos e meio. Depois, passou pelo Equador, onde ficou por dois meses. E, em 2013, optou por seguir para o Brasil.

Em SP trabalhou em uma empresa de construção civil por pouco mais de dois anos. Durante esse período conheceu muitos migrantes em situação de miséria. Percebeu que os haitianos que chegavam em SP eram, em sua maioria, adultos e que o principal obstáculo que encontravam para a inserção no Brasil estava ligado ao fato de não falarem a língua portuguesa. Então, começou a auxiliar os demais migrantes haitianos da empresa intermediando e traduzindo as tratativas entre a empresa e os funcionários. Com o tempo observou que havia outras necessidades, como ter a carteira de trabalho e outros documentos. Ele e outros 172 haitianos se reuniram na Missão Paz e decidiram criar uma associação, a União Social de Imigrantes Haitianos (USIH).

Gerard é proprietário, com mais outros três sócios, de um mercado de produtos haitianos e brasileiros no centro de SP. Tem orgulho de sua formação, de sua família e história, de suas conquistas no Brasil, de seu comércio e de ter sido uma das pessoas responsáveis pela criação da USIH. Mas, quando conversamos sobre o racismo, ele comentou que sofre com isso diariamente e até mesmo no seu empreendimento. “Tem pessoas que quando entram aqui e veem que é um negro, saem olhando para trás. É muito triste”.

Quatro homens que fazem parte da nova diáspora negra em SP e que emergiram como empreendedores. Mas, é preciso compreender os caminhos trilhados por eles para o empreendedorismo étnico e as mobilizações e agenciamentos que fizeram para enfrentar as adversidades com as quais se deparam em SP (CEFAÏ, 2017a). Dialogando com eles, procuro aprofundar minha compreensão sobre as relações existentes entre suas vivências e a ação empreendedora que realizam.

5.1.2 Trajetórias de vida: as redes, conexões e agenciamentos em suas experiências migratórias e de empreendedorismo

Bomani

Claramente influenciado pelo futebol brasileiro, Bomani disse que sempre quis conhecer o Brasil e que sonhava ser jogador profissional. Mas, uma fratura na clavícula o fez mudar de planos. Estudioso, viu no convênio entre sua universidade na Guiné-Bissau e a UNESP a possibilidade de morar no Brasil. Ele tomou, então, essa bolsa de estudos como uma possibilidade de mudança na sua trajetória e um meio para se inserir em várias frentes relacionadas às questões raciais e migratórias.

Ao perceber que há pouca informação sobre as histórias da África no Brasil, decidiu se formar em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. A despeito de existirem vários historiadores, pensadores e filósofos africanos, Bomani esclarece que pouco se dialoga com eles e suas pesquisas nas universidades brasileiras.

Em SP, ao observar as adversidades enfrentadas por migrantes e o desconhecimento de brasileiros sobre o continente africano, tornou-se um ativista das causas migratórias e um agente de disseminação das culturas africanas. Entretanto, essa sua trajetória relacionada às causas sociais o acompanha desde a Guiné-Bissau, onde fazia parte de projetos sociais, também por influência de sua mãe, uma "religiosa fervorosa", contou.

Na capital paulista, criou uma marca para desmistificar o conceito generalizado no Brasil de que há somente miséria e doenças no continente africano.

> Eu ouço muita gente que fala da África como se a África fosse um país. Na verdade, é um continente enorme formado por 54 países. As pessoas pensam que só tem fome e miséria e acreditam que os animais selvagens andam com as pessoas nas ruas. Ouço perguntas absurdas. São várias culturas, línguas e riquezas.

Sua loja *online* vende produtos, acessórios e roupas com a marca que criou. Os valores arrecadados são revertidos para as comunidades migrantes. Esse coletivo, segundo Bomani, é formado por pessoas vindas de vários países e que passam a viver em SP. Há africanos de diferentes nacionalidades, como angolanos, nigerianos, congoleses, e também bolivianos venezuelanos, dentre outras.

Depois que participou e venceu um dos concursos de Mister África Brasil, Bomani tornou-se mais conhecido por alguns círculos de migrantes e brasileiros. Desde então, usa sua imagem na divulgação e desenvolvimento de vários projetos sociais e de seu negócio.

Ele costuma ser chamado para dar palestras, entrevistas e para participar de fóruns, *lives* e debates sobre o contexto da migração no Brasil. Nessas arenas, fala sobre as dificuldades enfrentadas pelos migrantes em SP e no Brasil, principalmente os negros. Levanta possibilidades de que todos os grupos de migrantes possam atuar conjuntamente e, dessa forma, serem mais fortes. “Por que a gente tem que falar em grupos separados? Se você é angolano, venezuelano, congolês, não importa. Somos todos imigrantes! Temos que trabalhar juntos!”. Para isso, ele está participando da construção de um fórum em que todos “possam participar e se unir e montar um grupo maior e mais forte para levar essas questões para todos!”.

Ele também é um dos fundadores de uma iniciativa social voltada para as mulheres migrantes e que são mães solteiras. Atua como membro do Projeto de Promoção dos Direitos de Migrantes (ProMigra) e da ONG África do Coração. Faz parte do grupo de extensão universitária da USP e UNICAMP formado por pesquisadores e migrantes: Fórum Internacional Fontié ki Kwase – Fronteiras Cruzadas. E, ministrou aulas de português para migrantes na instituição filantrópica Missão Paz. “A causa dos direitos dos migrantes e a divulgação das culturas africanas e a desmistificação sobre a África é algo em que acredito muito e que me move!”.

Todo esse engajamento traz visibilidade para seu negócio e para as causas pelas quais luta. Entretanto, Bomani explica que a realização e atuação nesses projetos só é possível por causa daqueles que o antecederam: “inicialmente, o movimento negro, o Prof. Kabengele Munanga, o Dandara (que retomo mais à frente)”.

Sendo também ator e modelo, Bomani consegue circular com certa facilidade em alguns meios artísticos. Hoje, além de contar com o apoio de amigos da comunidade migrante, do ProMigra e da Missão Paz, atores brasileiros e pessoas influentes no Brasil o ajudam a alavancar sua marca, divulgando-a em seus *Instagrams*.

Bomani diz que é um “vendedor de conteúdo, mais até do que do produto em si”. Suas falas são direcionadas para o auxílio às pessoas da comunidade migrante. Sempre enfatiza a importância da questão social para cuidar desse coletivo. Porém, explicou que, se for preciso, não vê como um problema retirar sua renda desse empreendimento, que hoje é obtida por meio de seus trabalhos como modelo, ator e palestrante.

Yerodin

No dia de nossa conversa, Yerodin havia passado por uma entrevista de emprego mais cedo. Estava tentando ser aceito para uma vaga de instrutor de aluno em uma escola em SP.

Me disse que isso lhe daria a oportunidade de trabalhar de segunda à sexta na escola e aos finais de semana com a sua arte. “Eu nunca vou deixar de ser artista plástico!”. Compreendi que o seu trabalho artístico ainda não é suficiente para prover seu sustento no Brasil.

A paixão pelas artes plásticas vem da infância. Com cinco anos, Yerodin começou a pintar e isso lhe rendeu uma forte repreensão do pai que desaprovava esse seu interesse. O apoio, no entanto, veio de sua avó que explicou ao filho que “a vida resolve essas coisas”. Depois que completou o ensino médio, o pai o matriculou na faculdade de Belas Artes. Infelizmente, Yerodin não pôde completar os estudos e se recente disso. No terceiro ano o pai não teve condições de continuar com os pagamentos. “A situação do país era muito difícil nessa época, muito difícil. Por isso, resolvi trabalhar com pintura.” Assim, Yerodin e seus amigos da faculdade passaram a se reunir, inclusive na casa de seus pais, para pintar e fazer grafites. Por meio de seus trabalhos passaram a protestar contra o governo e sobre a situação econômica e social da RDC. A resposta do governo foi rápida, me contou. Vários de seus amigos foram assassinados. A “polícia do governo”, como Yerodin os chama, invadiu a faculdade, matando vários estudantes. Sua família teve muito medo de que esse também fosse o seu fim[18].

O Brasil não foi a primeira opção para Yerodin tentar se refugiar. Ele havia pensado em ir para o Canadá ou Holanda, onde moram seus irmãos, ou para a Itália. “Mas, não deu certo”. Ele não me explicou o que houve. Mas, algumas pistas surgiram em nossa conversa. “Vim para cá com visto de turista e não contei que era perseguido político no Congo pra poder entrar aqui”. A política de migração europeia é favorável aos deslocamentos entre cidadãos da União Europeia (*European Union* - EU). Porém, o mesmo não ocorre para aqueles que são de outros continentes (BBC NEWS BRASIL, 2015). A Austrália adotou, há alguns anos, uma política punitiva aos migrantes que tentam ingressar sem documentos em seu território, encaminhando-os para campos de retenção no Pacífico (EXAME, 2018). O contexto das novelas brasileiras, que Yerodin gostava de assistir na RDC, também pode tê-lo influenciado a escolher o Brasil para se refugiar.

A saída do Congo aconteceu antes da final do jogo de futebol da Copa do Mundo que aconteceu na África do Sul, em 2010. Seu pai o levou para o aeroporto. A viagem foi longa e com uma parada de oito horas em Marrocos antes de seguir para o Brasil. No aeroporto internacional de Guarulhos a sua primeira dificuldade foi com relação à língua. Ele não falava

[18] Essa história estarrecedora, que não me parece muito distante do período de ditadura no Brasil, me fez procurar saber um pouco sobre o país natal de Yerodin. Apesar de se chamar República Democrática do Congo, o país tem um dos piores índices de democracia do mundo, ocupando a 166ª posição no ranking com outros 167 países (THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2020).

português e disse que teve sorte de encontrar algumas pessoas que falavam francês e o ajudaram a pegar um ônibus. Me perguntei: para qual lugar afinal? Não conhecia ninguém no Brasil, não conhecia o Brasil, não falava português, para onde ir, então?

Yerodin passou a me contar sobre sua entrada em uma agência de publicidade em SP. Aguardei até que terminasse e com delicadeza e respeito, afinal essas são histórias muito íntimas, perguntei sobre como conseguiu um emprego em uma agência de publicidade e como fez para solicitar refúgio, sendo que não falava português nessa época e nem conhecia ninguém. Foi só então que ele me contou essa parte de sua vivência no Brasil. Yerodin foi morador de rua em SP. “Sem falar português, sem dinheiro, só uma mala, sem moradia, sem emprego. Mas eu tive a ajuda de moradores de rua. Tem muita gente boa nas ruas. Os brasileiros acham que só tem gente ruim. Mas, nas casas também tem gente muito ruim e boa também. É o mesmo nas ruas”. Essas pessoas em situação de rua providenciavam água e comida para ele. Elas também foram as responsáveis por encaminhá-lo ao albergue Arsenal da Esperança. “Eles mesmos não queriam ir para o albergue. Me disseram que se eu quisesse, poderia tentar uma vaga lá”. Foram 12 dias indo ao albergue (essa precisão na contagem dos dias só me mostrou o quanto esse período foi sofrido) para tentar um armário e uma vaga fixa. Durante esse período, Yerodin dormia no albergue e passava o dia na rua com sua mala.

O Arsenal da Esperança é um albergue administrado por italianos e faz parte de um dos projetos da ONG Servizio Missionario Giovani (SERMIG). Ao lado há uma paróquia dos Padres Lorenzo e Simone. Foi nesse lugar que Yerodin fez seis meses de aulas de português. O emprego na agência de publicidade foi mediado por essa ONG. Falar a língua francesa o ajudou: “acharam que eu era francês”.

Seu trabalho nessa empresa lhe abriu outras portas. Com o apoio do escritório fez algumas de suas primeiras exposições em SP. Ainda assim, arcou com os investimentos em material, tela, tintas e pinceis. Yerodin expôs sua arte em importantes galerias da cidade, inclusive na Galeria do Rock, e em países como Argentina e Noruega. Na capital paulista, ele deu aulas de pintura nas unidades do Serviço Social do Comércio (SESC) da Paulista, de Guarulhos, de São Caetano e de São Bernardo do Campo. Foi convidado e participou do programa televisivo “Encontro com Fátima Bernardes” na TV/Rede Globo, em 2018. Isso foi algo que lhe deu muito orgulho e que usa em suas redes sociais para promover seu trabalho. “Pensei assim: a Globo vai pagar avião, hotel? Então, eu sou bom!”. Mas, a pandemia lhe trouxe algumas dificuldades. Algumas de suas exposições foram canceladas. Outras, que estavam programadas para acontecer presencialmente em Barcelona e Alemanha, ocorreram virtualmente.

Yerodin tem esperanças em ter seu trabalho patrocinado e, assim, poder se dedicar exclusivamente à arte. Talvez por isso tenha me dito que não se sente um empreendedor, pois ainda não consegue viver somente de seu ofício artístico. Várias vezes em nossa conversa, ele reforçou que é preciso trabalhar, ser dedicado, ter confiança e fazer sempre o melhor. Hoje, seu ateliê está em um quarto de sua casa que ele me mostrou pelo celular. Me pareceu pequeno, havia várias latas de tinta, pinceis e alguns quadros pendurados nas paredes. Me disse que quer fazer muitas mudanças ali, colocar cores e muitas luzes.

Outro fato que me chamou a atenção foram as críticas que Yerodin fez sobre seus conterrâneos em SP. Perguntei sobre o apoio e trabalhos junto à comunidade migrante. Senti uma certa tensão em seu olhar. Mesmo sem se exaltar, suas palavras foram bem ácidas. Ele me disse: “Eles comem com a mão esquerda”. Pela entonação de sua voz, percebi que não se tratava de algo bom. Na cultura muçulmana a mão esquerda é considerada impura e, normalmente, relacionada aos hábitos de higiene pessoal. Por isso, deve-se evitar usá-la para cumprimentar e comer. Ele me explicou que o convívio com outros migrantes do Congo é conflituosa. “Se me chamam para tomar cerveja, não vou. Só fico junto se for importante. Por causa disso, me chamam de desconectado”. Porém, falou que é respeitado quando participa de algo e que o procuram para conhecer os meios para conseguir moradia e documentação. Achei interessante o uso que Yerodin fez da palavra desconectado. Penso aqui em Latour (2012) e sua Associologia, Sociologia das associações, por oposição à Sociologia do social. Vem à mente o argumento encaminhado por ele de que o social não está dado, sendo construído por meio de complexas conexões entre atores humanos e não humanos. E essa ideia de desconectado remete tanto ao se ausentar desses laços/conexões, tomar distância desse coletivo, termo também de Latour, quanto ao não uso de dispositivos tecnológicos, que afinal são não humanos centrais na tessitura desses laços/conexões, na composição dessas redes.

Nassor

Para buscar uma vida financeiramente melhor para si e seus familiares, Nassor optou por sair do Senegal. Ele enfatizou o quanto considera sua família muito importante. “Antes da gente conversar, eu estava falando com minha família na África. Eu estava conversando com todos. É muita gente! E todos querem falar comigo. E faço questão de falar com todos!”. Como seu irmão já morava há vários anos no Brasil, a escolha por nosso país foi mais fácil, pois teria a ajuda de um parente.

A língua foi sua primeira dificuldade, mas que foi suprida com os ensinamentos de seu irmão. Foi assim que ele me descreveu sua chegada ao Brasil. Notei alguma resistência para

comentar sobre sua vida em seu país natal. Somente me explicou que, por morar na casa do pai, não tinha nenhuma responsabilidade e que era preciso crescer. Entretanto, houve momentos na entrevista em que a dificuldade financeira surgiu como um complicador que o fez optar por se mudar de seu país. "É preciso ter responsabilidade. A família é muito grande. Então, vim para tentar uma vida melhor". Ele preferiu falar sobre algumas de suas vivências no Brasil.

Nassor trabalhou por quatro anos como vendedor ambulante nas ruas do centro de SP. Para chegar até as lojas, o caminho foi árduo. Como camelô sem licença da Prefeitura, essa foi uma época marcada por fugas quase diárias da polícia civil para evitar ter seus produtos apreendidos. E, durante esse trabalho, andando e fugindo pelo centro, percebeu que não havia lojas de roupas africanas, somente o que ele chamou de "barracos". Ele teve uma ideia para chamar a atenção e vender mais. Nassor passou a se vestir com as roupas de seu país. "Agora procuram por nossas roupas porque nos vestimos com elas, com as cores de nosso país. É mais colorido. Antes os africanos que estão aqui não faziam isso". Ele procura posicionar seu negócio como um meio de mostrar a cultura africana e esclarece que isso deve ser assumido pelos migrantes africanos: "Os brasileiros não conhecem a África, nem suas culturas. Nós precisamos mostrar nossas culturas. Somos nós que temos que fazer isso!".

Além da ajuda do irmão, Nassor teve também o auxílio de uma senhora brasileira. Ela lhe passou informações sobre moradia e documentação. Provavelmente, pensei, seu irmão não conseguiu ter acesso a melhores condições de vida e ainda se encontrava em situação de vulnerabilidade, mesmo já estando vivendo há vinte anos em SP.

Conforme nossa entrevista se desenrolava, observei que Nassor reforçava suas conquistas como empresário de duas lojas de roupas e acessórios africanos "nos endereços mais caros e importantes de SP", como me disse algumas vezes. Hoje, suas lojas vendem vestidos, roupas masculinas, bolsas, acessórios, esculturas, tecidos e instrumentos do continente africano. Ele mesmo estava usando roupas africanas de sua loja e falava de seus êxitos como empreendedor com satisfação.

A mídia jornalística costuma romantizar sua história e produz uma narrativa que reforça um ideal de meritocracia. Ele, um migrante africano, que passou por várias adversidades, que "camelou" por alguns anos no centro de SP, abre seus negócios na zona oeste da capital paulista. E seu discurso, em geral, aborda um começo difícil e sua habilidade em identificar um nicho de mercado para obter sucesso no empreendimento. Nas *lives*, porém, ele conta histórias sobre o racismo e a xenofobia que sofre vivendo em SP e mesmo em suas

lojas. Essas transmissões ao vivo, voltadas às questões migratórias, por vezes usam sua imagem de empreendedor de sucesso para alavancar a participação do público.

Nossa conversa aconteceu no dia em que houve eleições para prefeitos e vereadores no Brasil. Um dos pontos que levantamos, portanto, foi o contexto político. Nassor me explicou que é importante "ficar de olho nos políticos, porque eles interferem em como vivemos". Apesar de os migrantes não poderem votar no Brasil, Nassor contou que os políticos têm percebido a importância de suas ações para se fazerem presentes nessas arenas. Eles pressionam autoridades e órgãos em busca de acesso a seus direitos. "A nossa vida é aqui. Então, vamos buscar aqueles que tem programa voltado para imigrantes". Apesar de se posicionar como uma pessoa em busca de melhorias para a comunidade de migrantes, e afirmar a importância de mostrar as culturas africanas aos brasileiros, Nassor tem seu olhar mais direcionado para seu negócio. Ele esclarece que seu comércio absorve boa parte de seu tempo, impossibilitando-o de estar mais presente no contexto das causas raciais e migratórias.

> É preciso ter muita coragem e responsabilidade para ter seu próprio negócio. Se a gente não conversasse hoje, nem sei quando a gente iria conseguir. Agora tenho um ensaio fotográfico da coleção nova 2021 e um casamento com roupas africanas que vai acontecer em outro estado. Tenho muita coisa para fazer. Nem sempre dá para participar de tudo.

Gerard

A conversa com Gerard aconteceu à noite. Para minha surpresa ele estava trabalhando em seu mercado no centro de SP. Enquanto atendia aos clientes no caixa, falava comigo. Por isso, fomos interrompidos várias vezes por clientes brasileiros e haitianos. Um deles, me disse, estava perguntando sobre o processo para a naturalização brasileira.

Assim que agradeci a oportunidade de conversarmos, Gerard introduziu a conversa informando que é muito conhecido pela comunidade haitiana e por muitos brasileiros em SP e no Brasil. Ele contou que sempre é questionado sobre a situação desses migrantes frente a várias adversidades, dentre elas a pandemia, e sobre a associação da qual é presidente-fundador e que foi criada para garantir os direitos dos migrantes haitianos. Por todos esses motivos, reforçou a relevância de estar disponível para falar e que, por isso, aceitou conversar comigo.

No Haiti, Gerard foi professor de línguas e de história. Um mês após o terremoto de 2010, resolveu partir para a República Dominicana. Lá, residiu por três anos e quatro meses. Em julho de 2013 decidiu viajar para o Brasil. Antes, ficou no Equador por dois meses. De SP pretendia seguir para Manaus, pois tem um amigo que mora nessa cidade. Mas, descobriu no

aeroporto internacional de Guarulhos que o voo para lá é longo e caro, e isso o fez optar por permanecer em SP.

Ele telefonou para sua tia no Haiti que passou o contato de um primo que é padre e que talvez estivesse morando em SP. Foi por meio desse familiar que Gerard chegou até a Missão Paz, onde morou por quatro meses e se dedicou às aulas de português. Ele também fez um curso de língua portuguesa na USP. O idioma não foi um empecilho, uma vez que conseguia se comunicar em espanhol. Entretanto, falar o português seria melhor para seu convívio com outros brasileiros, explicou. Na Missão Paz, Gerard também passou a ajudar no curso de línguas, ministrando aulas para outros migrantes.

Por falar 7 línguas, Gerard procurou trabalho como professor em algumas escolas de idiomas, mas não obteve êxito. Então, por intermédio de uma das ações desenvolvidas pela Missão Paz, conseguiu um emprego. Ele foi contratado para trabalhar em um conglomerado brasileiro no ramo da engenharia civil. Lá atuou por pouco mais de dois anos na construção civil. Disse que se acostumou com o serviço e que chegou a mestre de obras. Nessa mesma organização conheceu outros haitianos. “Como eu sou inteligente, cheguei a mestre de obras. Tenho facilidade com línguas, fiz tradução para onze pessoas e eles pediram para eu continuar. Aí percebi que os haitianos que mais chegam em SP são adultos e que o principal problema é a língua. Eu precisava criar algo para ajudar os haitianos”.

A dificuldade com a língua portuguesa é uma dentre várias outras adversidades enfrentadas pelos migrantes haitianos, como observou Gerard:

> Me reuni com os outros (migrantes haitianos) que trabalhavam nessa empresa. Muitos estavam em situação de miséria. Eram muitos haitianos que trabalhavam nas empreiteiras desse conglomerado. Eu achei que só faria traduções, mas percebi que tinham outras coisas que precisavam ser tratadas. Tirar a carteira de trabalho e outros documentos. Então, a gente decidiu criar uma associação.

Todo esse processo para a elaboração dessa organização foi muito difícil e “burocrático”, me falou. Ele e outros 172 haitianos se reuniram na Missão Paz para identificar as maiores necessidades que a associação precisaria tratar. A partir disso, constituíram um comitê formado por onze pessoas e criaram a associação.

Porém, era necessário encontrar uma sede para fazer os atendimentos. Foi nessa época, em 2014, que Gerard foi convidado pelo Partido dos Trabalhadores a dar uma palestra em Brasília. Aproveitando essa oportunidade, ele e mais outras cinco pessoas (brasileiros) elaboraram uma carta com pedidos de ajuda para a comunidade de migrantes haitianos no Brasil e a enviaram para a então Presidente Dilma Rousseff. Ela criou, então, uma comissão

para o atendimento de algumas de suas emergências. Seus voos para Brasília foram pagos pela Presidência da República, contou com satisfação. Essa comissão aprovou e liberou recursos financeiros no valor de pouco mais de R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais) que contribuíram para o estabelecimento de sua sede no Glicério, onde permanecem até os dias atuais.

Mesmo com essas conquistas, os custos financeiros para manter a organização são elevados. “Tem que pagar a manutenção da casa, aluguel, contas de água, luz e internet e tem o pagamento de salários da assistente social. Estamos com muitas dívidas”. Ele e outras pessoas que estão à frente dessa iniciativa abriram uma “vaquinha virtual” pela internet para tentar fazer algumas reformas emergenciais e pagar o aluguel do espaço. Essa campanha, aberta desde 2016, arrecadou 20% do valor solicitado. Ainda assim, eles continuam com os atendimentos.

Por meio da associação, Gerard observou uma oportunidade de criar um ramo orientado a venda de serviços para migrantes. Como não conseguiu levar esse projeto adiante, se uniu a outras três pessoas e abriram o mercado de produtos haitianos e brasileiros. Ele comentou que o movimento está baixo, também por causa da pandemia. As dívidas têm aumentado, mas estão lutando para manter o mercado aberto. Notei algumas contradições em seu relato. Em um momento, ele comenta sobre seu descontentamento e o de sua esposa com a situação em que se encontram no Brasil. Fala sobre dívidas do mercado e da associação, que pensa em desistir desse trabalho, que a esposa quer ir embora. Em outro momento expõe que está construindo uma casa própria e que essa moradia tem um quintal, onde irá construir um novo mercado, maior do que o que existe hoje. Essa incongruência me pareceu compreensível em uma primeira reflexão, uma vez que nos deparamos com situações adversas em nossas vidas. Ao mesmo tempo em que pensamos em desistir de algo, há um outro lado que reluta e busca alternativas. Mesmo assim, ele possui alguns marcadores sociais que podem explicar sua persistência e permanência no Brasil que não possuía quando de sua saída do Haiti: ele é um migrante de 51 anos de idade, com esposa e três filhas.

5.1.3 Descrevendo o racismo e a xenofobia

Foi mais complicado do que pensei tratar sobre o racismo e a xenofobia nos diálogos com alguns de meus interlocutores. Considerei que essas conversas aconteceriam de uma forma mais fluida. Eles, por vezes, discutem esses temas diante de várias plateias e usam seus empreendimentos como um meio de colocar essas questões como um problema público. No

entanto, precisei questionar para que esse assunto viesse à tona. Fui percebendo que se trata de um terreno árido. Suas expressões, seus modos de se ajeitarem na cadeira ou na poltrona, a maneira como me olhavam, demonstrava uma espécie de travo amargo à boca, um engolir seco, um desconforto geral pelo corpo. Para amenizar toda essa inquietação, narrava minhas experiências como uma mulher latina e migrante no Japão. E então, notava que, mesmo depois de 20 anos, eu mesma ainda tenho reservas para contar algumas dessas minhas histórias.

Bomani

Como apontei antes, Bomani costuma citar que "o Brasil tem sua alma na África e o corpo nas Américas". Com essa frase, ele procura sintetizar a importância de negros africanos escravizados e afrodescendentes na formação da nação e da história do Brasil. Ele confirma que a imagem que o Brasil vende na África é a de um país de democracia racial, sem racismo. Por esse motivo, disse que se assustou com o que encontrou em nosso país.

> A primeira coisa que me impressionou aqui é que tem uma imagem que se construiu do Brasil nas Áfricas e é totalmente outra da que vi quando cheguei aqui. Eu via na TV, você sabe que existe. Mas, você tava aqui e via aquilo. As relações de poder, sabe? Você fica meio assim. Vê que o seu lugar é outro.

Para ele, foi uma surpresa se descobrir uma pessoa negra no Brasil. A questão racial se fez presente na universidade e na vida social. Passou por situações que, inicialmente, não compreendia e foi participando do coletivo feminista na universidade, chamado Dandara, que passou a discutir sobre racismo e xenofobia.

> Eu não tinha consciência de que eu era preto. Isso virou um problema aqui no Brasil. Então, comecei a pensar sobre os lugares que eu ocupo. A universidade pública aqui é super elitizada. A minha vida na cidade é com pessoas brancas, só que a minha vida na comunidade é com pessoas pretas. Dos amigos pretos, quais os espaços que eles ocupam? Isso foi bem chocante.
>
> Quando estava na primeira semana em Assis (cidade onde se localiza o campus da Unesp onde ele estudou) eu fui na papelaria comprar uma lapiseira. Eu gostei de uma, mas não tinha o preço. Perguntei para a vendedora o preço e ela olhou pra mim e falou: 'Não moço, isso é muito caro'. Tá, mas eu quero saber o preço. 'Não, é muito caro.' Insistiu ainda! Eu tinha acabado de chegar e não entendia. Comecei a perguntar e passei a assistir as reuniões do Dandara.

Os lugares que frequentava e que estavam mais conectados com a universidade tinham pouquíssimas pessoas negras ou africanas.

> Quando eu cheguei aqui para estudar, me senti muito deslocado porque lá (na UNESP de Assis) não tinham muitos africanos. Só tinha eu, mais uma menina da Guiné-Bissau e um angolano. A gente se encontrava na faculdade e ficávamos juntos só nós três. Era bem difícil interagir com os outros. Outra coisa que me deixou preocupado aqui é que não tinha nenhum professor preto. Eram todos professores brancos. A questão cultural foi outro problema.

Na universidade, a literatura de autores negros brasileiros e africanos é muito pouco explorada, contou. Ele percebia que esse é um espaço majoritariamente ocupado por pessoas brancas, onde são valorizadas as literaturas e artes europeias. Essas foram situações que o mobilizaram a montar o seu negócio.

> No curso de letras, essas literaturas não são abordadas. Eu só fui descobrir um autor preto depois que saí da faculdade. No máximo, você vê pessoas brancas falando algo dessa literatura sobre as Áfricas. Nunca um filósofo africano falando dessas Áfricas. Isso me incentivou a criar a marca. Esses espaços são hegemônicos e eurocêntricos. Eu proponho uma outra perspectiva. Não é uma perspectiva nova. É uma outra perspectiva para trazer essas Áfricas. É um projeto que procura debater sobre isso. A marca é sobre conteúdos. Os produtos existem para ajudar a disseminar os conteúdos. Eu sou um vendedor de conteúdos. Não sei se isso é empreendedorismo. Se é, acho que sou empreendedor, mas acho que você deve achar um outro conceito pra isso.

Yerodin

O racismo e a xenofobia somente apareceram em nossa conversa quando perguntei abertamente para Yerodin sobre sua vivência com essas questões no Brasil. Foi então que me contou, entre risos, o comentário que o contato da agência de publicidade fez quando o levou para a entrevista: “Tem um menino aí. Ele é francês, mas ele é negro”. Apesar dessa colocação inicial, Yerodin disse que gostaram dele e por isso outras portas se abriram. Fui percebendo que ele havia encontrado uma estratégia para lidar com o racismo na agência. Ele evitava o confronto direto em situações que não tinham como passar despercebidas (JAIME, 2016). “Para mim, o que importa é a pintura e minha mulher. O resto nem ligo. Pode falar, pode ofender. Não ligo. Falta de educação não tem cor”.

Apesar dessa maneira que adotou para lidar com essas circunstâncias, a discriminação racial e a xenofobia fazem parte de sua experiência como migrante africano e refugiado na cidade de SP.

> Eu fui na Polícia Federal pedir refúgio. Mas, vou sair logo desse protocolo. Tô casado com uma brasileira. Tem pouco tempo e vou conseguir sair disso. Os brasileiros não gostam de refugiados. Quando veem um preto e ainda refugiado já falam: ‘vixe! Esse aí já passou fome! Refugiado e ainda africano? Nossa! Coitado!’

Até mesmo para me contar sobre essas suas experiências, ele as fez muito a "conta gotas", misturando-as com outras histórias. Mas, houve um momento em que optou por discuti-la, esclarecendo que a enfrenta no seu dia a dia em SP. "Não vou ser hipócrita. Esse racismo aqui dá até raiva. Acho que isso é falta de educação. A pessoa é ignorante e faz isso em forma de brincadeira. Faltam estudos sobre a África no Brasil. Aqui é mais racista que a França e a Alemanha".

Ele me disse que a diversidade é uma solução possível de enfrentamento ao racismo e à xenofobia. O incentivo a participação de migrantes africanos na sociedade brasileira pode reduzir essas discriminações. "A diversidade é importante. Tem que fomentar o amor para se relacionar com pessoas que são diferentes de você, de outras raças. A gente conseguiria fazer tudo melhor e todos juntos".

Yerodin tem conseguido se prospectar como artista plástico, ainda que não possa ainda viver somente desse seu trabalho. Ele tem exposto suas obras em várias galerias em SP e em outros países, como Holanda, Bélgica, Alemanha. Tem também participado de um projeto em que pinta murais pela cidade de SP. Suas obras constam em revistas e jornais e já participou de um programa de televisão, como mencionei anteriormente. Ele pinta sobre o cotidiano, as pessoas na rua, os carros, o metrô. Há obras que apresentam os símbolos de várias cidades do mundo. Outras que mostram os povos africanos. Também retrata pessoas e outras paisagens conforme o gosto de seus clientes. E, suas pinturas também abordam os contextos discriminatórios.

Ao mesmo tempo em que Yerodin se esquiva de falar sobre o racismo ou adota estratégias para evitar conflitos (JAIME, 2016), ele expressa essas discriminações por meio de sua arte. Isso é muito similar as suas ações na RDC, onde também usou a arte para expressar e manifestar seu descontentamento com o contexto político vivido em seu país. Dessa forma, ele procura colocar essas questões na arena pública que faz parte da sua profissão.

Uma de suas exposições na *Universitat of Konstanz* da Alemanha teve como tema o racismo. A chamada da universidade para esse evento explicava que Yerodin usa a pintura para retratar o racismo e as desigualdades raciais no Brasil, revelando como essa discriminação atua na vida cotidiana. Essa coletânea apresenta pinturas com representações marcantes sobre o racismo. Um dos quadros possui cores fortes, principalmente o vermelho, e há um homem negro com uma arma apontada para a cabeça. Um outro recebeu o nome de "Medo de ser Maltratado". Ele explica em suas redes sociais (*Instagram* e *Facebook*) que para pintá-lo se inspirou em uma história que viveu em SP. Soube por brasileiros que ele seria maltratado e considerado uma pessoa de menor valor se mantivesse seu cabelo. Yerodin usava

longos *dreadlocks*. Então, resolveu cortá-los para ser aceito e poder frequentar a sociedade paulista.

Nassor

Percebi que Nassor ficou desconfortável quando me viu pelo vídeo do aplicativo Zoom. Eu já havia compreendido em entrevistas anteriores que o problema era a cor da minha pele. Afinal, por que uma mulher no Brasil vista como branca, ou até morena, se interessaria pelo tema do empreendedorismo étnico praticado pela população africana e haitiana? Então, contei um pouco de minha experiência como migrante e expliquei que, apesar de ser considerada uma mulher branca, eu descendo de índios e, nesse momento, fui interrompida por ele que imediatamente acrescentou: "e por negros africanos também!". A forma ríspida como me interrompeu e sua postura no *Instagram* e *lives* demonstram que Nassor enfrenta o racismo e a xenofobia com certa hostilidade e ironia.

Houve uma *live* que participou com outros migrantes africanos para discutir sobre os direitos dos imigrantes e sobre racismo. Um deles lhe perguntou sobre seus clientes e o dia a dia em suas lojas. Entre gargalhadas, ele explicou que o povo brasileiro não sabe nada sobre a África, mesmo tendo sua formação a partir desse continente. Por isso, continuou, "acham que nós devemos continuar por baixo, como se eles fossem nossos patrões. Não entendem que também são africanos". Conforme mencionei anteriormente, ele contou que os brasileiros se surpreendem quando descobrem que ele, um homem negro africano, é o proprietário de um comércio situado em um dos endereços mais importantes de SP. E, ao saberem disso, pedem descontos nos produtos. Mas, não têm a mesma atitude em outras lojas cujos donos são brasileiros.

Em nossa conversa, Nassor destacou que o racismo é fruto da falta de informação e de educação. Indignado ele comentou: "A gente sofre racismo de negro brasileiro. Como isso é possível? As pessoas aqui não valorizam o que vem da África! E como somos negros africanos temos menor valor?". Ele pontuou que as relações entre brasileiros e migrantes negros nem sempre são amistosas. Nassor disse que acreditava que o Brasil fosse um país receptivo aos migrantes, principalmente aqueles vindos do continente africano. Entretanto, observa que a aceitação pela sociedade brasileira é seletiva e permeia as relações sociais.

> A gente chega aqui e dizem que estamos roubando seus empregos. Matam por isso. A gente não tem direito porque é de fora. Não gostam de saber que eu sou empreendedor. Mas, eu dou emprego pra brasileiros também. Mas, não acusam aqueles que são brancos, que não são africanos. A gente sofre todo tipo de violência. Se eu sou preto, tenho sempre que tomar cuidado.

Uma das maneiras que encontrou para minimizar os perigos trazidos pelo racismo, disse, é o de se vestir bem. Ele também explicou que o trabalho como camelô era prejudicado por ser um homem negro africano. E, por isso, ressalta que é importante que saibam que hoje ele é um empresário.

> Eu mostro que eu sou preto, africano, e uso roupas africanas, eu me visto bem. Precisam saber que não estou mais vendendo nas ruas. Aquela correria da polícia. Eles correm atrás mesmo é da gente. Hoje sou um empresário. Nas minhas lojas os meus produtos são os melhores.

Observo que essa postura é para demonstrar que se tornou um vencedor. Ao mesmo tempo que o ajuda a alavancar suas vendas, ela serve também para elevar sua autoestima. No *Instagram* e no campo de status do *whatsapp*, Nassor posta fotos profissionais com modelos negros e negras vestidos com roupas e acessórios africanos em ambientes sofisticados, como salas de estar em estilo moderno ou grandes jardins. Ele faz parte de algumas fotos de suas coleções de roupas, usando trajes do Senegal.

Em outros momentos, Nassor surge se manifestando contra o governo da República Democrática do Congo em solidariedade aos migrantes desse país, em uma passeata realizada no centro de SP. Ou, então, posta fotos de um programa de televisão em que os participantes estão vestidos com roupas adquiridas em suas lojas. Apesar de suas colocações sobre as questões migratórias e raciais, vou notando que Nassor pouco se posiciona ou usa seu negócio como um meio de colocar essas questões nas arenas pública e política.

Gerard

Perguntei para Gerard sobre de que maneira o racismo e a xenofobia no Brasil interfere em suas relações comerciais e sociais e como costuma enfrentá-los. Expliquei que eu mesma sofri essas discriminações no Japão e que isso desencadeou uma série de situações no meu trabalho e nos meus vínculos sociais. Gerard, então, se solidarizou comigo e confirmou que ele e sua esposa, que é haitiana, também sofreram racismo. “Eu não esperava ouvir esse depoimento. É triste. Eu pessoalmente sofri racismo. Minha esposa, por ser negra e estrangeira, sofreu também no trabalho. Por isso, não quero que ela volte a trabalhar com ninguém”.

Então, pedi que ele me relatasse uma situação e ele contou um caso que aconteceu quando os dois estavam saindo de um hospital em SP:

> Eu estava saindo do hospital junto com ela e fui colocar ela no ônibus para voltar para casa. E o motorista foi muito racista com ela. Eu ouvi de fora. Disse que negrinha tinha que ir a pé. Fiquei tão bravo que peguei outro ônibus e fui até o ponto final para brigar com ele. Nossa conversa foi muito ruim no começo. Xinguei ele de racista e ele me mandou voltar para o meu país. Mas, eu fiquei de cabeça erguida conversando com ele. Mandei ele para a escola. E disse para ele 'eu posso ser seu professor. Se você não tem um bom professor, eu posso te ensinar o saber viver e o saber fazer também.' Teve outro motorista que me abraçou e pediu perdão. Eu falei 'eu não vou te denunciar, não, porque a culpa não é sua. A culpa é da sua família e dos professores que te ensinaram.' Não vou culpar o Brasil porque o Brasil tem boas pessoas, eu sei. Eu já convivi com muitas boas pessoas. Ele ficou com muita vergonha.

Essas discriminações são cotidianas e afetam também a condução do seu negócio, afirmou. "É muito difícil não sofrer racismo. É diariamente até aqui no mercado. As pessoas quando entram aqui e veem que é um negro que tá aqui saem olhando para trás. Eu pensei que aqui fosse diferente. Essas pessoas saem sem comprar nada".

A estratégia, me disse, é ter orgulho de si e seguir em frente. "A gente tenta viver com autoestima. A gente não liga para essas coisas aqui que é para poder puxar para frente, para continuar a vida".

Ele continuou afirmando que no Haiti há outras formas de preconceito e que os próprios haitianos deveriam se valorizar mais.

> É muito difícil não sofrer racismo. Não é só aqui no Brasil. Na verdade, o Haiti é um país negro e a gente dá muita importância para as pessoas que vem de fora. Eu já tinha ouvido falar de racismo, mas nunca tinha vivido de perto o racismo no Haiti. Preconceito tem. Ele é no nível de classe. É sobre quem estuda e quem não estuda entre os próprios negros. Quem passou nas universidades privadas e quem não passou. Quem passou nas universidades públicas. No Haiti, as universidades privadas têm mais valor. Não é como aqui que as públicas têm mais valor.

Gerard também falou sobre as constantes situações que vivencia e que transforma migrantes e refugiados em vítimas. Essa condição não somente incomoda, como dificulta suas vivências, as realizações de trabalhos e projetos e suas relações com a sociedade. Quando esteve na PUC-SP a convite, em uma palestra sobre migrações, presenciou falas entre os debatedores que vitimizavam essas populações no Brasil.

> Como se fossemos coitados! Eu ouvi isso antes da minha vez de falar. Então eu falei 'quem é aqui que não tem um pai imigrante? Quem tem um parente estrangeiro? O pai, a vó, a bisavó? Levanta a mão! Todos levantaram. Eu falei 'por que eu sou o coitadinho e vocês não? Todos nós somos imigrantes!

Em contrapartida, disse que conheceu outros brasileiros que falam sobre a importância dos migrantes na construção da sociedade brasileira e citou um caso. "Tem um rapaz que eu

conheci que veio aqui no mercado. Ele me disse que é filho de índio e o pai é português. Ele falou que aqui não é dos brasileiros. Os índios é que são nascidos aqui. Somos todos estrangeiros. Somos todos imigrantes. Ele fortaleceu muito a gente".

5.1.4 Outras adversidades

Dentre os obstáculos que meus interlocutores têm se defrontado e que afetam seus empreendimentos, a pandemia foi a mais citada. Noto que não poderia ser diferente dado o contexto pandêmico pelo qual estamos passando. A disseminação mundial da COVID-19 continua a afetar a condução de nossas vidas diárias. Os trabalhos, os estudos, as relações sociais, todas essas áreas foram atingidas. Essa própria pesquisa precisou ser adaptada para que fosse possível prosseguir com a investigação.

Bomani contou que a pandemia dificultou um pouco sua atuação ativista, como poder fazer as entregas de cestas básicas em grupos ou participar mais ativamente do Ujamaa (projeto social direcionado ao auxílio às mulheres migrantes e mães "solo" em SP). Outro problema apontado por ele foi sobre o acesso e uso da internet e programas de comunicação *online*. A falta de acessibilidade e o desconhecimento sobre o uso dessas ferramentas dificultaram o contato com outros migrantes, deixando muitas famílias ainda mais isoladas. As reuniões com os grupos de pesquisadores passaram pela mesma situação, sendo que muitas foram postergadas.

Yerodin teve algumas de suas exposições canceladas e outras aconteceram por meio do envio eletrônico de fotos de algumas de suas obras. O país que receberia suas artes, as imprimia e as colocava em exposição. Foi dessa maneira que a Universidade da Alemanha conseguiu apresentar a coletânea sobre racismo que ele elaborou.

Nassor explicou que foi necessário fechar temporariamente uma de suas lojas. Mas, como seu comércio é referência no Brasil, me contou, espera reabri-la logo. Gerard precisou cortar um funcionário e por isso passou a abrir e fechar seu comércio todos os dias. Os clientes diminuíram e os rendimentos caíram, explicaram.

Contudo, as problemáticas narradas por eles para se estabelecerem em SP passam pelos impasses quanto a moradia e documentação para migrantes, como foi o caso de Nassor. Elas permeiam, ainda, o conhecimento da língua portuguesa, como apontado por Yerodin. Essa condição foi um grande complicador de sua trajetória no Brasil. Nem mesmo no aeroporto internacional de Guarulhos, quando de sua chegada, conseguiu obter alguma informação em francês, me contou. Nesse caso, penso que essa dificuldade foi, na verdade,

ampliada por ser uma pessoa negra. E, refletindo sobre sua história do primeiro ano como migrante, é possível compreender que a moradia foi outro obstáculo para sua vivência em SP.

Além disso, ao contrário do que se poderia supor e do que pesquisas sobre empreendedorismo étnico tem afirmado (ALDRICH; WALDINGER, 1990; KEEFE, 1992), nenhum deles se beneficiou de uma rede da comunidade étnica para empreender. O apoio veio de ONGs, instituições filantrópicas, vizinhos brasileiros ou, como no caso de Bomani, de uma rede anterior iniciada em seu país natal. O convívio com suas comunidades étnicas costuma ser conturbado devido a contextos culturais. Eles são cobrados a manterem comportamentos e valores próprios de seus países de origem, independentemente de outras escolhas que queiram adotar mediante novas vivências em outra nação e contexto.

Considerando as narrativas de vida desses empreendedores da nova diáspora negra em SP, dos quatro entrevistados, somente Bomani teve a possibilidade de desempenhar ações em áreas de sua formação acadêmica e de atuação. Ele empreendeu a partir de suas vivências e observações. Dessa maneira, seu negócio nasceu com a missão de colocar as questões raciais e migratórias como um problema público. Yerodin trabalha como artista plástico, mas precisa complementar sua renda. Os demais, não conseguiram validar seus diplomas e, portanto, não obtiveram autorização para trabalhar em sua profissão de formação, além de terem dificuldades de acesso ao trabalho formal. Para a maioria, o caminho para o empreendedorismo foi uma "escolha" perante as várias impossibilidades e trilhado por necessidade. Seus negócios iniciaram com a perspectiva de atender as suas próprias comunidades étnicas (ZHOU, 2004).

5.2 EMPREENDEDORAS ÉTNICAS DA NOVA DIÁSPORA NEGRA EM SP

As narrativas de vida que descrevo nesse capítulo são de mulheres africanas que se estabeleceram em SP. Procuro conhecer suas trajetórias para compreender as mesmas questões direcionadas aos homens empreendedores dessa nova diáspora negra em SP. Contudo, no caso delas, há uma singularidade que é o atravessamento das questões migratória e racial pela questão de gênero.

Elas me contam sobre suas vidas em seus países de origem e a decisão de se mudarem para o Brasil. Com elas, observo que ser mulher, migrante, negra e africana é ser alvo de três formas de preconceito: racismo, xenofobia e sexismo. Conversamos sobre seus enfrentamentos diários, resultando em um processo que serviu para relembrá-las suas batalhas e valorizar suas ações. Todas agradeceram a oportunidade de reviver os caminhos já

percorridos. Da mesma forma, agradeci a chance que me deram de conhecê-las, pois também me fizeram repensar o que havia trilhado enquanto uma mulher migrante.

O Quadro 4 apresenta algumas informações sobre cada uma delas. A seguir, descrevo seus relatos.

Quadro 4 - As empreendedoras étnicas da nova diáspora negra em SP

Nome[19]	**Idade**	**País**	**Profissão no País de Origem**	**Chegada ao Brasil**	**Status no Brasil**	**Empreendimento**
Badu	50 anos	Camarões	Funcionária do setor financeiro	2003	Migrante	Restaurante de Comida Africana
Faizah	49 anos	Guiana Inglesa	Administradora	2011	Migrante	Artesanato (confecção)
Amahle	33 anos	África do Sul	Aeromoça internacional	2013	Sem confirmação de visto	Shows (canto e dança) e aulas de dança
Karasi	47 anos	República Democrática do Congo	Advogada	2014	Refugiada	*Delivery* de comidas africanas

Fonte: Autora.

5.2.1 Perfis das entrevistadas

Badu tem 50 anos. Ela é camaronesa, da etnia Bassa. Chegou ao Brasil em 2003 "como migrante, não como refugiada", fez questão de reforçar. Veio a convite de seus tios que são diplomatas na Embaixada da República dos Camarões em Brasília.

No Camarões trabalhava em um banco. Em Brasília trabalhou como cabeleireira e professora de francês. Me contou que para não dar mau exemplo para suas primas, pois chegava muito tarde em casa em função de seu trabalho, e para ter mais liberdade, resolveu se mudar. Em uma visita à São Paulo, Badu percebeu que havia muitos restaurantes com culinárias de diversos países, mas não existia nenhum de comida africana. O que existia eram restaurantes "por eles e para eles". Eram espaços idealizados por africanos e que só atendiam a essa comunidade. Por isso, teve a ideia de abrir sua casa, oferecendo inicialmente a culinária de Camarões, que deveria divulgar a cultura e a história de seu continente.

Quando se mudou para SP, Badu disse que percebeu que a discriminação por ser mulher, migrante, negra e africana era mais violenta do que em Brasília. "Em Brasília, os africanos são mais respeitados do que os negros do Brasil. Lá os africanos são filhos de diplomatas e pertencem a classe A". Já em seu restaurante salientou que suas panelas brilham,

[19] Também no caso dessas entrevistadas, como apontei no capítulo 3, optei por usar nomes fictícios para me referir a cada uma delas. E, por respeito à elas e suas histórias fiz uso de nomes africanos.

a ponto de poder se ver nelas. “Imagina uma panela que não brilha, ainda mais uma negra cozinhando?”.

Faizah tem 49 anos. Nascida na Guiana Inglesa, está no Brasil desde 2011. Quando perguntei sobre o que a fez mudar-se de seu país, me disse: “Eu vim por causa de homem!”. Fiquei surpresa. Conforme nossa conversa foi se desenrolando, compreendi que ela veio acompanhar seu marido que é um democrata-congolês. “Meu país não aceita refugiados. O Brasil foi o único país que aceitou meu marido como refugiado”.

Na Guiana Inglesa, Faizah trabalhava na administração de um restaurante. No Brasil, ela se tornou artesã e proprietária de uma loja de bonecas que ela mesma produz. Observou que aqui as bonecas mais comercializadas possuem traços fenotípicos norte-americanos. Suas bonecas/os são negras/os e não possuem rostos. “Elas não têm rosto que é para representar todas as etnias dos povos negros”.

Em um primeiro momento, Faizah me contou que sofreu discriminação só uma vez. Mas, conforme conversávamos, ela pontuava situações de racismo e xenofobia. Aos poucos, me mostrou que esses preconceitos a acompanha, como a seu marido, desde sua vinda ao Brasil. Ela chama o racismo de “preconceito da beleza” e usa seu negócio como um meio de apresentar essa questão para a sociedade brasileira. “Pensei em fazer essas bonecas negras para as crianças, principalmente. Para que elas saibam sua identidade. E também para quebrar o preconceito da beleza”.

Amahle tem 33 anos. Ela nasceu na cidade de KwaZulu-Natal na África do Sul. Está morando no Brasil desde 2013. Em seu país foi comissária de bordo. Pensava em conhecer o Brasil e o carnaval. Contou que sua família tem boas condições financeiras e que estava noiva de um príncipe. Nunca pensou que viveria no Brasil, me contou.

Quando estava retornando para a África do Sul, depois de uma breve estadia no Brasil, Amahle carregava em sua bagagem frascos de perfume para vender. Contou que foi a pedido de um amigo. No entanto, no aeroporto internacional de Guarulhos foi constatado que se tratava de cocaína. Amahle foi presa e viveu em um presídio para mulheres em SP por quase quatro anos. Na prisão, a única coisa que a acalmava era a música, pois lhe trazia memórias de sua mãe. Na capital paulista, ela é cantora, dançarina, professora de dança e canto Zulu e ativista dos direitos das mulheres migrantes e de penitenciárias.

Amahle que é uma mulher negra, africana, ex-presidiária, explica que essas interseccionalidades dificultam muito sua vivência no Brasil. “O Brasil não me dá

oportunidade de viver. Essa oportunidade não é para todo mundo, principalmente o africano". Aqui, Amahle contou que não é uma pessoa completa, pois é difícil praticar sua cultura africana.

Karasi tem 47 anos. Nascida na República Democrática do Congo, está no Brasil há 7 anos. Formou-se em advocacia com especialização em Direito Econômico e Social. Ela fez parte da militância pelo partido União para a Democracia e o Progresso Social (UDPS) de oposição na RDC. Foi atuante no coletivo de advogados pela mudança das Leis, uma vez que tem havido uma sucessão de presidentes ditadores, violentos e que permanecem no poder por muitos anos, me falou. Perseguida pelo governo, ela foi presa. Na prisão sofria agressão, mesmo estando grávida. Seu marido, que também era militante, foi assassinado.

Depois de ter sido libertada, refugiou-se no Brasil e trouxe consigo seu filho mais novo. "Estar aqui não foi um sonho. Eu não escolhi vir para o Brasil. Eu fugi de perseguição política". Em SP, atua como ativista dos direitos dos migrantes e faz parte do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) da Prefeitura de SP. Está fazendo um curso de empreendedorismo e idealizou um projeto voltado a disseminar as culturas africanas por meio da gastronomia.

Assim como com as demais migrantes com quem conversei, ela também me contou que conheceu o racismo e a xenofobia no Brasil. Essas discriminações afetaram sua inserção no mercado formal de trabalho. "Um tempo atrás, eu recebi uma proposta para trabalhar como assistente de advocacia. Mas, me disseram que eu deveria usar uma peruca para esconder os meus cabelos e que não poderia usar roupas africanas. Isso é crime! Eu não aceitei". O seu convívio na sociedade brasileira também é dificultado por essas discriminações. "É difícil até pegar um ônibus. Pensam que eu sou macumbeira. E quando eu tô em um, as pessoas não se sentam do meu lado. Se eu estou na rua e preciso pedir uma informação, não consigo. As pessoas fogem de mim!".

Quatro narrativas de vida de mulheres africanas, pertencentes a essa nova diáspora negra em SP. Vou percebendo que, para elas, a jornada para o empreendedorismo étnico e a atuação em arenas pública e política é mais árdua e demarcada pelas intersecções de gênero, raça, classe social e contexto cultural.

5.2.2 Trajetórias de vida: as redes, conexões e agenciamentos em suas experiências migratórias e de empreendedorismo

Badu

Badu e eu conversamos de manhã, antes do horário do almoço. Ela me explicou que não teria disponibilidade em qualquer outro horário, porque o restaurante toma todo o seu dia, muitas vezes até bem tarde da noite. Eu havia tentado fazer contato com Badu pelo site de seu restaurante e não obtive resposta. Porém, ela pediu para me seguir no *Instagram*. Foi, então, que nessas trocas de mensagens pude enfatizar meu interesse em conversar com uma mulher africana e empreendedora em SP.

Quando começamos a conversar, pedi que ela me contasse sobre sua história, como sua trajetória se desenrolou até os dias atuais, em que é uma empreendedora negra, migrante e vinda do continente africano. Sua primeira frase foi "Tenho convicção de mim mesma. Não desisto". A partir daí deduzi que ela passou por várias dificuldades no Brasil e que, também, tem muito orgulho de si e de sua luta.

Ela chegou em 2003, "como imigrante, não como refugiada", reforçou. Segundo Badu, o refugiado costuma ter problemas com o governo ou com as condições de vida de seu país, "mas a situação do imigrante é diferente". Conforme mencionei anteriormente, ela veio para o Brasil a convite de seus tios que são diplomatas da Embaixada da República dos Camarões em Brasília. Apesar de me dizer que veio a passeio, fui notando que os tios de Badu vislumbraram uma oportunidade de a sobrinha conseguir melhores condições de trabalho e vida no Brasil. Em Brasília, ela trabalhou como cabeleireira "ambulante", termo que usou para explicar que procurava por suas próprias clientes, mesmo trabalhando em um salão de beleza. Para aumentar seu rendimento, dava aulas de francês. No Camarões, Badu trabalhava em uma instituição financeira, mas não quis se aprofundar sobre essa época.

Depois de viver por alguns anos com os tios, Badu resolveu sair de casa. Ela me explicou que na cultura africana o homem mais velho da residência é a primeira pessoa a sair da casa e o responsável por fechá-la. Como fazer tranças é um processo demorado, havia várias vezes que chegava tarde em casa e encontrava seu tio a sua espera. Então, para "não dar mau exemplo" às suas primas, optou por sair.

> Eu não queria que elas achassem normal chegar tarde em casa. Um dia visitei SP, que quem vem para o Brasil e não conhece SP, não conhece o Brasil. Eu vi que aqui tinham muitos restaurantes com culinárias de vários países, mas não de comida africana. Existia mesmo o por eles e para eles. Eram africanos que só atendiam africanos. Se entrasse um brasileiro, todo mundo estranhava.

Por isso, teve a ideia de abrir um restaurante inicialmente com comida do Camarões. Suas receitas são de sua avó e de sua mãe. Depois ampliou o cardápio, estudando a culinária de outros países africanos. “O Brasil era o que chamamos de uma terra virgem. Tinha muitas oportunidades. Eu percebi essa possibilidade de ter esse restaurante por causa de nossa cultura. As meninas, aos sete anos, já começam a cozinhar com a avó, com a mãe. A gente já nasce e cresce com isso”.

Badu falou que queria que o espaço fosse uma casa de cultura, um local para a divulgação das histórias africanas. Ela contou que os brasileiros lhe faziam perguntas insensatas, demonstrando desconhecimento sobre a África. “Eram coisas sobre se a gente andava junto com os leões na rua ou se eu falo africano ou se dormia em cabanas com os animais. Um absurdo! Ali eu via que não tinha uma fonte de informação boa. Não tinha informação nenhuma”.

Apesar de apontar que seu negócio foi motivado por uma oportunidade e um desejo em divulgar as culturas de seu continente, sua narrativa vai demonstrando que o começo aconteceu devido a necessidade financeira e como uma saída da dependência de sua família em Brasília. Além disso, ela conta sobre vários percalços que enfrentou para abrir e manter seu restaurante.

> Quando eu cheguei em SP, eu descobri essa oportunidade e pulei em cima dela sem nenhum recurso. Eu não tinha dinheiro. Não tinha valor guardado. Eu tenho convicção de que vai dar certo. Quando tem convicção, tem luta. A questão aqui é, qualquer que seja a luta, ser vencedor! Então, você não tem medo de enfrentar as lutas. Você não tem medo de enfrentar as dificuldades. Eu voltei pra Brasília e falei para minhas amigas ‘eu vou para SP’. Foi de um dia para o outro. Apanhei as coisas que eu poderia trazer. Eu lembro que deixei as minhas malas na casa de uma amiga de um amigo que depois, quando fui buscar, não tinha mais nada. As minhas malas e tudo o que eu tinha guardado na casa daquela moça estragaram. Tudo isso é o preço do sucesso. Então, eu vim pra SP com quase nada. Eu vou te falar que eu dormi no chão oito meses. Eu falo isso porque as pessoas pensam que chegar aonde você chegou, conquistar o que você tá conquistando, vem como um negócio mágico. Não! Às vezes tem que aprender a parar um pouquinho o teu projeto para aprender e depois voltar a tocar o projeto. Eu faço o curso de gastronomia. Tô estudando e vou continuar estudando ainda. Então, não vou dizer que eu tenho um restaurante, que tem famoso que vem, que eu consegui abrir um segundo restaurante do meu sonho e que eu vou parar ali. Agora é uma segunda etapa. Eu chorava na minha casa. Depois de chorar, eu colocava a minha maquiagem e voltava a trabalhar. No dia seguinte orava e chorava de verdade, de tanto sofrimento e voltava a trabalhar. Chorar, pra mim, era o melhor momento. Eu tomava aspirina para acordar no dia seguinte com forças e sem dor. Eu era cozinheira. Eu fazia compras. Eu era atendente. Eu era faxineira. Eu fazia tudo! Chegou um dia que eu desmaiei na minha cozinha de tanto cansaço.

Ela seguiu sozinha por essa estrada, abdicando do descanso e de ter uma família. “Você não consegue passear. Não consegue ter tempo para você. Você não consegue nem namorar. Não tem tempo de (para) família. Mas, foi isso que escolhi. É o preço a pagar”.

Em outros momentos, teve auxílios importantes de algumas pessoas na condução de seu negócio, como foi o momento em que adquiriu os primeiros utensílios para a idealização de seu restaurante. Ele era, ainda, somente um projeto, como definiu.

> Eu tinha feito uma reserva de cadeiras. Eu fui num restaurante no Brás naquela época. E conversei com o dono de um restaurante. Eu falei ‘eu quero comprar cadeiras, tem algumas coisas que estou procurando, porque eu tenho o projeto de abrir um restaurante um dia.’ Ele me vendeu algumas panelas dele que já eram velhas. Ele me vendeu as mesas e cadeiras de um outro restaurante que ele tinha fechado. O que eu digo com isso? Um bom projeto não começa com muito dinheiro. Tem a necessidade do foco, da atenção e do sacrifício. O resto você vai construindo. Eu dei uma parte do dinheiro. Depois não tive mais para pagar o restante. Quando eu achei o espaço, eu não tinha mais dinheiro. O pouco que eu tinha, gastei com a reforma que nem tinha terminado. Aí fui até ele e falei ‘você me conhece? Você lembra de mim?’ Ele falou ‘sim. Suas cadeiras estão comigo, já faz quatro meses.’ Eu falei ‘duas coisas: ou você me dá as mesas e as cadeiras e confia em mim, que em três semanas vou vir e te pagar o restante do dinheiro ou você fica com meu dinheiro e as cadeiras porque não tenho mais nenhum tostão pra te dar.’ Ele pegou o carreto e pagou com o dinheiro dele. Pegou as mesas e as cadeiras e foi deixar na minha porta. É uma coisa que me marcou na minha vida. Eu entendi uma coisa: tem que ser honesta com você mesma. Seja honesta, seja justa. Porque você acha (pessoas que te ajudam). De vez em quando, você precisa (de ajuda).

Mas, ao mesmo tempo em que teve a ajuda de um empreendedor brasileiro, ela se deparou com outro problema. Badu enfrentou a inveja da locadora do espaço que alugou, me disse. De fato, o que ela enfrentou foi mais do que isso, observei. Ao ver seu imóvel reformado, a proprietária enxergou a possibilidade de obter uma renda maior por ele. O desconhecimento sobre como ocorre uma locação comercial foi, então, outro entrave na condução de seu negócio.

> Eu fui evoluindo. Mas, chegou um momento que eu passei um período de quase cinco anos numa briga terrível. Eu era estrangeira. Eu não sabia o que se chamava uma casa invadida. Eu aluguei o ponto do meu restaurante em um prédio invadido. Aí foi a pior luta. Tem uma coisa que se chama olhar e tem uma coisa que se chama ver. O ponto era um depósito, uma garagem. Era uma coisa suja, onde ela guardava ferro e outras coisas. Não tinha estrutura de nada. Era tudo velho. Ela olhava isso como um galpão depósito. Eu via um restaurante. Quando eu peguei para fazer a reforma, ela não esperava que poderia ser assim. Quando eu dei a cara de restaurante, ela teve uma certa inveja. Ela viu que ficou diferente e veio com ameaças. Primeiro, ela quis aumentar o aluguel em duas, três vezes o valor que tava me cobrando. Segundo, e foi o problema mais grave, ela era uma invasora. Eu não sabia. Então, não tinha como tirar o alvará de funcionamento. Mas, vou te contar que um dia ela pegou uma mangueira, ligou numa torneira e jogou nos meus clientes dentro do salão. Como você vai enfrentar uma pessoa dessa? Ela morava em cima do prédio. Então, eu tinha a obrigação de enfrentar ela todo santo dia. Sem

> documento para apresentar. E olha só, ela conseguia chamar a prefeitura falando que não tinha documento (para o funcionamento do restaurante) e que eu era uma vendedora de droga. E foram catorze processos na justiça. Me cortou a luz. Tive que entrar com uma liminar. Me cortou o gás. Tive que entrar com outra liminar. De manhã cedo ela já estava na minha porta fumando e me ameaçando. Ela chegava com os filhos dela, com a família toda me agredindo.

Essas hostilidades por parte da proprietária do espaço continuaram. Houve novos cortes na energia elétrica do estabelecimento e outras perdas que Badu precisou confrontar. Essa história perdurou por cinco anos. Até que finalmente, a proprietária/invasora do prédio desistiu. “Até que ela começou a perder as forças. O prédio que ela tinha invadido, acabou abandonando. E hoje eu sou proprietária desse espaço. Eu não só não saí, como sou proprietária. É meu! E comprei das mãos do advogado dela”.

Eu quis entender como ela conseguiu um advogado, já que não falava bem o português e nem mesmo entendia como esses processos ocorrem no Brasil. Ela explicou que a ajuda veio de uma moça brasileira que frequentava o restaurante e que ela a apresentou ao seu advogado.

Segui perguntando se ela teve algum tipo de ajuda de sua comunidade étnica para conseguir iniciar seu negócio, ou mesmo durante esse processo ou em sua vida particular. Essa foi a segunda dificuldade que enfrentou. O apoio, me disse, veio dos moradores do prédio onde ainda está o seu primeiro restaurante. Além disso, o seu relacionamento familiar parece estar enfraquecido pelos anos sem voltar para o Camarões.

> Lá era outra luta. Pela minha atitude, as pessoas do prédio se juntaram a mim, criamos uma associação. A minha segunda dificuldade foi com meus próprios conterrâneos. Até hoje eles me cobram, mas de uma forma diferente. Eles pensavam que o espaço seria um lugar onde eles poderiam se encontrar, se divertir, comer, beber, ficar, dançar, fazer tudo da forma que quisessem e entendessem. Então eu falei ‘olha, o espaço é meu, não é da comunidade. Aqui tem regras, tem disciplina. Se comer, paga. Se beber, paga. Sentou? Senta direito.’ Daí começaram ‘ela destrata. Ela não respeita. Ela não gosta. Ela não valoriza a gente.’ É um negócio! Não é uma família! Não pode confundir essas coisas! Eu tenho funcionário. Eu tenho minhas despesas pra pagar. Se eu começo a fazer isso, eu vou falir! Até hoje eles acham que eu sou soberba. Mas, é uma questão de disciplina. O que eu fiz? Um dia eu cheguei no restaurante e tinha um caderno que eu estava escrevendo as dívidas, eu rasguei. Sabe quanto tinha dentro? Três mil reais de dívida. Peguei o caderno na frente de todo mundo, rasguei. Eu falei ‘a partir de hoje não tem mais dívidas aqui. Se você não tem dinheiro pra pagar, não vem. Meu restaurante não é uma praça. Você roda, roda, roda, roda e vem sentar aqui. Não. Se sentou, você tem cardápio, você tem pedidos. Você tem que comprar. Se não quer comprar, fora!’ Aí eu comprei uma outra briga. Até hoje existe essa briga, mas com um pouquinho de receio. Por quê? Porque eu consegui o que queria implantar no Brasil. Eu consegui mostrar pra eles que você consegue vencer em qualquer lugar do mundo, com pouco dinheiro, mas com força de vontade e disciplina.

Badu contou que muitos restaurantes de comida africana em SP passaram a existir depois do estabelecimento do seu comércio. Os migrantes passaram a procurá-la para obter informações sobre como devem fazer para abrir seus negócios. Para o segundo restaurante, ela ressaltou que além de não ter tido o apoio de seus compatriotas, ainda investiu "nas pessoas erradas" ao contratar africanos como funcionários. Ela expôs que "é muito difícil fazer com que entendam o meu planejamento e compreendam o que eu desejo alcançar".

Faizah

Quando começamos a conversar percebi que Faizah não estava muito à vontade. Ela me pediu que eu fosse lhe fazendo perguntas, ao invés de deixá-la narrar livremente sua história. Ela se sentiu insegura comigo, mas também para conversar em português. Aos poucos, fui contando pedaços de minhas vivências. Eu falava mais devagar e comecei perguntando sobre quais caminhos a trouxeram ao Brasil. Eu queria saber sobre sua trajetória. De propósito, não questionei nenhum de meus entrevistados sobre o motivo de terem escolhido o Brasil para morar. Aprendi em uma entrevista com uma fundadora migrante de uma ONG, que trata as questões migratórias, que essa é uma pergunta rasa, que não dá espaço para se narrar as complexidades envolvidas nas decisões tomadas. Que essas escolhas são parte de um contexto maior que abarca as trajetórias de vida de cada um. Perguntar sobre o motivo de vir para o Brasil é reduzir as inúmeras experiências a uma única situação.

Mesmo tendo esses cuidados, no início Faizah simplesmente me disse "eu vim para o Brasil por causa de homem". Admito que me assustei com a resposta tão curta e confessei que não entendi. Rimos. Isso ajudou a deixar a entrevista mais fluida. Então, insisti, falando sobre a importância do seu trabalho e se isso estaria relacionado com a sua vida na Guiana-Inglesa ou no Brasil. Faizah é artesã e cria bonecas negras e brinquedos infantis de pano, além de turbantes, bolsas e acessórios, todos feitos com tecidos africanos. Ela começou a me contar que não saiu forçada da Guiana e, também, que sua família e amigos não queriam que ela morasse no Brasil. No entanto, decidiu acompanhar aquele que se tornaria seu esposo.

Eles se conheceram pela internet. Ele é um democrata-congolês e, quando começaram a conversar virtualmente, morava na Tanzânia. O relacionamento virtual seguiu por alguns anos, até que ele resolveu atravessar o oceano, conhecer Faizah pessoalmente e solicitar refúgio na Guiana-Inglesa. "Meu país não aceita refugiado. Ele pediu refúgio no Brasil, que é mais perto, e foi aceito. Ele veio para o Brasil em 2010, para ter mais opções de trabalho. Eu vim no ano seguinte e a gente se casou".

Inicialmente, eles se estabeleceram em Manaus. Viveram quatro anos nessa capital. Nessa época, uma amiga brasileira de Faizah a levou para o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM). Os cursos eram gratuitos e ela escolheu aprender a fazer as bonecas de pano. As bonecas tinham que representá-la, me contou.

Para terem acesso a maiores oportunidades de trabalho, Faizah e seu marido decidiram se mudar para SP. São seis anos vivendo nessa cidade. Ainda assim, enfrentam dificuldades de acesso ao trabalho formal.

> Aqui tem mais culturas e gente. A gente pensou que seria melhor para ter trabalho para nós. Ele continua tentando validar seu diploma de geólogo do Congo e, enquanto isso, dá aulas de línguas. Ele fala cinco idiomas: inglês, francês, lingali, suahíli e português. Eu faço as bonecas, colares, outros acessórios e vendo.

Para conseguirem moradia e trabalho, Faizah afirmou que receberam muita ajuda de instituições filantrópicas, igreja e ONGs. Tiveram auxílio da Cáritas, ACNUR, Casa de Migrantes (onde fez vários cursos) e Migraflix (onde trabalha desde 2017). Em nenhum momento ela mencionou ter recebido o apoio de sua comunidade étnica. Sendo guianense, ela faz parte de uma parcela da população que é de origem africana. Entretanto, Faizah esclareceu que seu trabalho na Migraflix é uma forma de providenciar apoio social aos migrantes. Ela, assim como os demais migrantes com quem conversei, me disse que apesar de não se beneficiar do suporte de sua comunidade étnica, usa seu negócio como um meio de ajudar a minimizar as vulnerabilidades que enfrentam.

Como eu já havia conversado com alguns migrantes dessa nova diáspora negra em SP que não se consideram empreendedores, perguntei a Faizah se considera o seu trabalho como uma forma de empreendedorismo. Ela arregalou os olhos, se arrumou na poltrona e me disse:

> É claro que sou! Nunca trabalhei para outras pessoas aqui no Brasil! Quando surge um problema, é preciso pensar na solução. Isso ajuda a melhorar o negócio e seguir em frente. Os imigrantes precisam entender que não adianta ficar reclamando do país em que você está. Tem que mudar o pensamento e se adaptar ao país. Eu tive que me reinventar. Hoje eu faço máscaras, aventais, abro para outras coisas.

Essa conversa foi me mostrando que Faizah teme que seu negócio não tenha continuidade. Ele se tornou a principal fonte de sustento de sua família e seu marido passou a trabalhar com ela. “Com a pandemia todos os meus eventos foram cancelados. Pensei: o que vou fazer?”. Foi conversando com a idealizadora do Deslocamento Criativo que juntas elaboraram uma arte digital e passaram a divulgar os trabalhos de Faizah no *Instagram*. Esse projeto foi elaborado junto com o SESC SP para a confecção e venda de máscaras produzidas

por migrantes e distribuídas gratuitamente. Faizah aproveita essa oportunidade para posicionar seu empreendedorismo étnico como um meio de destacar as questões raciais e migratórias em arenas pública e política na sociedade brasileira.

> As estampas das máscaras têm uma história que fala sobre a comunidade de africanos. As pessoas não pensam sobre isso. Você usar esses tecidos é uma forma de quebrar os preconceitos da beleza. Eu acho que os tecidos africanos ajudam a quebrar essas barreiras. Com esse trabalho eu consegui manter a nossa casa e ajudar minha família no meu país.

Amahle

Amahle me contou que estava muito curiosa para conversar comigo. Disse que se interessou porque expliquei que gostaria de falar com uma mulher negra, africana e empreendedora. Foi por meio do *Instagram* que a encontrei. Nós trocamos mensagens e nossos números de *whatsapp*. Seguimos com algumas trocas de mensagens até conseguirmos agendar esse encontro pelo aplicativo Zoom.

Amahle trabalhava como aeromoça e estava noiva de um príncipe na África do Sul. Sua família tem boas condições financeiras e sempre a protegeu e amou, me contou. “Eu queria conhecer o Brasil e o carnaval. Mas, nunca pensei em viver aqui. No meu país a minha vida causava muita inveja. O que eu vivia não era uma vida real. Eu não sabia o que acontecia ao meu redor, que a vida de outras pessoas não era como a minha”.

Ela é uma sul-africana que mora há oito anos em SP. Quase a metade desse tempo foi vivido em um presídio feminino. Na cadeia não houve qualquer tipo de reabilitação, explicou Amahle. “As mulheres não sentem nenhum momento de prazer de ser mulher. Elas não sabem escrever o próprio nome”. Amahle fez críticas contundentes sobre o sistema carcerário feminino e sobre o sistema jurídico. “Tudo é formado por homens. São eles que tomam as decisões sobre as mulheres que estão presas. Prisão é para reabilitar, corrigir. Mas, sem estrutura você tá devolvendo o quê para a sociedade?”, refletiu. Mesmo assim, ela não podia desistir. “Eu sou da África do Sul. Eu tive um presidente que saiu da prisão e que não desistiu. Foi o melhor presidente que a gente teve! Então, não vou desistir da minha liberdade aqui”, ponderou.

Ela me contou que foi diante das dificuldades confrontadas como presidiária que percebeu os privilégios que tinha por ser parte de uma família que lhe proporcionou educação e amor. Vou observando nas narrativas que Amahle se considerava uma pessoa imprudente, irresponsável e imatura. A prisão a forçou repensar sua vida e suas ações. No presídio, para suportar essa situação em um país estrangeiro, cantava. Eram músicas que lhe traziam à

memória a cozinha de sua mãe. “Por isso, quando eu saísse não sairia carregando a liberdade no pé. Eu tinha que me ajoelhar na frente de meus pais e agradecer por tudo que fizeram por mim”.

Mas, ao sair da prisão, Amahle descobriu que teria que prestar contas ao sistema carcerário, assinando um documento a cada três meses, pois saiu em liberdade condicional. Foram momentos difíceis sem qualquer tipo de orientação ou acolhimento para quem sai da prisão.

> Quando eu saí da prisão, enfrentei outra realidade. Era como se fosse eu sair do barco para cair no mar. Depois de quase quatro anos, eu pensei: chegou minha liberdade. Quando eu sair, vou chegar na delegacia ou na Polícia Federal, ligar para meu pai, pela primeira vez depois de quase quatro anos e falar pra ele: ‘pai, compra minha passagem agora! Que eu quero voltar amanhã no primeiro voo para a África do Sul, por favor!’ Eu tive essa sorte de viver em uma família que dava essa estrutura. Mas, quando eu cheguei na Federal eram quase sete horas da noite. Eles terminaram de arrumar meus documentos e disseram assim: ‘você está livre. Depois de três meses você tem que ir na Barra Funda para assinar.’ Mas, como assim? ‘Eu tô livre. Vocês me tiraram da cadeia. Eu fui para a penitenciária fechada. Depois fui para o semiaberto, que é outro inferno. E agora eu tô pensando na minha liberdade. Cadê?’ ‘Não! Você está em liberdade condicional.’ Minha pergunta era: eu não conheço ninguém. Aonde que eu vou agora? São sete horas da noite. Não tem nenhum real comigo. Eles disseram ‘pega essa carteira aqui assinada e mostra para o moço do ônibus e ele vai te levar no centro. Quando você chegar no centro, procura a República. Tem um monte de estrangeiros lá igual você pra te ajudar.’ E foi isso.

A dificuldade foi tamanha que Amahle disse que preferia estar de volta à cela.

> Tava chovendo muito. Tava lavando minha alma mesmo. Eu entrei no ônibus com minha mala molhada. Ele não queria nem me deixar entrar. Eu tava tremendo, molhada e meu corpo querendo estar dentro da minha cela, trancado. Porque às seis horas meu corpo estava acostumado a estar atrás das grades trancado. Gente, por que tudo isso? Eu não sei nem explicar. Tava passando por um milhão de emoções naquele momento. Eu pedi para me levar para a República. Ele tava indo para a Barra Funda. Eu fui para lá. E na Barra Funda um deles falou: ‘não! Sem dinheiro você não entra! Essa carteira aí não funciona aqui. Vai no ônibus. Procura o ônibus que vai para a República.’ Eu fui. Cheguei lá, era noite, aonde que eu vou? Graças a Deus que eu vi uma menina que tirou a cadeia comigo (ficaram presas na mesma penitenciária). Ela me emprestou cem reais para eu procurar hotel.

Amahle acabou por chegar a um projeto da USP chamado “Voz Própria”. Esse é um projeto da Escola de Comunicações e Artes (ECA) que tem o objetivo de aproximar as detentas à música, como uma forma de reeducação e reinserção na sociedade.

> Eu estava no hotel e fui procurar a professora Carmina Juarez[20] que fazia o projeto Voz Própria. Era um projeto da USP com duas horas de aula de música. Então, durante minha residência, eu assistia essas aulas. E ela se tornou uma pessoa que demonstrou amor e carinho para gente. Eu pensei 'eu não tenho aonde ir. Aquela mulher, eu acho que ela não vai me julgar.' Eu precisava encontrar alguém que compreendesse o meu estado físico, emocional, espiritual. Aqui fora não tem lugar para gente ir ou uma assistência social ou trabalhos psicológicos. Não tem obras da prefeitura que acolhe a gente depois da prisão. Então, cada um é cada um.

Há momentos em que não compreendi como Amahle chegou até a professora. Ela contou que a achou no facebook. Mas, não me explicou como teve acesso à internet ou como sabia usar essa ferramenta. Ela me contava sua história de vida conforme a sua lógica. A professora a acolheu em sua casa e Amahle dormia na sala.

> Naquele momento eu decidi que não. Não dava para eu ir para a África do Sul. Não dava para ficar assim nessa situação. Não tinha documento. Então, não dá para ter trabalho. Não dava para começar minha vida. Como vou começar minha vida sem saber se amanhã vão me ligar para voltar para a África do Sul? Ou se vão me ligar para falar que o juiz fechou meu processo e você vai voltar para a cadeia? Naquele momento a única coisa que eu podia fazer era a música. Só precisava fechar meus olhos, viajar para a África do Sul e cantar para alguém que quisesse me ouvir.

Foi o que Amahle fez. Ela participou de um grupo chamado "Mulheres Livres". Ele era formado por ex-presidiárias que faziam apresentações de canto em vários espaços de SP. Por causa dessas apresentações, o grupo recebeu o convite para cantar na Escola de Arte Dramática (EAD). Elas atuaram em uma peça escrita por Plínio Marcos[21] chamada "Inútil Canto e Inútil Pranto pelos Anjos Caídos".

> A peça fala sobre o encarceramento em massa. Mas, principalmente, fala sobre toda essa invisibilidade das mulheres. A gente sabe sobre os homens presos. Mas, tem mulheres. E a sociedade? A comunidade? A gente já tá vivendo aqui fora numa situação difícil. E nosso sistema jurídico? São homens que tomam a decisão sobre a prisão de mulheres que ficam presas por anos. Quando você vai no presídio feminino do Carandiru é chocante. Tem menos de cinquenta pessoas para fazer visita. No presídio masculino, as mulheres passam a noite, dormem no chão para poder visitar.

Amahle, além de cantora, dançarina e professora de dança Zulu, se tornou ativista pelos direitos das mulheres encarceradas. Esse seu lado voltado para a defesa dos direitos e de

[20] Cantora, professora de canto e psicanalista. Orientou diversos projetos, como Trupe de Passarim (2013-2016), Voz Própria (na Penitenciária Feminina de SP, 2015-2018) e Mulheres Livres (2017). Foi professora de música da Escola Suíço-Brasileira (2005-2012). Desde 2015 é professora de canto da Escola de Arte Dramática da ECA-USP (SIM SP, 2019).

[21] Jornalista, dramaturgo, ator e escritor. Falecido em 1999 (FOLHA, 1999).

melhores condições de vida para ex-presidiárias é muito visível em sua narrativa, em eventos que participa, em entrevistas e passeatas por SP.

Ela considera importante a disseminação de informações realizada pelos meios de comunicação. Como exemplo, explica que na África do Sul, a TV e a rádio são as principais fontes de informação da população. Por isso, afirma que, também no Brasil, esses meios são essenciais para abordar as questões migratórias, principalmente as relativas aos migrantes africanos, para que possam ter acesso a seus direitos em nosso país: "se a TV (brasileira) não fala sobre nós imigrantes, como vou viver lá fora (na sociedade brasileira)?".

Outra parte de sua narrativa que me chamou a atenção foi quando Amahle criticou o empreendedorismo étnico realizado por migrantes africanos. Para ela, trata-se de um simples comércio de suas culturas que descaracteriza os significados e as tradições.

> Miçangas para gente não é um acessório lindo como as pessoas estão usando agora. Qualquer pessoa pega miçanga e coloca no corpo. Não! A miçanga era uma linguagem de meu povo. Maneiras de falar, de se comunicar. A cor da miçanga fala se você é casado ou não. A qual tribo você pertence. De qual região? Ela diz qual é a sua ancestralidade e o chamado espiritual. O desenho da miçanga fala. As pessoas acham lindo e quer pôr no corpo sem entender, sem saber. Hoje eu vejo muitos com estampas africanas. Gente! Aqui no Brasil, qualquer pessoa toca um tambor. Isso me assusta! Tenho medo dos espíritos que vocês convocam sem saber o que vocês estão fazendo. O tambor é sagrado. Tem lugar, hora e motivo. É uma chamada.

Eu continuo acompanhando e participando de ações que a Amahle promove. Ultimamente, ela luta para não ser deportada. Grupos de pesquisadores das causas migratórias, ONGs e jornalistas, inclusive um vereador em SP, a tem auxiliado a colocar sua situação de migrante africana e ex-presidiária em pauta nas arenas pública e política. Ela participa de passeatas em SP que tem como temática o racismo e a migração, como "A Marcha da Consciência Negra", "Vidas Imigrantes Negras Importam", "Regularização Já", "Solo Preto e Indígena". Nesses movimentos, ela faz declarações sobre o encarceramento e procura chamar a atenção para a situação de mulheres em presídios, além de sua luta para não ser expatriada. Ao final, ela canta músicas de sua terra natal.

Mesmo com toda essa movimentação, noto que a fragilidade de seu empreendimento artístico se acentuou. Apesar das múltiplas faces como artista, Amahle enfrenta dificuldades financeiras. Em contradição com o que disse sobre a venda de suas culturas, ela passou a fazer objetos e roupas africanos com miçangas e a divulgá-los no *Instagram*, *Facebook* e *status* do *Whatsapp*. Eu colaboro divulgando suas ações e produtos em minhas redes sociais ou fazendo traduções de documentos e projetos para o português, quando ela me pede.

Karasi

Em várias reportagens sobre migrantes, Karasi costuma ser citada como exemplo de mulher africana e ativista das causas migratórias em SP. Frequentemente, ela é chamada por organizações de apoio ao imigrante para rodas de conversa. Participa de fóruns, congressos, *lives* e faz palestras sobre as questões raciais e migratórias. São dois os temas que mais aborda: o processo de inserção de migrantes ao mercado formal de trabalho e a luta de mulheres migrantes.

Eu a encontrei no *Instagram*. Enviei algumas mensagens e não obtive resposta. Então, no III Fórum Frontié ki Kwasé que eu estava acompanhando, Karasi comentou que sempre é procurada para dar palestras, entrevistas e para participar de eventos em universidades. No entanto, explicou que esses estudos só têm servido aos propósitos particulares dos estudantes e que estes não se inserem ou se preocupam com o contexto da imigração. A partir dessas colocações resolvi enviar uma nova mensagem. Dessa vez, explicando com mais detalhes o propósito da pesquisa de auxiliar nos debates público e político. Também comentei sobre seu trabalho e luta para que ela soubesse que eu a estava acompanhando pelas redes sociais. Desse modo, obtive uma resposta e agendamos nossa conversa.

Era noite e Karasi estava chegando em casa. Tinha tido um dia atribulado e estava cansada. Em casa, ela não pôde se isolar para conversarmos. Seus filhos e mais uma criança de uma vizinha estavam brincando na sala e o som da televisão estava alto. Karasi falava comigo, ralhava com os filhos e explicava algumas coisas para o marido em outra língua. Tudo ao mesmo tempo.

Eu já havia observado em outros momentos (fóruns, *lives*, congressos etc) que ela tem dificuldade para acessar e usar aplicativos de comunicação pela internet. Isso me fez ver com antecedência que a melhor chance para conversarmos seria pelo *whatsapp*, que ela faz uso constante. E mesmo assim, Karasi me falou que essa conversa, certamente, consumiu seus créditos e ela teria que colocar mais no dia seguinte. Sabendo disso, me ofereci para pagar os créditos pela entrevista e ela aceitou.

A despeito desse cenário um pouco caótico, nossa conversa foi esclarecedora sobre diversas temáticas. A entrevista foi um misto de duras críticas que Karasi fez a vários atores pertencentes às redes e conexões de migrantes e sobre sua vida na República Democrática do Congo e no Brasil. Essa diversificação de temas se justifica devido ao entrelaçamento de seu ativismo com suas vivências. Também compreendo que o momento de Karasi, com o enfrentamento de tantas dificuldades, pode ter ditado o rumo de nosso diálogo.

Faz sete anos que Karasi mora no Brasil. Ela é advogada, especialista em Direito Econômico e Social, e ativista dos direitos dos migrantes, principalmente o de mulheres. É também uma das idealizadoras de um projeto de gastronomia que tem como princípios a inclusão, a geração de renda e a difusão das culturas africanas por meio da culinária. Seu ativismo se prolonga mediante de sua inserção no Conselho Municipal de Imigrantes da Prefeitura de SP.

Sua história é marcada pela criação em um "ambiente muito violento, de todo tipo de violência", me disse. Ela é filha de um pai polígamo e de sua segunda esposa, em uma casa com dezessete filhos. Karasi contou que a mãe era maltratada e discriminada por ser a segunda esposa e que ela foi criada sem amor ou carinho. Porém, isso a fortaleceu, pois a fez amadurecer antes do tempo, algo que era estranhado pelos mais velhos, contou. Sua família é da etnia Luba, um povo discriminado no Congo. Em uma breve pesquisa na internet, descobri que essa etnia é muito antiga, com evidências arqueológicas do século V. Mas, faz parte das minorias étnicas na RDC junto com as Mangbetu-Azande e Mongo.

A luta pelos direitos civis e a violência são experiências constantes na vida de Karasi enquanto esteve em seu país natal. Ela foi militante do partido União para a Democracia e o Progresso Social (UDPS) de oposição na RDC. Karasi fez parte do coletivo de advogados pela mudança das leis. Há uma sucessão de presidentes ditadores, violentos e que permanecem no poder por muitos anos, me explicou. Como ela me falou que combateu a permanência de um presidente já há dezoito anos no poder, cheguei à conclusão de que Karasi lutou contra o governo de Joseph Kabila Kabange. Ele permaneceu na presidência até 2019. Por seu engajamento contrário ao *establishment* político de seu país, ela foi perseguida e presa. Isso aconteceu quando estava grávida de seu terceiro filho. Mesmo assim, conforme já mencionei, apanhava constantemente na prisão. Seu primeiro marido, que também era militante, foi assassinado.

Karasi entrou como refugiada em território brasileiro em 2014. Se deslocar para o Brasil não foi uma escolha, como reforçou. "Estar aqui não foi um sonho. Eu fugi da perseguição política." Essa circunstância ainda carrega outras aflições, como o sofrimento de ter saído do Congo sem suas filhas. Em sua terra natal, Karasi teve três filhos de seu primeiro casamento. No entanto, só pode se refugiar com o filho mais novo.

> Eu não pude trazer minhas filhas. Não dava tempo de providenciar o passaporte delas. Só pude vir com o meu filho de seis meses. A mais velha está com dez anos e a outra tem sete. Esses dias eu liguei para minhas filhas e elas me perguntaram por que eu deixei elas lá? Por que eu não busco elas?

Além disso, contou que seus amigos de militância estão conseguindo cargos no governo. Na RDC, ela tem casa e é chamada de Doutora Karasi. Essas colocações me remeteram ao que Stuart Hall (2009) apontou sobre o arrependimento de toda diáspora: o de sentir que não contribuiu para a construção de sua nação. Apesar desse paradoxo entre a escolha por partir de seu país para sobreviver e o arrependimento por ter agido dessa forma, Karasi reconhece que as adversidades enfrentadas no Congo traziam muitas limitações para sua vivência. “Quem consegue ficar no seu país com fome, com guerra, com todo tipo de violência, principalmente contra as mulheres, com mortes e perseguição?” Essas são partes de sua história que ela diz não querer mais contar, pois lhe traz muito sofrimento.

Outro ponto levantado por Karasi é sobre as formas de dominação de povos africanos. Para exemplificar, ela aponta a contradição entre a riqueza do solo democrata-congolês e a pobreza de seu povo e o uso da bíblia como instrumento de subjugamento.

> Nós (RDC) temos a maior jazida de minerais do mundo, mas nosso povo é pobre. Como um país assim tem só uns dois celulares por bairro? Todos usam esses celulares. Os vizinhos nos chamam para atender um telefonema. Eles (outros países) precisam manter o africano pobre. Os países também sabem da importância da religião para o povo africano. O imperialismo invadiu a religião, está na roupa que o africano usa, na cultura. As organizações internacionais são feitas por esses países e para esses países. Se não seguram a fronteira, inclusive matando aqueles que estão em alto mar, tentando chegar a algum país, a abrem porque precisam de mão de obra. O G8 e o G20 são assassinos!

Karasi continua sua avaliação sobre a maneira como vários países recebem os migrantes. Ela denuncia que a receptividade do país de destino a essas pessoas, normalmente ocorre por necessidade de mão de obra e há exploração desses trabalhadores. “Matam o currículo dele. Ele, mesmo tendo formação, não consegue atuar na sua área. São anos em uma profissão! A imigração mata a experiência do imigrante. Ele não consegue trabalhar. A gente tem que lembrar que o emprego faz parte da saúde mental das pessoas.” Ela enfrenta essa mesma situação no Brasil. Sem poder advogar, pois não consegue a validação de seu diploma, tem feito trabalhos temporários e pequenos serviços. “Nem sempre tem comida aqui para todo mundo. Preciso ter comida para meus filhos.”, me disse. No Brasil, ela se casou novamente e teve mais dois filhos dessa união.

Houve um momento que nossa conversa foi interrompida, porque Karasi recebeu um telefonema que oferecia um trabalho de uma diária para embalar alguns objetos em uma residência. Fiquei surpresa. Acreditava que ela recebesse pelas palestras que ministra e pelas participações em fóruns. “Muita gente me procura. Mas, eu não recebo nada por isso. É um trabalho sem remuneração. Mas, preciso falar para as pessoas sobre o que os imigrantes

enfrentam aqui no Brasil, principalmente as mulheres negras que costumam estar acompanhadas de seus filhos", como é o seu caso.

Com relação a sua participação no Conselho Municipal de Imigrantes, Karasi me disse que "não sentiu nada", querendo dizer com isso que quase nada é feito em prol da população migrante nesse Conselho. Para ela, o trabalho realizado pelo órgão desconsidera as problemáticas que desafiam as vivências dos migrantes em SP. Apesar disso, ela segue sendo parte atuante da equipe do CMI. Como ativista e perante o CMI, ela procura dar continuidade ao processo de acolhimento, orientação e integração de migrantes à sociedade brasileira. Essas são as causas principais de seu ativismo, como pude notar em nossa conversa. Ela me explicou que o acolhimento é o processo de receber essa população e provê-la de documentos e moradia. A orientação é voltada a munir o migrante de informações significativas para sua vivência no Brasil. Como proceder para obter o reconhecimento de seu diploma, por exemplo, ou a importância de providenciar apoio psicológico. A integração é sobre empregabilidade e empreendedorismo.

Quando chegou ao Brasil, Karasi se juntou a outros democratas-congoleses que conheceu em uma igreja para dividir os custos com aluguel e outras contas domésticas. E, como outros migrantes dessa diáspora negra em SP haviam me contado, a convivência entre eles foi difícil. Por isso, resolveu ir para um abrigo. Aqui, ela traz uma observação sobre como o imigrante é tratado no Brasil. Karasi pediu, inclusive, que eu pesquisasse sobre a saúde de africanos em abrigos. Ela esclarece que migrantes e refugiados são atendidos em casas de recuperação de pessoas drogadas ou em situação de rua e que essas são situações que requerem atendimentos distintos. "Não há alguém ou um órgão responsável por informar e acompanhar aquele que chega em situação de refúgio. O sofrimento no Brasil é tão grande que faz o negro perder a sua beleza! Essas pessoas foram abandonadas! O Brasil recebe, mas não acolhe!" Essa última frase, inclusive, é recorrente em seus discursos. Ela segue comparando com a acolhida de migrantes realizada pela França. Lá, me disse, os advogados encaminham essas pessoas conforme a política de integração. Esse instrumento contempla auxílios, como assistência social, moradia, emprego e documentação. "Aqui, o imigrante leva muito tempo para chegar em uma ONG ou outra instituição sem ter a sorte de conhecer alguém que o oriente." Me lembrei da história de Yerodin. Ela, então, assinalou:

> Quando te dão uma carteira de trabalho, não te dão o currículo. Os migrantes não sabem quais as habilidades que são exigidas para realizar os trabalhos e as empresas querem experiência. Qual o currículo para uma vaga de ajudante de cozinha? E para auxiliar de limpeza? Ou para repositor?

Como essa pesquisa é sobre o empreendedorismo realizado pela nova diáspora negra em SP, Karasi me sugeriu levantar sobre a proporção de refugiados e migrantes que conseguem validar seus diplomas no Brasil. Ela afirma que essa condição está diretamente ligada com o empreendedorismo realizado por essa população diaspórica.

> O refugiado no Brasil não tem valor. Eu não preciso de caridade! Eu tenho habilidades e quero trabalhar! Na Rua Voluntário da Pátria e no Brás tem muitos imigrantes. Eles fazem trabalhos de baixa renda e as empreendedoras vendem no chão. É preciso saber o que é empreendedorismo para os imigrantes. É preciso estar com aquele que estende um pano na rua para expor seus produtos.

Karasi enfatizou a relevância da participação da população brasileira em eventos que são criados e desenvolvidos pelos migrantes. Dessa forma, ela explica que é possível dar maior visibilidade às questões migratórias e que isso poderá resultar na redução da precariedade que marca suas condições de vida, além da ampliação do acesso aos meios de subsistência.

> Quando os imigrantes organizam alguma coisa, algum evento, os brasileiros não comparecem. Mas, quando é o contrário, os imigrantes estão presentes. Ninguém luta de verdade. Não há uma política pública para os imigrantes. Muitas dessas pessoas vivem em condição de vulnerabilidade e não têm acesso à internet. Acolher o imigrante evita muitos crimes. Leva ao respeito dos direitos humanos.

5.2.3 Descrevendo o racismo, a xenofobia e o sexismo

Ao contrário do que observei nas conversas que tive com os homens migrantes que fazem parte dessa nova diáspora negra, minhas interlocutoras abordaram o racismo e a xenofobia como parte de suas histórias como mulheres migrantes e africanas no Brasil. O sexismo também emergiu nessas conversas. Não precisei perguntar especificamente sobre suas vivências a partir desses preconceitos. As temáticas surgiam naturalmente em suas narrativas, como pertencentes ao contexto em que estão imbricadas.

Mesmo assim, para demonstrar que temas relacionados ao racismo, xenofobia e sexismo me são inestimáveis, contei a elas pedaços de minha história como mulher latina, migrante, analfabeta e chão de fábrica no Japão. Com isso, buscava enfatizar que faço parte dessas “minorias” (ou maiorias subalternizadas, como prefiro denominar) e que esse é o lugar a partir de onde eu falo.

Badu

Quando se mudou para SP, o racismo que Badu enfrentou foi mais violento, como apontei anteriormente. Ela notou que essa diferença entre Brasília e SP está relacionada com a classe social a qual pertenceu morando nessas cidades. Em Brasília, os africanos residentes são familiares de diplomatas. Em SP, "era só mais uma negra imigrante tentando se firmar", como me explicou.

Pertencente a uma família religiosa, Badu traz para nossa conversa que a sua luta não foi travada sozinha. Foi me contando sobre como o racismo e a xenofobia que sofreu da locadora do imóvel e de sua família, onde concebeu seu restaurante, foi moldando suas ações.

> Existe uma força maior que se chama Deus. Vocês falam de Deus talvez como se fosse uma cultura. Você tem que ter uma experiência com Ele para entender o que realmente Ele é. Nós tínhamos feito um contrato de dois anos e antes de um ano ela queria mudar o contrato. Ela queria aumentar o aluguel e queria acrescentar que eu poderia perder tudo porque sabia que eu não conhecia muito o (idioma) português. A gente foi no advogado dela que queria me enganar. Foi uma baixaria com gritos. Ela voltou e fechou meu restaurante. Tirou meu cadeado e colocou outro. Tirou a placa do restaurante e as fechaduras para que eu não pudesse mais entrar. Eu peguei um advogado. O juiz deu a liminar para abrir. Quando foi para abrir, os filhos dela ficavam gritando 'ninguém vai entrar aqui'. Veio o oficial de justiça. A filha dela falava pra mim 'só em cima do meu cadáver'. Porque eu era estrangeira, negra e que não era para confiar em mim.

A persistência, me falou, a levou ao lugar que ocupa hoje. Ou seja, como uma migrante camaronesa e proprietária de dois restaurantes de comidas tradicionais africanas em SP. O primeiro estabelecimento, palco dessa batalha que perdurou por cinco anos, continua no mesmo lugar. Os moradores que presenciaram esse conflito, se uniram a ela para formarem uma associação com a finalidade de debater e defender os interesses do bairro. Entretanto, Badu afirmou diversas vezes que o restaurante era tudo o que tinha. Isso me fez pensar que muito mais do que obstinação, todo esse enfrentamento ocorreu também por necessidade, indignação, revolta e senso de dignidade. Essa mobilização dos moradores me lembrou, especialmente, do texto de Cefaï (2011) "Como uma associação nasce para o público", onde o autor descreve sobre um movimento de ação coletiva de moradores de um bairro francês que resultou na criação de uma associação para combater políticas predadoras de urbanismo.

Em outro momento de sua narrativa, Badu abordou sobre como o racismo interfere cotidianamente na manutenção do seu trabalho.

> Teve um momento que eu não tinha mais sensibilidade nas minhas mãos de tanto esfregar as panelas. Sim, porque tinha que esfregar. E até hoje as minhas panelas que eu já tinha naquela época são brancas. Eu falava para os meus funcionários

> ‘quero ver a minha cara na minha panela’. Porque uma panela suja o cliente não vai gostar. Ele tem que ver de longe que tá limpa. Tem que ver de longe que tá bonito. O ambiente tem que ser atraente. Então, uma panela toda preta é símbolo de sujeira. E ainda mais uma negra que faz uma comida? Ih, aí ferrou tudo.

Com Badu fui compreendendo que ser uma mulher negra e africana no Brasil traz uma complexidade maior no âmbito do trabalho ou dos negócios, mas também da vida familiar. Ela abordou sobre os obstáculos que as mulheres africanas encontram para terem um companheiro. “Eu falo para elas (mulheres da família no Camarões) ‘o Brasil não tem homem para vocês!’” Ela explica que a mulher brasileira reúne a beleza proveniente da mistura de etnias e que o homem africano no Brasil procura por essas mulheres. Além disso, me afirmou que “o homem negro brasileiro também não quer uma mulher africana, pelo menos não para um relacionamento sério. Se for para beber e se divertir, a africana serve. Se for para isso, as mulheres africanas não devem vir para o Brasil.”

Compreendo que essa visão está ligada às experiências de Badu. Ela não comenta, em nenhum momento, sobre relacionamentos afetivos com outras pessoas no Brasil. Pelo contrário, somente afirma que não tem tempo para isso e que foi uma escolha que fez, um preço a ser pago para se tornar uma empreendedora.

No encerramento de nossa conversa, que durou quase três horas, Badu me contou o motivo que a fez querer conversar comigo. Ela reforçou sobre a importância de poder contar sua história, destacando suas identidades.

> Para mim é um prazer ajudar todos os que vierem. Isso, para mim, é uma herança e faço isso com muito prazer. Eu não cobro nada. Não é necessário. Minha cobrança é que de qualquer maneira meu nome vai estar no seu projeto. Querendo ou não, você vai falar de mim um certo dia. Você vai lembrar desse nome, dessa preta, dessa africana. Para mim, essa é a melhor riqueza.

Faizah

Faizah contou uma situação que viveu na fronteira entre a Guiana Inglesa e o Brasil, em uma das vezes que entrou em nosso território. Nessa época, ela falava pouco o português, mas guardou as palavras ditas pelo chefe da Polícia Federal, principalmente porque percebeu que foram para ela e proferidas em tom de desprezo e desrespeito:

> O Brasil dá visto de três meses para as pessoas que vem. Então, depois desse tempo você precisa sair e voltar. Aí você tem mais três meses. Na segunda vez que fiz isso, eu saí com meu marido. Quando a gente estava voltando, o chefe (da Polícia Federal) estava vendo meu passaporte, ele olhou pra mim e meu marido e falou ‘Não sei porque esses vagabundos vêm para o nosso país’. Ele era o chefe! Eu falei assim ‘você tá falando comigo?’. ‘Sim. Eu tô falando com você.’ Nossa! Eu não

> sabia o que era vagabundo. Mas, a atitude dele e o tom da voz, eu percebi que não era uma coisa boa. Eu não falei nada. Eu estava no meu país e queria entrar. Ele colocou o visto. Essa foi a única vez que eu senti discriminação.

Apesar de afirmar que sofreu racismo e xenofobia uma única vez no Brasil, nossa conversa foi revelando que ela e o marido vivenciam essas discriminações com mais frequência. Em Manaus, Faizah me confidenciou, o racismo foi mais forte do que o que experencia em SP. Talvez esse tenha sido um outro motivo para se mudarem de cidade, que não somente as oportunidades de trabalho. “Eu e ele gostamos mais daqui (de SP) do que de lá (Manaus). Aqui é mais longe do meu país, da minha família. Lá era mais perto. Eram só dois dias de ônibus. Mas, aqui é melhor pra gente.”

O combate ao racismo e a xenofobia está presente em seu negócio. A idealização de bonecos negros e negras é uma das formas que encontrou para minimizar o que chamou de “preconceitos de beleza”. Ela reforçou que suas bonecas precisavam representá-la.

> Por isso, elas são negras. “Aqui não tem boneca negra. É difícil ver uma. O que a gente vê são bonecas loiras, sem quadril e com os seios maiores. Esses formatos não são daqui. Minhas bonecas são negras e me representam. Elas também não têm rosto porque devem representar todas as etnias.”

Até mesmo a confecção de máscaras e outros vestuários e acessórios tornou-se um meio para se defender do racismo e da xenofobia. “As peças são elaboradas com tecidos africanos. Elas contam as histórias desses povos”, explicou.

Para ela, esse preconceito é um problema social que é resultado da falta de conhecimento da população brasileira sobre sua própria formação. “As escolas deveriam ensinar sobre as culturas de povos negros, já que todos somos formados por essas culturas. Em casa também precisa ser ensinado.” E retomando a história do racismo que sofreu na fronteira dos dois países, ela aponta que essa discriminação é um problema complexo e está imbricada em relações de poder, indo além do acesso à educação: “Ele era o chefe. Ele era autoridade. Esse sentimento, para mim, é muito ruim. Porque essa pessoa tem educação. O atendimento que ele fez...imagina as outras pessoas que não têm essa posição, essa vantagem?”

O desconhecimento de culturas de povos negros também se reflete nas perguntas que costumam fazer a ela sobre a Guiana Inglesa. Faizah passou a entender esses momentos como uma oportunidade de compartilhar a cultura de seu país e, dessa forma, diminuir o preconceito.

> É estranho. Me perguntam se a Guiana fica na África. Não! A Guiana é aqui na América do Sul! Nem sabem que o país faz fronteira com o Brasil! Então, você fala africano? Não! É Guiana Inglesa. Lá se fala inglês. Na primeira vez, eu fiquei um pouco chateada, mas depois eu entendi. Não tem informação. Por isso eles perguntam. Então, essa é uma oportunidade de eu dar informação para eles, sem ficar chateada. Porque eles querem saber de verdade. É uma oportunidade para educar as pessoas. Mas, tem algumas vezes que é difícil. 'Por que você veio para o Brasil? Por que você deixou o seu país, o Haiti?' Para eles todas as pessoas pretas são haitianas. Então eu preciso explicar. 'Olha, eu sou preta sim. E como você sabe que eu não sou brasileira? Tem negros no Brasil'. Eles perguntam 'você veio de avião? Você mora na selva?'

Amahle

Logo no início de nossa conversa, Amahle pontuou sobre as dificuldades de ser uma mulher negra e africana no Brasil. As "caixas", como diz, são os padrões impostos pela sociedade brasileira aos migrantes, principalmente para as mulheres africanas, com o objetivo de calá-las. Ela acredita que ter passado pelo encarceramento e contar sua história de vida pode ajudar no empoderamento de outras mulheres.

> Minha presença, minha existência aqui no Brasil é justamente para isso (para contar sua história e poder ajudar outras mulheres). Não tem muitos canais aqui, plataformas, que queiram buscar essa conexão com as pessoas da África. Como mulher é muito difícil para mim falar para outras mulheres imigrantes, principalmente mulheres negras e africanas. A gente passa por várias situações diferentes. Tem pessoas que encaixam a gente em caixas. Além das pessoas pensarem que a África é um país só. As pessoas realmente não entendem a cultura. No mundo inteiro tem pessoas negras. Mas, quando você é negra e africana o ambiente muda. Pra mim, é difícil entender isso e tentar empoderar as mulheres e homens negros que não nasceram ou cresceram na África. Pra mim, estar aqui não é fácil. Principalmente por causa das caixas que eu vejo a sociedade me colocando. O mundo vê a África como um país que conseguiu romper as barreiras do *apartheid*. Mas como mulher negra e africana vejo sempre que procuram me colocar no lugar de me calar.

Quando foi detida por tráfico de drogas no aeroporto internacional de Guarulhos, Amahle percebeu que sua vida mudaria e sentiu o preconceito racial e o sexismo pela primeira vez.

> Quando eu cheguei aqui, um dos meus amigos pediu para eu voltar com perfumes para ele vender na África do Sul. Só que quando eu estava voltando para a África do Sul, no aeroporto, dentro das caixas de perfume tinha cocaína. Então, meu mundo mudou naquele momento. Com 25 anos eu não sabia nada da vida real. Os policiais da Polícia Federal diziam 'Casa caiu! Casa caiu, Beyoncê! Tava achando o quê? Você é mulher negra! Achou que a gente não ia te pegar?'

Devido as experiências do encarceramento, do racismo e sexismo, Amahle afirma que os migrantes, principalmente as mulheres negras, no Brasil não são tratados da mesma maneira pela sociedade brasileira e nem acessam os mesmo direitos.

> Viver no Brasil é horrível! Esse é um país que os brasileiros não sabem sobre o país em que vivem. Todo mundo fala que o Brasil tem muitos imigrantes, que o Brasil acolhe, que o Brasil abre as portas. Mas, o Brasil não dá oportunidade de viver. Não é igual para todo mundo, principalmente para nós africanos. E se for mulher?

Amahle argumenta que já pagou por seu erro e que agora deseja viver tendo direito ao trabalho e de escolher morar em SP. Ela alega que a desinformação é a causa dos preconceitos e dificuldades que vivencia para expressar sua cultura e viver no Brasil.

> Eu não sou completa aqui. Não consigo praticar a minha cultura, já que as pessoas não entendem a cultura africana. Eu sou do povo Zulu e há vários povos com sobrenomes e práticas de casa diferentes. Os negros aqui ainda usam o nome dos donos que escravizaram sua família! Não sabem suas raízes, não sabem seu nome! Meu pai e minha cultura são muito fortes. Tudo é respeitado e praticado. Em Zulu-Natal todos seguem as mesmas regras com relação à vida, natureza, espiritualidade, Deus.

> A invisibilidade das mulheres pela sociedade (brasileira) é verdadeira. Se for negra africana é pior. A gente sabe sobre encarceramento. A gente sempre pensa que o homem é bandido, que só o homem fica preso. Mas, tem mulheres. E a sociedade? A comunidade? A gente aqui fora tá vivendo uma situação difícil. E o nosso sistema jurídico? Ainda naquelas salas têm homens que tomam decisões sobre as mulheres que ficam presas por anos. São homens (que decidem).

Karasi

Karasi destacou que a guerra e os conflitos em países africanos não chamam a atenção da mídia da mesma forma que a guerra na Síria, por exemplo. Essa diferenciação, segundo ela, também é retratada nas condições de vida de migrantes africanos no Brasil.

> O Congo está sempre em conflitos e em guerra. Mas, isso não chama a atenção da mídia. A mídia prefere falar da guerra na Síria. A guerra em país de pessoas brancas comove mais do que noticiar uma guerra em um país africano. O imigrante branco tem mais chances e oportunidades aqui no Brasil do que o imigrante negro.

Na RDC, Karasi segue me explicando que “há muita morte e escravidão por causa da guerra pelo poder e pelo domínio do país. O estupro de mulheres e a mutilação dos órgãos genitais com vidro é usado como arma de guerra.” Segundo ela, como a mulher é a base da cultura congolesa, o estupro é feito, de preferência, na presença dos familiares para desestabilizá-los.

Para reforçar a importância da mulher em seu país, Karasi conta que “há um ditado no Congo que diz que educar uma mulher é educar uma nação.” Esse ditado entra em forte contradição com a guerra e com sua luta. A crueldade realizada com as mulheres desse país

em nome de uma guerra e o trabalho de Karasi lutando por justiça para essas mulheres e para as crianças-soldado, não me permite acreditar nessa sentença. Talvez, essa frase tenha anos ou séculos, e remonte à África tradicional, à vida nas aldeias, anterior ao empreendimento colonial, que trouxe também essa guerra sanguinária pelo poder nos novos Estados-Nações. Além disso, a própria Karasi enfrentou forte sexismo para poder concluir seus estudos.

> Eu estudava em um auditório com dois mil alunos. Ficava de pé das 8hs às 18hs. Quando dava minha opinião para alguma coisa logo gritavam 'Vai cozinhar! Vai cuidar da casa!' As mulheres no Congo são para ficar em casa. Se aparecia alguma carteira no auditório, pra chegar até ela, eu tinha que passar por cima de outras mesas. Mas, a nossa roupa no Congo é com saia, então isso era complicado.

Enquanto em seu país natal, Karasi enfrentou situações extremas relacionadas a guerra e sexismo, no Brasil ela conheceu o racismo e a xenofobia. "O imigrante negro é visto como um assassino, uma pessoa sem valor", me falou. Para ilustrar essa afirmação, ela me falou sobre o caso do angolano João Manuel que foi esfaqueado e morto em maio de 2020. Ele vivia na zona leste de SP no mesmo bairro que Karasi morou por cinco anos. Outros dois homens, migrantes africanos, também foram esfaqueados pelo mesmo brasileiro. A agressão foi motivada pela discordância do homem brasileiro de que migrantes pudessem receber o auxílio-emergencial federal[22]. Esse fato foi veiculado em alguns jornais e mídia digital. Por causa das ameaças e agressões xenofóbicas nesse bairro, onde há uma comunidade de migrantes africanos, Karasi e sua família abandonaram sua casa.

> Eu percebi que o ódio foi aumentando no bairro. Até os motoristas de ônibus tinham preconceito. A gente fazia sinal e eles não paravam. As pessoas falavam na nossa cara que a gente tinha que voltar para o nosso país. Meu marido foi assaltado e depois passou a ser perseguido. Ele recebia ameaças. Eu saí fugindo da insegurança. Peguei mesmo só o necessário. Perdi quase tudo na minha casa.

Quando conversamos, Karasi estava fazendo um curso de empreendedorismo para trabalhar com gastronomia. Ela pontuou que a comida africana também sofre preconceitos. "Em feiras de alimentos, onde os imigrantes colocam seus produtos, os brasileiros só provam a comida africana quando as de outras barracas já acabaram. Os brasileiros preferem a comida que tem uma flor em cima ou outros enfeites, desconhecem a comida africana." Ela elaborou um projeto para aproveitamento de folhas de legumes, como as de batata doce, beterraba,

[22] Trata-se de um benefício aprovado pelo Congresso Federal para garantir uma renda mínima às famílias que ficaram em situação mais vulnerável devido a pandemia de COVID-19 (GOVERNO FEDERAL, 2022).

abóbora, quiabo, dentre outros, “que são desperdiçados aqui, mas fazem parte da alimentação africana e é muito saudável”, ponderou.

Esse projeto transformou-se no Espaço Wema (em Swahili, a palavra significa bondade). Ela o idealizou junto com a iniciativa Deslocamento Criativo. Sua missão é promover as culturas africanas por meio da gastronomia. A dificuldade para abrir e manter um restaurante a fez buscar uma alternativa. Assim, passou a usar a cozinha comunitária da Ocupação 9 de Julho e os pratos são para entrega. Ela e outras mulheres africanas cozinham as comidas típicas de vários países de seu continente. Os jantares são esporádicos e anunciados no *Instagram* e no *Facebook*, onde também é possível fazer a encomenda. Para cada prato é feita uma descrição dos ingredientes e divulgada sua história. Eu fui chamada para ser voluntária, pesquisando e escrevendo sobre os pratos, suas histórias e as histórias dos países de origem. Também uso minhas redes sociais para ajudar na divulgação dos jantares.

Mesmo com esse projeto, Karasi continua enfrentando outras dificuldades provenientes do preconceito racial. Ela também mencionou a falta de apoio dentro da própria comunidade de migrantes africanos.

> A batalha e a conquista são individuais. Além de tudo isso, tem discriminação entre os próprios imigrantes. Aqueles que são brancos são privilegiados. A vida é mais fácil para eles aqui. Todos se dividem em grupos. Os marroquinos e os egípcios, que as pessoas esquecem que são africanos, não se juntam com outros africanos negros, mas se associam aos sírios, por exemplo.

5.2.4 Outras adversidades

Assim como os empreendedores dessa nova diáspora negra em SP apontaram, a pandemia também afetou os negócios dessas mulheres que entrevistei. Badu precisou fechar um dos restaurantes e o que ficou aberto fazia somente entregas. O faturamento caiu bruscamente e ela precisou cortar funcionários e algumas despesas. Faizah, com o apoio do Deslocamento Criativo e do SESC SP, alterou o foco de sua produção de bonecas para o de máscaras. Seu marido passou a trabalhar com ela e esse trabalho passou a ser a principal fonte de renda do casal. Amahle teve suas apresentações canceladas e passa por dificuldades financeiras, inclusive para pagar o aluguel e se alimentar. Karasi, devido a pandemia, enfrentou o aumento da xenofobia de vizinhos brasileiros que passaram a ameaçá-los, pois não aceitavam que a comunidade africana tivesse acesso ao auxílio-emergencial federal, e precisou se mudar com sua família. Essa situação agravou ainda mais a sua vulnerabilidade, uma vez que não tinha condições para pagar o abono de aluguel exigido para alugar uma nova

moradia. O apoio veio novamente do Deslocamento Criativo e ela pode iniciar o Espaço Wema. Dito de outra forma, a pandemia acirrou conflitos e evidenciou as desigualdades.

Essas mulheres me relataram conflitos e falta de apoio de seus conterrâneos, como também o fizeram os homens que entrevistei, mas também de seus familiares em seus países de origem e no Brasil. Há cobranças de seus familiares para que ajudem outros de suas famílias e para que continuem a "respeitar" as exigências culturais para a manutenção de seus empreendimentos. Em outro momento, observo que parece haver a omissão de parentes sobre a situação encarada por essas mulheres.

Badu me contou que foi um erro ter contratado familiares para trabalhar com ela em seus restaurantes. Ela afirmou que eles não compreendem que se trata de um negócio e que isso gera problemas no trabalho e com a família. O marido de Faizah passou a trabalhar com ela. Provavelmente porque não teve mais condições de tirar sua renda das aulas de idiomas. Porém, ela admitiu que ele tem algumas ideias machistas. O que me fez pensar que isso está relacionado com a forma de condução de seu trabalho. Amahle, que afirmou que sua família na África possui boas condições financeiras, não obteve nenhuma ajuda deles, nem mesmo quando ligou para o pai pedindo apoio diante da possibilidade de passar fome em SP. Atualmente, ela batalha junto de ONGs e com representantes do governo pelo direito de permanecer no Brasil, o que reforça meu entendimento sobre sua decisão pelo distanciamento de sua família. O mesmo cenário parece acontecer com Karasi. Ter optado por se refugiar no Brasil pode ter sido uma ação contrária aos desejos de seus pais. Suas filhas, que ficaram na RDC e são criadas pelos avós, a cobram por tê-las deixado. Um sinal de que a própria família não apoia sua saída.

Devido a suas experiências na RDC como facilitadora e ativista dos direitos de mulheres e crianças e por sua forte atuação por melhores condições de vida e de trabalho para migrantes residentes em SP, Karasi apresenta outras situações que carregam várias incertezas. Em razão das complicações para validar os diplomas, os migrantes "são obrigados a abraçar as oportunidades que aparecem", me disse. Ela se referia a trabalhos subalternizados. E criticou a operação realizada por algumas instituições (não quis citar nomes) para intermediar o acesso ao trabalho entre os migrantes e as organizações. "Os empresários pegam os imigrantes por três meses e depois o mandam embora para não pagar seus direitos. Eles são explorados! E voltam o tempo todo para a instituição, porque ficam sem emprego. Eles não veem isso? Não veem que está errado?".

A partir desse questionamento, ela passou a analisar o trabalho de ONGs e outros órgãos atuantes na pauta migratória. Karasi recebeu o apoio da defensoria pública e

apresentou um mapeamento de 400 famílias de migrantes em situação de vulnerabilidade e que constam em projetos como o Deslocamento Criativo e o Emancipa. Diante dessa esquematização, ela pôde planejar a distribuição de máscaras e alimentos. Porém, a pandemia piorou o cenário já debilitado. As doações diminuíram. Por isso, ela se viu pressionada a selecionar dentro desse grupo as famílias que receberiam essas contribuições. Em um dado momento, durante a pandemia, a Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD) da Prefeitura de SP esteve responsável por comunicar sobre o envio de cestas básicas para algumas famílias de migrantes. O aviso sobre data, horário e local da entrega foi passado por *whatsapp* somente àquelas selecionadas. Karasi foi até o lugar marcado e se surpreendeu com a quantidade de pessoas que aguardavam os donativos. Muitas delas, infelizmente, não haviam sido escolhidas. Mas, o espanto foi maior quando o Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI) não fez a entrega das cestas. "O motivo? Estava chovendo! Como isso é possível? Essas famílias precisaram se deslocar, muitas vezes não tendo dinheiro para o ônibus e as cestas não foram entregues porque estava chovendo?!", falou com revolta.

Foi então que começou a explicar que a constituição de ONGs nem sempre está relacionada com a sua missão. O contexto brasileiro de dificuldades econômicas e a elevada entrada de migrantes propiciou o surgimento de muitas dessas organizações, me disse.

> Elas foram criadas para empregar e ajudar os próprios brasileiros. As ONGs recebem dinheiro para ajudar os imigrantes, mas para eles nada é feito. Depois, tem outra coisa. Nem eu e nem nenhum imigrante quer ajuda. A gente quer nossos direitos! Quando cheguei tudo era projeto. Cadê o abrigo? Como os imigrantes se viram? Dá para trabalhar sobre o nosso currículo!

Todas essas situações vividas por essas migrantes negras influenciaram a forma como seus empreendimentos foram criados, são conduzidos e de que maneira são usados para trazer luz às questões raciais e migratórias nas arenas pública e política. As razões que as levaram a sair de seu país natal e o contexto em que estão inseridas em SP, bem como a rota seguida para o empreendedorismo sugerem pistas de como iniciaram e administram seus negócios. Todas relacionam seus comércios como um instrumento de combate às discriminações e empoderamento da mulher negra africana, mediante a divulgação de seu continente. Entretanto, somente duas delas se inserem nas arenas públicas e políticas.

Contudo, uma outra perspectiva surgiu nesses relatos e refere-se ao apoio familiar. Me parece ser censurado às mulheres a possibilidade de decisão sobre algumas circunstâncias em suas vidas. Se optam por sair de casa, por exemplo, independentemente do motivo, em

contextos contrários aos das tradições familiares, elas são excluídas do seio familiar e deixadas à sua própria sorte. Essa é uma situação que fragiliza ainda mais suas vidas em SP e que afeta o empreendedorismo que realizam.

6 DA EMERGÊNCIA COMO EMPREENDEDORES À ATUAÇÃO NAS ARENAS PÚBLICA E POLÍTICA

Para tentar compreender como os migrantes da nova diáspora negra em São Paulo emergem como empreendedores procurei pelos órgãos, ONGs e instituições sociais que fazem parte das redes, conexões e agenciamentos que eles mobilizam e/ou que os atravessam. Todos foram citados pelos empreendedores dessa diáspora, com exceção da ONG Centro Integrado de Sustentabilidade do Brasil (CISDB). As conversas que tive com representantes dessas organizações me auxiliaram a descobrir aspectos que alargaram e redirecionaram a pesquisa. Procurei abordar sobre as motivações das instituições e de seus representantes para atuar com a pauta migratória; conhecer as ações voltadas aos migrantes; de que maneira a nova diáspora negra tem sido incorporada a essas ações; os principais resultados alcançados; e as dificuldades cruciais para o desenvolvimento dos projetos, além de procurar conhecer suas visões sobre o empreendedorismo realizado por essa população.

Foram realizadas entrevistas com representantes das seguintes instituições: MigraMundo, Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPIPTD) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Cidadania (SMDHC) da Prefeitura de São Paulo, CISDB, Fórum Internacional Fontié ki Kwase – Fronteiras Cruzadas, Deslocamento Criativo e Missão Paz.

O Quadro 5 apresenta os nomes dos entrevistados, suas funções e respectivas entidades.

Quadro 5 – Organizações da sociedade civil e outras entidades

Nome	Função	Entidade
Rodrigo Delfim	Fundador e Editor	MigraMundo
Renata Rossi Alexandre Branco	Consultores de Projeto	CDHIC
Vinícius Duque	Coordenador	CPMigTD da SMDHC da Prefeitura de SP
Luis Cesarino	Fundador	CISDB
Karina Quintanilha	Pesquisadora	Fórum Internacional Fontié ki Kwaze – Fronteiras Cruzadas
Maria Nilda Santos	Coordenadora e Fundadora	Deslocamento Criativo
Pe. Paolo Parise	Coordenador	Missão Paz

Fonte: Autora.

6.1 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E OUTRAS ENTIDADES

A cada vez que relia as entrevistas e descrevia os acontecimentos que nelas são narrados, percebia que essas descrições acompanham não somente as histórias das criações das instituições ou de seus fundadores, ou mesmo de suas ações e projetos nas arenas em que se inserem, ou suas visões sobre o empreendedorismo realizado por essa população de migrantes. Antes de mais nada, elas revelam o envolvimento, o conhecimento e o tempo dedicado às causas migratórias pelos entrevistados e suas respectivas instituições. É importante frisar que essa investigação não trata das migrações em si, mas sim, do empreendedorismo realizado por sujeitos que compõem a nova diáspora negra em SP. Entretanto, é impossível essa dicotomia sobre o ser migrante e o ser empreendedor, uma vez que ambos não são dissociados. Pelo contrário! Suas histórias anteriores a sua entrada no Brasil, bem como suas vivências em território estrangeiro demonstram uma parte da complexidade do fenômeno do empreendedorismo desses atores. Percebo o mesmo entrelaçamento entre as organizações da sociedade civil e outras entidades, seus fundadores, ou aqueles que estão à frente de determinados projetos, e os migrantes e as migrações (as pessoas e o fenômeno). Dessa forma, busco descrever o que me foi contado, incluindo o contexto em que se deram esses deslocamentos humanos.

A medida em que descrevo as conversas com esses atores, vou esboçando análises baseadas também nas entrevistas que realizei com outros sujeitos e nas observações de campo. Contudo, me parece que o tamanho das descrições de cada agente dessa intrincada rede está diretamente relacionado às dimensões dos projetos realizados e ao tempo de conhecimento e atuação de cada organização e de cada envolvido aqui entrevistado. Isso não significa dizer que há trabalhos de menor ou maior importância. Somente demonstra que as complexidades do fenômeno migratório, assim como o empreendedorismo realizado por essa população, têm sua dinâmica realizada conforme a parte que cada agente dessa intricada rede se propõe a trabalhar. Alguns atuam em várias frentes. Outros, somente em uma. E, há ainda situações que demonstram que os fenômenos da migração e do empreendedorismo ainda não são totalmente compreendidos e tratados por todos e em todas as suas faces. Devido a esses motivos, optei por descrever os relatos fornecidos pelos representantes de cada instituição separadamente. Dessa maneira, a complexidade das conexões, nas quais os empreendedores dessa nova diáspora negra em SP estão envolvidos, é tratada com maior ênfase nas análises.

6.1.1 MigraMundo

Trata-se de um espaço digital que informa sobre as múltiplas particularidades do mundo da migração. O *site* traz informações e orientações que envolvem as problemáticas vividas pelos migrantes no Brasil e no mundo. Por meio de reportagens próprias, de outras mídias jornalísticas e pesquisas procura dar visibilidade às instituições que desenvolvem projetos junto e/ou para a comunidade migrante no Brasil.

No próprio *site* é informado que os objetivos dessa iniciativa é "levar e produzir informação e conhecimento; fazer pontes entre a academia científica e a sociedade, entre migrantes e brasileiros; enfrentar os estereótipos que envolvem a questão migratória e; conscientizar sobre o fenômeno social e histórico da migração" (MIGRAMUNDO, 2022). Para tanto, possui colaboradores de diferentes nacionalidades no Brasil e em outros países, parcerias com *sites* de jornalismo independente, institutos de pesquisa, instituições de atendimento e coletivos de migrantes. Os colaboradores participam de debates, rodas de conversa e eventos que abordam a migração promovidos no campo acadêmico, por governos, sociedade civil e pelos grupos e associações de migrantes.

Esse trabalho surgiu da necessidade de seu fundador em buscar compreender as questões migratórias. Ele mesmo é tataraneto de migrantes e sempre conviveu entre descendentes de várias nacionalidades. O interesse aumentou ao pesquisar sobre os migrantes haitianos no Acre e o desejo de publicar os achados na empresa de conteúdo *online* em que trabalhava. Como a disputa por espaços para publicação nesse meio atrapalhava a divulgação dessas informações, Rodrigo criou o blog MigraMundo. Desenvolvido em 2013, de forma despretensiosa, como informou o fundador, esse sítio eletrônico começou como um veículo jornalístico. A partir de 2016, o MigraMundo tornou-se um *site* com fórum próprio e está presente no *Facebook*, *Instagram* e no *Twitter*. Há também um grupo de *whatsapp* para divulgação de notícias.

O público do MigraMundo é diverso e formado por pesquisadores, jornalistas, integrantes da sociedade civil e migrantes. O conteúdo divulgado busca dialogar com vários públicos e com a sociedade, ajudando a fomentar o debate em torno das questões migratórias. Apesar de explicar que o *site* e ele não possuem um posicionamento ativista, Rodrigo defende as causas migratórias, participando de fóruns, congressos e *lives*, além de usar o espaço do MigraMundo para argumentar sobre a necessidade de transformação da realidade de migrantes no Brasil.

Ao ser questionado sobre o panorama do empreendedorismo realizado por migrantes no Brasil, Rodrigo apresentou uma visão contrária a forma clássica do empreendedorismo apresentado no campo acadêmico da Administração. De acordo com ele, o empreendedorismo fomenta diversos programas de instituições voltadas ao trabalho com migração e gera visibilidade a essas organizações. Entretanto, "não é tábua de salvação e não vai substituir a carteira assinada." Para ele, trata-se de um caminho escolhido pelo migrante que não consegue se inserir ou permanecer no mercado formal de trabalho ou mesmo atuar dentro de sua área de qualificação. "É uma opção para se inserir economicamente no país de destino. O migrante tem uma formação no seu país e está aqui vendendo comida. Há várias barreiras. Essa visão romanceada sobre o empreendedorismo é frágil e precisa ser vista de forma crítica", alertou.

Rodrigo me alertou que é necessário prestar atenção ao uso de palavras que possam criminalizar os migrantes. Isso foi fundamental para que eu atentasse para as práticas da política de securitização que tem sido adotada em ações do governo federal brasileiro sobre as comunidades migrantes no Brasil. Há toda a lógica, princípios e valores da ditadura que entendem o migrante como uma ameaça à segurança nacional.

O termo "ilegal", comumente utilizado para se referir a um dos problemas apontados pelos migrantes sobre a obtenção e regularização de documentação, "coloca o migrante no mesmo patamar de um criminoso. Esse termo induz a um julgamento", como me advertiu. "No lugar dessa palavra pode-se usar 'indocumentado' ou 'migrante sem documento'", exemplificou. Essa é uma expressão comumente usada pela Polícia Federal para se referir aos migrantes "indocumentados". "Esse é um órgão, aliás, que dificulta a vida do migrante", enfatizou.

O financiamento do trabalho do MigraMundo está entre as principais dificuldades para dar continuidade ao trabalho de informar e participar do cenário migratório brasileiro. Além do editor, mais três pessoas são responsáveis por colaborar nas diversas áreas da *newsletter* e produzir conteúdo com regularidade. Todos trabalham sem recebimento e, por isso, o MigraMundo não é a atividade principal de seu fundador. Ele busca por parcerias e financiamentos diversos, mas observou que a pauta do *site* não costuma sensibilizar pessoas e organizações que não estão inseridas no contexto migratório.

6.1.2 Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC)

O CDHIC é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) com o objetivo de articular ações voltadas para a construção de políticas migratórias e promoção da "sustentabilidade dos empreendimentos das pessoas migrantes e a garantia de condições dignas de trabalho a todos". Seus valores voltam-se para a "promoção de uma cidadania emancipatória, com autonomia e protagonismo das pessoas imigrantes e em situação de refúgio na construção de novos paradigmas com visão crítica e construtiva" (CDHIC, 2022).

A instituição atua em quatro eixos direcionados ao desenvolvimento de políticas migratórias. São eles:

a) Defesa e Promoção de Direito das Pessoas Imigrantes e em Situação de Refúgio – responsável por facilitar o acesso aos direitos sociais e à informação, por meio de atendimento jurídico e social, orientação sobre direitos trabalhistas e sindicais, administração de curso de português e rodas de conversa;
b) Incidência e *Advocacy* nos Espaços de Decisão – participação em espaços em que são discutidas e elaboradas políticas migratórias;
c) Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes Imigrantes e em Situação de Refúgio – viabiliza ações que resultem na elaboração de subsídios para a construção de políticas públicas para essa população;
d) Mobilização e Articulação de Redes e Parcerias – trabalho de base que envolve a participação de setores da sociedade, como comunidades e associações de imigrantes, sindicatos, pastorais sociais, organizações internacionais, parlamentares e órgãos públicos que atuam, principalmente, com a pauta dos direitos sindicais e trabalhistas (CDHIC, 2022).

Cada consultor no CDHIC está à frente de um projeto da instituição. Renata coordena um trabalho sobre xenofobia e racismo, e Alexandre está envolvido em outro sobre empreendedorismo "para" imigrantes. O comprometimento dos dois com as causas migratórias está ligado às trajetórias de suas vidas acadêmicas e às oportunidades que surgiram durante o desenvolvimento dos trabalhos científicos e no voluntariado que exerceram.

Renata é formada em Direito pela PUC e aspirava trabalhar com Direitos Humanos. Fez trabalho voluntário no Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), onde auxiliava na regularização e encaminhamento para psicólogos, Defensoria Pública da União (DPU) ou para a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE). Também trabalhou na

DPU fazendo atendimento jurídico. No mestrado, sua dissertação foi sobre direitos humanos e, por indicação de sua orientadora, trabalhou na Relatoria de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DESCA). Se voluntariou e foi aceita na ONG Pacto pelo Direito de Migrar (PDMIG) África do Coração e, atualmente, está à frente de um projeto no CDHIC.

Esse trabalho possui três áreas de atuação: *advocacy* nacional, internacional e o desenvolvimento de estratégias para proteção de grupos de migrantes. Na parte nacional, o projeto viabiliza redes perante o Legislativo para atuar com regularização em massa, promover legislações favoráveis e estratégias na pandemia, além de atuar junto às portarias e com as eleições no Legislativo em SP. Renata conta que tem havido inúmeras violações de direitos e criação de portarias prejudiciais aos migrantes, como o fechamento de fronteiras, por exemplo. No setor internacional, estão atuando em redes latino-americanas, principalmente com países da América do Sul, para elaborar estratégias de denúncia para a Organizações das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). O outro braço do projeto é realizado junto com Karasi (advogada com especialização em Direito Econômico e Social, migrante da RDC que entrevistei), para criar uma rede de proteção aos migrantes africanos que moram e trabalham na Zona Leste de SP. Há várias famílias migrantes residindo nessa região e que, de acordo com Renata, estão mais vulnerabilizadas com a pandemia e os crescentes ataques xenofóbicos. A atuação *in loco* do CDHIC, que Renata reforçou que costuma ser forte, não está acontecendo, devido a pandemia. A mesma situação ocorre com outras organizações que estão enfrentando dificuldades para atuar junto dessa população migrante. Então, “eles estão mais esquecidos ainda”, enfatizou. Um dos meios que estão desenvolvendo para proteger as comunidades migrantes é um curso de formação sobre os temas racismo, xenofobia, violência policial e violência de gênero. Ela explicou que, apesar da organização desse curso estar no estágio inicial, foi realizada uma roda de conversa com lideranças migrantes. Pretendem que esse conhecimento possa ser disseminado por esses líderes em suas comunidades.

A inserção de Alexandre no campo das migrações aconteceu inicialmente na área acadêmica. Em 2016, morando em Brasília, fez uma disciplina com um professor atuante do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). Na graduação, ele pesquisou sobre saúde mental e direcionou seu trabalho para saúde mental e migração. Em SP, deu continuidade a sua pesquisa no mestrado que foi defendido em 2019. Alexandre contou que trabalhou praticamente em todos os coletivos de migrantes. Em 2018 atuou na Cáritas, no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IPq-FMUSP), onde segue como coordenador da Rede de Cuidados em Saúde

para Imigrantes e Refugiados, e atuou no coletivo Convívio Diferente. Foi nesse coletivo que Alexandre fez grande parte de sua pesquisa, trabalhando em Guaianazes. Nessa região há uma comunidade migrante expressiva e que não costuma produzir muitas lideranças e onde não há órgãos públicos de assistência. Eu quis compreender esse contexto e Alexandre contou que se referia a lideranças migrantes reconhecidas pelo CDHIC. "Entre eles, há muitas lideranças, mas que não chegam a acessar lideranças migrantes referendadas pelo Estado."

Durante a pandemia, Alexandre tem dado continuidade ao trabalho de distribuição de cestas básicas, de organização de iniciativas de migrantes para a distribuição de material de limpeza, entre outras ações. Mas, não tem ido pessoalmente para Guaianazes. Agora, no doutorado, começou a pesquisar sobre o encaminhamento de crianças e adolescentes migrantes para os Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) por suspeita de autismo.

Em 2020, Alexandre estava sem bolsa de estudo e desempregado. Foi quando surgiu a oportunidade de trabalhar no CDHIC, onde já havia atuado anteriormente com o Conviva Educação. Nesse período, obteve o apoio do órgão para o curso de português que foi desenvolvido em Guaianazes durante o primeiro semestre de 2018. O suporte aconteceu mediante o fornecimento de material didático, pagamento de passagens para os professores e entrega de certificados.

A vaga no CDHIC foi indicada pela Profª Bela Feldman[23] e pela ativista Oriana Jara[24], com quem trabalhou em 2020. Inicialmente, Alexandre esteve na coordenação do CDHIC e em dois meses assumiu a consultoria do projeto "Autonomia Migrante". Esse é um trabalho voltado para a empregabilidade e empreendedorismo das populações migrantes em SP. Ele conta com o apoio financeiro da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do *United States Agency for International Development* (USAID). O "Autonomia Migrante" possui, ainda, parcerias com o *Solidarity Center* e sindicatos, como o Sindicato dos Comerciários de São Paulo, Sindicato dos Comerciários de Guarulhos e Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo.

O CDHIC, conforme Alexandre explicou, tem um histórico de debater o mundo do trabalho e ajudou a fundar algumas redes de trabalho decente, como a Comissão Estadual de

[23] A Profª Bela Feldman-Bianco é antropóloga e professora aposentada colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UNICAMP. Suas pesquisas e publicações abordam o contexto das migrações sob as perspectivas cultural e política (CNPq, 2021).

[24] Migrante chilena, socióloga e ativista das causas migratórias. Há várias reportagens sobre seus trabalhos junto a população migrante e notas de pesar nas mídias sociais por seu falecimento. Ela é considerada uma referência na luta pelos direitos dos migrantes no Brasil (MIGRAMUNDO, 2020).

Trabalho Decente de São Paulo. A instituição também integra as comissões municipal e estadual do Trabalho Decente e tem ligação com o Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI). Tanto o CDHIC quanto o CAMI possuem o mesmo fundador. Devido a essa atuação, Alexandre conta que esse trabalho não é estranho para o CDHIC que, inclusive, esteve por muito tempo vinculado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A antiga sede na Bela Vista era no mesmo prédio do Patronato Sindical ligado às organizações sindicais italianas.

Em decorrência da pandemia, o CDHIC constatou que houve um aumento da precariedade econômica em grupos de migrantes em SP. Essas pessoas, que são também responsáveis pelo envio de remessas para familiares em seus países de origem, perderam seus empregos, ficando em situação mais vulnerável. Algumas que estavam no mercado de trabalho formal foram demitidas. Outras, que trabalhavam como autônomas ("para não dizer empreendedoras", disse Alexandre), com o esvaziamento do transporte público e o fechamento do comércio, tiveram sua renda diminuída ou suprimida. Por esse motivo foi criado o projeto Autonomia Migrante. O foco inicial era buscar emprego para os migrantes e depois seguiu para o empreendedorismo. "Enquanto CDHIC, a gente entende que a nossa abordagem de empreendedorismo pressupõe que empreender é tomar ação.", disse Alexandre.

Ambos, Renata e Alexandre, argumentaram que o empreendedorismo se confunde com trabalho precarizado, sem direitos trabalhistas e sem segurança, e que é preciso cuidado. O objetivo do CDHIC é evitar a necessidade de seguir com atendimentos permanentes às mesmas pessoas migrantes ao longo do tempo. Auxiliar na conquista da autonomia passou a ser um caminho viável para que não precisem reiteradamente da assistência fornecida, disseram. Por essa razão, o nome do projeto é Autonomia Migrante. Eles notaram que, por meio dessa ação, vários migrantes abriram seus próprios negócios. Alguns ligados à culinária e outros passaram a estruturar melhor os comércios que já possuíam.

Renata complementou ressaltando que o foco do CDHIC não é o assistencialismo. De acordo com ela, o assistencialismo não transforma as realidades. "O objetivo é dar ferramentas para a autonomia, para que se emancipem e sejam protagonistas, sabendo de seus direitos e como lutar por eles, sem precisar de amparo. O viés do CDHIC é dar o protagonismo para que não precisem da gente." Essa última frase me incomodou, mais precisamente o uso do verbo "dar". Pesquisas sobre Inovação Social (CAJAIBA-SANTANA, 2014; AGOSTINI et al., 2017; ANDION et al., 2017; GONSALVES; ANDION, 2019) trazem algumas observações pertinentes sobre projetos que são "feitos por" instituições e "entregues para" as populações que são foco da ação. Essa é uma condição que não costuma

proporcionar mudanças nas comunidades. Os usuários são meros consumidores, ao invés de serem os protagonistas com trabalhos criados “por eles”, “com eles” e “para eles”.

Pensando sobre isso, questionei sobre como ocorre o envolvimento dos migrantes nos projetos e na dinâmica organizacional do CDHIC. “Eles são voluntários? Participam de alguma outra forma dessas ações? Validam os trabalhos da CDHIC?”, perguntei. Renata contou que esse é um ponto muito delicado, porque ganhar a confiança é algo difícil. “Uma coisa é haver confiança entre os imigrantes e outra é ter com as instituições, pois eles têm feridas com relação a elas. O diálogo é complicado.” Renata, então, após essa reflexão, passou a argumentar que “o CDHIC não quer “dar” o protagonismo e sim deseja que os imigrantes estejam nos lugares de fala. É importante dar visibilidade a causa, mas chamar os imigrantes para estarem juntos.” Como exemplo, abordou sobre a vaga para o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI). Somente as organizações “de” migrantes, como a ONG África do Coração, e as instituições ‘para’ migrantes, como o CDHIC, e os migrantes individualmente podem se candidatar. O CDHIC, continuou, “não se candidata para essa vaga, porque quer que esse espaço de representação seja ocupado por um imigrante.” Atuando há 10 anos com as causas migratórias, o CDHIC foi ganhando essa confiança e ambos disseram que o instituto é bem-visto entre os migrantes que também divulgam seus trabalhos.

Para continuar a responder minha indagação sobre a participação de migrantes no CDHIC, Alexandre fez um breve resgate histórico da instituição. Em 2018, uma migrante boliviana chamada Diana Soliz[25] participou de uma oficina sobre Educação em Direito ministrada pelo CDHIC. Esse curso foi direcionado para as mulheres migrantes e que fossem trabalhadoras domésticas. “Hoje, a Diana é a primeira e única mulher sindicalista migrante do Brasil. A história da Diana se constrói junto com a do CDHIC.”, pontuou.

> Além disso, temos a revista Conexão Migrante. Nela tem quatro articulistas migrantes. Dentre eles, a Verônica Quispe que é uma referência acadêmica e política para quem debate migração e saúde. Um outro articulista é James Lalane, que é haitiano e mestrando na saúde pública na USP. Tem também a Jobana Moya[26] que faz parte do Warmis, além de entrevistas com Jean Katumba[27] que é da ONG África do Coração. Ano passado, em agosto, o CDHIC realizou uma audiência pública. O meu trabalho foi trazer as lideranças migrantes para dar testemunhos na Câmara Municipal de São Paulo.

[25] Diana Soliz é diretora do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de São Paulo (MUSEU DA IMIGRAÇÃO, 2021).

[26] Jobana Moya é ativista boliviana e membro-fundadora da equipe de base Warmis-Convergência das Culturas (MUSEU DA IMIGRAÇÃO, 2020).

[27] Jean Katumba é migrante democrata-congolês e presidente da ONG África do Coração (MIGRAMUNDO, 2021).

Com uma extensa história de trabalho com lideranças migrantes, Alexandre concluiu que “faz parte do processo de construção e da qualidade do trabalho desenvolvido no CDHIC envolver lideranças migrantes e outros migrantes não líderes”.

Dentre outros trabalhos realizados pelo CDHIC há o acompanhamento de migrantes no próprio local em que residem e trabalham. Além de cursos de língua portuguesa, há o direcionamento para outras assistências da organização, principalmente para o setor de regularização migratória. Entretanto, Alexandre frisou que é mais comum que a indicação da entidade aconteça entre os próprios migrantes. “As pessoas que são atendidas costumam trazer seu núcleo familiar e amigos que estão no Brasil. Essa rede de contatos dos migrantes serve muito para fazer esses encaminhamentos do CDHIC”.

Para dar melhor continuidade aos trabalhos e abranger um percentual maior de pessoas migrantes, a sede da organização mudou da Bela Vista para Itaquera. Eles argumentaram que as maiores demandas vêm de migrantes que moram na zona leste e a distância era um impeditivo para que chegassem ao Centro. A pandemia também forçou o ajuste nos acolhimentos. Alexandre explicou que

> A lista de atendimento aumentou muito nos últimos meses. Aliás, foi o ano de maior atendimento da história do CDHIC e isso foi facilitado pelo *whatsapp*. O atendimento remoto facilitou o acesso dos imigrantes ao CDHIC. O transporte público não é barato. Se pensarmos numa única linha de ônibus, são quase R$ 10,00 ida e volta. Para aqueles que recebem um salário-mínimo para sustentar um núcleo familiar de quatro pessoas, mais um aluguel de R$ 600,00, isso é muita coisa e prejudica o atendimento.

O número de *whatsapp* do CDHIC foi se espalhando pelas comunidades migrantes de SP e de fora do estado. Alexandre comentou que tanto o aplicativo de mensagens instantâneas quanto o celular são itens de primeira necessidade para essa população. Eles garantem a comunicação com seus familiares que permanecem em seus países de origem e os ajuda a se inserir em redes de suporte/apoio e comunicação no Brasil. “Um teste interessante é enviar uma informação sobre benefícios e auxílios para uma pessoa. Você vai ver que aparecem 40, 50 ao invés de uma, porque a informação circula muito rápido.” Essa informação me fez ponderar que, mais do que rapidez na circulação da informação entre os migrantes, essas famílias estão expostas a uma elevada vulnerabilidade que compromete o atendimento às necessidades básicas, como o direito à alimentação. Também cogitei que, provavelmente, aqueles que não foi possível alcançar nessa investigação experenciam uma precariedade maior pela cidade de SP, como foi a vivência inicial de Yerodin como morador de rua.

O acompanhamento dos projetos e de seus resultados depende das exigências dos órgãos financiadores. Renata reforça que o feedback daqueles que participam é um retorno importante para o Centro. No entanto, Alexandre foi enfático ao apontar que a diferença entre os trabalhos está nos financiadores. Há os que são mais exigentes no processo de monitoramento, avaliação e entrega de resultados. Outras corporações são mais flexíveis. "O projeto Autonomia Migrante é financiado pela OIM e pelo USAID. Eles são extremamente exigentes em relação aos resultados entregues. Então, parte do projeto é voltada à construção de ferramentas de avaliação".

Outro projeto chamado Espaço Migrantes é onde todo o trabalho do CDHIC se alicerça. Ele possibilita a construção de toda a estrutura necessária para o andamento dos demais trabalhos. Todos os migrantes atendidos em qualquer dessas ações são encaminhados para esse espaço. Lá encontram-se psicólogos, advogados, assistentes sociais. O acompanhamento é longitudinal. São vários os casos, como retenção de documentos, liberação de registros etc. Alexandre conta que, nesse caso, "esses impactos são acompanhados longitudinalmente, porque as pessoas começam a ser atendidas e continuam sendo atendidas ao longo de dois, três anos, dependendo da necessidade de cada um."

Nesse ponto, procurei saber sobre a existência de conflitos internos e externos, ou se "o trabalho deslancha naturalmente". Houve um silêncio e um meio sorriso nos rostos dos dois. Renata comentou: "deslanchar tranquilamente?". E caíram na risada. "Ainda mais num país que não valoriza a filantropia", reforçou. Alexandre disse que há conflitos com os migrantes e os demais que fazem parte dessa rede de apoio.

> Muitos deles (migrantes) têm experiências difíceis com organizações e muitos também tiveram experiências difíceis com o CDHIC, porque muitas vezes a expectativa da pessoa não é o que a gente consegue entregar. Além de estarmos em um país que não valoriza esse trabalho, como a Renata disse, estamos também em um contexto político muito hostil, em que o governo federal abertamente já chamou ONG de terrorista. A gente tem financiamento da emenda federal e passamos por situações muito difíceis em relação aos dados de atendimento do CDHIC por conta de exigências do governo federal de passar os dados detalhados. E a gente foi contra a passar os dados detalhados, porque isso expunha as pessoas que estávamos atendendo. Então isso foi muito difícil agora em 2020 na entrega do relatório final. No fim, conseguimos bater o pé e passar dados genéricos sobre os atendimentos, e não passar nome e CPF e endereço da pessoa e a demanda que a fez entrar no CDHIC. Mas, sempre temos que ficar equalizando. O trabalho é o tempo todo de articulação. Articulação com os migrantes, articulação com os financiadores, articulação com outras organizações que também têm muitos interesses pra gente concatenar. É muito difícil. Às vezes cada organização quer uma coisa.

Durante nossa entrevista, percebi que Alexandre usava o computador para outras atividades. Algumas vezes notei que foram para ajudar a trazer exemplos para as questões

levantadas. A Renata foi mais espontânea e se pautou somente em suas experiências para me trazer o contexto enfrentado em arenas pública e política. Ambos me apresentaram discursos em prol do instituto. Foi notável observar como "vestem a camisa" do CDHIC, seja pela posição otimista que demonstraram para explicar os trabalhos do Centro, seja pela desenvoltura com que descreveram suas atuações e as implicações para os imigrantes. Mas, nem por isso, deixaram de observar que para a sobrevivência do instituto e de suas ações é preciso articular, constantemente, com os interesses de diversos atores (CEFAÏ, 2017b).

6.1.3 Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Cidadania (SMDHC) da Prefeitura de São Paulo

A CPMigTD é o órgão responsável pelas questões migratórias no âmbito da SMDHC. Criado por meio de decreto, ele promove ações e projetos na capital de SP para atender a população migrante, como o acesso aos serviços públicos e a prevenção da xenofobia. Suas operações ocorrem de acordo com as diretrizes e princípios da Política Municipal para a População Imigrante (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2021a).

Duque que, na época de nossa entrevista no início de 2021, era coordenador do CPMigTD, contou que sua trajetória não está ligada à migração, mas ao seu trabalho. Ele atua na Secretaria de Direitos Humanos desde 2015, quando entrou como estagiário na Ouvidoria. Esse setor é responsável por atender todos os casos de denúncias de violações de direitos. "Há casos que violam o princípio da dignidade e a solicitação de uma reparação, casos graves e outros que são cotidianos, em que as pessoas estão em sofrimento e precisam conversar sobre isso com alguém", me explicou. Nos dois anos que permaneceu na Ouvidoria acompanhou ocorrências envolvendo grupos populacionais diversos. Junto de uma assistente social e uma psicóloga fazia o atendimento de pessoas em situação de rua, de cárcere, vítimas de diferentes formas de violência. Também trabalhou próximo da Supervisora de Atendimento que atuava na Casa das Áfricas, supervisionando casos de migrantes africanos em SP. Foi quando começou a se aproximar da temática migratória. Na faculdade fez uma pesquisa sobre a situação no conector do aeroporto de Guarulhos. O conector é uma sala onde são colocadas as pessoas proibidas de entrar no Brasil.

> Ali, elas ficam num limbo, pois não têm uma definição para onde ir. Não podem ser devolvidas por serem solicitantes de refúgio e não é permitido seu embarque para outro país porque sua entrada costuma ser negada. A situação é muito tensa e as

> pessoas passam semanas e até meses nessa sala do aeroporto dentro do terminal de embarque.

Depois, Duque trabalhou na Secretaria de Direitos Humanos por um ano com pessoas em situação de rua. Quando surgiu uma vaga na coordenação se candidatou. Ele é mestrando em políticas públicas pela USP Leste, pois considera que a gestão pública auxilia a refletir sobre respostas na Administração Pública.

Eu segui nossa entrevista perguntando a respeito dos trabalhos e a forma como são desenvolvidos pela CPMigTD e qual o papel desempenhado pela população migrante junto a esse órgão. Duque começou explicando que a cidade de SP tem estabelecido em lei e decreto os objetivos que devem ser observados nas ações do município, além da definição de quais são prioritários. Ademais, esclareceu que há o Plano Municipal que regulamenta as políticas públicas para os próximos quatro anos. “Todos esses processos foram participativos. Não foram ideias de gabinete.”, pontuou. Segundo ele, foi justamente o reconhecimento da luta da população migrante, reivindicando a existência de espaços e organismos para proporem políticas, que pautou a política trabalhada na SMDHC.

> É fundamental que haja políticas aderentes e o reconhecimento das pessoas por essas políticas. Mas, a participação também é um grande desafio, porque não são todas as pessoas que conseguem participar devido a dificuldades de acesso, reuniões que acontecem em horário comercial, deslocamento difícil na cidade de SP. Mas, essa política vem sendo construída com a participação de lideranças migrantes para ter esse olhar garantido em todo o processo.

Outro espaço citado por Duque para reforçar suas afirmações sobre a relevância da participação de migrantes na Secretaria é o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI). Esse órgão foi instituído por Lei Municipal em 2016. Ele é responsável por participar das etapas de formulação e acompanhamento da Política Municipal para a População Imigrante. A sua composição é proporcional entre representantes do poder público e membros da sociedade civil que são eleitos em três categorias: 1) coletivos, associações e organizações de imigrantes; 2) coletivos, associações e organizações de apoio a imigrantes e 3) pessoas físicas imigrantes (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2021b). Ou seja, a CPMigTD realiza ações e projetos para a população migrante dentro dos parâmetros dessa Política Municipal que é monitorada e avaliada pelo CMI. “O CMI é um espaço muito importante nesse contexto das políticas públicas. São Paulo é a única cidade que conta com um espaço de participação social permanente.”

A paridade da equipe na coordenação dessa política para imigrantes, de acordo com Duque, garante que as decisões sejam tomadas mediante uma construção coletiva. Outro exemplo que citou foi o CRAI, ressaltando que mais da metade do quadro é composto por migrantes e que todos os técnicos em atendimento a essa população também são migrantes.

Observo que tanto o coordenador do CPMigTD quanto os consultores de projetos do CDHIC apontam os mesmos exemplos para demonstrar que esses órgãos conhecem a importância da participação ativa de migrantes nos processos direcionados a eles. Entretanto, me chama a atenção que essa paridade nas equipes passou a acontecer a partir de 2018, ou seja, após a regulamentação da nova Lei de Migração. Outro ponto a ser considerado são os olhares diferentes para uma mesma questão. Karasi, que é uma migrante ativista e participante do CMI, apresenta um entendimento que indica irregularidades e irresponsabilidade desse órgão perante a comunidade migrante. Ainda assim, ela se esforça para continuar fazendo eco nessas arenas pública e política.

Na conversa, tratamos também sobre ações para o empreendedorismo e o cenário pandêmico. De acordo com o coordenador, para o enfrentamento do que considerou um panorama caótico pós pandemia, com a aceleração do desemprego e a fragilização da economia, a CPMigTD trabalha na promoção do acesso e da igualdade da população migrante ao mercado formal de trabalho ou para a realização do empreendedorismo. “Para isso, é preciso que os imigrantes tenham acesso às informações sobre como conseguir abrir uma MEI, se regularizar e promover seu negócio e que possam acessar oficinas do Sebrae ou de outros institutos de formação.” O trabalho, disse, acontece advogando pela inclusão e remoção de barreiras. E mencionou um exemplo: “A partir de um diálogo da Coordenação com o Ministério da Economia conseguimos ajustar o processo para abertura de MEI. O formulário desse processo não tinha espaço suficiente para a pessoa escrever o número inteiro do protocolo de solicitação de refúgio.” Outra ação tomada foi a produção de um manual explicativo em vários idiomas sobre como se tornar um microempreendedor individual.

Porém, o contexto pandêmico afetou o trabalho do CPMigTD. A mesma tecnologia que viabilizou a continuidade de alguns processos, não foi capaz de diminuir as desigualdades nas populações migrantes. Pelo contrário, ela as escancarou e as intensificou.

> Muitas pessoas não têm acesso à internet e isso traz efeitos em todas as frentes. Na educação, o ensino à distância se mostrou insuficiente. Os cursos de português não conseguiram se manter nesse período. As soluções virtuais, lançadas como projetos pilotos pelas organizações não tiveram sucesso. Tentamos ampliar as formas de atendimento remoto, mas houve problemas de conexão. Até o atendimento por *whatsapp* trouxe outro empecilho. O tempo nesse aplicativo é outro. As pessoas

> mandam mensagens enquanto estão trabalhando. Então, o atendimento se prolonga no tempo. E não dá para saber sempre se o atendimento trouxe o efeito necessário, porque a pessoa para de responder. Isso tornou o trabalho por *whatsapp* inviável e desgastante para os atendentes.

Ainda assim, Duque esclareceu que os centros de atendimento não foram completamente fechados. O CRAI continuou fazendo os atendimentos. O CPMigTD também, mas prefere usar o e-mail ou telefone, disse. "Mas, as pessoas preferem e sentem que estão sendo atendidas se o serviço ocorrer presencialmente. Foi o mesmo com a candidatura de pessoas às eleições do CMI. Elas preferiram fazer presencialmente por falta de familiaridade com as ferramentas tecnológicas."

Abordamos também sobre o relatório do Programa de Metas 2017 – 2020 da cidade de SP[28] que apresenta entre os seus objetivos estratégicos o combate ao comércio ilegal nas ruas. O relatório aponta que esse objetivo foi 100% alcançado. Por isso, procurei compreender como ocorre essa ação, principalmente com relação aos migrantes. Muitos estão inseridos irregularmente no comércio de SP e são parte da população de camelôs, como tenho acompanhado em debates e fóruns. Questionei também se essa ação da prefeitura perante o comércio de rua se refletiu no aumento do cadastramento no sistema "Tô Legal". Duque me explicou que esse sistema veio para substituir os Termos de Permissão de Uso (TPUs) de PJs em vias públicas municipais. Tratou-se de uma tentativa de informatizar esse programa para que as solicitações de autorizações passassem a acontecer de forma *online*. Ele também confirmou que houve uma série de repressões ao comércio ambulante e que o CPMigTd foi procurado para atuar conjuntamente nesse processo.

> No Largo da Concórdia houve uma ação prévia para oferecer atendimento para essa população migrante camelô, como regularização migratória e acesso aos programas e benefícios sociais da prefeitura. Nós não queríamos trabalhar somente com o viés da repressão. Uma questão levantada pelos trabalhadores é que as vagas disponibilizadas não estão em lugares que são disputados para o trabalho. Nas áreas de concentração histórica não havia vagas suficientes para acomodar todas as pessoas que trabalhavam lá. As áreas oferecidas estão em lugares de pouca movimentação. As pessoas querem trabalhar no Largo da Concórdia ou na Vinte e Cinco de Março.

Apesar de ter experiência trabalhando com populações em situação de vulnerabilidade, o coordenador não apresentou problemáticas que, normalmente, são parte das intrínsecas relações entre o trabalho desenvolvido pelo CPMigTD e as comunidades migrantes. Me parecia que ele estava mais preocupado com o discurso que "deveria" fazer. Por um lado,

[28] Esse relatório é elaborado pela Prefeitura Municipal de São Paulo e apresenta os resultados dos compromissos assumidos no Programa de Metas da cidade.

compreendo que a gravação da entrevista pode ter impactado a conversa. Além disso, estávamos conversando sobre o trabalho que é executado sob a sua coordenação. Por outro lado, a despeito disso, as falas dos consultores de projetos da CDHIC foram mais reais, com algumas observações pertinentes sobre o desempenho de seus próprios trabalhos.

Outro ponto que me chamou a atenção é que as ações dessa Coordenação me pareceram mais pautadas pela reação. Elas são pontuais e poucos projetos possuem continuidade, como o CRAI, por exemplo. Também são poucos os objetivos preventivos nas práticas da Coordenação. Ademais, noto nessa atuação uma ausência do olhar do migrante. Eles exibem seus pontos de vista e vivências em congressos, fóruns, grupos de apoio, em redes sociais e nas mídias jornalísticas. Então, fiquei me perguntando quais os limites de tempo, de espaço e de ação são impostos aos migrantes que atuam na CPMigTD. Será que eles têm autorização e liberdade para questionar os trabalhos, apresentar uma outra perspectiva e propor novos projetos?

6.1.4 ONG Centro Integrado de Sustentabilidade do Brasil (CISDB)

Em janeiro de 2021, fiz uma postagem no *LinkedIn* que abordou sobre o tema de minha pesquisa. Luis, presidente da CISDB, como consta em seu perfil nessa rede, foi uma das pessoas que se manifestou. Em sua mensagem, me explicava que a sua ONG possui trabalhos que envolvem o treinamento de migrantes para o empreendedorismo. A partir disso, agendamos nossa conversa.

No site da organização consta que sua fundação foi em 1997 com o objetivo de auxiliar as populações nas áreas cultural, social e profissional. Não há uma explicação sobre como se daria esse auxílio. Mas, ao visualizar o campo “cursos” é possível compreender que, na prática, são oferecidos cursos profissionalizantes para trabalhar em salões de beleza, treinamento para iniciar o primeiro negócio, e há a venda de produtos de beleza. Durante nossa conversa, observei que a data da fundação do CISDB é referente a outros trabalhos e negócios que Luis teve. A ONG em si tem entre um e dois anos de formação.

No início da entrevista, Luis me apresentou o espaço da ONG. Havia uma loja de cabelo, onde são feitas próteses capilares, uma área para design de sobrancelha, uma secretaria, um lugar onde ele mesmo desenvolve produtos de hidratação de cabelo para venda, duas salas montadas com carteiras e lousas para os cursos de bombeiros e de língua inglesa e portuguesa e um salão de cabeleireiro. Todos os espaços são separados por divisórias, como nos comércios populares de rua de SP. Ele explicou que alugou o espaço próximo da rua

Vinte e Cinco de Março. Ainda faltam alguns documentos, como a vistoria da prefeitura e a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para obter o título de ONG.

Quando perguntei sobre como a ONG começou e o motivo de sua criação, Luís esclareceu que partiu de sua experiência como empreendedor.

> Nós trabalhamos com importação e já passamos uns bons bocados na vida. A gente tem a experiência de fazer esse pessoal crescer também. Temos um projeto que se chama Projeto Embrião. A ideia é ter um aluno embrionário, formá-lo e fazer com que se torne um empresário, ao invés de colocá-lo no mercado de trabalho como funcionário. A ONG cuida de pessoas que querem empreender.

Luis atuou no setor gráfico por 30 anos. Ele montou uma empresa de importação de maquinário gráfico vindo da China e trabalhou nesse mercado entre os anos de 1997 e 2003. Depois disso, abriu seis lojas no centro de SP. Uma delas vendia artigos de cama, mesa e banho e teve um migrante chinês como sócio. As lojas juntas lhe rendiam um valor diário de R$ 30 mil, me contou. A política, com as mudanças de governos, de acordo com Luis, foi a responsável por afetar seus negócios, diminuindo suas rendas. Precisou fechar as lojas e perdeu os pontos que havia comprado. Também havia aberto três boxes na feira da madrugada, mas suas mercadorias foram apreendidas e a feira foi fechada.

Foi a partir de sua experiência com essa feira e com suas lojas que Luis vislumbrou a oportunidade de montar a ONG. A estrutura elaborada com vários boxes possibilita haver aulas de disciplinas variadas e um espaço para um laboratório. Com a ONG, me explicou que, além de ajudar as pessoas, poderá fazer a importação de mercadorias. Para a definição do nome do estabelecimento, Luis explicou que Centro é o lugar onde as pessoas se reúnem, e Sustentabilidade está relacionada com o ato de sustentar a família e trabalhar com tecnologia para reduzir o uso de recursos naturais ou usar aqueles que são renováveis. E que essas são as premissas desse espaço, o de proporcionar empregabilidade e dar suporte àqueles que desejarem ter seu próprio negócio.

> Para virem para o Brasil, os refugiados e imigrantes enfrentam alguns problemas. Eles precisam pagar propina para os consulados para poderem pegar o visto. Também vejo muitos deles trabalhando com pirataria, correndo da polícia. Eles também têm dificuldade para falar nossa língua. Então, por que não ter um espaço para dar aulas também de português e de inglês? Também podemos ensinar a ter seus próprios negócios.

Outro projeto que espera desenvolver é a criação de uma escola técnica com laboratórios para os alunos exercerem atividades práticas. Atualmente, no espaço alugado

para a CISDB, são vendidos produtos e serviços para o setor de cosméticos. Também são ministrados cursos de vigilante, bombeiro civil, brigadista, voluntário e bombeiro mirim. O CISDB fica com metade do valor pago pelos alunos.

> Por enquanto não consigo fazer o negócio de graça porque não recebo nenhum recurso do governo. Mas, não cobro como uma escola normal. Meu preço é bem menor e quero fazer uma grade de cursos com preço acessível para todo mundo. A partir do próximo mês vou atrás dos refugiados para saber quais deles tem interesse. Não quero só dar aula. Quero pegar o recurso do governo e investir na pessoa e fazer ela crescer profissionalmente. Esse é o objetivo.

Luis continuou me contando que foram as necessidades pelas quais passou que moldaram seu estilo empreendedor e o olhar aguçado para onde estão as oportunidades. Ele é um homem negro de 50 anos. Filho adotivo de uma mãe alcoólatra que teve dois outros filhos. O pai foi embora de casa. Sua infância, me confidenciou, foi muito difícil. Saiu da escola com dez anos e foi para as ruas catar papelão. Trabalhou também em uma oficina de costura e em empresa de equipamentos, para poder sustentar os irmãos. Quando passou a importar maquinário gráfico por meio de sua empresa, viajou para vários países, como Alemanha, França e Irã. Me contou que na França sentiu o racismo quando foi proibido de entrar em um *pub* sob a alegação de que era um espaço destinado somente aos franceses. Aprendeu inglês sozinho e disse que a língua nunca foi um empecilho para fazer as negociações.

Ele também apresentou alguns pontos de vista controversos e discriminatórios sobre as populações migrantes de africanos e haitianos em SP, procurando me alertar sobre eles.

> Os refugiados recebem R$ 1.800,00 de ajuda do governo. Esse pessoal é todo de país pobre e é por isso que a gente não os enxerga. A gente se acha mais do que eles. Mas, os chineses não. Eles se acham superiores e só respeitam os árabes. Eles são desrespeitosos com os brasileiros que trabalham com eles. Eu sei disso porque já trabalhei com eles e já recebi um por um tempo na minha casa. Para eles, o Brasil é só o Brás e a Praça da Sé. Já os imigrantes negros não têm qualificação e são preconceituosos e mentirosos. Teve um angolano que me fez uma proposta de usar a ONG para trazer mercadorias da África. Ele não quer ter que pagar os impostos. Eles também precisam conhecer nossa cultura.
>
> Eu posso te apresentar alguns deles para você conversar. Mas, precisa ficar alerta. Tem uma moça aqui que é da Guiné-Bissau. Ela faz unhas aqui na ONG. O valor combinado é de 50% para o profissional e 50% para a ONG. Mas, ela não acerta a parte dela. Eles também querem fazer importação com a minha ajuda, mas não dizem quais são os produtos. Os nigerianos são os piores! Eles sempre fazem coisas erradas.

Lembrei de algumas colocações que Karasi fez sobre a existência de algumas ONGs estar atrelada ao contexto econômico brasileiro. No decorrer de nossa conversa, percebo que

com o aumento da circulação de migrantes na região central de SP, Luis enxergou uma oportunidade de fazer novos negócios. A CISDB não tem ações orientadas às adversidades enfrentadas pelas populações migrantes. Não há projetos, mas cursos profissionalizantes. O próprio fundador não está inserido no contexto das migrações e esclarece que seu interesse é financeiro. Chamar a CISDB de ONG é apenas uma denominação utilizada na razão social ou no nome fantasia da empresa. Necessariamente, uma ONG precisa ter uma finalidade social e atender necessidades sociais.

6.1.5 Fórum Internacional Fontié ki Kwaze – Fronteiras Cruzadas

Este Fórum foi criado em 2017 na USP e é oriundo de um projeto de extensão que reuniu um grupo de alunos e pesquisadores da PUC-SP e outro da ECA-USP. O Fórum Internacional Fronteiras Cruzadas é um espaço aberto e diverso para debater a produção de conhecimento científico e ações transversais com migrantes. O projeto tem apoio de docentes, pesquisadores e estudantes nacionais e internacionais ligados ao Fórum, além de parcerias externas com instituições e associações de migrantes da comunidade universitária e de diversos países, como a USIH, Casa de Assis, Coletivo Si, Yo Puedo, Coletivo de Base Warmis, Kasinha Bay4s Cultural, ONG África do Coração, Associação da Comunidade da Guiné Bissau, Cooperativa de Empreendedores Bolivianos Imigrantes en Vestuário y Confecção (COEBIVECO), Sindicato Municipal dos Empregados Domésticos de São Paulo e Comunidade Congolês no Brasil (CCB). Inicialmente, essa iniciativa acadêmica contou também com o suporte do Programa de Apoio a Eventos no País da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PAEP-CAPES). Depois, esse projeto de extensão passou a propor iniciativas realizadas pela UNICAMP em conjunto com as associações e coletivos de migrantes.

As ações são voltadas a atividades de formação, sarau, produção de vídeos e de uma cartografia digital da rede sociotécnica de apoio aos direitos de migrantes em Campinas e São Paulo. O projeto "Formação de Rede Sociotécnica com Imigrantes e Refugiados" possui quatro eixos de atuação: 1) Informação e Direitos: onde são feitas pesquisas para a produção de uma cartografia de redes de apoio em serviços públicos para atendimento às populações migrantes em Campinas e São Paulo; 2) Tecnologias e Novas Mídias: formação de grupo de *whatsapp* para conexões entre a comunidade da UNICAMP, da USP e representantes de associações de migrantes para ampliar a visibilidade das pautas migratórias; 3) Arte, Cultura e Performance: são realizados saraus multiculturais organizados por estudantes e colaboradores

do Fórum, centros de acolhida e artistas migrantes e; 4) Trabalho Imigrante e Organização Coletiva: são feitas visitas às associações de migrantes para levantamento de demandas dessa população.

Karina é advogada especializada em migrações e refúgio e pesquisadora da UNICAMP. Ela faz parte da coordenação e organização do Fórum Fronteiras Cruzadas. Karina optou por responder minhas perguntas por escrito. Dessa forma, ela me explicou que conseguiria um tempo para se dedicar a minha solicitação.

A sua atuação em direitos humanos foi influenciada por sua formação em Direito pela PUC-SP. A universidade tem sua história marcada por lutas sociais e direitos humanos. Em 2014, estava coordenando projetos em uma organização internacional em defesa da liberdade de expressão e informação em um escritório no centro de São Paulo. Nessa época, passou a se interessar por trabalhar com migrantes.

> Nessa região, era notável a efervescência cultural pelos novos fluxos migratórios de africanos, haitianos, chineses, coreanos...Fui me interessando em estudar esse contexto global das migrações. Era uma época que a imprensa brasileira e internacional estava sempre pautando as migrações desde uma perspectiva pejorativa como se os imigrantes fossem responsáveis pela crise, enquanto pouco se falava de fato sobre as causas da migração, o que continua acontecendo na mídia.

Ela, então, decidiu usar seus conhecimentos no campo do direito para formar o projeto "Todo Migrante Tem Direito à Informação". Ele foi aprovado pelo edital da Prefeitura de São Paulo, em duas edições, transformando-se no blog Somos Migrantes. A partir desse ponto, Karina passou a participar ativamente em coletivos e ações pelas causas migratórias. "Foi uma experiência incrível, me envolvi de cabeça, passei a frequentar espaços culturais e de debates, como o Al Janiah[29] que estava começando na época e a USIH. Além de que era o momento de discussão do que veio a se tornar a nova Lei de Migração."

Karina conseguiu uma bolsa de estudos para o mestrado em Ciências Sociais na PUC-SP com o projeto sobre a migração forçada no capitalismo contemporâneo e fez um curso de especialização em Migração e Refúgio na perspectiva dos direitos humanos na Universidad de Lanús, na Argentina. Nesse momento, ela e outros estudantes reuniram um grupo da PUC-SP e outra da ECA-USP e organizaram um projeto de extensão que se tornou o Fórum Internacional Fontié ki Kwaze – Fronteiras Cruzadas. Ela me conta que esse espaço tem forte influência dos fundadores da USIH e tem apoio da CAPES e da ECA-USP, possibilitando chegar a sua terceira edição em 2020-2021. "Esse espaço tem mobilizado debates e apoiado

[29] O Al Janiah é "um espaço político e cultural, com um bar e restaurante de culinária árabe no bairro do Bixiga (São Paulo)" (AL JANIAH, 2022).

ações jurídico-políticas importantes, como a campanha contra a expulsão de Amahle, além de auxiliar redes de apoio antirracistas, como a #CampanhaSomosJoãoManuel e #regularizaçãojá", escreveu.

Questiono sobre o olhar do Fórum a respeito da participação do migrante na economia e na sociedade dos países de destino. Abordo sobre a ação empreendedora do migrante e, também, a prerrogativa de que ao empreender ele colabora financeiramente com seu país natal. Ela me explica que essa questão é complexa e remete a outra: "o que representa o trabalho imigrante no mundo desde o início do capitalismo e em particular no século XXI?" Sua resposta aponta para a precarização estrutural do trabalho em escala global, superexploração e sobrevivência como fatores que impulsionam o empreendedorismo étnico.

> Essa estrutura é marcada por uma divisão sociossexual racial e étnica do trabalho, em que o trabalho imigrante, em análise multiescalar, representa a ponta do iceberg. Ou seja, a lógica desigual e violenta do capital, que por um lado expulsa populações – forçadas a migrar – e por outro precariza esse trabalho migrante, na maior parte das vezes desvalorizado pelos "países receptores". Trata-se de uma tática antiga de dividir a classe trabalhadora por mecanismos diversos, mas que vem ganhando contornos mais sofisticados. O espírito empreendedor dos imigrantes é muito mais um reflexo de um beco sem saída diante do desemprego estrutural e das crises do capital. Me pergunto se esse espírito empreendedor na verdade não se trata de busca por sobrevivência, marcado por novas formas de superexploração na cadeia produtiva, como acontece com imigrantes pequenos empreendedores que tem aliciado outros imigrantes em condições análogas à escravidão para a indústria da costura, por exemplo. Ou seja, a questão vai muito além do sonho empreendedor, o sonho do liberalismo e neoliberalismo, e passa necessariamente por uma crítica às raízes do desenvolvimento violento do capital que cria uma massa de trabalhadores e trabalhadoras sem direitos e sem emprego.

A questão central para Karina é se é possível que esse empreendedorismo possa se desenvolver coletivamente conforme as condições impostas pelo capital e diante de discriminações. Ela continua: "conheço imigrantes 'empreendedores' que ganham 10 reais nos projetos para cozinhar por mais de 5 horas, e não são exemplos isolados, principalmente quando estamos falando de imigrantes negros."

A frase de Karasi "o Brasil recebe, mas não acolhe" é citada por Karina para analisar a exclusão social implicada por interseccionalidades de raça, gênero, sexualidade e classe. Ela explica que o papel de acolhimento é feito por movimentos sociais, ONGs, algumas igrejas. Mas, nem sempre há dentro dessas mesmas mobilizações a sensibilidade de compreender a condição ainda mais precarizada de determinados grupos sociais de migrantes, principalmente quanto aos grupos negros e racializados. Esses coletivos enfrentam, dentre outras situações, o que ela chamou de "política de indocumentação" e a descoberta do racismo ao chegarem ao Brasil. Além dessas facetas, ela faz uma alusão à política migratória brasileira: "apesar das

conquistas de direitos humanos nessa lei (Lei de Migração), o objetivo é seguir com a lógica seletiva conforme os interesses de mercado, como demonstram as inúmeras portarias e regulamentações posteriores a essa lei, em particular no contexto da pandemia."

Ela escreveu que tem visto poucos casos de sucesso de empreendedores étnicos pertencentes a nova diáspora negra em SP. Há uma tendência crescente de migração de retorno ou a busca de alternativas em outros países. "Para a maioria de imigrantes que entraram nos últimos anos, o Brasil não é um país de destino, era para ser um país de passagem, mas com fronteiras cada vez mais fechadas nos países do Norte Global, acaba se tornando uma alternativa", pontuou.

Karina segue explicando que o trabalho informal depende diretamente da conjuntura econômica e não garante direitos. Por isso, são trabalhos mais voláteis e esbarram no racismo estrutural.

> Vemos imigrantes com alta qualificação, como advogados e engenheiros, tendo que se desdobrar para desenvolver projetos como empreendedores individuais, sem nenhuma garantia futura, tudo muito imediato. Por isso, acho problemáticas algumas iniciativas que apontam ideias do tipo 'é refugiado? Seja empreendedor!' como solução.

Com relação aos centros de apoio ao migrante, esclareço que os migrantes que entrevistei acusam as instituições de agirem unilateralmente e que tudo o que desejam é o acesso a seus direitos. Karina expõe que há muitas complexidades nesse campo dos movimentos e organizações pró-imigrantes, mas que os migrantes estão progressivamente exercendo sua participação nessas arenas.

> Historicamente temos a figura da igreja católica com essa perspectiva assistencialista. Por outro lado, temos o boom das organizações do terceiro setor que atuam em defesa das pessoas imigrantes pelo mundo, financiadas pelo próprio Estado ou por agências internacionais. Eles costumam atuar de forma unilateral, de cima para baixo, e isso é uma discussão política sobre a forma como a sociedade se organiza. Na França, por exemplo, existe o movimento San Papiers, nos Estados Unidos as greves dos imigrantes, e na pandemia a retomada da campanha #regularizaçãojá que mostram um protagonismo crescente de imigrantes, o que talvez seja um novo momento como vimos no início do século XX.

O Fórum Fronteiras Cruzadas tem somente o apoio institucional por meio do edital PAEP da CAPES. O projeto foi aprovado por três anos. Porém, Karina não sabe se haverá verba novamente, pois não houve nova publicação desse edital. A iniciativa, entretanto, foi aprovada na UNICAMP, e ela espera que haja vários desdobramentos junto às comunidades migrantes com quem trabalham. "Na medida do possível, vamos buscando driblar as

limitações estruturais, e certamente o *whatsapp* é uma ferramenta preciosa. Apostamos nos trabalhos colaborativos a partir da universidade para fora e vice-versa.” Eles atuam também nas redes sociais *Instagram*, *Facebook*, *Twitter*, possuem um canal no *You Tube* e tem um e-mail para divulgação das atividades e projetos.

6.1.6 Deslocamento Criativo

A meta do programa é ser a “principal fonte de referência para quem quer conhecer e contratar os trabalhos na área da Economia Criativa, desenvolvidos por pessoas em situação de refúgio, que atualmente vivem em São Paulo, bem como favorecer a formulação de políticas públicas dirigidas a esse público” (DESLOCAMENTO CRIATIVO, 2022). Esse projeto iniciou com uma pesquisa com migrantes em SP. A idealizadora Maria Nilda montou uma equipe de pesquisadores para entrevistar os migrantes. Ainda assim, ela explicou que esse processo foi complicado, pois eles estão em constante movimento e algumas situações mudam também. Com esse mapeamento das atividades de refugiados em SP nas áreas da gastronomia, música, moda, artesanato, artes plásticas e visuais, cinema e design, cultura digital e cursos de idiomas ministrados por migrantes, ela procurou dar visibilidade à produção dessa população e favorecer a contratação de seus serviços.

Maria Nilda falou a partir de uma perspectiva de quem é jornalista, pesquisadora e gestora de projetos socioculturais. Ela trabalha com as pautas migratórias há mais de vinte anos.

> Tudo começou na Amazônia, quando estava fazendo uma consultoria de comunicação. Eu levei a Folha de SP para fazer uma reportagem e a fotógrafa tinha uma ONG que lidava com jovens no Jardim Ângela que, na época, era um bairro muito violento. Então, da Amazônia segui para o Jardim Ângela. Participando dessa ONG conheci o Prof. Paulo Farah que fundou a Bibli-ASPA.

Suas primeiras atuações com as questões migratórias foram na ONG Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul, Países Árabes, África (Bibli-ASPA), onde ela foi cofundadora junto com um professor da FFLCH-USP. A fundação dessa instituição aconteceu antes do que Maria Nilda chamou de “o grande boom do refúgio” que aconteceu com a guerra da Síria. Em 2011, quando houve a deflagração dessa guerra, eles já trabalhavam com as questões das migrações árabe, africana e sul-americana, mapeando/identificando esses povos em SP, levantando questões culturais e situações relevantes que fazem parte do processo de migração.

Com relação ao refúgio, o que mais chamou sua atenção foi a gravidade e a urgência que essa forma de deslocamento humano traz. “O ritmo na ONG era outro, uma vez que as pessoas migrantes que aportavam por aqui, até então, não vinham por motivos de risco de vida. O refúgio trouxe urgência para tudo, para comer, para morar!”. E, foi por causa da realização desse trabalho que, até hoje, Maria Nilda tem um forte relacionamento com a comunidade árabe. Ela permaneceu por 14 anos nessa organização.

O projeto principal dessa ONG era o curso de português para migrantes, contou. Entretanto, os refugiados que faziam o curso apresentavam também outras demandas relacionadas as problemáticas migratórias. A sua aflição tornava-se maior ao não conseguir aprofundar o trabalho em questões-chave junto aos refugiados em SP. “Muitos leques eram abertos, como grupos de terapia, empregabilidade, de saúde e vários outros.”

> Muitos refugiados não tinham um lugar para morar, ou ficavam em uma casa de abrigo. Isso limitava suas liberdades. A maioria era jovem. Esses se deslocam primeiro. Os mais velhos se deslocam em menor proporção, pela dificuldade em abandonar o lugar de origem. Eu me sentia agoniada por presenciar essa situação de muitos jovens migrantes sem moradia e sem trabalho.

Paralelamente ao trabalho voluntário na Bibli-ASPA, Maria Nilda atuava como jornalista e consultora de comunicação. Essa profissão a ajudou a transitar por diversas empresas e a pensar formas de inserir os migrantes nesse contexto. Foram esses cenários que a mobilizaram a criar o Deslocamento Criativo.

Comentei sobre a dificuldade para acessar os migrantes africanos e caribenhos em SP e questionei se ela encontrou essa mesma situação para realizar sua pesquisa. Ao que ela me disse rindo que “esse é um tema contemporâneo e que muita gente quer entender. Mas, os migrantes já estão exaustos de pesquisa.” Muitos dos que foram entrevistados para o seu trabalho eram seus conhecidos, o que facilitou esse processo. Ademais, continuou

> Devemos pensar sobre o que estamos trabalhando que é sobre o preconceito sobre o migrante ser considerado um peso para a cidade. Alguns brasileiros dizem ‘lá vem esses migrantes ocupar os empregos’. Na verdade, é justamente o contrário. Mas, para as políticas públicas é importante trazer dados quantitativos. Até hoje não há dados muito claros sobre essa movimentação de pessoas. Mas, são os estudos qualitativos que trazem a riqueza do fenômeno.

Então, contei sobre o alerta de Karasi sobre minha ideia de divulgar nas minhas redes sociais pequenos trechos das histórias de migrantes com quem conversei. Claro que de acordo com a autorização de todos. O meu propósito seria o de divulgar sobre a pesquisa e, com isso, facilitar meu contato com eles. Eu apresentei o material que havia elaborado a cada um,

solicitando autorização. Karasi foi a única que não concordou com essa divulgação. Ela foi enfática e explicou que isso poderia colocá-los em uma situação mais delicada, principalmente para os que se encontram em situação de refúgio. Eu deveria observar que, segundo Karasi, a fuga da perseguição política de seus países os mantinha em constante vigilância. Então, Maria Nilda me falou que o governo da RDC colocou "olheiros" no Brasil para saber o que os migrantes democrata-congoleses falavam do país e para observar qualquer comportamento que pudessem ter e que fosse considerado desrespeitoso à imagem do Congo. "Isso foi feito pessoalmente, ameaçando os imigrantes e dizendo para eles que isso prejudicaria as famílias que ficaram no país. Na época, os migrante congoleses ficaram muito assustados." Ela acredita que essa perseguição em território brasileiro ainda acontece, mas de maneira menos ostensiva.

Durante nossa conversa, continuei trazendo minhas observações de outras entrevistas e estudos e procurando conhecer e compreender a visão que Nilda me apresentava sobre cada temática. Na véspera de nossa entrevista, ela me passou por *whatsapp* o link do filme chamado Tempos de Paz. O drama, que se passa no Rio de Janeiro em 1945, conta a história de um chefe de seção de imigração responsável por decidir sobre quem entra no Brasil. As suas escolhas são pautadas em análises sobre de que maneira o migrante poderá ser útil ao país.

> O Pe. Paolo Parise vê muito isso. A população negra é a mais desprezada. Os imigrantes de outros países e que não são negros, acabam se encaixando de uma forma ou de outra, mas os negros, em geral, ficam lá. São os negros que ficam parados na frente da igreja, que estão nos cortiços do Centro. Essa questão migratória não pode ficar limitada ao contexto econômico.

Maria Nilda também confirmou que quase todos os migrantes negros que empreendem o fazem pela falta de acesso ao mercado formal de trabalho ou pelas dificuldades que possuem para se manter nele. "Eles empreendem por necessidade. Não foi uma escolha." Eu citei os nomes de alguns com quem conversei e Nilda os conhece a todos. Percebo que esses migrantes, os pesquisadores, as ONGs, a Prefeitura de SP são agentes de uma mesma rede, fazem parte das mesmas conexões, onde todos estão imbricados.

Maria Nilda me contou um pouco sobre as histórias, culturas e convivências familiares de migrantes. Também abordou sobre as mulheres migrantes e sugeriu que eu aprofundasse a pesquisa sobre elas, pois passam por dificuldades maiores, me afirmou.

> Nassor veio para o Brasil por um motivo. O Senegal, embora não tenha guerra, no interior tem muita pobreza. Uma boa parte dos senegaleses, vem pensando em mandar alguma coisa para casa. A grande maioria deles vem com esse intuito. Seja para qualquer lugar do mundo que forem. Eles também têm uma ligação com a mãe muito forte. Ele também veio com o objetivo de melhorar de vida. Foi numa situação mais confortável, porque não estava fugindo de guerra.
>
> A cultura africana é mais dura com as mulheres do que a árabe. São as mulheres que enfrentam as situações que surgem. Elas empreendem, colocam dinheiro em casa e os homens se aproveitam disso. Ficam mamando e reclamando. A tradição africana, quando chegam no Brasil, é quebrada, porque a mulher tem mais jogo de cintura para empreender, para ir para a rua, sem vergonha do trabalho. Ela assume a posição de geradora de provimentos para a casa. É ela quem sai, quem ganha destaque. Isso gera um conflito pesado com os homens em casa. E são eles que administram o dinheiro. A mulher trabalha, toma a iniciativa, enfrenta, e o homem se sente no direito de administrar o dinheiro. Mas, elas não suportam a ideia de separação. Embora, essas mulheres estejam no Brasil, elas estão conectadas com suas famílias nos seus países. Então, os compromissos assumidos em seus países, continuam nos países de destino.

Na população de migrantes haitianos foi onde encontrei maior dificuldade para me aproximar. Um dos motivos para isso, de acordo com Nilda, é referente ao acesso à tecnologia, situação que piorou com a pandemia. Na zona leste de SP há uma população grande de migrantes, formada principalmente por haitianos, me disse.

> Essas pessoas possuem dificuldade de acesso à internet, porque não conseguem pagar por esse serviço. Por causa disso, procuram usar a internet da Prefeitura. Eles também frequentam o Centro de Referência do Migrante para usar o sinal de internet. Em ambos os casos, a pandemia tem dificultado o acesso. Quem já tinha alguma dificuldade, está se vendo numa situação ainda pior. As estatísticas atuais têm apontado o aumento da fome e essas pessoas estão nesses grupos. O haitiano e outros migrantes não vão usar o tempo que possuem de internet, quando possuem, para fazer entrevista. Por esse motivo, eles acabam ficando de fora de várias pesquisas. Para conseguir falar com eles, você tem que procurar as UBSs e o Conselho Tutelar.

Então, me lembrei da reclamação que Karasi fez quando conversamos. Ela me disse que, com certeza, o seu pacote de internet tinha se esgotado com a nossa entrevista.

Ao falarmos sobre o racismo enfrentado por migrantes negros, Maria Nilda me apontou que ele surge, inclusive, com relação ao consumo da comida africana. “Em feiras de comida, enquanto as árabes são todas vendidas, as africanas, com sorte, vendem um pouco mais do que a metade. Isso acontece porque existem preconceitos com a comida africana.” E, comentou sobre o programa de entretenimento Mais Você, da TV Globo. Em um dos episódios, a apresentadora (uma mulher branca) e o repórter (um homem negro) ridicularizaram uma comida tradicional africana preparada pelo Chef Sam do *Mamma La Bounne* Restaurante. “As pessoas discriminam a comida africana com relação aos

ingredientes usados e ao preparo, se foi feita com higiene. Quando você não gosta da comida, é uma rejeição também com relação à pessoa!"

Por isso, Maria Nilda está coordenando com Karasi o projeto *Wema* que, por meio das culinárias africanas e suas histórias, procura demover o preconceito sofrido por essa população. No entanto, elas não têm capital de giro e estão em busca de patrocinadores. Para viabilizar essa iniciativa, precisam de R$ 5.000,00, mas os pagamentos são feitos com cartão de crédito. A alternativa tem sido contar com o apoio de feirantes e supermercados que fazem doações de alimentos e com o uso da cozinha comunitária da Ocupação 9 de Julho.

Essa situação me fez questionar o motivo de os empreendedores dessa nova diáspora negra em SP parecerem estar mais inseridos nos ramos da alimentação e vestuário, por exemplo. E ela relacionou isso com as pessoas que fazem parte de suas redes e com a avaliação subjetiva que fazem de si mesmos.

> Os imigrantes negros têm baixa autoestima por não saberem por onde começar e nem com quem conversar. Os brancos têm redes com pessoas mais influentes. Isso ajuda a abrir mais portas. Já os negros têm menos pessoas influentes em suas redes. Na verdade, as suas redes são formadas por pessoas que estão na mesma situação vulnerável que eles. Ficam todos na mesma comunidade, sem dar um passo fora dali. Nas suas redes tem aqueles que trabalham como pedreiro, como copeiro e eles indicam essas colocações, apesar de muitos terem uma ótima formação acadêmica. O Sebrae formou uma rede de garçons formada por migrantes e refugiados negros e um haitiano fez esse curso e hoje quer se especializar em vinhos. É difícil quem faça essa ponte para que eles possam sair dessa mesmice, do caminho de sempre.

E quanto as suas redes de apoio quando chegam ao Brasil? Ela não seria também responsável para que possam emergir como empreendedores?, questionei. A resposta que me deu me remeteu à conversa que tive com Badu sobre o início de seu restaurante. Nilda me contou que essa é uma luta constante que trava com Badu: convencê-la a contratar outros imigrantes para trabalhar no seu comércio.

> Aquele que está com um pouco de segurança fica muito preso a sua situação para ela não piorar e, por isso, não consegue dar atenção aos que chegam. Quanto mais carente, mais a pessoa pensa em sua sobrevivência. Têm muitas disputas entre os imigrantes. Eles brigam muito. Quando um se destaca, ou está tendo bons ganhos financeiros, está conseguindo melhorar sua vida, tem muita briga e divergências. Isso acontece com todos os grupos de imigrantes.

Quanto ao árido contexto, apontado pelos migrantes que entrevistei, sobre as ações de ONGs voltadas à promoção do empreendedorismo étnico e seu papel de simples consumidor do plano da entidade, Maria Nilda me explicou que o problema está na percepção que os

migrantes no Brasil possuem sobre a atuação de ONGs europeias. Observo que existem controvérsias e diferentes olhares e lógicas de ação sobre esse campo.

> Eles acreditam que as ONGs, quando conseguem algo, estão faturando em nome deles, em cima deles. Mas, na realidade, as ONGs têm dificuldades para conseguir apoio financeiro para algum projeto. Por isso, quando o apoio vem, elas procuram encaixar o imigrante em determinados projetos que tem esse recurso. As ONGs procuram observar os caminhos que podem funcionar melhor e abraçar mais imigrantes. Por isso, os projetos são desenvolvidos para determinados negócios. Então, quem quiser se encaixar, vai se encaixar naquele, porque é o que eu tenho para oferecer. Eles não compreendem esse processo, então, é normal reclamarem.

A longa história de Maria Nilda trabalhando com as problemáticas migratórias molda seu olhar e suas ações junto a essas comunidades. Ela atua principalmente com aqueles que são refugiados, mais especialmente, com as mulheres, pois compreende que elas carregam um fardo maior. Quanto ao racismo, ela acredita que a sociedade brasileira discrimina brasileiros e migrantes negros e que a diferença nessa marginalização está nas tonalidades da pele. Mas, o trato com os refugiados, explica, é complexo e vai além desse preconceito.

> O problema do racismo no Brasil é histórico, no que tange a cor da pele é a mesma coisa, o que mudou é que agora temos mais negros retintos. Mas, o fato de ser refugiado carrega outras questões que causam certa repulsa/preconceito. Eu, particularmente, também não acho que seja simples lidar com refugiados. Eles carregam muitas dores e desconfianças e isso faz com que se tornem difíceis de lidar, de conviver, entende? Entretanto, isso não deve ser um limitador, é a hora que mais precisamos nos dedicar com o objetivo de minimizar tais sofrimentos.

6.1.7 Missão Paz

"A Missão Paz é uma instituição filantrópica scalabriniana de apoio e acolhimento a imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo." Para a realização desse trabalho, ela atua em cinco eixos: 1) Casa do Migrante – um abrigo que acolhe até 110 pessoas; 2) Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes – "presta serviços de assistência documental e jurídica, inserção laboral, capacitação, saúde e serviço social"; 3) Eixos Transversais – "com atuação de *Advocacy*, Projetos, *Webradio* Migrantes e de Comunicação"; 4) Igreja Nossa Senhora da Paz – "acolhe as paróquias do bairro do Glicério, a dos italianos e a dos hispano-americanos, além da comunidade filipina e haitiana"(MISSÃO PAZ, 2022).

Vários migrantes com quem conversei apontaram a Missão Paz como uma instituição importante em suas vidas, principalmente no início de suas estadias em SP. Além disso, nesse trabalho, faço uso de um artigo em que o Pe. Parise chama a atenção para a redução do

fenômeno migratório aos conteúdos funcionalistas e economicistas. Em 2020, antes da chegada da pandemia ao Brasil, eu estive na Missão Paz e assisti à palestra que apresentava a estrutura da instituição, os trabalhos desenvolvidos e pudemos conhecer a Casa do Migrante e o Centro de Estudos Migratórios, além de conversarmos com o Padre que está à frente dessa instituição.

Alguns migrantes haviam me dito que o Pe. Parise é muito acessível. Nosso primeiro contato foi por telefone e já marcamos nossa entrevista pelo Zoom. Antes, encaminhei um e-mail ao Padre explicando a minha pesquisa e indicando o link para nossa conversa.

O Padre estava em uma sala no Centro de Estudos Migratórios (CEM) que está inserido em Eixos Transversais. Por esse motivo, ele começou a me falar sobre a revista Travessias. Ela faz parte da publicação quadrimestral do CEM, sendo especializada em estudos que abordam as migrações nacionais e internacionais. Eu mesma peguei vários exemplares quando estive no espaço. Agora, todas as edições da revista estão digitalizadas, facilitando o seu acesso *online* e a submissão de artigos.

O artigo de Pe. Paolo Parise publicado na revista Diálogos Estratégicos foi o único naquela edição que trouxe um olhar diferenciado sobre a forma como os migrantes são observados pelos governos. O padre me explicou que os demógrafos e sociólogos geralmente fazem a análise da pirâmide populacional, o que é muito comum na Europa. As outras análises são sempre funcionais, comentou. “Por exemplo, ter imigrantes aqui é bom porque essa população faz o trabalho que os brasileiros não querem mais fazer, como colocar haitianos para fazer o abate de animais. Essas são aproximações interesseiras, bem funcionalistas, sem o valor do ser humano.”

Além desse aspecto da visão funcional do migrante, Pe. Parise comentou que as teorias sistêmicas de migração tentam explicar esse fenômeno somente pela perspectiva estruturalista. E citou que esse viés impossibilita compreender determinadas situações, como as implicações para a saída de seus países.

> Inclusive, normalmente, os mais pobres não conseguem sair. Consegue sair quem tem o mínimo de recurso. De maneira especial do continente africano. Quem não tem recurso, não sai. Inclusive os refugiados, não só migrantes. Os mais pobres acabam ficando, no máximo, nos países vizinhos. Não conseguem ir mais longe.

A história de Pe. Parise que o trouxe aos dias atuais a frente da Missão Paz começa, segundo ele, na Itália. Lá, ele começou seu percurso na Congregação Scalabriniana. Trata-se de um grupo de padres que atuam com migrantes e refugiados. Esse grupo nasceu em 1887 na

cidade de Piacenza com o bispo Scalabrini[30]. O Brasil e os EUA foram os primeiros lugares alcançados pela congregação para acompanhar a migração italiana. Posteriormente, foram abertas várias frentes de atuação em todo o mundo. Hoje, estão presentes em 34 países. No Brasil, estão em Manaus, Corumbá, Cuiabá, São Paulo e outros lugares. Depois de cursar filosofia, a igreja pediu aos estudantes que fizessem intercâmbio entre várias nações. Ele e um outro colega foram convidados a ir para São Paulo, enquanto alguns brasileiros foram para Roma. “Esse é um processo natural e que acontece ainda hoje”, contou. Em SP há padres vietnamitas, outros vindos da Indonésia, Colômbia, Paraguai, Congo. “Isso é feito para que aprendamos a lidar com culturas diferentes. Passar pelo processo formativo, lidando com culturas diferentes, ajuda a gente a trabalhar com esse perfil.”

Sua história é marcada por idas e vindas entre Itália e Brasil, para continuar sua formação e para conhecer e trabalhar com comunidades vulneráveis. Padre Parise, que nessa época ainda não havia sido ordenado, veio para o Brasil. Fez quatro anos de estudo na Congregação e depois voltou para a Itália, onde se ordenou Padre. No primeiro ano de sua volta ao Brasil, atuou na Baixada Santista, em favelas à beira do Porto de Santos. “Hoje, o Porto está mais moderno. Mas, na época, havia palafitas também. Isso deixava as pessoas em situação ainda mais precária e vulnerável.” Depois, novamente retornou para a Itália e fez o mestrado. Quando retornou ao Brasil, foi para o Grajaú lidar com migração interna. “O Grajaú é uma região de manancial e que foi aumentando com os fluxos migratórios internos no Brasil. Depois, começaram a chegar bolivianos para a oficina de costura.” Então, novamente retornou para a Itália e fez o doutorado. Em 2010, ao regressar para o Brasil, a Congregação propôs a ele que assumisse a Missão Paz, onde continua há 12 anos.

Ele segue contando sobre o nascimento da Missão Paz, que aconteceu a partir da inspiração de um outro Padre. Essa realidade do trabalho junto às migrações no Brasil acontece desde 1930, iniciando com a migração italiana. O Padre que, nesse período, estava à frente da Igreja Nossa Senhora da Paz pediu à Roma autorização para comprar o terreno (onde está a instituição) e montar uma estrutura para acolher os migrantes italianos. Mas, naquela época toda a correspondência era feita por cartas e as respostas demoravam a chegar. A resposta de Roma, quando chegou, foi negativa para a compra. Porém, o Padre já havia comprado dois terrenos.

[30] Dom João Batista Scalabrini (Fino Mornasco, 1839 - Piacenza, 1 de junho de 1905) foi um bispo da Igreja Católica na cidade de Piacenza (Itália) e fundador da Congregação dos Missionários de São Carlos, ou Scalabrinianos, em 1887 (MISSIONARI DI SAN CARLO SCALABRINIANI, 2022).

> No fundo, ele desobedecendo, teve uma intuição fantástica, porque criou uma estrutura, um eixo tão importante da Mooca até a Bela Vista, que era uma fatia bem italiana. Havia muitas famílias aqui. Inclusive, conversei com alguns que nasceram aqui no pedaço. Depois, claro, a comunidade italiana foi embora quando criaram o viaduto, o minhocão. Muitos foram embora. Mas, essa é a estrutura que começa a se abrir para todas as migrações. Nos anos 70, a migração coreana foi acolhida aqui por dez anos, antes de abrir a estrutura no Bom Retiro. A comunidade vietnamita, os primeiros 40, 50 vietnamitas (foram acolhidos). Depois, os chilenos fugindo da ditadura. Quando puxei do nosso sistema, nos últimos dez anos foram 132 nacionalidades que passaram aqui.

Pe. Parise segue explicando sobre a estrutura e os trabalhos desenvolvidos na Missão Paz, reforçando a relevância da atuação dos migrantes e seus protagonismos junto à instituição.

> A grande característica da Missão Paz, que a diferencia dos outros é de ser um centro integrado. No sentido de que tem um espaço de acolhida na Casa do Migrante com 120 vagas. Tem toda a área de serviços médico, psicológico, iniciação laboral, documentação, jurídico, assistente social, curso de português, palestras interculturais. E, além disso, tem toda a área de biblioteca, Centro de Estudos Migratórios com a Revista Travessia. Nos últimos anos, potencializou bastante o web rádio. Um dos migrantes faz as suas programações. Já tivemos do Congo, Venezuela, Haiti, Bolívia. Pessoas que fazem a sua programação que vai ao ar durante a semana. A gente não interfere nas pautas.

No entanto, a Missão Paz tem-se direcionado também com forte empenho para atuar na arena política. Estão organizados para ocuparem esses espaços, participando ativamente no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas migratórias.

> Estruturamos sempre mais a área de incidência política, *advocacy*. Nos últimos cinco anos fomos potencializando e cooperando com o CONECTAS Direitos Humanos[31] e outras instituições, seja no desenho da Lei Municipal, da Lei Federal e outras. Agora na tentativa de derrubar as portarias interministeriais do governo Bolsonaro. São uma série de ações que fomos organizando e estruturando sempre mais. Claro, sempre com entendimento religioso, mas sem proselitismo, para os que se consideram católicos e com respeito para as outras identidades.

Como exemplo de *advocacy*, conversamos sobre a Portaria 666 que foi revogada pelo Ministério da Justiça, em decorrência de questionamentos no meio jurídico, mas também de entidades da sociedade civil. Essa Portaria previa a deportação sumária de pessoas "consideradas perigosas" sem que houvesse acusação formal ou condenação, além de trazer impedimentos para o ingresso e repatriação de pessoas. O recuo dessa Portaria para a 770 foi

[31] O CONECTAS Direitos Humanos é uma ONG que luta pelas causas de enfrentamento à violência institucional, fortalecimento do espaço democrático e defesa dos direitos socioambientais, à partir de um direcionamento para o Sul Global. Possui parceiros espalhados no Brasil e pelo mundo e procura ser ouvida em espaços de decisão (CONECTAS DIREITOS HUMANOS, 2022).

fruto da pressão da sociedade civil. Ela trouxe, entre outros pontos, a ampliação do prazo para deportação e a proibição da deportação sumária. No entanto, Pe. Parise explica que ela não é suficiente para garantir os direitos de migrantes e/ou o atendimento à Lei de Migração.

Para colocar essas questões no debate público e político, Pe. Parise explica que ações pontuais sozinhas não resolvem as problemáticas migratórias. Em vista disso, a Missão Paz também faz parte do CMI da Prefeitura de SP.

> Acho que a percepção que tivemos era de que fôssemos nos estruturando sempre melhor. Porque não é suficiente desenvolver serviços, ajudar a resolver o problema pontual do documento, ajudar na inserção escolar, no acesso à saúde. Tem que incidir na legislação, nas políticas, para que isso se torne realmente efetivo. Penso que essa complementaridade, onde a pessoa leva para essas instâncias o que percebe na base, no atendimento de ponta, é fundamental para tentar melhorar a lei e as políticas.

Diante de todos esses processos, lutas, envolvimento da sociedade civil, perguntei ao Padre o que mudou com relação às pautas migratórias desde a época do Bispo Scalabrini até os dias atuais? Comentei sobre a situação dos migrantes italianos em 1930, com o enfrentamento da exploração, humilhação, um Estado incapaz de dar respostas e outras adversidades, e que me parece estar presenciando as mesmas situações experenciadas em SP pelas comunidades migrantes, ainda hoje. O Padre me passou uma reflexão de que a história não é feita através de manifestações lineares e que o preconceito se faz presente nas relações com aqueles que são “de fora”.

> Acho que tem constantes que vão se repetindo na história. Desde o início até hoje, existe a tendência de explorar o trabalhador imigrante. Aconteceu com os italianos que vieram para cá, que iam para Nova Iorque, os bolivianos que vem aqui, os venezuelanos que chegam agora, os haitianos. Tem essa constante terrível de ver naquele que vem de fora a possibilidade de exploração. Ele pode trabalhar mais e ser pago com um salário menor, ter menos garantias. Tudo isso se repete até hoje. Inclusive, ele sempre é visto com preconceitos. Lembro dos jornais que descreviam os italianos em Nova Iorque, no ano de 1905, 1906. Em Roma, eu li um artigo bem emblemático e perguntei: ‘quem são esses?’ Todo mundo falou chineses! Não! Essa foi a forma que descreveram os italianos em Nova Iorque em 1904: sujos, nas saídas das igrejas, perigosos, que podiam assaltar, não confiar nas mulheres. A descrição é terrível. Só que a gente esquece a história e cria o mito: a migração italiana foi desejada. Não! Nada de desejada! Agora, depois de 100 anos criamos esse mito. Então, é constante não só a exploração, infelizmente, mas também o preconceito. Por exemplo, nesse momento falei da migração da parte sul do mediterrâneo que não era alemã, não era inglesa, não era irlandesa, que foram sempre vistos com preconceito em outros lugares. Agora, se falamos de migração, por exemplo, africana, o preconceito duplica, triplica.

Entretanto, Pe. Parise explicou que as características entre as migrações também são diferentes. No Brasil, houve o incentivo do governo para as migrações italianas, com a

abolição da escravatura no final do século XIX. “Esse incentivo foi voltado aos interesses de branqueamento da população brasileira.” E fez outra reflexão:

> Se eu penso a migração haitiana, por que o Brasil favoreceu tanto? Por que o exército brasileiro estava lá? Por que tinha projeção das grandes obras? Eu acho que o Brasil estava com interesse porque tinha alguns setores da economia que estava precisando (de mão de obra). Toda a parte de frigoríficos estava faltando mão de obra. Tanto é verdade, que foram direcionados para lá. Como agora estão sendo direcionados os venezuelanos. Os interesses nacionais faz com que também abram as portas de uma maneira regular e sem dificultar a entrada. Isso está presente naquela época nas fazendas de café, e hoje para outras áreas, onde claramente a pessoa trabalha demais, prejudica a saúde, não recebe um salário justo. No fundo, continua o mesmo esquema. Isso se repete.

O Padre comentou também, como exemplo, sobre as ações do Canadá que há pouco tempo elaborou uma política de atração de venezuelanos. “O perfil era claro para trabalhar na indústria do peixe. Não é coração sensível. Existem interesses.” Perguntei, então, se os interesses mudam com o tempo. Ao que o Padre afirmou “mudam os interesses, mas permanece constante o desejo de explorar o outro.”

Seguindo nossa conversa, quis conhecer sobre de que maneira ocorrem os atendimentos às populações migrantes. Perguntei se apesar de os quatro eixos da Missão Paz estarem interligados há um interesse maior dos migrantes por algum deles e se isso estaria relacionado com a nacionalidade e/ou profissão, ou se ocorre de acordo com as necessidades de cada migrante.

> Existe uma tendência, mas depende muito das nacionalidades. Por exemplo, em geral, o setor de documentação é mais procurado. Agora por questões de dificuldade de agendamento na Polícia Federal, esse ano tivemos que fazer outro discurso. Esse setor é o mais procurado porque o serviço é gratuito. Se a pessoa for para outros lugares na cidade, como na rua Coimbra, tem que pagar. Esse serviço junto com a aprendizagem do idioma português são os grandes setores de muita procura. Além desses dois, o setor de trabalho também é muito procurado. O que fazemos? Palestras sobre direitos trabalhistas, empregadores são trazidos para conhecer e se sensibilizar, encontro entre empregador e refugiado, tudo isso é muito procurado. Agora, se pegamos o caso específico dos haitianos, observamos que eles procuram documentação, sim, mas também renovação de passaporte. Como não tem consulado em SP, a embaixada está vindo para cá na Missão Paz para fazer a renovação ou emissão dos passaportes. Esse ano fizemos duas ações e conseguimos 1500 passaportes. Temos uma lista de 2600 pessoas aguardando. Os haitianos têm ainda uma outra questão. Eles precisam apresentar um documento para a reunião familiar. Fazemos essa carta que eles apresentam na Embaixada brasileira em Porto Príncipe. Essas, por exemplo, são áreas específicas dos haitianos.

A nacionalidade mais recebida pela Missão Paz é a angolana. Eu acreditava que fosse a venezuelana, devido ao contingente de pessoas atravessando a fronteira entre nossos países. Padre Parise explicou que houve um fluxo elevado de migrantes angolanos em março de

2021, com a entrada de mulheres, famílias inteiras e mulheres com crianças. Chegam poucos venezuelanos à Missão Paz, porque a maioria se estabelece em Roraima. “Isso acontece porque a operação de acolhida com o programa de interiorização está meio freado”, me contou. Por causa das novas portarias, muitos venezuelanos que entraram no Brasil estão em situação irregular e, por isso, não conseguem ser transferidos. O exército transfere somente aqueles que estão em situação regular.

Para que todas essas frentes possam ser desenvolvidas e continuadas, a Missão Paz conta com a ajuda de algumas fundações, como a Laudes Foundation (4000 cestas/ano), Sul América (1000 cestas/ano), um escritório de advocacia (75 cestas/mês), além de pessoas físicas que contribuem com alimentos, fraldas etc. O Padre me contou que essas pessoas acompanham a Missão Paz em redes sociais e respondem aos apelos com muita generosidade. Para manter a instituição, 60% dos gastos são cobertos pela Congregação Scalabriniana que investe em torno de R$ 1,8 mil por ano nesse projeto. A Laudes Foundation contribui com R$ 600 mil, Inbitex com R$ 300 mil, e a Fundação Rosa Luxemburgo com R$ 40 mil. Além disso, recentemente iniciaram uma parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) que investe em torno de R$ 200 mil. Em um ano para manter e prestar todos os serviços são necessários em torno de R$ 2,7 milhões.

E quanto à Prefeitura de SP? Até há dois meses, ela contribuía com 250 cestas básicas por mês. Porém, Pe. Parise contou que antes dele chegar à Missão Paz, em 2006, houve uma tentativa de parceria com a Prefeitura, mas que se demonstrou complicada. “A Prefeitura não entendia que o migrante não é morador de rua. Ela obrigava que fosse prestado o mesmo serviço voltado ao morador de rua. Não se trata de discriminação, mas de perfis diferentes, e que, portanto, precisam de serviços e metodologias diferentes.” Na Casa do Migrante, por exemplo, a Prefeitura obrigava a acolher também as pessoas em situação de rua. Dentre esses moradores, havia aqueles que usavam drogas ou estavam alcoolizados. Essa situação dificultava o andamento do trabalho direcionado aos migrantes. Depois dessa primeira tentativa, a Missão Paz considerou melhor manter sua própria identidade e ir atrás de outros financiamentos. A problemática envolvendo parcerias financeiras com órgãos governamentais é tamanha que sequer participam de projetos financiados pelo Ministério da Cidadania. Dessa forma, eles mantêm sua independência. “Assim também na parte de *advocacy* podemos criticar com liberdade e não como às vezes acontece que dizem ‘olha, lembra que nós estamos financiando. Você está falando isso, a gente vai te cortar. Essa é uma situação comum em qualquer parte do mundo”, reforçou. Ele contou sobre um colega em Paris que criticou o governo local e este cancelou todas as ajudas que eram passadas para a obra nessa cidade.

> Então, é melhor estarmos livres, poder falar, criticar o município sempre que necessário. Vejo outras instituições que têm ajuda financeira da Prefeitura e não tem a nossa liberdade. Essa relação híbrida de ser ONG e ser totalmente financiado pelo município é muito complexa. A questão do financiamento delimita muito o trabalho.

Comentei que assisti o Padre em uma entrevista falando sobre a importância de pressionar o poder público. Ele, então, me respondeu: "claro! Senão as coisas não se movimentam!" Em 2014, a Missão Paz criticou o Ministério do Trabalho em um evento. Vários canais de televisão estavam presentes e a cobrança foi sobre as emissões das carteiras de trabalho. No dia seguinte, contou, o Ministro do Trabalho esteve na Missão Paz e assumiu o compromisso de resolver essa questão. Foi realizado um mutirão em SP para organizar e liberar as carteiras. Padre Parise ainda me falou que o próprio ministro comentou que os ministérios precisam sofrer pressões para serem obrigados a agir.

E quanto a atuação de migrantes em todo esse contexto? A Missão Paz contratou alguns migrantes. Dentre eles, um haitiano, um moçambicano (que retornou ao seu país natal), duas peruanas e uma paraguaia. Além deles, há vários estagiários e voluntários de vários países, como Colômbia, Haiti e Venezuela. "Tem esse protagonismo das pessoas atuando aqui. Bastante pessoas de países diferentes." Ele citou, como exemplo, a disponibilização de auditórios e salas para o uso de migrantes. Haitianos, colombianos, equatorianos, filipenses, malianos, guineenses fazem uso desses espaços. Os grupos definem suas pautas e Pe. Parise explicou que não há intervenção da Missão Paz ou da Igreja. "Eles se organizam como entidade, fazem dança, se unem em coletivos para discutir questões que são de seus interesses." Além disso, uma outra vertente desse protagonismo encontra-se em processos que são realizados somente pelos próprios migrantes, comentou. Compreendi que os migrantes fazem parte das ações da Missão Paz, mas não vislumbrei até onde desempenham o papel de protagonistas. Ou seja, aquele em que se posicionam como agentes responsáveis pela mudança e melhorias em suas vidas. Observo que essas narrativas ainda os colocam como consumidores das ações, na maior parte das vezes.

Com relação ao empreendedorismo étnico, Pe. Parise contou que na Rua do Glicério e em ruas paralelas há comunidades haitianas com lojas, cabeleireiros, produtos específicos, comida. Há outros grupos que disse serem mais fragilizados e que vendem banana, mandioca e folha de mandioca, na calçada da igreja. São entre quinze e vinte famílias. "Esse fenômeno é novo e decorrente da crise econômica.", pontuou. No entanto, esse trabalho feito na calçada da igreja aponta para uma outra adversidade. Ele acontece como uma forma de se protegerem de apreensões realizadas pelos fiscais da polícia (o rapa). Aqueles que não estão cadastrados

junto à Prefeitura para atuarem como vendedores tem suas mercadorias recolhidas. Para tentar driblar essa situação, as famílias ficam na calçada, mas os produtos à venda ficam no pátio da igreja. Isso porque os materiais que estão do lado de dentro dos portões não podem ser confiscados pela polícia. Foi, então, que compreendi o cenário que vi quando visitei a Missão Paz. São muitas pessoas nas calçadas da igreja, a maioria são migrantes negros, e as mercadorias estão dispostas no pátio.

No Glicério, além dos haitianos, há colombianos que atuam mais no setor de alimentos (restaurantes), *lan houses* de haitianos e nigerianos. Outros trabalham com remessas expressas. Há, ainda, alguns migrantes que realizam serviços de documentação. Trata-se do mesmo serviço prestado pela Missão Paz, com a diferença de que é pago. Nesse caso, existem fraudes, como a falsificação de vistos, certidões consulares etc., como explicou o Padre Parise. Inclusive, é comum que elas aconteçam na frente da igreja. "Esse tipo de trambique, apesar de não se justificar, surge para driblar a demora da documentação."

Pe. Parise trouxe para nossa conversa a sua perspectiva sobre o empreendedorismo fomentado por diversas entidades. Ele fala sobre a fragilidade e precariedade desses movimentos, e aborda que nem sempre esses projetos têm a finalidade de auxiliar o migrante.

> Tradicionalmente, nesse setor (restaurantes), havia mais sírios. Hoje, são mais os africanos. Esse comércio cresceu bastante nos últimos cinco anos. Por outro lado, a pandemia também fez ver a fragilidade de tudo isso, porque deixou na mão quase todo mundo. Quem trabalhava com comida, praticamente foi massacrado, ficou sem nada, tá passando necessidade. Acho muito frágil esse empreendedorismo que foi o primeiro a cair. Essas pessoas viraram empreendedoras não por escolha, mas por necessidade. Por isso já falei em muitas palestras que é preciso ter cuidado com a moda do empreendedorismo. Todo mundo, ACNUR, OIM, todo mundo faz palestras e formação para empreendedorismo. É bonito e a vocação para empreender alguns têm. Mas, muitos fazem por necessidade. Às vezes, é viver de migalhas. 'Ah, vamos dar R$ 800,00 para você iniciar o seu negócio.' Pelo amor de Deus! Vai fazer o quê com R$ 800,00? Muitas vezes tem financiamentos de consulados, embaixadas, entidades que investem dinheiro no famoso empreendedorismo que acho...agora é terrível o que vou falar...alguns casos é mais para fazer dinheiro e levar adiante um projeto que não traz benefício ao migrante. É uma ilusão. 'Ah, você vai empreender fazendo bolos.' Depois aparece na Missão Paz dia e noite tentando vender bolos para gente para poder se manter. 'Ah, vou te ensinar a fazer fralda de tecido.' E ninguém compra. Então, essa questão tem que ser muito repensada. Existe essa narrativa do empreendedorismo como a grande solução de tudo.

Indignado com esse cenário, Pe. Parise continuou abordando sobre a exploração de migrantes e os mitos desse empreendedorismo.

> 'Ah, você tem o seu MEI.' Você é escravo de você mesmo. Você trabalha 17, 18 horas para devolver o produto costurado e ganha nada. 'Ah, mas você é autônomo.' A produção das máscaras foi um terror. R$0,15 por máscara que depois era vendida

> por R$ 5,00. A pessoa recebe o tecido e tem que fazer corte, colocar eletricidade, colocar o fio, por R$0,15! O que sobra?

Eu perguntei, então, se há casos de empreendedores dessa nova diáspora negra em SP cujos negócios colocam as questões raciais e migratórias nas arenas públicas e políticas.

> A partir do momento que esses migrantes se afirmam no mundo da culinária, da moda, do artesanato, e outras áreas, a pauta migratória aflora muito forte. Mas, quantos são aqueles que conseguem se tornar empreendedores para depois fazer isso? Uma maioria não consegue. Penso naquele curso que foi feito com o Sebrae anos atrás. Mandamos 250 refugiados para fazer curso de empreendedorismo na Paulista. De todos aqueles 250, como terminou?

Ele também explicou que o primeiro momento da trajetória empreendedora é para suprir sua subsistência. O mesmo acontece para começarem a se organizar em grupos de apoio e de reinvindicação de direitos.

> O primeiro momento (da abertura de um negócio) é para a sobrevivência. Mesmo as tentativas para criarem grupos organizados não acontecem em seus primeiros momentos no Brasil. Isso acontece depois de estarem aqui há 5 ou 6 anos. Só a partir desse período é que os migrantes começam a se unir, se estruturar e se ajudar. O início é luta pela sobrevivência.

Além dessas precariedades, o preconceito é outro fator que afeta ainda mais esse empreendedorismo. O Pe. Parise me perguntou se eu havia acompanhado a polêmica sobre o programa Mais Você, com a apresentadora e um repórter que fizeram piadas sobre uma comida africana. “Isso atingiu muito o empreendedor africano. No fundo, a gente pode se perguntar se tivesse sido um chef de cozinha branco, francês, italiano, com uma comida que não estamos acostumados, teria tido a mesma reação?

Então, perguntei ao Padre se os migrantes africanos e haitianos comentam sobre situações de racismo e xenofobia.

> A maioria fala sobre isso. Experiências de racismo no trabalho. Quem trabalhou em lojas, em limpeza, na construção civil, eles comentam sobre isso. O racismo existe também nos espaços comuns, como no metrô, no ônibus, caminhando na calçada. Eles descrevem cenas em que estavam caminhando na calçada e as pessoas atravessaram a rua para não cruzar com eles e depois retornaram. Ou o fato de que ninguém se senta ao seu lado no ônibus. Ou quando entram em uma loja e todos ficam olhando, achando que irão roubar. São muitas as histórias.

Eu quis também compreender por que o meu acesso aos migrantes haitianos me pareceu mais difícil. Eu estaria cometendo algum erro para me aproximar? Afinal, eu conversei somente com um deles. Ainda que ele seja um dos fundadores da USIH, o que foi

importante para conhecer suas histórias e enfrentamentos, eu gostaria de ter conversado com mais haitianos. Nesse momento, observei uma expressão de estranhamento no rosto do Padre. Ele me apresentou dois pontos. O primeiro sobre desenvolver um elo de confiança e o segundo, que me surpreendeu, foi sobre a credibilidade da USIH e de seus fundadores. Aliás, eu mesma observei que os grupos de haitianos no *Instagram* e no *Facebook* não costumam citar a USIH ou o Gerard. Talvez o motivo se deva ao que o Padre me contou.

> No caso dos haitianos a situação é um pouco diferente. Os haitianos são um grupo muito difícil para entrevistar, conversar. Eles têm uma desconfiança em relação a estudantes e outras pessoas que não é fácil. Isso é típico deles. É um traço mais cultural. Especialistas da USP em história oral me comentaram sobre a dificuldade de fazer entrevistas orais com haitianos na França, no Canadá, EUA.
>
> Entre os haitianos não existe consenso sobre essa entidade e sobre Gerard. Ele tentou criar a USIH, mas a maioria dos haitianos não se identifica e nem se vê representada por ele. A rejeição é muito grande porque ele tentou usar o grupo para benefício próprio. Nós percebemos isso numa ação em parceria com ele. O dinheiro levantado para um evento foi todo gasto por ele para suas próprias finalidades. Ele ficou desacreditado na comunidade haitiana. Teve também o financiamento de um sindicato e que também não deu certo porque novamente o dinheiro foi usado em seu próprio benefício. Mas, ele é uma pessoa que se projeta nas redes sociais, aparece em eventos, tentando marcar sua presença.

Fechamos nossa conversa com uma pergunta sobre os desafios enfrentados pela Missão Paz para dar seguimentos aos seus vários projetos, que não somente os de ordem financeira. Para responder, o Padre Parise trouxe reflexões sobre o contexto público e político brasileiros.

> Hoje a pandemia está sendo um grande desafio. Outro desafio é o retrocesso que estamos assistindo da Lei de Migração de 2017. Toda a fase de regulamentação e implementação está sendo dominada, não totalmente, por uma perspectiva securitária, muito mais do Estatuto do Estrangeiro do que da nova Lei. Inclusive, a terminologia às vezes contribui para isso. A terminologia que se usa na nova Lei é situação irregular, sem documentação. Aí você vê que em alguns decretos e regulamentações volta a palavra ilegal, clandestino e muitas outras. O segundo desafio é sobre o lado positivo que surgiu em muitas entidades que atuam com migrantes. Mas, por outro lado, surgiram organizações que usam o migrante para existir, para fazer dinheiro. Muito claramente, isso surgiu a partir da migração venezuelana. As agências internacionais começaram a liberar dinheiro e a vir para o Brasil para fazer dinheiro. Tem muito grupos sérios. Mas, também há outros que usam o "produto migrante" (fez o gesto entre aspas) para fazer grana. Esse é um problema na escolha de parceiros. Tem que ser muito desconfiado nesse cenário atual. Um outro desafio atual são as poucas vagas de emprego. Temos uma grande quantidade de migrantes e refugiados que vem procurar emprego em situação muito desesperada, vulnerável e não tem essas vagas, são pouquíssimas. Podemos dizer, a diminuição do trabalho formal e o aumento de pessoas que oferecem o trabalho como MEI. No fundo, estas são formas muito precárias onde os direitos são menores, quase nem tem. Você encontra migrantes trabalhando em uber, levando comida, que estão na mesma situação precarizada de muitos brasileiros. Outro desafio, é que a migração é vista em termos de Ministério da Justiça. Fala-se pouco

> em Ministério da Cultura, Ministério da Educação. Essa é uma pauta transversal. Há a falta de uma visão sobre qual é o modelo de integração. Enquanto tem países que fazem essa discussão abertamente, Alemanha, Canadá, EUA, inclusive sob perspectivas que sou muito contrário, como quando a Alemanha levou a discussão para paradigmas de assimilar o migrante e o refugiado tornando-o alemão, abrindo mão de toda sua identidade, ou o multiculturalismo canadense etc. No Brasil, nem se coloca o problema, nem se faz escolha! Ignora! Que modelos queremos para que esses migrantes vivam aqui? Não existe. É o vazio total.

6.2 AS REDES SOCIAIS E OUTROS ALIADOS NÃO HUMANOS

Foi durante o caminhar dessa pesquisa que observei mais atentamente que as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) são responsáveis por mediar as articulações e conexões de uma grande variedade de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Elas se mostram como o principal não humano dessa investigação, interferindo em todos os processos dessa pesquisa e nas ações dos empreendedores étnicos da nova diáspora negra em SP (CALLON, 1984; LATOUR, 2012). Esse contexto foi evidenciado por outro ator não-humano: o vírus da COVID-19. A necessidade de distanciamento presencial entre as pessoas resultou em um maior uso de ferramentas de comunicação *online* e, consequentemente, na melhoria desses instrumentos.

Do meu lado, as redes sociais (*Facebook*, *Instagram* e *LinkedIn*) e os aplicativos de comunicação (*Whatsapp* e o *Zoom*), fizeram a ponte entre mim e os agentes pertencentes às redes migratórias. Foi por esse meio que encontrei os migrantes africanos e caribenhos e outros atores, busquei as primeiras aproximações, fiz os primeiros contatos, agendei as entrevistas, continuei acompanhando suas atividades, me mantendo em constante comunicação com cada um dos entrevistados. Esses meios técnicos utilizados para informar e comunicar, permitiram que eu participasse de grupos voltados às questões migratórias, assistisse e participasse de seminários, debates, fóruns, descobrindo as controvérsias prioritárias de cada coletivo.

Do lado dos migrantes, é nítido o uso que fazem das tecnologias para divulgar seus trabalhos, vender, empreender, criar grupos de apoio, divulgar as culturas africanas, agirem em prol de uma causa, criar redes de ações coletivas, se fazerem presentes e debaterem em diversas arenas e se posicionarem diante de políticas públicas (CEFAÏ, 2017a; 2017b).

Sem estas ferramentas, principalmente neste momento de pandemia global, este estudo enfrentaria maiores dificuldades quanto a realização das investigações. Provavelmente, eu não teria a oportunidade de conhecer trajetórias preciosas para o entendimento dos empreendedorismos que surgiram do campo investigativo. Os migrantes, por sua vez,

possivelmente estariam em uma situação ainda mais precarizada pelas dificuldades em realizar associações, mediações e agenciamentos (CEFAÏ, 2011) para iniciar e manter seus negócios, e mesmo para sobreviver.

Uma vez compreendida a importância desses atores não humanos, consigo entender o que Bruno Latour (2012, p. 29-30) explicou na Teoria Ator-Rede: “Eles precisam ser atores [...] e não meras projeções simbólicas. [...] Qualquer estudo que atribua a não humanos um tipo de ação mais aberto que a tradicional causalidade natural – e mais eficiente que a simbólica – pode pertencer ao nosso *corpus*.”

6.2.1 Acompanhamento de Grupos de Migrantes e Pesquisadores

Os empreendedores da nova diáspora negra em São Paulo usam frequentemente as redes sociais para divulgar suas culturas, seus negócios e para colocar as questões raciais e migratórias no debate público. O *Instagram* é mais usado para divulgação e comercialização de produtos e serviços.

Por meio dessa plataforma, os migrantes empreendedores procuram interagir com os consumidores e se firmar como empreendedores de sucesso. Além disso, usam seus negócios para valorizar e divulgar suas etnias e culturas. Há, ainda, coletivos que utilizam a plataforma para colocar as questões raciais e migratórias em arenas pública e política, chamando o público para participar de projetos, *lives* e ações diversas. Tanto os empreendedores isoladamente, quanto os coletivos e instituições dispõem de *reels* (vídeos curtos e geralmente divertidos) que podem ser produzidos por qualquer pessoa com acesso a um celular com câmera. Tem grupos que criam conteúdos quase todos os dias, ou então os repetem durante toda a semana. As fotos costumam ser chamativas e bem elaboradas. O intuito é chamar a atenção. As figuras de 2 a 17 demonstram essas particularidades. Elas foram copiadas dos coletivos de migrantes no *Instagram* que acompanhei durante a construção dos dados dessa pesquisa.

Figura 2 - Deus é uma mulher preta e africana



Fonte: @VistoAfrica, 2021

Figura 3 - África: do imaginário ao real



Fonte: @VistoAfrica, 2021

Figura 4 - Acessórios da África do Sul



Fonte: @DeslocamentoCriativo, 2021

Figura 5 - Por um mundo onde se possa viver sem fugir



Fonte: @MigracoesForcadas, 2021

Figura 6 - Essa foi minha maior conquista



Fonte: @mamaafrica_labonnebouffe, 2021

Figura 7 - Financiamento para o setor de gastronomia



Fonte: @Migraflix, 2021

Figura 8 – Propostas e diretrizes de políticas públicas para a população imigrante



Fonte: @AfricadoCoracao, 2021

Figura 9 - Gastronomia africana para sua mesa



Fonte: @VindasdAfrica, 2021

Figura 10 – Consciência negra



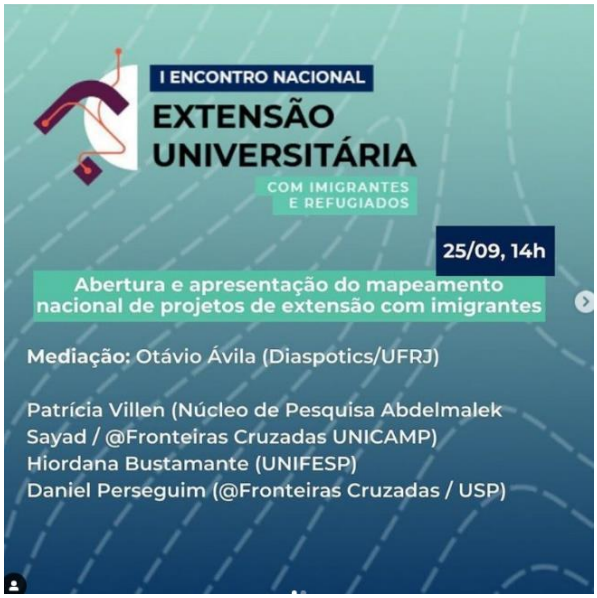
Fonte: @AfricaArte, 2021

Figura 11 - Chá revelação



Fonte: @Namibiasim_moda_afro, 2021

Figura 12 - Projetos com imigrantes



Fonte: @NucleoMigra, 2021

Figura 13 - Projeto Wema



Fonte: @Deslocamento.Criativo, 2021

Figura 14 - Sabadão no Congolinária



Fonte: @Congolinaria, 2021

Figura 15 - Projetos de extensão universitária



Fonte: @MigrantesnoBrasil, 2021

Figura 16 - A arte no corpo e na alma

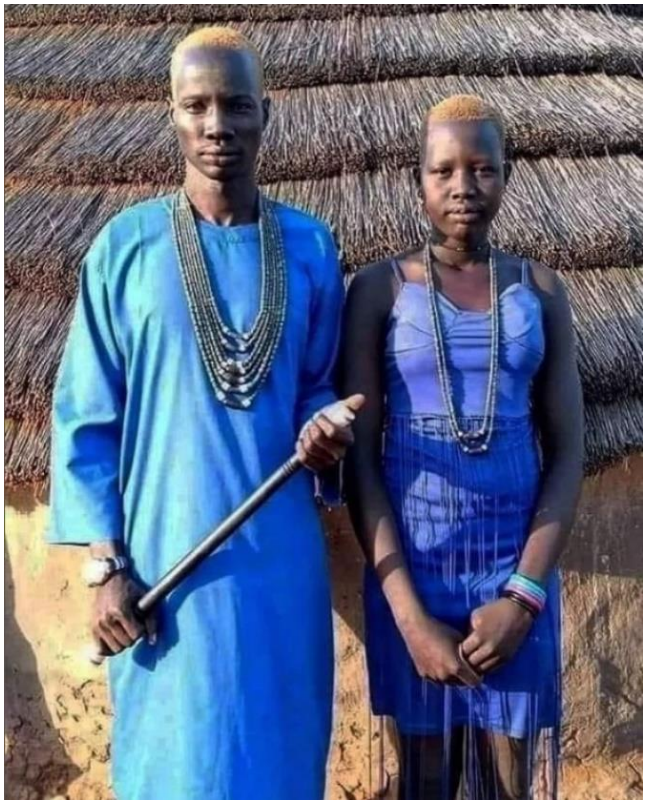


Fonte: @CoracaodaAfrica, 2021

Geralmente, surgem debates ou somente críticas quando são divulgados aspectos próprios de uma determinada cultura africana que são distantes da brasileira e/ou que ferem uma suposta cidadania universal. A Figura 17 – Casamento no Sudão do Sul, por exemplo, foi publicada na rede @VistoAfrica com o seguinte texto:

> CASAMENTO NO SUDÃO DO SUL significa quatro anos de "liberdade" para noiva!!! Apesar do pagamento de dote que varia de 100 a 500 vacas, as mulheres são tratadas com cuidado e carinho. Depois que um homem se casa, a sua esposa não cozinha nem limpa a casa por 4 anos. Este período é denominado: "Anyuuc" (Acolhimento Generoso). Destina-se a que a noiva descanse, relaxe e estude os valores da herdade do marido. Durante este tempo, a irmã de seu marido irá cozinhar, lavar utensílios, coletar lenha, buscar água e fazer outros trabalhos domésticos. Depois de 4 anos, o seu marido decide organizar uma festa muito grande chamada "Thaat" (festival de culinária), onde 3 vacas e 5 cabras são abatidas para iniciar a esposa a cozinhar para a família. Mas se o homem se comportou mal durante os 4 anos a esposa pode decidir ir embora e ela nem tem que devolver o dote.

Figura 17 - Casamento no Sudão do Sul



Fonte: @VistoAfrica, 2022

Algumas mulheres brasileiras e brancas postaram mensagens posicionando-se contrariamente a essa tradição. Elas levantaram situações relacionadas ao machismo, sexismo, igualdade de direitos e a importância da divisão de tarefas domésticas. Curiosamente, não há

manifestação de mulheres africanas ou negras brasileiras nas postagens. A pessoa responsável pela publicação não participa de nenhuma dessas conversas.

São várias as pautas levantadas pelos coletivos, ONGs e instituições diversas formadas por migrantes e pesquisadores. As chamadas mais comuns são referentes ao contexto da pandemia, como novos horários de atendimento ou sobre o aumento da vulnerabilidade de populações migrantes. Elas abordam sobre políticas migratórias, os impactos da pandemia nos fluxos migratórios e desafios que a pandemia proporciona.

Além desses programas, há convocações para debates sobre diversas temáticas migratórias: racismo, xenofobia, regularização, direitos humanos, mudanças climáticas, questões relacionadas a gênero, interculturalidade e ancestralidade, políticas migratórias, dignidade humana, acolhimento de migrantes, desafios ao plano de ação global – agenda 2030, dentre outros. Também são divulgados cursos de português e de capacitação profissional e empreendedorismo.

O racismo e a xenofobia são apontados como os principais problemas para a integração social e econômica dessa nova diáspora negra à comunidade brasileira. A desinformação sobre o continente africano é indicada como a causa dessas discriminações. São abordadas situações de ameaças cometidas por brasileiros e violência policial contra migrantes negros, levando famílias a buscarem outros lugares para morar. Elaboram campanhas de esclarecimento sobre a xenofobia, principalmente quando a consequência desse preconceito é a morte de algum migrante africano, como foi o caso do assassinato do angolano João Manuel. Geram projetos para diagnosticar as violações mais constantes dos direitos humanos e para o acolhimento e amparo à migrantes residentes em áreas com elevadas denúncias de racismo e xenofobia.

A semana global de empreendedorismo, realizada na terceira semana de novembro de 2020, também pontuou as publicações no *Instagram*. ONGs, instituições, grupos de pesquisadores e migrantes destacaram a relevância do empreendedorismo como ferramenta de empoderamento e impacto nas comunidades. O empreendedorismo foi apresentado como a fonte para a autonomia do migrante. Alguns projetos foram apresentados como sendo inovadores ao proporcionar geração de renda a eles. Outros promoviam a elaboração de um plano de negócios. Foram organizados eventos para celebrar o trabalho de empreendedores migrantes e refugiados. Mas, também alertaram sobre a precariedade do empreendedorismo por necessidade, dificuldade de exercer a profissão pela não validação de diplomas e problemas para inserção no mercado formal de trabalho.

As eleições de 2020 para os cargos de prefeito e vereador no Brasil foi outro tema debatido nesses coletivos. Foram levantadas questões sobre o lugar de negros e migrantes nas eleições e formas para participar da arena política. Eles alertaram para a baixa representatividade de migrantes na política nacional e questionaram sobre a importância de terem direito ao voto. Outros coletivos de pesquisadores fizeram chamados para discussão da política migratória adotada pelo atual governo federal. Ademais, grupos de migrantes e associações ligadas à temática migratória cobraram do prefeito reeleito em SP a continuidade de ações de acolhida a essa população e a oportunidade de definirem propostas e participar de sua atuação com a Prefeitura. Eles advertem que, apesar de não poderem votar, com exceção daqueles que possuem cidadania brasileira, o contingente de migrantes na capital paulista é expressivo, podendo provocar os agentes públicos a atuar em defesa das causas migratórias.

Os grupos formados por mulheres migrantes africanas trouxeram ainda outras temáticas, como o crescimento da violência doméstica e o feminicídio. Elas elaboraram campanhas com as *hashtags* “Quarentena Sim. Violência Contra a Mulher, Não!” e contam com o apoio de entidades nacionais e internacionais.

Comparativamente aos coletivos africanos, os haitianos têm baixa publicação. Mesmo a USIH conta com pouco mais de 150 seguidores e suas pautas se mesclam com as de outros grupos de refugiados. Entretanto, apresenta somente 17 publicações e, dessas, só três abordam temas específicos da comunidade haitiana. Uma comenta sobre SP ser a cidade com maior registro de haitianos no Brasil. Outra celebra o Dia da Bandeira, que é uma data que simboliza a luta pela independência do povo haitiano. E, a mais recente, de outubro de 2021 que aborda sobre a aprovação da entrada de familiares de haitianos que residem no Brasil. Contudo, as aproximações sobre a cultura haitiana e problemáticas específicas desse grupo são pouco difundidas. Essas publicações estão em português. Mas, frequentemente, esses grupos se comunicam em francês ou crioulo (ou créole).

As conexões, redes e agenciamentos de migrantes no *Instagram* e *Facebook* também confirmam o que eu havia observado nas entrevistas e narrativas de vida: todos se conhecem e atuam conjuntamente em várias frentes. Muitas palestras, *lives*, mesas de debate e rodas de conversa virtuais são compostas pelos mesmos palestrantes e lideranças migrantes, coordenadores de programas diversos e fundadores de instituições e outras entidades. Do mesmo modo, os grupos de amigos em suas páginas pessoais são formados pelas mesmas pessoas e organizações.

As publicações sobre as problemáticas migratórias divulgadas no *Instagram* são as mesmas postadas no *Facebook*. No entanto, esse canal é mais utilizado para fortalecer

relações com diversos agentes. Ambas as plataformas são mobilizadas coletivamente com o intuito de publicizar as adversidades enfrentadas pelos migrantes.

Porém, nessa rede social virtual foi preciso solicitar autorização para participar dos coletivos, pois vários grupos de migrantes são privados. A minha inserção em alguns deles só foi possível quando passei a compartilhar informações do *Instagram*, relativas às questões migratórias, na minha página pessoal no *Facebook*. Eu também encaminhei mensagens aos membros fundadores das comunidades explicando brevemente sobre minha pesquisa para justificar meu interesse em acompanhá-los. Em muitos casos essa negociação se estendeu por pelo menos dois meses. Como não recebia resposta, eu continuava com as postagens e marcava os grupos de interesse para essa pesquisa. Assim, eles podiam observar meu envolvimento com a temática migratória e acompanhar minhas publicações. Eu também insisti encaminhando novas mensagens com informações sobre minha formação, alguns pontos específicos sobre minha vivência como migrante, outras informações sobre esse trabalho e reforçava a importância de cada um dos movimentos e suas ações para as comunidades migrantes em SP e no Brasil. Depois de aceita, para participar ativamente dos grupos, passei a debater algumas questões, assistir a algumas *lives*, fazer perguntas aos membros e publicar conteúdos em suas páginas. Essas postagens também precisavam ser autorizadas, o que nem sempre acontecia. Minha aproximação foi ocorrendo aos poucos e mais devagar do que havia suposto. Para que o vínculo de confiança (CEFAÏ et al., 2011) com as comunidades virtuais da nova diáspora negra em SP acontecesse foi necessário desenvolver um relacionamento de reciprocidade.

Essas comunidades virtuais se propõem a trocar informações, trabalhos e pesquisas, para promover o apoio necessário aos migrantes. Algumas divulgam ações voluntárias e recrutam interessados em atuar com as questões migratórias. Outras promovem debates sobre as adversidades enfrentadas pelos migrantes no Brasil. Entretanto, como no *Instagram*, as comunidades virtuais haitianas no *Facebook* são voltadas somente para esses migrantes. Isso fica nítido pelas postagens feitas em crioulo ou francês, apesar de o objetivo dos coletivos estarem escritos em português e apontar que procuram promover articulações e mobilizações nos âmbitos público e político.

As páginas pessoais no *Facebook* dos migrantes entrevistados costumam trazer algumas lembranças de momentos em seus países de origem, com a família, e em alguns eventos que costumam participar em SP. A rede é usada, também, para manter contato com seus familiares que permaneceram em suas pátrias. Além disso, também divulgam seus

negócios. As questões raciais e migratórias são abordadas em seus perfis, mas numa proporção muito menor se comparada aos coletivos virtuais.

Além dessas redes sociais, algumas organizações da sociedade civil direcionadas às pautas migratórias elaboraram perfis no *LinkedIn* para divulgação de projetos e demais ações públicas. Porém, suas ações são mais voltadas à captação de voluntários e profissionais para diversas vagas. Essas três plataformas são mobilizadas coletivamente com o intuito de publicizar as adversidades enfrentadas pelos migrantes. O uso dessas ferramentas foi intensificado como um meio de enfrentamento do cenário pandêmico da COVID-19, uma vez que esse contexto dificultou a condução de negócios e a publicização do debate (DEWEY, 1946; CEFAÏ, 2017a) em torno das adversidades enfrentadas por essa nova diáspora negra em SP.

6.2.2 Arenas Pública e Política: Congressos, *Lives* e Fóruns

Entre 2020 e 2021 participei como ouvinte de vários eventos *online* relacionados às causas migratórias. Em alguns deles atuei de forma mais ativa questionando alguns palestrantes. Foram 15 reuniões entre palestras, seminários, congressos, mesas de debates e *lives*. Esses encontros serviram para me aproximar das temáticas mais debatidas, conhecer em quais arenas elas costumam acontecer e identificar quais são os principais interlocutores e as instituições envolvidas. Foi possível observar as estratégias desses grupos na tentativa de traduzir (CALLON, 1984) e publicizar (CEFAÏ, 2017a) suas ações, buscando alimentar essas pautas e trazer mais atores para as arenas pública e política. Além disso, eles serviram para pautar algumas questões que elaborei aos entrevistados, para facilitar a conexão com alguns migrantes e organizações que fizeram parte desse estudo e para me conduzir na travessia do trabalho de campo netnográfico.

Trago aqui a descrição daqueles eventos que apresentaram várias nuances de interesse para essa pesquisa, servindo para a compreensão de como ocorre a mobilização desses coletivos migrantes pela luta por sua inserção e sobrevivência na sociedade brasileira.

Comecei a acompanhar o Seminário Ambulantes e Cidade. Essa atividade foi coordenada por um grupo de pesquisa da USP em parceria com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Fórum Fronteiras Cruzadas e o Fórum dos Ambulantes. O evento também contou com o apoio da Universidade Federal do ABC, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP) e da fundação CAPES. Foram quatro mesas que abordaram sobre problemáticas no comércio popular de SP, principalmente perante o contexto da pandemia.

Foram debatidos os temas “Controle urbano e de corpos, criminalização dos atores e violência policial”, “Cidade invisível: subnotificação de dados, desaparecidos urbanos”, “Trabalho ambulante na pandemia e migração” e “Mobilidades urbanas, novos arranjos da economia popular e redes de apoio”.

A primeira sessão estendeu-se sobre o estado de violência, ataques e de morte aos trabalhadores ambulantes em SP durante a pandemia. O cenário colocado mostrou as contradições entre o direito e a necessidade de trabalhar e a falta de apoio do governo municipal. A arena é apresentada pelos debatedores da seguinte forma. De um lado, há os ambulantes seriamente afetados pelo quadro que se desenhou diante de uma doença global. São trabalhadores, em sua maioria, com problemas de moradia e sem acesso ao auxílio financeiro do governo federal, pois não preenchem os requisitos exigidos. Entre eles, os mais vulneráveis são os migrantes, pois sofrem vários tipos de discriminação. A violência policial, a extorsão e os problemas com a administração pública são mais sentidos pelos recém-chegados a SP. Do outro lado, encontra-se o governo que solicita que todos permaneçam em casa, que suspende o comércio ambulante e não trabalha para que o programa de ajuda financeira chegue aos mais necessitados.

A disputa pelos espaços na cidade é exposta pelos palestrantes como um fenômeno global, violento e relativo também aos processos migratórios. A classe social dominante impõe a ordem de circulação na cidade, explicam. Assim, os trabalhadores são confinados em lugares onde há a circulação de pessoas de menor poder aquisitivo. Os debatedores dessa sessão apontam que a história de violência contra os ambulantes é longa e atravessada pelos governos de Jânio Quadros, Paulo Maluf e Gilberto Kassab. Mas, segundo eles, foi no governo de Marta Suplicy que a Guarda Civil Municipal (GCM) passou a atuar na repressão dessa população.

A importância econômica do ambulante é usada como justificativa para sua permanência e acesso a outros direitos. Questionam de que maneira o comércio ambulante foi se construindo como um problema e apontam que a violência e a repressão produzem e regulam esse mercado. Argumentam que para a segurança pública são usados instrumentos de coerção, enquanto para o ordenamento urbano as ferramentas são para regular os espaços e as pessoas. Dessa forma, as guardas municipais têm passado por um processo de militarização que há anos faz uso da força e da violência para coibir esse comércio. O cenário da crise econômica agravou a situação. O enfrentamento de ambulantes e policiais tem sido mais truculento. Por isso, reforçam que as políticas deveriam tratar as precariedades estruturais de ambulantes. Vou observando que os mundos doméstico, cívico e industrial são os mais

mobilizados nas justificações apresentadas para as críticas feitas ao poder público (BOLTANSKI; THEVENÓT, 1999).

Além desses aspectos de cerceamento e marginalização dos ambulantes, reforçam que a administração da invisibilização dessa população faz parte da disputa de espaços e do jogo político. Para tanto, dois instrumentos são fundamentais: a subnotificação de ambulantes e a falta de legislação para trabalhadores informais. Como resposta ao cenário de intimidação desses trabalhadores é proposto que, em conjunto com o Ministério Público, continuem a pressionar a Prefeitura de SP. Foi dessa forma que, recentemente, obtiveram o adiamento por 60 dias da remoção de vendedores das ruas na região do Jabaquara e conseguiram que a Prefeitura disponibilizasse cestas básicas a essas pessoas durante a pandemia.

Diante disso, indicam a importância de aumentar a audiência desse debate para forçar o poder público a discutir o espaço urbano. A ampliação desse público envolve também a inclusão de pessoas que "não tem o entendimento", sendo necessário levá-las para o "entendimento". Ou seja, o envolvimento e aumento do interesse público passa, inevitavelmente, pelo processo de tradução. Em outras palavras, é preciso explicar o fenômeno do mercado ambulante e suas vulnerabilidades e a forma como as tratativas da Prefeitura atingem esses trabalhadores, suas famílias e a sociedade ao seu redor. O intuito é sensibilizar moradores e comerciantes, mas também mobilizar o público em geral (CALLON, 1984). Como estratégia, afirmaram a importância da continuação desses debates, sua divulgação por meio das redes sociais e o envolvimento da comunidade científica no desenvolvimento de pesquisas.

O terceiro encontro intitulado "Trabalho ambulante na pandemia e migração", além de professores pesquisadores, trouxe para o debate três migrantes - o boliviano César Coila, o haitiano Gerard e a democrata-congolesa Karasi - e o vereador de SP Eduardo Suplicy. Foram levantadas questões sobre como ocorre a inserção do migrante no mercado ambulante. Esse comércio é visto como a única saída encontrada por muitos deles para sobreviver, principalmente para os que são negros. Eles salientam que chegam à SP buscando oportunidades e melhorias para suas vidas e que com o trabalho contribuem social e economicamente para a sociedade. No entanto, são perseguidos e desvalorizados, e o poder público não os vê com bons olhos. Esses migrantes citam que a presença do racismo, da xenofobia e da burocracia no Brasil (para conseguir documentação, por exemplo) os colocam em "situações dificílimas e cruéis". Manifestam que o trabalho que fazem é estigmatizado por ser realizado por pessoas invisibilizadas pelo poder público. O trabalho de rua é apontado como lugar de precarização disfarçada de autonomia.

Observam que foram colocados em “situação de emergência”, a partir do momento em que tudo passou a ser feito pela internet, dificultando os acessos a serviços municipais e de outras entidades. Os migrantes explicam, por vezes enfurecidos, que é preciso orientação para a legalização e para a busca de direitos. Levantam a necessidade de obterem moradia, alimentação e apoio para a documentação. Karasi reforça que a precariedade é maior entre as mulheres, pois muitas vezes chegam ao Brasil com filhos e sem os maridos. Quando são acolhidas em abrigos não são orientadas sobre a cidade, trabalho e direitos. Ao saírem, pois o acolhimento dura por três meses, não conseguem acesso ao trabalho formal e, por isso, seguem para o mercado ambulante. A maioria passa a morar nas ruas ou em moradias de ocupações irregulares.

Os professores pesquisadores, por sua vez, explicam que a pesquisa já é em si uma luta política. Abordam sobre a lógica social e estatal envolvida no contexto da apreensão de mercadorias de ambulantes não licenciados. Evidenciam que o trabalho ambulante e a migração configuram o país, sendo um fenômeno estruturante das relações sociais. Esclarecem que a presença desse comércio também ocorre em países da migração Sul-Sul e que é preciso conhecer de que maneira é vivenciado em seus Estados. Concordam com os migrantes que a dimensão desse empreendedorismo sem direitos e a discriminação racial acarretam maior sofrimento individual e coletivo. E, pedem auxílio ao governo, representado pelo vereador, para atuar nesse momento que tende a ampliar as políticas de controle.

O vereador, então, apresenta algumas ações pontuais para justificar o empenho do poder público junto a algumas instituições voltadas às causas migratórias. Sinalizou para a aceleração do processo de emissão da carteira de trabalho, que foi uma solicitação da Missão Paz. Abordou a realização de cursos de formação pelo SESC e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Afirmou que Fernando Haddad, quando prefeito de SP, viabilizou o acesso de migrantes às contas correntes pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Depois, declarou que o comércio ambulante foi duramente afetado pela pandemia, uma vez que depende da circulação de pessoas. Mas, não se manifestou sobre o comportamento da GCM perante essa população. Também, alertou para a importância de entender as relações em redes de migrantes para enfrentar as situações que encontram em SP. Ponderou que a cidade de SP é o maior polo industrial e financeiro do Brasil e que isso é resultado do trabalho realizado por migrantes. Ao final, apresentou uma proposta de projeto de renda básica para toda a população brasileira, incluindo migrantes residentes há, pelo menos, cinco anos no Brasil, que possa provê-la de suas necessidades básicas.

Em outra *webinar*, desta vez elaborada pela ONG Migraflix, intitulada “Concretizando Sonhos”, uma especialista em empreendedorismo do SENAC e uma empreendedora venezuelana da rede Migraflix davam dicas sobre como os migrantes deveriam iniciar e manter seus negócios em SP. Essa organização direciona seus esforços ao que chamam de “empreendedorismo gastronômico e cultural” de migrantes. Dito de outra maneira, trata-se de fomentar o empreendedorismo étnico de populações migrantes em SP. Um de seus projetos, o Migralab, oferece ferramentas que possam promover o negócio voltado especificamente à gastronomia. Esse encontro faz parte desse laboratório.

A plateia foi composta por migrantes de algumas nacionalidades, especialmente venezuelanos. Havia também colombianos e angolanos que fizeram algumas perguntas pelo campo de mensagens do *Facebook* às palestrantes. Alguns perguntaram sobre a possibilidade de conseguir crédito bancário para iniciar seus negócios. Outros parabenizavam a Migraflix e informavam que estavam cadastrados no laboratório para obter mais informações sobre como empreender. Abordaram sobre a importância de formarem redes de apoio para o desenvolvimento de seus produtos alimentícios, a necessidade de conhecer o mercado, ter planejamento e construir um bom relacionamento com clientes.

A especialista alertava que é preciso ter confiança e coragem para ter seu próprio negócio. Afinal, ela mesma empreendeu ao montar sua consultoria. Ressaltou que empreender é uma questão de planejamento, uma vez que essa empreitada não é fácil e requer energia. Sua fala se assemelhou a de palestras motivacionais para engajar futuros empreendedores. Algumas frases como “procurem onde está o coração de vocês que assim sempre dá certo” ou “não tenham medo de errar” eram bem recebidas. A plateia, então, aplaudia, e me pareceu encantada com as belas palavras, pois a repercussão no *chat* foi ampla e positiva. Afirmavam que o que ouviam era muito interessante e inspirador e que a experiência da palestrante era importante para pensarem em seus próprios caminhos.

Entretanto, a empreendedora venezuelana, por mais que elogiasse a ONG, foi pautando algumas problemáticas relacionadas a esse empreendedorismo. Primeiro, explicou que empreender é uma questão de planejamento e que isso significa olhar para o negócio o tempo todo. Então, contou que precisou aprender a língua portuguesa e conhecer a cultura brasileira. Aos poucos, foi expondo algumas adversidades pelas quais passa como migrante em SP, indicando que o caminho para o empreendedorismo étnico não foi uma escolha. Ela é terapeuta ocupacional e não conseguiu validar seu diploma no Brasil e nem se inserir no mercado formal de trabalho. Fez cursos (não contou quais) aos finais de semana e resolveu empreender. Começou vendendo bolos de porta em porta. Depois conseguiu montar uma

barraca de bolos e doces e participa de feiras de gastronomia de migrantes. Essa foi a opção que encontrou para cuidar de sua família, contou.

Então, baseada nesse relato e na importância para essa pesquisa, encaminhei alguns questionamentos às palestrantes. De que maneira esses migrantes que empreendem por necessidade conseguem iniciar seus negócios? Há uma rede de apoio? Que rede é essa? Eles usam seus negócios para apontar os problemas que vivenciam em SP? Mas, esqueci de me apresentar como uma estudante e ambas pensaram que eu era uma migrante. Percebi meu erro tardiamente, pois não foi disponibilizado tempo para explicar. Já havia compreendido que o público-alvo da palestra eram migrantes que desejam empreender. Mas, imaginei que a forma como me coloquei nas perguntas demonstrasse que eu não era uma migrante, pois usei o pronome pessoal "eles" e não "nós".

A consultora recomendou que eu colocasse no papel sobre algo que gostasse de fazer. Também orientou que eu fosse à Migraflix conversar com outras pessoas que se encontrassem na mesma situação que a minha, além de fazer buscas na internet para formar minha rede de apoio. A empreendedora trouxe ações mais pontuais, como pensar se esse produto ou serviço é importante para a região onde moro, se há outras pessoas vendendo o mesmo nessa área, que é preciso analisar o investimento necessário para iniciar o negócio, e buscar o apoio de ONGs e instituições que trabalham com refugiados e migrantes ministrando cursos de empreendedorismo, como o SEBRAE e o Migraflix. Nenhuma delas respondeu a última parte da minha pergunta sobre usar o próprio negócio para chamar a atenção sobre as adversidades que enfrentam. Apesar do distanciamento dessa questão, a consultora não se eximiu de usar parte de seu tempo para me responder, chamando minha atenção para a forma como elaborei minhas perguntas. Então, percebi que esse meu último questionamento incomodou à ambas. "Eu gosto de falar de uma forma bem didática, porque já temos muitas palavras difíceis no nosso dia a dia. Já têm um monte de questões. Não sou eu quem vai dificultar ainda mais."

Assisti, também, uma palestra proporcionada pelo grupo de pesquisa Deslocar. Esse grupo, coordenado pela professora Denise Cogo[32], faz parte do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM) da ESPM-SP. Seu objetivo é desenvolver pesquisas direcionadas à interculturalidade, cidadania, comunicação e consumo. Uma de suas linhas de investigação abrange as migrações transnacionais, redes sociocomunicacionais e consumo. O foco está em refletir sobre de que maneira as dinâmicas

[32] "Professora titular e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM) da ESPM e pesquisadora associada do Instituto de la Comunicación da Universidade Autônoma de Barcelona (CNPq, 2022).

de consumo e as mídias são usadas e orientadas: 1) para inserir os migrantes à sociedade brasileira e 2) para seus enfrentamentos por cidadania. A palestra "Translocalismo, Refugiados e Espaços Digitais: por uma teoria interdisciplinar e integrada sobre refúgio e tecnologias" abordou sobre a influência das tecnologias de comunicação nos processos de deslocamentos humanos e de integração de refugiados em uma nova sociedade.

A palestrante, professora Amanda Alencar[33], advertiu que é preciso pensar os espaços de pertencimento. Ter a imagem sobre o migrante como aquele que está em um lugar fixo, imóvel e incapaz de se inserir no país de acolhida é restringi-lo ao seu lugar de origem. Entretanto, a temporalidade é um processo importante, porque o migrante "se torna". Por esse motivo, ela reflete que o espaço está ligado à agência e autonomia do migrante. Para melhor compreender o fenômeno dos deslocamentos humanos, ao invés da perspectiva binária (país de origem e país de destino), faz-se necessária uma visão plurilocal. Isso permite observar a agência e as possibilidades de reconstrução de espaço, pois os refugiados e migrantes não ficam presos ao local. Ademais, essas vidas transnacionais se desenrolam fortemente no contexto político do país de acolhimento. Essas são características que emergiram do campo dessa investigação.

Um de seus projetos de pesquisa interroga sobre o papel das notícias televisivas nos processos de integração de imigrantes e refugiados na Holanda e Espanha. Ela contou que foram necessários em torno de dois meses de contato para obter o mínimo de confiança entre os migrantes para realizar os grupos focais para a pesquisa. Dentre algumas descobertas, observou que as notícias sobre os países latinos costumam ser negativas, provocando resistências dessas pessoas à adaptação no país de destino. Ela também confirmou meu questionamento sobre a integração de migrantes a partir do uso de redes sociais. De 2016 a 2019 houve uma melhora na qualidade das informações compartilhadas nessas estruturas (sobre saúde, educação, trabalhos, questões da vida cotidiana) entre os migrantes recém-chegados e aqueles há mais tempo nos países de acolhida. Essa rede de apoio é construída com o uso do *Facebook*, *Whatsapp*, *You Tube*. O *Instagram* é muito utilizado para a divulgação de seus negócios.

Contudo, a palestrante informou que o refúgio e as tecnologias digitais costumam ocorrer em contextos diversos de precariedade digital. Os problemas de acesso à internet e as

[33] "Professora associada do departamento de mídia e comunicação da Erasmus Rotterdam University (Holanda) e vice-presidente da divisão de comunicação intercultural da Associação Internacional de Comunicação. Pesquisadora na área de migração digital" (DESLOCAR, 2021).

desigualdades sociais são fatores que impulsionam as adversidades enfrentadas por esse público. Essa foi outra questão que surgiu nessa pesquisa.

Alguns desses 15 encontros narram impactos positivos decorrentes da ação empreendedora de migrantes em SP, como a autonomia e a possibilidade de contratação de funcionários, gerando trabalho e renda para mais famílias. Outros, no entanto, observam que essa população é formada majoritariamente por pessoas qualificadas e com dificuldades para validar seus diplomas. Enfatizam que a maioria deles são microempresários, não têm funcionários e são informais, principalmente ao falar sobre os migrantes da nova diáspora negra em SP. A desinformação sobre documentação, problemas com o idioma, o elevado custo de vida na cidade, o abalo emocional, preconceitos e dificuldades no acesso ao crédito são indicados como desfavoráveis à ação empreendedora.

Discutem sobre o racismo e a xenofobia enfrentados pelos migrantes africanos no Brasil e indagam de que maneira é possível pensar em um estado de bem-estar na construção de novos mecanismos para seguir avançando na linha de uma política antirracista. E, acrescentam que a política pública permitirá a constituição de elementos estruturais que os possibilitem construir soberania. Para tanto, atentam que é preciso fazer parte das soluções desses problemas. Por isso, apontam que em vários países europeus e americanos existe um discurso político, internacional e ideológico, sobre a segurança das fronteiras. Esse discurso anti-imigrante, explicam, se converte em uma "estratégia política", quando deveria haver uma "política estratégica" para a livre circulação de pessoas. Advertem que há duas fronteiras nesse discurso: a concreta e a abstrata. A concreta é realizada por meio de muros e legislações. A abstrata está presente na xenofobia e no racismo.

Informam que é preciso desmistificar o discurso sobre migrações em relação à sociedade brasileira. Ele contempla ideias equivocadas sobre a migração no Brasil. Entre elas, o mito de que o Brasil está sendo invadido por migrantes. Há muito mais brasileiros vivendo em outros países do que pessoas de outras nacionalidades residindo no Brasil. Menos de 1% da população brasileira é composta por migrantes. Além disso, imaginar que os migrantes se deslocam para o Brasil para usufruir dos serviços de saúde, educação e serviços públicos sem contribuir com nada é uma visão distorcida. Notam que basta consumir no Brasil para pagar impostos. Trabalhando, essas pessoas também pagam vários tributos. Alguns empreendem e contratam funcionários. Muitos deles chegam ao território nacional com mestrado, doutorado, são profissionais em diversas áreas, inclusive naquelas em que o Brasil é deficitário. No entanto, os entraves para a validação de seus diplomas, os impossibilita de exercer funções de maior qualificação e muitos caem na linha de pobreza.

Abordam sobre a Lei de Migração que, nesse governo, é voltada às atribuições do Estatuto do Estrangeiro. Assim, o migrante é visto como uma pessoa perigosa. Esse olhar permeia principalmente os migrantes vindos da África e das ilhas caribenhas. Mas, acomete mais as mulheres negras, africanas, indígenas e refugiadas. Discutem o enfraquecimento da colocação das pautas migratórias em arenas pública e política com a saída do Brasil do pacto global da ONU sobre migração. Reforçam a relevância de debater políticas públicas e de estarem presentes nessas arenas.

Um dos objetivos desses debates é articular diferentes atores para trabalhar com o fenômeno migratório e as perspectivas dessas pessoas e sobre suas vidas por diversos ângulos. Por isso, dentre outras temáticas trazidas, questionam por que essas pessoas só podem trabalhar na cozinha ou fazer tranças. Afinal, qual o motivo para atuarem somente em trabalhos subalternizados? Alertam para programas sociais clientelistas que aprofundam a marginalização. Discutem sobre o incremento da violação aos direitos humanos propiciado pela pandemia. Apresentam cenários sobre aqueles que trabalham no setor informal e a possibilidade de reativar seus microempreendimentos com os quais sustentavam suas famílias e enviavam remessas a seus países de origem.

A maioria dessas discussões, no entanto, aborda as causas estruturais como responsáveis pelas migrações (ALDRICH; WALDINGER, 1990; ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013; CRUZ; FALCÃO, 2016) e reivindicam a importância dessas populações nos países de destino mediante visões economicistas, transformando-os em ativos (CAVALCANTI; MACÊDO, 2018; PARISE, 2018). Em alguns desses eventos, os migrantes assumem uma postura de desaventurado. Mas, na maioria dos encontros, os líderes exigem a sua construção como sujeitos com possibilidade de ação e transformação de realidades. Ainda assim, percebo que são poucas as ações em que assumem o protagonismo, mesmo nessas rodas de conversa. Em geral, se apresentam como consumidores de projetos e programas voltados às migrações, tal como Andion et al. (2017) sinalizaram acontecer em muitas iniciativas supostamente voltadas para a inovação social. Também, em vários desses eventos, encontravam-se os mesmos líderes de algumas comunidades de migrantes africanos e haitianos em SP e as mesmas ONGs, universidades, grupos de pesquisadores nacionais e internacionais, instituições filantrópicas e outras organizações da sociedade civil. Alguns dos quais entrevistei.

Observei que todas essas questões se atravessam. Elas interferem umas nas outras - migrações, empreendedorismo étnico, racismo, xenofobia, violência policial, educação, direitos humanos, invisibilidade como política pública, entre outras adversidades. É possível

ligar pontos entre todas elas para compreender como esses migrantes da nova diáspora negra em SP emergem como empreendedores e, ao fazê-lo, de que maneira seus negócios se relacionam com essas controvérsias e conflitos nas arenas pública e política. É preciso enfatizar, ainda, que nessas arenas há diferentes interesses, lógicas e posicionamentos. Há atores que falam num tom mais elogioso do empreendedorismo, enquanto outros o criticam de forma dura. Articular, mobilizar atores para as redes, estabelecer conexões passa por enfrentar controvérsias entre eles (CEFAÏ, 2013; 2017a; 2017b). Esse ponto é explorado no capítulo 7 desse trabalho, onde construo as análises.

6.2.3 Trabalho Voluntário

Foi no dia 04 de maio de 2021 que Maria Nilda, coordenadora do programa Deslocamento Criativo, me convidou para trabalhar como voluntária no Espaço *Wema*. Esse convite aconteceu quase um mês depois de nossa conversa.

Há nove meses participando desse projeto, o meu trabalho tem sido o de colaborar com pesquisas sobre as histórias dos povos, de seus países e tradições culinárias do continente africano. Levanto informações gerais sobre a pátria africana de origem do migrante responsável pelo jantar quinzenal. Pesquiso dados sobre a data da independência, colonizações, principais etnias, língua oficial, dados populacionais, cultura, política e economia, e adversidades enfrentadas por esses povos em seus próprios países. Também busco informações sobre a história do prato oferecido. E, faço a divulgação em minhas redes sociais e em grupos africanos que mapeei no *Facebook* e no *Instagram*.

Nos comunicamos por *Whatsapp*. Nilda me inseriu em um grupo específico que trabalha com a parte de comunicação e marketing digital. Somos cinco pessoas responsáveis pela pesquisa, elaboração de conteúdo, fotografia, divulgação, atualização de páginas no *Instagram* e *Facebook* etc. Ou seja, esse grupo cuida das ações de comunicação por meio da internet para divulgar e comercializar os jantares africanos.

Nesse grupo, Nilda ofereceu a seguinte descrição sobre o Espaço Wema:

"O "Espaço Wema", em SP (Wema, em Swahili, significa bondade) é um projeto criado com o intuito de promover inclusão e destacar a cultura africana por meio da gastronomia. Wema valoriza a contação de histórias sobre os ingredientes que compõem as receitas, enfatizando riquezas nutricionais e as expressões que cada migrante traz da sua origem. @espacowema conta com uma rede de apoio: Projeto Deslocamento Criativo, Grupo de mulheres do Brasil, Movimento MSTC e Cozinha da Ocupação 9 de julho.

Idealizado por Karasi, migrante vinda da República Democrática do Congo, que sonha em reunir outros de várias origens para preparar e oferecer comida original, preparada por cada um deles. Também mostrar que sabores africanos são maravilhosos, tem preparos diferenciados conforme as origens, e são muito saudáveis. A África é um continente!"

As Figuras 18, 19 e 20 são um exemplo do trabalho para a divulgação de um dos jantares realizados. Normalmente, quando a cozinheira é uma líder de uma das comunidades migrantes ou é mais conhecida desse público e por brasileiros, as vendas são maiores. Entretanto, na tentativa de cativar o público brasileiro que não faz parte das redes de migrantes, são oferecidos jantares com a descrição dos ingredientes e, também, na versão vegana.

Figura 18 – Capa



Fonte: Espaço Wema, 2021

Figura 19 - Jantar africano comemorativo



Fonte: Espaço Wema, 2021

Figura 20 - Reservas



Fonte: Espaço Wema, 2021

O texto que acompanhou as fotos foi bem reduzido para caber no espaço liberado para a publicação.

> JANTAR AFRICANO COMEMORATIVO: DIA 30|JUNHO
> Prato: Madesu ya pembe na mbisi yako kauka
> Receita feita com o afeto de Hortense Mbuyi, da R.D. Congo
> Reserve o seu até 12h do dia 30|06|21
> Link: https://iperum.com.br/wallet/ofertas/5aad16cadb93c02e5546f7442ac41740
> Menu: feijão branco com peixe bagre defumado, arroz, salada de beterraba, farofa de banana da terra, hortaliças e especiarias. Vegetarianos poderão escolher a opção sem peixe.
>
> Dia 30 de junho é comemorado 60 anos da independência de República Democrática do Congo, país de origem da líder deste jantar, Hortense Mbuyi. Por isso, ofertamos um prato afetivo típico, preparado com todo carinho e simbolismos. “VIVA! LIBERDADE PARA TODOS OS CONGOLESES”
>
> A Dra. Karasi formou-se em direito na R.D. Congo, e há 5 anos migrou para o Brasil, foi eleita representante do Conselho Municipal de Imigrantes - CMI.
>
> Entregas até 10km do centro a ser feita pelos @entregadoresantifascistas - prato R$ 35,00 + taxa de entrega. Interessadxs que estejam fora desse raio poderão retirar no local: Ocupação 9 de Julho, Rua Álvaro de Carvalho, 427.
>
> IMPORTANTE: pedidos pelo link até 12h do dia 30/junho. As entregas ocorrerão das 18h30 às 20h30, no dia do evento.
>
> REALIZAÇÃO:
> @espacowema: Gastronomia e histórias africanas motivadas pela alimentação afetiva. Uma iniciativa de inclusão que visa gerar renda e, sobretudo, difundir a riqueza da culinária e a cultura africana. @deslocamento. criativo: plataforma que busca conectar refugiados e imigrantes à economia criativa, em SP, e auxiliar no desenvolvimento sustentável.

REDE DE APOIO
Como se diz na África “É preciso uma aldeia para se educar/cuidar de uma criança”, do mesmo modo, contamos com o apoio de:
Movimento MSTC @movimentomstc
Cozinha da Ocupação 9 de Julho @cozinhaocupacao9dejulho
Consulado da Mulher @consuladodamulher
Arabs Productions @arabsproductions
Horta do bairro da Saúde @sergioshigeeda

O texto original traz informações sobre particularidades da gastronomia da RDC, agricultura e os dois Congos – República Democrática do Congo e República do Congo. Os recortes foram necessários para que os demais dados pudessem ser incluídos. Nesse caso, a pesquisa “extra” costuma ser postada no *Facebook*.

Me apresentei ao grupo no primeiro dia, contando um pouco sobre esse trabalho e fui bem recebida pelos demais. A mensagem de boas-vindas que Maria Nilda postou foi: “Que fique consciente: entrou aqui, virou macumbeira! Gastronomia é alquimia!”. Participar desse projeto também possibilitou que eu atuasse ativamente, contribuindo com as pesquisas e os textos que acompanham as fotos e divulgações dos jantares, e me aproximou de Nilda e de Karasi, que já apresentei anteriormente.

Mas, esse grupo também compartilha diversas informações sobre as problemáticas migratórias, principalmente aquelas relacionadas às mulheres migrantes e negras em SP e que são postadas nas páginas do Wema na internet. São vídeos caseiros elaborados por migrantes, reportagens que abordam sobre os parceiros do projeto e sobre o Wema, textos diversos coletados nas redes sociais e encaminhados por migrantes conhecidos de Nilda. Porém, somente Maria Nilda e eu costumamos nos manifestar sobre as temáticas. Talvez isso se deva porque as demais integrantes não são migrantes e não trabalham com as causas migratórias.

O último jantar elaborado foi em dezembro de 2021. Junto com ele também foi oferecida uma oficina para ensinar a cozinhar pratos africanos. A retomada das atividades está prevista para fevereiro de 2022. Desta vez, sem o apoio do Deslocamento Criativo. Maria Nilda explicou que agora Karasi terá que dar continuidade sozinha ao espaço. O Deslocamento Criativo auxilia no início, ensina e providencia algumas ferramentas para o desenvolvimento de projetos voltados às comunidades de migrantes. Mas, são eles quem dão seguimento aos negócios, me contou. Nesse caso, eu poderei escolher entre continuar como voluntária no Deslocamento Criativo ou no Espaço Wema.

Também fui chamada para participar do projeto de extensão “Formação de Rede Sociotécnica com Imigrantes e Refugiados”. Ele é organizado pelo Fórum Fronteiras Cruzadas e o Grupo de Pesquisa Metamorfoses do Mundo do Trabalho (GPMT). O objetivo é

propor iniciativas a serem realizadas pela comunidade da UNICAMP em conjunto com associações/coletivos de migrantes.

Esse convite veio depois que Karina respondeu ao meu questionário em março de 2021 e conheceu as metas desse trabalho. Ela acredita que os levantamentos feitos nessa pesquisa poderão auxiliar no mapeamento de redes étnicas, apresentando outros agentes (serviços públicos de atendimento à população migrante de Campinas e região metropolitana de SP, universidades, movimentos sociais, sindicatos, ONGs, coletivos e associações), possibilitando conhecer novas realidades e auxiliando nas trocas entre a universidade e as populações migrantes. Por isso, solicitou que eu participasse do eixo "1. Informação e Direitos (pesquisa e engajamentos)". No entanto, minha contribuição acontecerá após a defesa desse trabalho.

Karina também me incluiu no grupo de *Whatsapp* "Fronteiras UNICAMP 2021". Esse grupo tem em torno de 50 participantes. Esse número é alterado conforme entram novos inscritos no projeto. Os líderes de comunidades de migrantes africanos e haitianos fazem parte desse coletivo. Entre eles estão Karasi, Gerard e Bomani que também são os administradores do grupo. Há alguns migrantes de outras nacionalidades, vindos da Venezuela e Colômbia, por exemplo. Mas, são pouquíssimos os migrantes negros. A maior parte dos participantes é formada por pesquisadores das temáticas migratórias.

Ao serem inseridos, os novos integrantes se apresentam ao grupo. Eu fiz o mesmo. Entretanto, tomei alguns cuidados para que minha escrita pudesse ser compreendida por todos. Queria que tanto os professores e participantes de instituições diversas, como os migrantes, que em vários casos tem pouco conhecimento do idioma português, entendessem o objetivo do meu trabalho e o interesse em participar do grupo. Talvez, isso possa, de certa forma, ter me deixado em desvantagem. Por um lado, observei que aqueles que apresentaram suas qualificações profissionais com certa imponência costumam obter retornos dos participantes, quando solicitado. O mesmo não acontece quando faço alguma postagem ou solicito alguma informação. Por outro lado, pode se tratar de pesquisadores que estão há mais tempo atuando no campo das migrações em SP e que, portanto, já são conhecidos pelos público científico e migratório.

Independentemente disso, acompanho as conversas nesse grupo. Elas, no entanto, ainda me parecem tímidas quanto às questões migratórias. Não há debates ou proposta de diálogos. Normalmente, são divulgadas ações referentes ao projeto, como o Sarau Multicultural *online*. Outros conteúdos também são postados e todos fazem parte das questões migratórias, como o Curso de Capacitação em Regularização Migratória e Atendimento

Assistencial a Imigrantes e Refugiados, a morte do desembargador Antônio Carlos Malheiros (TJ-SP) – atuante nessa temática migratória –, o curso de idiomas do Centro Interdepartamental de Línguas da FFLCH/USP, entre vários outros.

Porém, houve uma ação que me fez perceber um outro propósito deste grupo. Em março de 2021, houve uma invasão policial em um abrigo de refugiados venezuelanos em Roraima. Foi encaminhado ao grupo uma nota de repúdio solicitando a assinatura daqueles que fazem parte de movimentos e entidades, além da solicitação de repasse desse assunto para outros grupos de *Whatsapp* e redes sociais. Junto a essa nota, Karina escreveu que a Lei de Migração proíbe a deportação coletiva e sumária de migrantes e que esse "tipo de abordagem feita em Roraima beira ao terrorismo de Estado e temos que encontrar formas de dar respostas." A partir dessa postagem, o grupo passou a assumir um posicionamento de delação. A movimentação ativista passou a fazer parte do escopo com um "pé" na denúncia e na sua comunicação. Esse movimento opera sobretudo na área de direitos humanos e frequentemente aponta para as adversidades enfrentadas por migrantes em SP e Campinas.

Esses dois convites aconteceram meses depois de minhas aproximações de coletivos de migrantes, organizações da sociedade civil e outras entidades. Se deveram, entre outras coisas, às entrevistas, onde foi possível esclarecer sobre os objetivos da pesquisa e me apresentar, e à persistência em me fazer presente em eventos e debates sobre as questões migratórias. Participar desses projetos auxiliou a compreender algumas intrínsecas relações entre migrantes, seus negócios e outros agentes em suas redes, conexões e agenciamentos. Eu exploro a cartografia dessas controvérsias entre os atores apresentados nessas seções quanto às questões do empreendedorismo desses migrantes e como eles se associam a essas organizações e circulam nesses eventos no próximo capítulo.

7 SÍNTESE DA PARTE II E ANÁLISES – A EMERSÃO DOS MIGRANTES DA NOVA DIÁSPORA NEGRA COMO EMPREENDEDORES ÉTNICOS E SUAS DISTINTAS FORMAS DE ENGAJAMENTO NAS ARENAS PÚBLICAS

> As ações só "fazem diferença" num mundo feito de diferenças (LATOUR, 2012, p. 359).

"Para que descrever? Por que não denunciar e agir, simplesmente?" questiona Cefaï (2013, p. 282). Dito de outra forma, como não permitir que o trabalho descritivo se torne simples ferramenta para o voyeurismo, em que o leitor tranquilamente se deleita sobre as histórias contadas, ou que extravase piedade e compadecimento sobre os enfrentamentos dos representantes da nova diáspora negra em SP e suas ações para o empreendedorismo?

Uma pesquisa pragmatista procura auxiliar a comunidade a refletir sobre si mesma e o fenômeno do qual participa. Ela a equipa com observações que contribuem para suas ações e mobilizações. Esse tipo de investigação apresenta maneiras diferentes de "ver, dizer e fazer ao mesmo tempo em que arma novas capacidades de ação" (CEFAÏ, 2013, p. 282). A investigação de campo desempenha o papel de tradutora, pois mostra os modos que formam um conjunto ordenado de ações dos sujeitos. (N)etnografar é descrever de que maneira os agentes agem coletivamente. Portanto, um trabalho pragmatista se preocupa em mostrar múltiplas perspectivas para o cenário existente. Dessa forma, a descrição é um instrumento de empoderamento, pois permite apoiar os agentes envolvidos ao ampliar sua visão sobre suas compreensões do contexto em que estão inseridos, detectando ações na situação atual, e a desenhar novos horizontes para o futuro (CEFAÏ, 2013).

Esse é o momento em que retomo a revisão da literatura, entrelaçando-a com os dados construídos em campo. Teço as análises resultantes dessa netnografia, explicitando como os migrantes representantes dessa nova diáspora negra em São Paulo emergem como empreendedores étnicos, e as diferentes formas como colocam as questões raciais e migratórias em arenas pública e política. Realizo as análises dialogando mais de perto com autores pragmatistas, de acordo com a visão da sociedade formada por redes de agenciamentos e conexões entre atores humanos e não-humanos (CALLON, 1984; LATOUR, 2012), e principalmente com Daniel Cefaï, e sua Sociologia dos Problemas Públicos, ao abordar sobre a imposição de interesses e aspirações coletivas em espaços públicos e políticos da nova diáspora negra em SP (DEWEY, 1946; CEFAÏ, 2017a).

Entretanto, faço duas observações. Primeiro, não existe pesquisador neutro, nem desencarnado. Essa foi uma advertência que meu orientador sempre me fez e que assumo para

mim. Não há um pesquisador que não tenha corpo, gênero, sexualidade, raça/etnia. Está clara a minha identificação com as mulheres migrantes cujas narrativas de vida reconstruí. Essa identificação é de gênero. Ela também perpassa pelos recortes sociais de classe, e pelas adversidades ao se notarem mulheres estrangeiras que vivem e lutam em outra cultura. Percebo nesse processo a importância da reflexividade na pesquisa qualitativa, em particular naquela de cunho (n)etnográfico, pois as histórias e experiências dessas mulheres me impactaram sobremaneira.

Por isso, as minhas explorações não estarão libertas daquilo que sou: uma mulher atravessada por múltiplas identidades. Assumo uma postura em que a interpretação que faço está pautada também nas minhas experiências, como uma mulher latina, antirracista, feminista e contra a xenofobia sofrida por migrantes dessa nova diáspora negra no Brasil.

Ademais, a (n)etnografia é uma pesquisa que se faz a partir da vida, que transformamos em ciência, mas que não deixa de ser vida. Porém, procurei também construir certo distanciamento a fim de apresentar análises objetivas, baseadas em categorias analíticas e empíricas, histórias e contextos. Esse exercício de reflexão foi realizado por meio das observações e descrições, permitindo me abster de julgamentos de valor, sempre que possível (CEFAÏ, 2013).

Segundo, essa investigação é sobre o empreendedorismo realizado pela nova diáspora negra em SP e o estabelecimento de seus negócios como meio para pautar as questões raciais e migratórias em arenas pública e política. Contudo, há intrincadas relações entre o fenômeno e as pessoas. Isso compreende dizer que ser migrante e ser empreendedor negro em SP envolve uma série de adversidades que são representadas por intersecções sociais, raciais, de gênero e de outros marcadores que emergiram do campo de estudo. Tudo isso é necessário para a compreensão dos agenciamentos, conexões e redes formados por esses migrantes empreendedores e sua atuação junto a essas comunidades.

7.1 A EMERSÃO DOS MIGRANTES DA NOVA DIÁSPORA NEGRA EM SP COMO EMPREENDEDORES ÉTNICOS

Os empreendedores entrevistados vivem em comunidades de migrantes na zona Leste e no centro de São Paulo. Seus negócios estão localizados na região central, nos bairros da Liberdade, Brás, São Bento, Consolação e República. Esses migrantes têm empreendido nos setores da alimentação (restaurantes e mercado de comida típica), vestuário (lojas de roupas), artes plásticas (pinturas), negócios sociais (consultoria e marca de roupa), música (canto e

dança) e artesanato (confecção de bonecos e brinquedos educativos). Todos residem no Brasil há, no mínimo, 8 anos.

Entre eles, há uma advogada com formação em Direito Econômico e Social, professores de História, Línguas e Literatura Africana, artista plástico, aeromoça. Com exceção do artista plástico e do fundador de um dos negócios sociais, os demais não têm conseguido exercer suas profissões no Brasil. Um dos principais problemas apontados por eles é a dificuldade para validar seus diplomas (DIAS, 2020).

Um dos entrevistados viajou para São Paulo por intermédio de um convênio firmado entre o Brasil e universidades de Guiné-Bissau e se formou em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela UNESP. Hoje, ele é modelo, ator, ativista e fundador de uma marca de produtos que tem o objetivo de combater o olhar estereotipado de grande parte dos brasileiros sobre o continente africano. Uma outra migrante teve sua entrada no Brasil facilitada pelo convite de seus tios, diplomatas da embaixada da República dos Camarões em Brasília. Ao visitar São Paulo, observou que na cidade não existiam restaurantes de comida africana. Havia somente espaços idealizados e frequentados por africanos. Então, ela concebeu um restaurante que deveria ser uma casa de disseminação das culturas africanas. Embora essas passagens de suas histórias se mostrem exitosas, as trajetórias dos empreendedores entrevistados demonstram uma série de contratempos que enfrentaram (e, em vários casos, ainda enfrentam) ao passar a viver em SP.

Há migrantes empreendedores que optaram por se refugiar na capital paulista para escapar de perseguição política (ACNUR, 1954; 2010) sofrida em seus países de origem. Outros pertencentes a essa diáspora buscam transverter as dificuldades financeiras confrontadas em seu continente e que, em vários casos, continua no país de acolhimento. Hoje, alguns são responsáveis pelo sustento de seus familiares que permanecem na África ou no Haiti. A barreira do idioma foi um entrave encontrado por todos os que não são provenientes de países de língua portuguesa. Ademais, vale ressaltar que alguns entre eles moraram em albergues da prefeitura ou de ONGs, ou mesmo nas ruas. A maioria realizou trabalhos subalternizados e atuou no mercado informal (BBC NEWS BRASIL, 2018; MANTOVANI, 2020).

O Brasil é apontado pelos entrevistados como um país de poucas oportunidades e de trabalho mal remunerado. Alguns disseram que seus amigos e familiares os questionam sobre o motivo de escolherem esse país para morar. Ainda que não tenham falado abertamente sobre suas razões, eles reconheceram que as políticas migratórias europeias e norte-americanas são mais restritivas quanto à entrada e permanência, inclusive com cotas para ingresso de

refugiados. Também, afirmaram que se sentiram influenciados a escolher o Brasil como destino devido às representações da sociedade brasileira demonstradas em novelas e pela popularidade do futebol no país.

Suas narrativas sobre racismo e xenofobia chamam a atenção. Uma das entrevistadas relatou que as mulheres africanas enfrentam obstáculos para encontrar um companheiro e que costuma alertá-las a esse respeito. Além disso, a discriminação racial também permeia o seu negócio. Noto que essas colocações são resultado de suas vivências e que ser uma mulher negra e africana no Brasil traz obstáculos na vida familiar e na atividade econômica. Vários migrantes entrevistados se descobriram negros no Brasil. E se revelaram surpresos por essa situação. Nos países da África esse não é um ponto discutido, disseram, pois a maior parte da população é negra. Outros mostraram uma forte indignação sobre essa temática, e ressaltaram que as dificuldades são encontradas não apenas na relação com pessoas brancas. Isto porque existem tensões nas interações no interior das próprias comunidades negras e migrantes, em razão da clivagem entre os grupos étnicos.

Diante desse cenário de adversidades, os representantes da nova diáspora negra em São Paulo têm iniciado seus empreendimentos étnicos como meio de prover a subsistência para si próprios e para suas famílias (BORJAS, 1986; ZANFORLIN; COGO, 2019). Trata-se de um empreendedorismo por necessidade, que se vincula às comunidades étnicas, abastecendo-as com produtos e serviços que não são facilmente encontrados na sociedade hospedeira (ALDRICH; WALDINGER, 1990).

Em alguns casos, quando sanadas as necessidades básicas para sua sobrevivência e a de sua família, os migrantes africanos e haitianos têm percebido que seus empreendimentos podem engajar um público mais amplo do que aquele formado pelas suas comunidades étnicas. Consequentemente, eles têm agido em duas frentes: exploração de oportunidades econômicas em São Paulo (ZHOU, 2004) e colocação das questões raciais e migratórias nas arenas pública e política (CEFAÏ, 2017a, 2017b; DEWEY, 1946), ainda que de forma tímida.

No entanto, esse cenário é só uma ponta do *iceberg* que estudos sobre empreendedorismo étnico, debruçados sobre análises funcionalistas e/ou estruturalistas, conseguem captar. Ao considerarem evidente algumas questões sobre como esse empreendedorismo acontece e destacar o que funciona, negligenciam a descrição densa das ações coletivas dos sujeitos (CEFAÏ, 2013). Superar essa lacuna é fundamental para entender a complexidade que cerca a emersão desses migrantes como empreendedores e as suas ações empreendedoras, que vão além do campo econômico.

Os migrantes dessa nova diáspora negra em SP emergem como empreendedores a partir de uma complexa rede que os entrelaça com atores humanos e não-humanos (CALLON, 1984; LATOUR, 2012). O início e a continuidade de seus empreendimentos estão fortemente relacionados com os tipos de associações, agenciamentos e conexões que possuem e quais conseguem alcançar.

Com relação aos atores não-humanos, certamente o vírus da COVID-19 foi um que interferiu na forma como essas conexões, agenciamentos e redes passaram a se comportar. Ele atravessou os meios como os empreendedores dessa diáspora em SP transitam entre as arenas, posicionando seus negócios pelas causas raciais e migratórias. Foi devido às consequências dessa doença pandêmica, que dificultou a condução de negócios e a publicização do debate em torno das adversidades enfrentadas por esses migrantes (DEWEY, 1946; CEFAÏ, 2017a), que outros atores não-humanos entraram em cena (CALLON, 1984; LATOUR, 2012): as redes sociais.

O *Instagram* e o *Facebook* passaram a ser ativamente usados pelos empreendedores da nova diáspora negra em SP. Ainda que ambas as ferramentas sejam mobilizadas coletivamente com o intuito de publicizar as problemáticas enfrentadas por essa população de migrantes (DEWEY, 1946; CEFAÏ, 2017a), há diferenças na sua aplicabilidade. O *Instagram* é empregado para a divulgação e comercialização de produtos e serviços. Ele serve para fomentar o comércio étnico, iniciando algum negócio ou mantendo-o ativo. Para fortalecer os laços entre os diversos agentes voltados às causas raciais e migratórias, o *Facebook* é mais utilizado. Inclusive, essa é a ferramenta mais aplicada com o propósito de atingir outros coletivos que não estão inseridos no âmbito das causas migratórias.

Os principais atores humanos mapeados nessa pesquisa são aqueles que fazem parte de grupos que compõem as cenas públicas ao redor das adversidades raciais e migratórias (CEFAÏ, 2011): coletivos em redes sociais, imprensa jornalística, organizações da sociedade civil e outras entidades, órgãos governamentais e organização de classe, agências internacionais, grupos de pesquisadores e de projetos e instituições de ensino superior.

Entre os migrantes há aqueles em que suas conexões já estão presentes em seu país de origem. Esse é o caso de Bomani que passou a residir em SP para terminar seus estudos intermediados por um convênio entre as universidades da Guiné-Bissau e do Brasil. Outra situação é quando a conexão é determinada por laços familiares. Badu foi convidada a morar em território brasileiro por seus tios diplomatas da Embaixada da República dos Camarões em Brasília. Porém, todos os demais migrantes entrevistados possuem menos pessoas influentes em suas redes. E, dificilmente saem de suas comunidades. Normalmente, estas se encontram

na mesma situação vulnerável que eles enfrentam. Eles demoram para chegar às ONGs por desconhecerem a sua existência e devido a encaminhamentos tardios. Além do mais, diferentemente do que estudos sobre empreendedorismo étnico costumam apontar (ALDRICH; WALDINGER, 1990; KEEFE, 1992), esses migrantes não tiveram apoio de sua comunidade étnica. Há muitas disputas entre os migrantes africanos e caribenhos e a relação entre étnicos e co-étnicos é conflituosa. Em várias circunstâncias, para emergirem como empreendedores é preciso fazer parte de conexões e associações que possibilitem o acesso às ONGs ou a proximidade com vizinhos brasileiros.

O motivo que os levaram a sair de seu país natal e o contexto em que estão inseridos no Brasil também refletem em suas ações empreendedoras. Existem diferenças entre os empreendedorismos realizados por migrantes e refugiados. Aqueles que buscam melhores oportunidades de trabalho para si mesmos e suas famílias, que muitas vezes, continuam em sua pátria, encontram menos adversidades do que as pessoas que saíram de seus países para salvaguardar a própria vida e a de seus familiares. A violência que faz parte do quadro de vida do refugiado, o deixa ainda mais suscetível às adversidades.

Ademais, mesmo com condições de atravessar o Atlântico de avião, os migrantes negros chegam ao Brasil em situações precárias. A carência de uma política de acolhida ao migrante piora esse cenário. Um deles, inclusive, foi morador de rua por alguns meses em SP. Portanto, a circunstância que vivenciam no Brasil é outro ponto a ser considerado na dinâmica do empreendedorismo étnico. Essa é uma faceta que estudos estruturalistas sobre migração conseguem abranger bem (SMALLBONE; KITCHING; ATHAYDE, 2010; (RIDDLE; BRINKERHOFF, 2011; CHURCHILL, 2017). As estruturas políticas, econômicas e sociais afetam as escolhas e opções para abrir e manter seus negócios. O racismo, a xenofobia (MANTOVANI, 2018; DIAS, 2020), as complexidades para a validação de diplomas (DIAS, 2020) e a política de securitização (FELDMAN-BIANCO, 2018; 2019) que vem sendo adotada pelo atual governo brasileiro são os maiores entraves para que migrantes africanos e caribenhos se insiram no mercado formal de trabalho e possam exercer suas profissões.

A rota percorrida para o empreendedorismo étnico também influencia a forma como esses empreendedores iniciam e mantêm seus negócios. Em várias circunstâncias, ONGs e projetos são criados devido às oportunidades financeiras observadas no contexto migratório. Em algumas ocasiões, isso implica em levar adiante planos que não trazem benefícios duradouros aos migrantes. As organizações da sociedade civil e outras entidades relativas às causas migratórias, e agências nacionais e internacionais têm realizado palestras e idealizado projetos que propiciem o empreendedorismo desses migrantes. Essa forma de empreender,

por vezes, é apresentada por essas entidades como o remédio para todos os males enfrentados pela nova diáspora negra em SP.

A panaceia do empreendedorismo étnico (ou cultural – como algumas agências chamam) está presente em algumas cenas públicas (CEFAÏ, 2011) como o *mainstream* do empreendedorismo realizado por migrantes no Brasil. No entanto, há fragilidades nessa forma de empreender. Ela ocorre conforme o projeto idealizado por institutos e financiadores, ao invés de acontecer por meio de sua escolha por um determinado tipo de negócio ou área de atuação. Os programas se voltam, especialmente, para o setor gastronômico. O acompanhamento criterioso sobre o potencial real dos negócios somente é feito se este for um critério exigido pelos financiadores. Normalmente, após o término dos cursos oferecidos por entidades e agências, os migrantes ficam por conta própria. O pouco conhecimento sobre as realidades desses negócios gera dados insuficientes para contribuir para a formulação e desenvolvimento de outros projetos.

A pesquisa revelou, ainda, que a identidade étnico-racial e a condição de migrante estabelecem intersecção com outros marcadores sociais da diferença (idade, estado civil, gênero, classe, paternidade/maternidade) para explicar a trajetória desses empreendedores. A exclusão social não é característica comum somente da sociedade brasileira. Ela permeia até mesmo os coletivos de migrantes, quando discriminam aqueles que se encontram em situação de refúgio, e os movimentos sociais que nem sempre compreendem a condição de maior insegurança em grupos de migrantes negros e racializados.

O Quadro 6 – “Os caminhos para o empreendedorismo” busca sintetizar o fenômeno da emersão como empreendedores étnicos dos sujeitos representantes da nova diáspora negra em SP.

Quadro 6 - Os caminhos para o empreendedorismo

Principais Atores	**Atores não-humanos**: COVID-19, TICs e Redes Sociais (*Instagram* e *Facebook*), reportagens jornalísticas, dispositivos legais. **Atores humanos**: grupos em redes sociais, imprensa jornalística, organizações da sociedade civil e outras entidades, órgãos governamentais e organização de classe, agências internacionais, grupos de pesquisadores e de projetos e instituições de ensino superior.
Dependência de redes, conexões e agenciamentos	**Que bloqueiam**: Demora para alcançar as ONGs; Menos pessoas influentes em suas redes; Não saem de suas comunidades; Falta de apoio da comunidade étnica. **Que favorecem**: Conexões no país de origem; Acesso às organizações da sociedade civil e outras entidades e vizinhos brasileiros; Participar de grupos nas redes sociais; Pessoas influentes em suas redes.
Motivo de saída da pátria e contexto no Brasil	**Saída do país de origem**: Convênio entre universidades de ambos os países; Migrantes: a procura de melhores oportunidades de trabalho e vida para si mesmos e suas famílias em terra natal; Refugiados: grupo de maior vulnerabilidade. **Chegada ao Brasil**: Em sua maioria, os migrantes negros chegam ao Brasil sem pertencer a alguma rede de apoio (falta de uma política de acolhimento ao migrante). Também não são amparados pela comunidade migrante. **Cenário que vivenciam no Brasil**: Dificuldade para inserção no mercado formal de trabalho; Problemas para a validação de diplomas; Racismo, xenofobia, política de securitização.
Rota seguida para o empreendedorismo	A panaceia do empreendedorismo étnico participa de algumas cenas públicas (CEFAÏ, 2011) como o *mainstream* do empreendedorismo realizado por migrantes no Brasil.
Intersecção com outros marcadores sociais	Raça e identidade de migrante estabelecem intersecção com outros marcadores sociais da diferença (idade, estado civil, gênero, sexualidade, classe, paternidade/maternidade)

Fonte: Autora
Nota: Elaborado a partir de evidências empíricas.

As formas como esses migrantes da nova diáspora negra em SP emergem como empreendedores influencia as maneiras como, a partir de seus negócios, eles pautam as questões raciais e migratórias nas arenas pública e política. Na próxima seção apresento as distintas formas de engajamento que surgiram do trabalho de campo (n)etnográfico.

7.2 AS DISTINTAS FORMAS DE ENGAJAMENTO

Essa investigação sobre os empreendedores étnicos da nova diáspora negra em SP identificou três perfis de empreendedorismo. Por meio da classificação das experiências recolhidas em conversas com os entrevistados (migrantes, organizações da sociedade civil e outras entidades), das observações diretas e participante, e das notas registradas no diário de campo, foi possível encontrar categorias empíricas conectadas às potencialidades (maior ou menor) desses empreendedores para publicizar as causas raciais e migratórias por meio de seus negócios nas arenas pública e política (DEWEY, 1946; CEFAÏ, 2017a; 2017b). Foi possível perceber que a maneira como esses negócios se relacionam com controvérsias e conflitos que favorecem ou bloqueiam a emergência dessas questões nas arenas está relacionada ao perfil de empreendedor do migrante. Esses perfis apontam para maneiras diferentes de atuação. São eles:

Empreendedorismo Frágil (ou vulnerável): acontece por meio de cursos e projetos de organizações da sociedade civil e outras entidades e agências nacionais e internacionais. Nessa forma de empreendedorismo não surgiram evidências que revelassem a atuação de migrantes para colocar, por meio de seus negócios, as questões raciais e migratórias nas arenas pública e política. Trata-se de um empreendedorismo por necessidade (BORJAS, 1986), mas muito mais vulnerável (CASAQUI, 2018; 2019; ZANFORLIN; AMARAL, 2019; CARMO et al., 2021). O empreendedorismo é apresentado pelos agentes como panaceia, disfarçando a precarização do trabalho e da vida numa sociedade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016; CASAQUI, 2018; 2019). Os projetos elaborados para o empreendedorismo são frágeis. Em sua maioria, há a ausência de acompanhamento da trajetória dos negócios desses empreendedores e, consequentemente de dados que possam auxiliar em melhorias em novos programas. Além disso, há uma carência por planos traçados com os próprios migrantes que, normalmente, são somente consumidores da ação. Dentre os migrantes entrevistados, nenhum se encaixa nessa categoria. Porém, tanto eles, quanto instituições filantrópicas e do poder público abordam sobre a fragilidade dessa forma de empreender.

Empreendedorismo por Necessidade: os migrantes iniciam seus empreendimentos como uma maneira de prover a subsistência para si próprios e para suas famílias (BORJAS, 1986). Ao empreender por necessidade, somente nos casos em que conseguem se estabelecer comercialmente e financeiramente, os migrantes representantes dessa nova diáspora negra em SP passam a atuar em duas novas frentes: exploração de outras oportunidades econômicas (abarcando consumidores para além da comunidade étnica) e a colocação de questões raciais e

migratórias nas arenas pública e política, mas ainda de forma bem tímida. É importante observar que esse perfil, quando há a ampliação do negócio para abarcar outras populações em SP, ainda não se refere ao empreendedorismo imigrante (ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013; DHEER, 2018), pois não houve a identificação, criação e exploração de oportunidades econômicas para iniciar seus empreendimentos.

Contudo, a questão étnica atravessa essa necessidade. Os estabelecimentos se concentram em satisfazer as preferências de suas comunidades. Esse é o Empreendedorismo Étnico abordado pela literatura acadêmica. Entretanto, contrariamente ao que estudos estruturalistas apontam, como o de Aldrich e Waldinger (1990), eles não se beneficiam do acesso a trabalhadores co-étnicos e nem da recepção da comunidade. A solidariedade étnica (ALDRICH; WALDINGER, 1990; KEEFE, 1992) não define os seus negócios étnicos. Há vários conflitos dentro de suas próprias comunidades e coletivos. Essa forma de empreender se aproxima, mas não totalmente, do estudo das pesquisadoras Cederberg e Villares-Varela (2018). As autoras esclarecem que pesquisas sobre empreendedorismo que se dedicam à capacidade de ação dos atores ressaltam as suas características e motivações "individuais". No entanto, elas se afastam dessa visão ao trazerem à tona fatores estruturais para a mobilização de recursos.

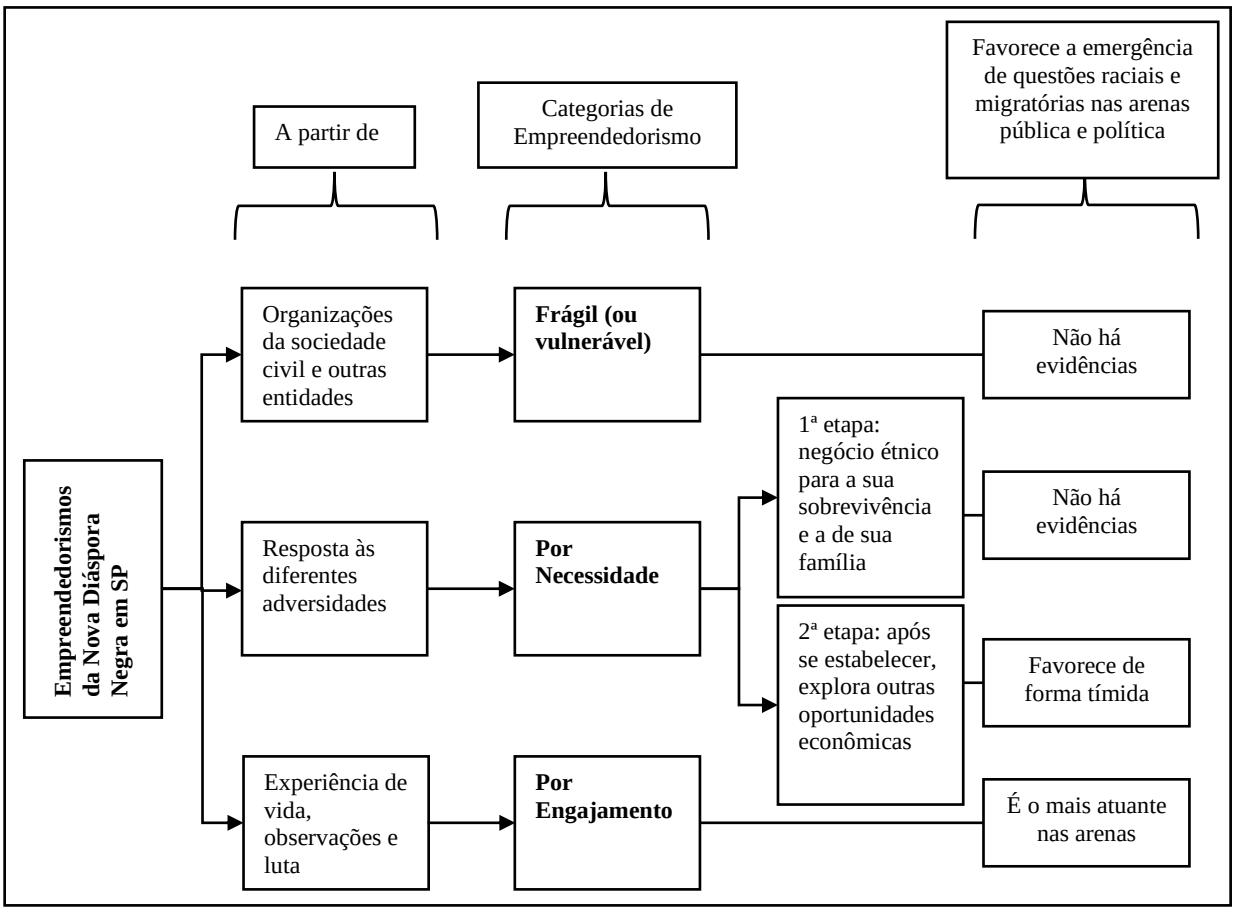
Nesse perfil, o empreendedor não possui disponibilidade suficiente para atuar mais ativamente nas arenas. Sua principal preocupação é com a sobrevivência de seu negócio e, portanto, de sua família. Suas investidas nas arenas pública e política ocorrem quando existem favorecimentos aos seus próprios estabelecimentos, como a melhoria de sua imagem como empreendedor étnico e de sucesso, por exemplo. Dos oito migrantes entrevistados, sete possuem esse perfil. Porém, há exceções, como é o caso de Karasi. Ela iniciou seu negócio por necessidade e possui forte engajamento na colocação de questões raciais e migratórias nas arenas. Entretanto, seu comprometimento com essas questões não ocorre a partir de seu empreendimento. Seu envolvimento nessas arenas é decorrente de seu ativismo iniciado e desenvolvido na militância em sua terra natal.

Empreendedorismo por Engajamento: esse conceito não é analítico. Trata-se de uma categoria empírica, pois surgiu da classificação das experiências dos meus entrevistados. O migrante transforma suas vivências, observações e luta em um negócio voltado a auxiliar a comunidade em que está inserido. Esse tipo de empreendedorismo se aproxima do que a literatura tem chamado de Empreendedorismo Social, como aquele que procura criar benefícios para a comunidade e minimizar problemas sociais, como apontado em estudos de Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006) e Martinelli (2009). Mas, se distancia daquele

enfatizado por Casaqui (2018; 2019) e Zanforlin e Amaral (2019), pois não é fruto de ações de organizações da sociedade civil ou de outros agentes e seu objetivo difere da relativização da vulnerabilidade da população migrante e sua inserção no mercado de trabalho para sua subsistência e de suas famílias. Também não há a mobilização da história pessoal do migrante para chamar a atenção, vinculando-a a uma causa social. Nesse caso, o empreendimento nasce com a missão de colocar as questões raciais e migratórias como um problema público. Portanto, o migrante contribui fortemente para, a partir do seu negócio, trabalhar essas controvérsias e conflitos nas arenas pública e política. Ele é o que mais atua nessas arenas. Porém, o empreendedor engajado, normalmente, sobrevive financeiramente a partir de outros trabalhos. Nesse perfil, dos entrevistados, somente Bomani se encaixa. Ele que veio ao Brasil para continuar seus estudos, é ator, modelo, professor e ativista das causas migratórias e de disseminação das culturas africanas.

A Figura 21 – Tipos de empreendedorismos da Nova Diáspora Negra em SP apresenta a composição das formas de empreender e o grau de atuação nas arenas pública e política.

Figura 21 - Tipos de empreendedorismos da Nova Diáspora Negra em SP



Fonte: Autora
Nota: Elaborado a partir de evidências empíricas.

Ainda, nos Quadros 7 e 8 é possível observar que a identidade de migrantes estabelece intersecção com os marcadores sociais de gênero e classe (migrante ou refugiado), o que também auxilia na compreensão das potencialidades desses empreendedores para colocar as questões raciais e migratórias nas arenas pública e política, a partir de seus negócios.

Quadro 7 - Empreendedores nas arenas pública e política

Nome	**Status no Brasil**	**Negócio**	**Categorias Empreendedoras**	**Atuação nas arenas pública e política**
Bomani	Migrante	Negócio Social	Por Engajamento	Forte
Yerodin	Refugiado	Pinturas	Por Necessidade 1ª etapa	Fraca
Nassor	Migrante	Lojas de roupas e acessórios africanos	Por Necessidade 2ª etapa	Fraca
Gerard	Refugiado	Mercado de produtos brasileiros e haitianos USIH	Por Necessidade 2ª etapa	*Média

Fonte: Autora.

Entre os homens empreendedores, Yerodin, que é refugiado, tem pouca ou fraca atuação nessas arenas. Seu negócio voltado às artes plásticas ainda não é o responsável por seu sustento e o de sua família. Por esse motivo, além do trabalho como artista (pintor), ele realiza vários outros serviços extra para ajudar a complementar a renda mensal. Nassor, por sua vez, pouco contribui para os debates. Ele se volta mais para a sobrevivência de seu próprio negócio. *Gerard parece fazer o caminho contrário. Ele usa a USIH para se projetar nas arenas e, assim, estimular seu negócio e, até mesmo, criar outros.

Quadro 8 - Empreendedoras nas arenas pública e política

Nome	**Status no Brasil**	**Negócio**	**Categorias Empreendedoras**	**Atuação nas arenas pública e política**
Badu	Migrante	Restaurante de Comida Africana	Por Necessidade 2ª etapa	Fraca
Faizah	Migrante	Artesanato (confecção)	Por Necessidade 1ª etapa	Fraca
Amahle	Sem confirmação de visto	Shows (canto e dança) e aulas de dança	Por Necessidade 1ª etapa	Fraca
Karasi	Refugiada	*Delivery* de comidas africanas	Por Necessidade 1ª etapa	Forte

Fonte: Autora.

O grupo de mulheres empreendedoras é mais vulnerável, comparativamente ao dos homens. Essa fragilidade encontra-se, principalmente, em suas histórias vividas em seus

países natal e o contexto que encontram no Brasil. Das quatro, somente Faizah consegue posicionar seu negócio na arena pública, ainda que de maneira tímida. E, apesar de Badu explorar outras oportunidades para seu negócio, como a abertura de um segundo restaurante, ela pouco atua nas arenas. Amahle tem estado presente em alguns cenários de luta por direitos, mas sua atuação só se acirrou diante da possibilidade de ser deportada. Karasi é a única refugiada entre as mulheres africanas. Ela atua fortemente pelas causas migratórias em quase todas as cenas públicas, mas não faz isso a partir de seu empreendimento. Dentre elas, parece ser a migrante com maior vulnerabilidade. Seu negócio étnico ainda está em fase inicial e não garante o seu sustento e o de sua família. Como apontei anteriormente, seu forte envolvimento nas arenas é decorrente de seu ativismo iniciado e desenvolvido na militância em sua terra natal.

É possível observar nesses perfis empreendedores que emergiram da investigação empírica que a responsabilidade por garantir condições dignas de sobrevivência é transferida do Estado para o nível individual. Os empreendedorismos frágil e por necessidade surgem como uma solução emergente em que o empreendedor proclama sua autonomia, apesar de ainda estar preso à precariedade resultante da lógica neoliberal. Isso ocorre ou porque é preciso sobreviver, gerar renda em uma sociedade de desmonte do emprego formal, ou então porque precisa empreender mercantilizando a sua própria imagem. Essa figura do empreendedorismo, por vezes, esconde uma precarização das relações de trabalho (DARDOT; LAVAL, 2016).

No entanto, a despeito do discurso que defende a salvação do mundo contemporâneo por meio da transformação de pessoas/trabalhadores em empresas, é verdade que os sujeitos que representam essa nova diáspora negra em SP empreendem para sobreviver, mas também para fazer ativismo político e social, como no caso do empreendedorismo por engajamento. Usam seus negócios, mesmo que de maneira tímida, para se sentirem representados, para diluir preconceitos por meio da disseminação de suas culturas, para lutar por direitos, para colocar as questões raciais e migratórias nas arenas pública e política. Todo esse processo, obviamente, não está isento de controvérsias entre os vários agentes dessa complexa rede de associações, conexões e agenciamentos.

7.3 UMA INTRINCADA REDE DE ASSOCIAÇÕES, CONEXÕES E AGENCIAMENTOS E SUAS CONTROVÉRSIAS

O problema público nasce (gira) ao redor de várias controvérsias relacionadas a forma de acolhimento de migrantes, principalmente aqueles que são negros, na sociedade brasileira. As principais problemáticas levantadas pela nova diáspora negra em SP são: a indocumentação; a impossibilidade de exercerem suas profissões; a intimidação, repressão e coerção de autoridades policiais e do Estado; o trabalho informal; as ameaças e agressões sofridas em bairros onde vivem; o desconhecimento de seus direitos e; a invisibilidade social. Essas adversidades são causadas pela dificuldade de acesso a direitos, como documentação, validação de diplomas, trabalho formal, moradia e saúde. Nessa ordem, a documentação, a legitimação de suas profissões e o acesso ao mercado formal de trabalho se apresentam como condições primordiais para sua sobrevivência em SP. As questões raciais e xenofóbicas permeiam todas as problemáticas.

Então, ao se associarem e se organizarem, definem seus líderes que procuram convencer e mobilizar outras comunidades para ampliar suas ações junto aos poderes públicos. Quando estes não se manifestam, debatem suas necessidades em arenas paralelas, desenvolvendo suas próprias identidades, definindo seus interesses, buscando legitimar ou invalidar as situações problemáticas (CEFAÏ, 2017a). Ao ocupar seus espaços na política, os grupos impõem o reconhecimento de seus interesses e aspirações (DEWEY, 1946; CEFAÏ, 2017a). É diante desse contexto que coletivos de migrantes, organizações e instituições, em momentos e lugares distintos, se associam e se concentram em identificar, definir e estabelecer um problema (LATOUR, 2012; CEFAÏ, 2017a). É dessa maneira que nasce simultaneamente o problema e seu público (CEFAÏ, 2011; 2017a). Isso lhes fortalece para assumirem uma postura mais ativa nas arenas pública e política, se contrapondo a opressões e reivindicando direitos (DEWEY, 1946; CEFAÏ, 2017a) por meio de complexas associações envolvendo diferentes atores, inclusive os poderes públicos (CEFAÏ, 2017a).

Essas associações de coletivos de migrantes resultam de redes de sociabilidade preexistentes: organizações da sociedade civil e outras agências, grupos de pesquisadores, comunidades em redes sociais, poder público. Alguns exercem o papel de agentes transformadores da situação em que se encontram. Criam ONGs, como a União Social de Imigrantes Haitianos (USIH) e o Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem Teto de São Paulo (GRIST). Atuam conjuntamente com outros atores, como a SMDHC da Prefeitura de São Paulo, instituições filantrópicas, como a Missão Paz, e participam de vários debates em fóruns

e congressos que envolvem a comunidade científica nacional e internacional, como o Fórum Fronteiras Cruzadas. Além disso, têm participado como líderes em arenas pública e política, como no caso em que estão vinculados como conselheiros do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) da SMDHC da Prefeitura de São Paulo.

Os membros dessas associações, que são separadas umas das outras, se contatam, dialogam e participam de projetos comuns, mas também divergem e entram em controvérsias. Os migrantes da nova diáspora negra em SP confiam em seus líderes, aos quais delegam o poder de representá-los em arenas pública e política, como é o caso de Karasi e Bomani. Ao se conectarem, criam outras redes de apoio e de denúncia (CEFAÏ, 2011). Isso fica evidenciado ao constatar a participação de líderes de várias comunidades africanas e caribenhas conjuntamente em ações diversas, arenas e cenas públicas. Os saberes locais são incorporados em vários formatos: em entrevistas, reportagens, em conversas com ONGs e outras entidades, nas reformulações do CMI, em *lives*, fóruns, congressos, em documentos oficiais (CEFAÏ, 2011).

As arenas pública e política são desenvolvidas mediante apoios e conexões com diversos agentes em diferentes cenas públicas. Nessas arenas, os atores produzem, circulam e trocam argumentos (CEFAÏ, 2011). As justificativas mais utilizadas quando do engajamento nas controvérsias são a importância da divulgação e ensino das culturas africanas e haitianas para minimizar o racismo e a xenofobia, buscando a inclusão no mercado formal de trabalho e o estabelecimento de seus negócios. Elas também são de ordem econômica, alertando para a capacidade de ampliação do comércio, de criação de novos postos de trabalho, contratação de mão de obra migrante e brasileira, além do pagamento de impostos (DIOGO, 2018; GALLO DA SILVA, 2018). Outras envolvem suas garantias como migrantes mediante a legislação vigente. Dessa maneira, os migrantes dessa diáspora negra em SP se apoiam no direito, por meio da Lei de Migração e de políticas públicas municipais, para existirem publicamente e inscrever suas ações (CEFAÏ, 2011).

Assim, “a topologia das cenas públicas” (CEFAÏ, 2011, p. 21) ao redor das adversidades raciais e migratórias mapeadas nessa pesquisa é formada pelas seguintes cenas:

a) A cena dos meios de comunicação de massa: voltada principalmente para as redes sociais, jornais e *sites*. Abordam sobre: racismo e xenofobia, empreendedorismo étnico, trabalho formal, violência, legislação, pandemia, documentação e rede de falsários, iniciativas e redes de auxílio, acesso à internet, trabalho subalternizado, comunidades de africanos e haitianos em SP etc. Na internet, as redes sociais mais mobilizadas são o *Facebook* e o *Instagram*. O *Whatsapp* é usado para divulgação

de ações de coletivos migrantes. As reportagens são veiculadas principalmente na imprensa brasileira: Folha de São Paulo, UOL, G1, Carta Capital. Porém, há jornais internacionais com edições no Brasil: Le Monde Diplomatique Brasil, The Intercept Brasil, BBC News Brasil, Goeth, DW, El País Brasil, Forbes Brasil. As páginas eletrônicas também participam dessa cena: IOM Brasil, MigraMundo, Caritas SP, Prefeitura de SP, Migraflix;

b) A cena das organizações da sociedade civil e outras entidades: onde são desenvolvidos projetos e ações para minimizar as adversidades enfrentadas por migrantes em SP. São elas: ONGs - PDMIG África do Coração, SERMIG (Albergue Arsenal da Esperança), Casa do Migrante, USIH, CONECTAS, Bibli-ASPA, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Grupo de Refugiados e Imigrantes sem Teto (GRIST); Instituições Filantrópicas - Cáritas, Missão Paz, ACNUR, Migraflix, ProMigra, Emancipa, OBMigra, CAMI; Outras entidades - Mulheres do Brasil, Movimento MSTC, Cozinha Ocupação 9 de Julho;
c) A cena do poder público: nas quais também são desenvolvidos projetos e ações voltados às questões migratórias e são debatidas as políticas municipal para a população migrante. Em alguns casos, financiam projetos elaborados por organizações da sociedade civil. É formada por órgãos governamentais e organização de classe: CPMigTD, CMI, CRAI, DPU, DPE, CAPS, OAB, CDHIC, Prefeitura de SP;
d) A cena das associações de sujeitos de Direito Internacional: apresentam pesquisas sobre as condições socioeconômicas e financeiras de migrantes pelo mundo. Além disso, atuam como financiadores de projetos desenvolvidos por organizações da sociedade civil e poder público. É formada por agências internacionais: ONU, OEA, OIM e USAID;
e) A cena da comunidade científica: formada por grupos de pesquisadores, projetos e instituições de ensino superior. São desenvolvidos estudos, elaborados debates (congressos, *lives*, fóruns) e iniciativas para fomentar a inserção de migrantes na sociedade brasileira. São importantes para dar visibilidade a causa migratória. Fazem parte: Fórum Internacional Fontié ki Kwase – Fronteiras Cruzadas, Deslocamento Criativo, Voz Própria – Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Escola de Comunicações e Arte (ECA-USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade

Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), Universidade Federal do ABC (UFABC), CAPES.

Nessas cenas os mundos doméstico, onde cada um pertence a um ou mais grupos; cívico, enquanto atuam pelos interesses geral do coletivo; e industrial, onde se aborda a produtividade de pessoas e coisas, são os mais mobilizados pelos agentes (BOLTANSKI; THEVENÓT, 1999). Além disso, as associações atuam no campo político, reivindicando e justificando direitos, conforme a apresentação de dados e análises regidos pelos princípios da racionalidade e eficiência do mundo industrial (BOLTANSKI; THEVENÓT, 1999; CEFAÏ, 2011).

Particularmente, nas cenas dos meios de comunicação de massa e das organizações da sociedade civil e outras entidades são onde, por vezes, os migrantes assumem o discurso individual ou coletivo da autopiedade. Apontam situações de precarização da vida e pedem ajuda aos órgãos públicos. Os empreendedores étnicos, principalmente aqueles mais vulneráveis devido a sua condição de indocumentação e de inserção no trabalho informal, também se apresentam como vítimas das estruturas, solicitando apoio da população paulista no combate a essas dificuldades. Ao recorrerem a uma estratégia de vitimização buscam, na verdade, ter o acesso facilitado a seus direitos, tentam comover a opinião pública e ampliar os grupos de interesse pela temática migratória. Por sua vez, as ONGs têm se orientado à maximização das capacidades dos beneficiários. Porém, por vezes, a atuação delas se aproxima da velha caridade, agindo como instrumento de "despolitização do problema público" (CEFAÏ, 2013, p. 269) ao tratar os migrantes como vítimas. Nesse caso, a prática do assistencialismo que terceiriza os serviços estatais, promove o retorno constante dessa população às sedes.

Os diálogos nos eventos *online* direcionados às causas migratórias, em sua maioria, inclinam-se às causas estruturais como aquelas causadoras dos deslocamentos humanos e justificam a relevância das comunidades migrantes nos países de acolhimento mediante convicções de ordem econômica (PARISE, 2018). Entretanto, em reuniões onde há a participação de líderes empreendedores de comunidades migrantes africanas e haitiana, essa visão é deslocada para a exigência de sua construção como sujeitos de direitos e transformadores de realidades. A despeito disso, poucas são as ações em que assumem o protagonismo, seja junto aos projetos de organizações da sociedade civil e outras entidades, seja para pautar os debates nas arenas pública e política.

As organizações da sociedade civil e outras entidades voltadas às causas migratórias intervêm com a meta de minimizar as adversidades dessa população. Para isso, procuram prover os migrantes em SP de informações sobre seus direitos, auxiliá-los no acesso à moradia, saúde e emprego, e na obtenção de documentação, buscam inseri-los na comunidade brasileira por meio do ensino da língua portuguesa e, também, apresentam ferramentas para que possam empreender. Tais redes tratam o problema público em escala micropolítica, dividindo as responsabilidades entre os diferentes participantes dessa rede de conexões e agenciamentos. Informam quem pode agir, o que deve ser feito, de que maneira devem ser executadas determinadas atividades, quando essas ações se iniciam e quando terminam (CEFAÏ, 2013). Esse caminho é compreensível. Porém, há múltiplos significados para as ações realizadas por agentes e usuários.

Algumas entidades filantrópicas, ONGs e outras organizações se firmam de maneira ambígua. Por um lado, assumem a responsabilidade perante um público para torná-lo menos dependente de ações sociais, financeiramente autossuficiente, de fazer com que os serviços públicos de saúde e moradia sejam acessíveis. Por outro lado, encontram-se suscetíveis ao governo e empresas que financiam os projetos e ações e, portanto, às exigências desses. Os migrantes, muitas vezes consumidores dessas ações, nem sempre se sentem atendidos em seus direitos. Eles denunciam a exploração de sua situação migrante como um meio de sobrevivência de órgãos governamentais e outras entidades. Também acusam o não repasse integral de verbas destinadas a eles, além de apontarem a ineficiência de projetos idealizados sem inseri-los ou consultá-los durante o processo de desenvolvimento, como os voltados ao empreendedorismo étnico.

Os órgãos públicos costumam funcionar como um balcão de atendimento e os encontros acontecem em salas fechadas. Em muitos casos, os migrantes chegam até eles após anos de vivência em SP. Com relação aos migrantes africanos e haitianos esse cenário se reproduz em suas redes e conexões que são formadas por outros migrantes que se encontram na mesma situação vulnerável propiciada, em parte, pela desinformação. Eles não saem de seus círculos de convivência e, por isso, acabam por replicar esse mesmo quadro diante de novos integrantes. São poucas as associações que engajam essas populações. Aquelas que o fazem, conhecem as solicitações primordiais de cada grupo. Os encontros, nesses casos, acontecem nos espaços públicos das ruas.

Esses arranjos institucionais demonstram também que os conflitos se estabelecem de várias maneiras (CEFAÏ, 2013). Para a Prefeitura de SP trata-se de assegurar a promoção do trabalho decente, segurança e direitos dos migrantes. Para o empreendedor étnico da nova

diáspora negra em SP trata-se de ter o direito de usar os espaços escolhidos nas ruas mais movimentadas da capital e poder atuar no comércio popular. Ele age, também, para legalizar seu negócio e melhorar sua qualidade de vida. E, quando consegue se estabelecer financeiramente, passa a usar seu negócio para colocar as questões raciais e migratórias nas arenas pública e política, mesmo que muitas vezes isso ocorra de forma tímida.

A Prefeitura que procura promover o trabalho decente é a mesma que envia a polícia (o rapa) para retirar os "ilegais" das ruas e confiscar seus produtos. Ela é acusada pelos migrantes empreendedores dessa diáspora de se livrar de sua tarefa de assegurar os seus direitos transferindo-os para as ONGs. Há reações de indignação dos coletivos sobre as decisões do atual governo, como a saída do Brasil do Pacto Global para Migração e a adoção de uma política pública de securitização (FELDMAN-BIANCO, 2018; 2019) mais relacionada ao Estatuto do Estrangeiro, que são bons indicadores sobre a preocupação das autoridades administrativas com esse público.

Além disso, a implementação de uma ação pública depende de estratégias políticas e de reestruturações administrativas, onde diferentes interesses entrarão em conflito (CEFAÏ, 2013). Há incertezas nas redes, agenciamentos e conexões entre eles e dentro de suas comunidades e coletivos que comprometem suas ações nas arenas pública e política. Eles estão inseridos e são representados por diversos grupos que atuam separadamente em arenas paralelas (CEFAÏ, 2017a), conforme suas nacionalidades e etnias. Alguns de seus líderes alertam que essa batalha deve ser enfrentada por todos de forma conjunta para ampliarem sua voz, uma vez que lutam pela mesma causa.

Em suas redes de apoio, que deveriam atuar como um suporte à vida e ao trabalho, também há conflitos. Os migrantes da nova diáspora negra em SP nem sempre se amparam em redes de pertencimento étnico para emergirem como empreendedores. Apesar de todos os entrevistados se posicionarem como participantes das causas migratórias e colaboradores em suas comunidades, esclarecem que não obtiveram apoio de seus compatriotas quando chegaram ao Brasil, e nem ao menos para iniciar e manter seus negócios. Contrariamente ao que estudos sobre empreendedorismo étnico têm afirmado sobre a solidariedade étnica que induz ao início e continuidade desses negócios (LIGHT, 1972; PORTES, 1987; LIGHT; BONACICH, 1988; KEEFE, 1992; MARTES; RODRIGUEZ, 2004), os migrantes de suas comunidades foram, inicialmente, uma outra dificuldade a ser enfrentada. Eles disseram que, além da inveja, muitos afirmavam que seus negócios deveriam ser voltados somente para seus conterrâneos, a quem se caberia tratar como membros da família. Assim, muitas pessoas migrantes dessas comunidades queriam se beneficiar desses empreendimentos sem pagar

pelos produtos e serviços. Essa visão tem se modificado, conforme observam a existência de alguma estabilidade e continuidade das empresas. Há, certamente, complexidades nessas relações que remetem à organização social da família extensa e à economia da reciprocidade nas sociedades africanas tradicionais, nas quais a chefatura e o poder estão associados à capacidade de garantir meios de subsistência aos membros da comunidade. Nessa lógica, dá-se proteção em troca de prestígio. A análise dessas complexidades, no entanto, escapa aos objetivos desse estudo.

Outro ponto que propicia atribulações aos coletivos de migrantes é sobre a forma dicotômica com que se apresentam nas arenas. Ser migrante e ser refugiado é diferentemente observado e tratado pelas associações de migrantes africanos e caribenhos. A própria palavra "refugiado" é usada de maneira pejorativa nesses coletivos. Ela se apresenta como uma barreira, quando deveria ser importante no auxílio à vida. Ser refugiado implica em uma diminuição da "casta" social, uma vez que são tidos como aqueles que "fugiram" de seus países. Contudo, aqueles que são "somente" migrantes "optaram" por se deslocar a outras nações devido ao enfrentamento de condições financeiras. Essa situação é melhor aceita, pois lhes confere o poder de decisão e de ação. Ainda que o "estar" refugiado implique em uma maior vulnerabilidade existencial e, portanto, a necessidade de uma tratativa diferente, o preconceito envolto nesse contexto resulta em outras adversidades a serem enfrentadas dentro de seus próprios coletivos.

Consequentemente, os processos de publicização também são, por vezes, conturbados (CEFAÏ, 2011). Diferentemente da busca pela publicização das questões raciais e migratórias pelos africanos nas mídias e redes sociais, por meio de seus negócios e buscando chamar a atenção para a importância de seus empreendimentos para a sociedade, os migrantes haitianos em São Paulo, em geral, não têm procurado ampliar a concepção de público para além de sua comunidade étnica. Na maior parte das vezes, isso é evidenciado pela comunicação nesses grupos acontecer nos idiomas crioulo e francês. Ademais, não são empreendidas ações que sensibilizem pessoas de fora de seus círculos de convivência étnica. Uma exceção a essa prática foi a formação da USIH, em 2014, e sua atuação à época junto ao Partido dos Trabalhadores. Essa iniciativa resultou na criação de um comitê em Brasília para o atendimento de algumas de suas emergências e para a liberação de recursos financeiros que contribuíram para o estabelecimento de sua sede.

Entretanto, apesar de a USIH estar presente em alguns debates públicos, sua atuação parece ter-se enfraquecido junto aos haitianos e ao público mais amplo. Os migrantes haitianos não costumam citar essa associação em suas redes. Ademais, a USIH tem aparecido

com menos frequência na esfera pública. Representantes de algumas instituições que foram entrevistados apontaram que os haitianos não se sentem engajados nessa iniciativa. Segundo eles, isso se deve, principalmente, ao uso de verbas destinadas a auxiliar interesses coletivos da comunidade em benefícios particulares dos fundadores.

No entanto, para assumir a forma de um processo político, a problematização e a publicização precisam transpassar o círculo daqueles que estão diretamente envolvidos, possibilitando alcançar uma quantidade maior de pessoas (CEFAÏ, 2017a). Esse quadro ainda não foi alcançado por essa rede de migrantes africanos e haitianos em SP. Quanto mais o debate público e a mobilização de grupos e empreendedores dessa nova diáspora negra em SP seguem a direção de prover melhores condições de sobrevivência e de colocar as questões raciais e migratórias nas arenas pública e política, menos os agentes dessa rede investem em processos de problematização e de publicização necessários para que os problemas saiam de seus círculos restritos, alcançando outros públicos e fazendo emergir um processo político (CEFAÏ, 2017a). Consequentemente, as questões raciais e migratórias são tema de interesse, principalmente, entre aqueles que já atuam no campo.

A despeito de procurarem comprometer os poderes públicos (CEFAÏ, 2017a), participando de tensionamentos políticos em SP, município que se tornou o primeiro no Brasil a ter uma política direcionada à população migrante da cidade e a formação de um colegiado eleito por voto direto da comunidade migrante chamado Conselho Municipal de Imigrantes, essas iniciativas continuam ignoradas por boa parte da opinião pública e até mesmo do meio político. Elas também não costumam chamar a atenção dos meios de comunicação. O bloqueio à emergência das questões raciais e migratórias como um problema público (CEFAÏ, 2017a; 2017b) se reflete no baixo interesse que os corpos negros migrantes despertam no jornalismo e na pouca atenção da população brasileira por essa temática. Além disso, ainda que a vida democrática não se reduza ao voto eleitoral (DEWEY, 1946), não ter esse direito é outra perspectiva que bloqueia parte da atuação na arena política, limitando suas tentativas de influenciar suas trajetórias em território nacional.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central dessa pesquisa é compreender de que maneira sujeitos migrantes da nova diáspora negra em SP emergem como empreendedores e se, a partir de seus negócios, posicionam as questões raciais e migratórias nas arenas pública e política em que esse fenômeno está inserido. Para atingi-lo, essa investigação foi norteada por duas perguntas de investigação: 1) Quais associações, mediações e agenciamentos entre atores humanos e não-humanos são traçados para que estes/as migrantes consigam iniciar e manter seus negócios?; 2) De que maneira esses negócios se relacionam com controvérsias e conflitos em torno de questões raciais e migratórias referentes à essa nova diáspora negra nas arenas pública e política?

Ao mapear os agenciamentos traçados para que esses migrantes iniciassem e mantivessem seus negócios, observei que os sujeitos que compõe essa nova diáspora negra em SP emergem como empreendedores a partir de uma complexa rede de conexões com atores humanos e não-humanos. Quatro achados principais surgiram no trabalho de campo netnográfico como estando fortemente relacionados com o início e a continuidade de seus empreendimentos: os tipos de redes, agenciamentos e conexões que esses sujeitos possuem e quais conseguem alcançar; o motivo que os levaram a optar por sair de seu país natal e o contexto em que estão inseridos no Brasil; o caminho percorrido para o empreendedorismo étnico e; a intersecção existente entre raça e identidade de migrante com outros marcadores sociais da diferença.

Os atores humanos mapeados nesse estudo são aqueles que pertencem a diversos coletivos que compõem as cenas públicas (CEFAÏ, 2011) em torno das controvérsias raciais e migratórias, como os grupos em redes sociais, imprensa, organizações da sociedade civil e outras entidades voltadas às questões migratórias, órgãos governamentais e organizações de classe, agências internacionais, grupos de pesquisadores e de projetos e instituições de ensino superior.

Os principais atores não-humanos nessa rede de conexões e agenciamentos (CALLON, 1984; LATOUR, 2012) são as redes sociais, especialmente o *Instagram* e o *Facebook*. O uso dessas ferramentas se fortaleceu principalmente como um meio de enfrentamento do cenário propiciado por outro ator não-humano: a COVID-19. Esse contexto pandêmico dificultou a condução de negócios e a publicização de questões raciais e migratórias que constituem adversidades enfrentadas por representantes dessa nova diáspora

negra em SP (DEWEY, 1946; CEFAÏ, 2017a; 2017b), atravessando os meios como eles e elas transitam entre as arenas e posicionam seus negócios.

Os caminhos para o empreendedorismo étnico são intermediados pelas redes, conexões e agenciamentos que esses migrantes possuem. Há aqueles em que suas conexões são anteriores a sua chegada ao Brasil, o que pode favorecer o início e a manutenção de seus negócios. Para outros, porém, as tentativas para emergir como empreendedores perpassam pelas ONGs, agências e outras organizações direcionadas as causas migratórias. No entanto, normalmente, demoram para acessar essas entidades devido ao encaminhamento tardio resultante, dentre outras coisas, da falta de uma política migratória de acolhimento. Conexões estabelecidas por meio de laços familiares entre parentes nos países de origem e destino é outro meio que pode facilitar a inserção na sociedade brasileira, trazendo outros aspectos com potencial para influenciar o empreendedorismo. No entanto, esses migrantes não costumam ter o apoio ou usufruírem de alguma solidariedade de suas comunidades étnicas, diferentemente do que comumente é apontado em estudos sobre empreendedorismo étnico (LIGHT, 1972; PORTES, 1987; LIGHT; BONACICH, 1988; ALDRICH; WALDINGER, 1990; KEEFE, 1992; MARTES; RODRIGUEZ, 2004). O auxílio para essa emersão no campo do empreendedorismo costuma vir da construção de laços de amizade com vizinhos brasileiros, da aproximação de outros grupos por meio das redes sociais e mediante o encaminhamento às organizações da sociedade civil. Isso se deve, também, a existência de poucas pessoas influentes em suas redes e conexões. Normalmente, todos os que fazem parte da mesma comunidade temem sair de seus círculos e replicam a mesma situação vulnerável aos demais, sobretudo pela dificuldade de acesso às informações.

O motivo que os leva a sair de sua pátria e a inter-relação de circunstâncias que vivenciam em SP também transparecem em suas ações para emergirem como empreendedores. Buscar refúgio em outro país ou ser “apenas” um migrante econômico, ou seja, aquele em busca de melhores oportunidades de trabalho e vida, impacta positiva ou negativamente na tomada de decisão quanto ao se lançar no empreendedorismo. Essa face relacionada às estruturas políticas e econômicas como condicionantes das escolhas para abrir e manter seus negócios é a mais discutida em estudos estruturalistas (SMALLBONE; KITCHING; ATHAYDE, 2010; RIDDLE; BRINKERHOFF, 2011; CHURCHILL, 2017). Provavelmente, porque essa é a circunstância possível de ser visualizada nessa forma de investigação. Além disso, mesmo aqueles que tiveram condições de atravessar o Atlântico enfrentam situações que precarizam sua inserção no mercado formal de trabalho. O racismo e a xenofobia vivenciados por representantes dessa nova diáspora negra em SP os mantêm em

constante negociações de suas identidades (GUIMARÃES, 2003; HALL, 2003; MUNANGA, 2004; MANTOVANI, 2018; DIAS, 2020; JAIME; SILVA HEIN, 2021), uma vez que a maioria "se sentiu negro" pela primeira vez no Brasil. Essa manipulação da identidade tem como objetivo a sobrevivência nesse ambiente e isso se reflete em seus negócios que são usados também como um meio de disseminação de culturas e enfrentamento de preconceitos, buscando colocar as questões raciais e migratórias nas arenas que participam. Além dessas circunstâncias, outras são experenciadas por esses empreendedores étnicos em SP, como a existência de uma política de securitização que vê naquele oriundo de um outro país uma ameaça à sociedade brasileira (FELDMAN-BIANCO, 2018; 2019). Esse olhar securitário e xenófobo da política oficial está na base de muitas violências que os afligem e na forma como emergem como empreendedores.

O percurso percorrido para despontar como empreendedores étnicos também é outro influenciador na forma como seus negócios nascem e são ou não continuados. Nesse quesito, esse estudo observou que os representantes da nova diáspora negra em SP, em sua maioria, têm iniciado seus empreendimentos como meio de prover a subsistência para si próprios e para suas famílias (BORJAS, 1986). Porém, a rota trilhada para isso aponta para uma maior ou menor precariedade de suas ações empreendedoras. Isso fica evidente, por exemplo, no caminho idealizado por organizações da sociedade civil. Os programas criados por essas entidades possuem efeitos frágeis e carecem de continuidade.

Além desses fatos, essa investigação evidenciou que a trajetória desses empreendedores é também explicada pela intersecção entre raça e identidade de migrante com outros marcadores sociais da diferença, tais como classe, gênero, nacionalidade, idade. Esses fatores compõem um sistema classificatório que atua como meio de hierarquização desses migrantes empreendedores e de perpetuação das desigualdades por meio da exclusão social (BANTON, 2000; GUIMARÃES, 2003; HALL, 2003; MUNANGA, 2004; JAIME, 2016; 2018; JAIME; SILVA HEIN, 2021).

Por certo, o racismo e a xenofobia não estão superados na sociedade brasileira e permeiam todas as problemáticas apresentadas. A questão racial e xenofóbica é importante para compreender a integração, o acesso a direitos e a maneira como os representantes dessa nova diáspora negra emergem como empreendedores, conseguem ou não dar continuidade aos seus negócios e como os mobilizam para colocar essas questões nas arenas pública e política. Ainda é forte no Brasil a narrativa de que este é um país acolhedor e amigável a todos os migrantes. Porém, essa acolhida diferencia, exclui ou limita as pessoas migrantes não brancas

na sociedade brasileira. Além disso, as questões de gênero também perpassam por todo o processo migratório e ação empreendedora.

A maneira como esses negócios se relacionam com controvérsias e conflitos que favorecem ou bloqueiam a emergência de questões raciais e migratórias referentes a essa nova diáspora negra em SP nas arenas pública e política depende do perfil empreendedor dos migrantes. Esse estudo pragmatista identificou três categorias, sendo duas analíticas e uma empírica, sobre esses perfis: empreendedor frágil ou vulnerável (CASAQUI, 2018; 2019; ZANFORLIN; AMARAL, 2019; CARMO et al., 2021), empreendedor por necessidade (ZHOU, 2004; CEDERBERG; VILLARES-VARELA, 2018) e empreendedor por engajamento. Dentre eles, os empreendedores frágeis (ou vulneráveis) e por necessidade têm bastante dificuldade para colocar essas questões nas arenas públicas. Já o empreendedor por engajamento tem maior potencialidade de atuação política.

É bem verdade que quase todas as pessoas que entrevistei entraram no empreendedorismo por conta de situações de racismo e xenofobia, de exclusão, por sua condição migrante, por não terem seus diplomas reconhecidos, de passarem por diversas adversidades, enfim, espelham bem o chamado empreendedorismo por necessidade (BORJAS, 1986). A exclusão socioeconômica marca essa forma de empreender que engaja muitos negros e brancos no Brasil. O empreendedorismo, nesses casos, entra como um discurso salvacionista do mundo contemporâneo, nos obrigando a todos a empreender (CASAQUI, 2018; 2019; ZANFORLIN; AMARAL, 2019; CARMO et al., 2021). A questão é que os atores dessa nova diáspora lidam com esse ponto do empreendedorismo para sobreviver, mas, também, como forma de ativismo político. Isso significa dizer que, a despeito das fragilidades desse tipo de empreendedorismo, isso não exclui o fato de que uma vez montando os seus negócios, eles terminem por mobilizá-los para colocar as temáticas raciais e migratórias nas arenas pública e política. Todos os empreendedores entrevistados apresentam seus negócios como uma forma de se sentirem representados, mediante a disseminação de culturas africanas e caribenhas, e de publicizarem problemáticas com as quais se defrontam. Dessa forma, eles criam grupos para debater suas necessidades e interesses, buscando reivindicar direitos e se contrapor a opressões (DEWEY, 1946; CEFAÏ, 2017a), envolvendo diferentes atores, inclusive os poderes públicos (CEFAÏ, 2017a). Portanto, a porta de entrada para o empreendedorismo pode ter ocorrido por meio dessas exclusões, por necessidade, mas não invalida que o negócio seja um mecanismo de defesa e de luta, uma forma de participação política.

Essa pesquisa apresenta algumas limitações. Para que o estudo netnográfico acontecesse, todos os entrevistados precisavam ter algum acesso à tecnologia, como celulares e internet. Assim, num momento ainda delicado da pandemia, não foi possível alcançar uma parcela da população migrante e empreendedora dessa nova diáspora negra em SP com pouco ou nenhum acesso às TICs, como os camelôs indocumentados, por exemplo. Isso pode significar que essas pessoas se encontram em um processo de vulnerabilidade maior do que os levantados aqui, ainda mais porque a vitalidade de suas atividades comerciais foi fortemente abalada pelas restrições à circulação social impostas pelo SARS-CoV-2. Mais pesquisas sobre essa realidade aprofundará o conhecimento sobre esses sujeitos. Acredito também que a continuidade da investigação de forma presencial, com realização de entrevistas com esses migrantes e outros que, compreensivamente, se revelaram desconfiados com os contatos virtuais, poderá trazer nuances que não foi possível captar por meio da netnografia.

Além disso, como apontei na Introdução desse trabalho, essa investigação havia se proposto, inicialmente, a relacionar o empreendedorismo étnico com a inovação social (CAJAIBA-SANTANA, 2014, ANDION et al., 2017). Contudo, essa perspectiva de inovação social não emergiu do trabalho de campo netnográfico. De toda forma, esse estudo apresenta algumas evidências que podem ser aprofundadas em estudos futuros para a compreensão desse fenômeno. Dentre elas, condições que não costumam proporcionar mudanças na sociedade, como a criação de projetos que coloca o migrante na condição de mero consumidor, sendo poucas as ações em que assumem o protagonismo; além de dificuldades para problematizar e publicizar (DEWEY, 1946; CEFAÏ, 2009; 2017a) as questões raciais e migratórias para além do círculo daqueles que estão diretamente envolvidos.

Há, também, outro ponto a ser aprofundado em novos estudos. O tema empreendedorismo étnico, sobretudo sob o ponto de vista da questão de gênero, e os dados construídos nesse estudo podem ser relidos a partir de um outro repertório teórico fornecido pelo feminismo negro e a sua ênfase nas interseccionalidades. Pode ser bem interessante explorar a via fornecida pelos estudos de gênero e pela epistemologia feminista, que possuem importantes representantes, como a professora e ativista antirracista Kimberlé Crenshaw, representantes do feminismo negro americano, como Patricia Hill Collins, Angela Davis e bell hooks, a socióloga feminista francesa Danièle Kergoat, a antropóloga e feminista negra brasileira Lélia Gonzalez, dentre muitas outras. Essas visões poderão trazer bons resultados teóricos a partir das experiências de vida dessas mulheres negras, atravessadas que são por opressões que cruzam gênero, raça, classe e condição de migrantes.

Ademais, esse trabalho apresenta distintas formas de envolvimento desses empreendedores da nova diáspora negra em SP. Dentre elas, o empreendedorismo por engajamento é uma categoria empírica que emergiu do trabalho de campo e que necessita de novos estudos para que possa alcançar maior densidade teórica.

Trago ainda uma ressalva sobre o foco desse trabalho. O uso que fiz da Sociologia dos Problemas Públicos (CEFAÏ, 2009; 2011; 2014; 2017a; 2017b; CEFAÏ et al., 2011) não foi levado às últimas consequências, explorando todo o seu potencial. Esse estudo não pretendeu analisar como esses migrantes da nova diáspora negra em SP emergem nas arenas pública e política ou cartografar a miríade de atores engajados na mobilização coletiva voltada para a publicização das questões raciais e migratórias nas arenas públicas. Quanto a isso, o escopo desse trabalho é mais delimitado e modesto. Fiz uso da Sociologia dos Problemas Públicos para compreender como sujeitos que fazem parte da nova diáspora negra em SP emergem como empreendedores e a partir de seus negócios contribuem para colocação do racismo, xenofobia e outras problemáticas relativas à migração nas arenas pública e política. Assim, cabem outros estudos que investiguem essa questão da nova diáspora negra em SP, procurando compreender quais atores e fatores bloqueiam ou favorecem a sua colocação como problema público, sua entrada na agenda pública, sua tradução como política pública.

Apesar dessas limitações, ao trazer um olhar que privilegia a capacidade de ação dos atores, diferente da perspectiva estruturalista comumente adotada em estudos que associam migração e empreendedorismo, busco fertilizar o campo de estudos sobre empreendedorismo étnico. Além disso, me propus a fomentar o debate sobre políticas públicas e relações raciais no Brasil ao colocar alguma luz sobre migrantes da nova diáspora negra em SP que, mesmo diante de tantas adversidades, conseguem não somente emergir como empreendedores, mas também, por meio de seus negócios, pautar questões raciais e migratórias nas arenas pública e política. Espero que esse esforço ajude a retirar de cima do migrante a visão reducionista de que são pessoas cuja vulnerabilidade os tornam exclusivamente dependentes das estruturas e do poder público. Eles se engajam e lutam para transformar essas estruturas e influenciar a atuação do Estado. Fazem parte, portanto, da ação pública.

REFERÊNCIAS

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O REFUGIADO. **Convenção Relativa Ao Estatuto Dos Refugiados**. [s. l.], v. 189, n. 3, p. 1–31, 1954. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados. Acesso em: 02 fev. 2019.

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O REFUGIADO. **Declaração de Cartagena sobre os refugiados, de 1954.** 2010. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf. Acesso em: 04 fev. 2019.

ÁFRICA ARTE. **Consciência negra**. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CVt0vE0LBDV/. Acesso em: 03 nov. 2021.

ÁFRICA DO CORAÇÃO. **Propostas e diretrizes de políticas públicas para a população imigrante**. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B4jCq-2nR5X/. Acesso em: 03 nov. 2021.

AGOSTINI, M. R.; VIEIRA, L.; BOSSLE, M. B. Social innovation as a process to overcome institutional voids: a multidimensional overview. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, Special Edition, p. 72-101, 2016. Disponível em: doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p72-101. Acesso em: 04 jan. 2020.

AGOSTINI, M. R. et al. Uma visão geral sobre a pesquisa em inovação social: Guia para estudos futuros. **BBR - Brazilian Business Review**, v. 14, n. 4, p. 385-402, 2017. Disponível em: doi.org/10.15728/bbr.2017.14.4.2. Acesso em: 11 dez. 2019.

ALDRICH, H. E.; WALDINGER, R. Ethnicity and Entrepreneurship. **Annual Review of Sociology**, v. 16, n. 1, p. 111–135, 1990. Disponível em: doi.org/10.1146/annurev.so.16.080190.000551.v. Acesso em: 05 jan. 2020.

ALIAGA-ISLA, R.; RIALP, A. Systematic review of immigrant entrepreneurship literature: Previous findings and ways forward. **Entrepreneurship and Regional Development**, v. 25, n. 9/10, p. 819–844, 2013. Disponível em: doi.org/10.1080/08985626.2013.845694. Acesso em: 10 jan. 2020.

AL JANIAH. **Centro Cultural, Bar & Restaurante Árabe**. 2022. Disponível em: https://www.aljaniah.com.br/sobre1. Acesso em: 02 fev. 2022.

ALMEIDA, C. D.; COGO, D. M. Imigração haitiana na cidade de São Paulo: comunicação e consumo de mídias no mundo do trabalho. **Revista Comunicação Midiática**, v. 13, n. 1, p. 94-109, 2018.

AMARAL, M. G. T.; SANTOS, V. S. Capoeira, herdeira da diáspora negra do Atlântico: de arte criminalizada a instrumento de educação e cidadania. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, p. 54-73, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i62p54-73. Acesso em: 02 jun. 2019.

ANDION, C. et al. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: Uma perspectiva pragmatista. **Revista de Administracao Publica**, v. 51, n. 3, p. 369–387, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-7612143195. Acesso em: 03 fev. 2020.

ARRUDA-FILHO, E. J. M. Análise na pesquisa netnográfica: exemplos ilustrativos no campo da administração. *In:* BRUNSTEIN, J. et al. (Orgs). **Análise de dados qualitativos em pesquisa:** múltiplos usos em administração [livro eletrônico]. São Paulo: Editora Mackenzie; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

AUSTIN, J.; STEVENSON, H.; WEI-SKILLERN, J. Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both?. **Entrepreneurship theory and practice**, v. 30, n. 1, p. 1-22, 2006. Disponível em: doi.org/10.1111/j.1540-6520.2006.00107.x. Acesso em: 03 jan. 2020.

BANTON, M. Raça como classificação. *In*: E. CASHMORE (ORG). **Dicionário de Relações Étnicas e Raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000. p. 447-450.

BARRETO, L. P. T. F. **Refúgio no Brasil:** a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. 1. ed. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

BAENINGER, R. Migrações transnacionais e inserção laboral no Brasil no século XXI. **Diálogos Estratégicos**, Brasília, v. 1, n. 4, p. 18-25, 2018.

BAGWELL, S. Transnational family networks and ethnic minority business development. **International Journal of Entrepreneurial Behaviour & Research**, v. 14, n. 6, p. 377, 2008. Disponível em: doi.org/10.1108/13552550810910960. Acesso em: 03 ago. 2020.

BARBOSA, S. D.; GERHARDT, M. W.; KICKUL, J. R. The role of cognitive style and risk preference on entrepreneurial self-efficacy and entrepreneurial intentions. **Journal of Leadership & Organizational Studies**, v. 13, n. 4, p. 86-104, 2007. Disponível em: doi.org/10.1177/10717919070130041001. Acesso em: 14 ago. 2020.

BARROSO, R. C. Pragmatismo, democracia e comunicação em John Dewey: aportes para a democratização da tomada de decisão estatal. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 5, n. 2, p. 107-129, 2018. Disponível em: doi.org/10.21910/rbsd.v5n2.2018.251. Acesso em: 20 jun. 2019.

BBC NEWS BRASIL. **Como a Europa enfrenta o desafio da imigração?** 2015. Disponível em: https//www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150103_qa_imigracao_lab. Acesso em: 07 dez. 2021.

BBC NEWS BRASIL. **'Novos brasileiros':** os migrantes africanos que estão mudando a cara de São Paulo. 20 nov. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/11/20/novos-brasileiros-os-migrantes-africanos-que-estao-mudando-a-cara-de-sao-paulo.ghtml. Acesso em: 06 jun. 2019.

BATES, T. Social resources generated by group support networks may not be beneficial to Asian immigrant-owned small businesses. **Social Forces**, v. 72, n. 3, p. 671-689, 1994. Disponível em: doi.org/10.1093/sf/72.3.671. Acesso em: 02 fev. 2020.

BATES, T. Financing small business creation: The case of Chinese and Korean immigrant entrepreneurs. **Journal of Business Venturing**, v. 12, n. 2, p. 109-124, 1997. Disponível em: doi.org/10.1016/S0883-9026(96)00054-7. Acesso em: 05 mar. 2020.

BECKER, H. S. A história de vida e o mosaico científico. *In:* BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Hucitec, 1999. cap. 4, p. 101-116.

BEN-RAFAEL, E. Diaspora. **Current Sociology**, [s. l.], v. 61, n. 5/6, p. 842–861, 2013. Disponível em: doi.org/10.1177/0011392113480371. Acesso em: 02 abr. 2021.

BENTON, T.; CRAIB, I. **Philosophy of Social Science:** The philosophical foundations of social thought. 2. ed. London: Palgrave Mcmillan, 2011.

BERTAUX, D. A vingança do curso de ação contra a ilusão cientificista. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 250-271, 2014. Disponível em: doi.org/10.15448/1984-7289.2014.2.17147. Acesso em: 15 fev. 2020.

BERTAUX, D. **Narrativas de vida:** a pesquisa e seus métodos. Tradução: Zuleide Alves Cardoso Cavalcante, Denise Maria Gurgel Lavallée. 2. ed. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BEZERRA-DE-SOUSA, I. G.; TEIXEIRA, R. M. Relações conceituais entre empreendedorismo social e inovação social. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 4, p. 81-99, 2019. Disponível em: doi.org/10.12712/rpca.v13i4.28974. Acesso em: 04 fev. 2020.

BITENCOURT, C. C. et al. Introduction to special edition social innovation: researching, defining and theorizing social innovation. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, p. 14-19, 2016. Disponível em: doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p14-19. Acesso em: 25 fev. 2019.

BITTENCOURT, B. L.; RONCONI, L. F. A. Social innovation and development policies: the case of Land Exchange (Bolsa de Terras). **RAP - Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 50, n. 5, p. 795-818, 2016.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **On Justification:** economies of worth. Nova Jersey: Princeton, 2006.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. The sociology of critical capacity. **European Journal of Social Theory**, v. 2, n. 3, p. 359–377, 1999. Disponível em: doi.org/10.1177/136843199002003010. Acesso em: 02 mar. 2019.

BORJAS, G. J. The self-employment experience of immigrants. **Journal of Human Resources**, v.21, n. 4, p. 485-506, 1986. Disponível em: doi.org/10.3386/w1942. Acesso em: 02 fev. 2019.

BORJAS, G. J. Ethnic enclaves and assimilation. **Swedish Economic policy review**, v. 7, n. 2, p. 89-122, 2000.

BORDIEU, P. The forms of capital. *In:* RICHARDSON, J. G. (Ed). **Handbook of theory and research for the sociology of education.** New York: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.
BRAGA, A. Netnografia: compreendendo o sujeito nas redes sociais. *In:* NICOLACI-DA-COSTA, A. M.; ROMÃO-DIAS, D. (Org.). **Qualidade faz diferença:** métodos qualitativos para a pesquisa em psicologia e áreas afins. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2013, p. 171-197.

BRAH, A. **Cartographies of diaspora**: contesting identities. London: Routledge, 1996.

BRASIL. **Estatuto do Estrangeiro. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Revogada)**. 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6815.htm. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. **Implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.** 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.474%2C%20DE%2022,1951%2C%20e%20determina%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. **Lei de Migração. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 20 mar. 2019.

CAJAIBA-SANTANA, G. Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 82, p. 42-51, 2014. Disponível em: doi.org/10.1016/j.techfore.2013.05.008. Acesso em: 03 jan. 2020.

CARMO, L. J. O. et al. O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 19, p. 18-31, 2021. Disponível em: doi.org/10.1590/1679-395120200043. Acesso em: 07 mar. 2021.

CAVALCANTI, L.; MACÊDO, M. Migrações internacionais no século XXI: Evidências de pesquisas no Brasil. **Diálogos Estratégicos**, Brasília, v. 1, n. 4, p. 32-35, 2018.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. **The sociological review**, v. 32, n. 1 supl, p. 196-233, 1984. Disponível em: doi.org/10.1111/j.1467-954X.1984.tb00113.x. Acesso em: 20 set. 2020.

CASAQUI, V. Cultura empreendedora e espírito do tempo: um olhar contemporâneo a partir do campo da comunicação. **Organicom**, v. 16, n. 31, p. 184-194, 2019. Disponível em: doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2019.160000. Acesso em: 07 mar. 2021.

CASAQUI, V. Estudos da cultura empreendedora no campo da comunicação: macroproposições, narrativas, inspiração. **Galáxia (São Paulo)**, v. 1, n. 37, p. 55-65, 2018.

CDHIC. **Sobre o CDHIC**. 2022. Disponível em: https://www.cdhic.org.br/quemsomos. Acesso em: 06 jan. 2022.

CEDERBERG, M.; VILLARES-VARELA, M. Ethnic entrepreneurship and the question of agency: the role of different forms of capital, and the relevance of social class. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 45, n. 1, p. 115-132, 2018. Disponível em: doi.org/10.1080/1369183X.2018.1459521. Acesso em: 16 out. 2019.

CEFAÏ, D. et al. **Arenas Públicas:** por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EDUFF, 2011.

CEFAÏ, D. Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse. *In:* CEFAÏ, D. et al. **Arenas públicas:** Por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EDUFF, 2011. p. 67-102. Disponível em: http://lemetro.ifcs.ufrj.br/Cefai_Como_uma_ associacao_nasce_para_publico_2011-libre.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas. Revista de Estudos de Conflitos e Controle social**, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CEFAÏ, D. Grande exclusão e urgência social — Cuidar dos moradores de rua em Paris. **Revista Contemporânea**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 265–286, 2013.

CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas (parte 1). **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 36, n. 01, p. 187–214, 2017a. Disponível em: doi.org/10.25091/s0101-3300201700010009. Acesso em: 15 out. 2018.

CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas (parte 2). **Novos Estudos CEBRAP**, v. 36, n. 2, p. 129–142, 2017b. Disponível em: doi.org/10.25091/s0101-3300201700020007. Acesso em: 15 out. 2018.

CEFAÏ, D. Outreach work in Paris: A moral ethnography of social work and nursing with homeless people. **Human Studies**, v. 38, n. 1, p. 137-156, 2014. Disponível em: doi.org/10.1007/s10746-014-9328-y. Acesso em: 02 out. 2018.

CEFAÏ, D., VEIGA, F. B., MOTA, F. R. Introdução. Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa. In: CEFAÏ, D.; MELLO, M. A. S.; MOTA, F. R.; VEIGA, F. B. (ed.). **Arenas públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EDUFF, 2011.

CHANLAT, J-F. **O indivíduo na organização:** Dimensões esquecidas. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

CHESBROUGH, H.; DI MININ, A. Open social innovation. *In:* CHESBROUGH, H.; VANHAVERBEKE, W.; WEST, J. (Eds). **New frontiers in Open Innovation**. Oxford: University Press, 2014. p. 169-190.

CHURCHILL, S. A. Fractionalization, entrepreneurship, and the institutional environment for entrepreneurship. **Small Business Economics**, v. 48, n. 3, p. 577-597, 2017. Disponível em: doi.org/10.1007/s11187-016-9796-8. Acesso em: 06 mai. 2019.

CNPq. Currículo Lattes. **Bela Feldman-Bianco**. 2021. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/3421811799951271. Acesso em: 07 jan. 2022.

CNPq. Currículo Lattes. **Denise Maria Cogo**. 2022. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/5580285310605978. Acesso em: 05 jan. 2022.

COGO, D. Communication, migrant activism and counter-hegemonic narratives of Haitian diaspora in Brazil. **Journal of Alternative and Community Media**, v. 4, n. 3, p. 71-85, 2019. Disponível em: doi.org/10.1386/joacm_00059_1. Acesso em: 27 mar. 2020.

COHEN, R. Sólidas, dúcteis e líquidas: noções em mutação de "lar" e "terra natal" nos estudos da diáspora. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 519–532, 2008. Disponível em: doi.org/10.1590/S0103-49792008000300008. Acesso em: 02 fev. 2020.

COLLINS, J.; LOW, A. Asian female immigrant entrepreneurs in small and medium-sized businesses in Australia. **Entrepreneurship and Regional Development**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 97–111, 2010. Disponível em: doi.org/10.1080/08985620903220553. Acesso em: 03 jun. 2018.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **A Conectas existe para proteger, efetivar e ampliar os direitos humanos**. 2022. Disponível em: https://www.conectas.org/sobre-a-conectas/. Acesso em: 10 jan. 2022.

CONGOLINÁRIA. **Sabadão no Congolinária**. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CUOYAWUtjgs/. Acesso em: 25 set. 2021.

CORAÇÃO DA ÁFRICA. **A arte no corpo e na alma**. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CXPc9GNLlYy/. Acesso em: 10 dez. 2021.

CORRÊA, D. S.; DIAS, R. C. A crítica e os momentos críticos: de la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. **Mana**, v. 22, n. 1, p. 67-99, 2016. Disponível em: doi.org/10.1590/0104-93132016v22n1p067. Acesso em: 05 mai. 2018.

CORREIA, S. E. N.; OLIVEIRA, V. M.; GOMEZ, C. R. P. Dimensions of social innovation and the roles of organizational actor: the proposition of a framework. **RAM - Revista Administração Mackenzie,** v. 17, i. 6, Special Edition , p. 102-133, Nov./Dec. 2016. Disponível em: doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p102-133. Acesso em: 07 mar. 2020.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law. Review**, v. 43, n.6, p. 1241-1299, 1991. Disponível em: doi:10.2307/1229039. Acesso em: 10 out. 2020.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002. Disponível em: doi:10.1590/s0104-026x2002000100011. Acesso em: 15 fev. 2021.

CRUZ, E. P.; FALCÃO, R. P. de Q. Revisão bibliométrica no tema Empreendedorismo Imigrante e Étnico. **Internext**, v. 11, n. 3, p. 78-94, 2016. Disponível em: doi.org/10.18568/1980-4865.11378-94. Acesso em: 10 mar. 2020.

CRAPANZANO, V. "Life-histories". **American Anthropologist**, v. 86, n. 4, p. 953-960, 1984.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

DAWSON, P.; DANIEL, L. Understanding social innovation: a provisional framework. **International Journal of Technology Management**, v. 51, n. 1, p. 9-21, 2010.

DELANTY, G.; STRYDOM, P. **Philosophies of social science:** The classic and contemporary readings. Philadelphia: Open University Press, 2003.

DESLOCAMENTO CRIATIVO. **Acessórios da África do Sul**. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CT47gMZra6A/. Acesso em: 20 set. 2021.

DESLOCAMENTO CRIATIVO. **Iniciativa Conecta Refugiados à Economia Criativa**. 2022. Disponível em: http://www.deslocamentocriativo.com.br/. Acesso em: 11 jan. 2022.

DESLOCAMENTO CRIATIVO. **Projeto Wema**. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CXEEg3drlQX/. Acesso em: 04 dez. 2021.

DESLOCAR. Translocalismo, refugiados e espaços digitais: por uma teoria interdisciplinar e integrada sobre refúgio e tecnologias. **PPGCOM-ESPM,** 2021. Disponível em: wordpress.com/eventos/deslocar3ci.wordpress.com. Acesso em: 27 out. 2021.

DEW JR, J. K.; FOREMAN, M. W. **How Do We Know?:** An introduction to epistemology. USA: InterVarsity Press, 2014.

DEWEY, J. **Experiência e natureza**. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

DEWEY, J. **The public and its problems:** An essay in political inquiry. Chicago: Gateway Books, 1946.

DHEER, R. J. S. Entrepreneurship by immigrants: a review of existing literature and directions for future research. **International Entrepreneurship and Management Journal**, v. 14, n. 3, p. 555–614, 2018. Disponível em: doi.org/10.1007/s11365-018-0506-7. Acesso em: 02 abr. 2019.

DIAS, G. S. A pão e água: o drama de africanos que não conseguem auxílio do governo. **Repórter Brasil**, 19 maio 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/reporter-brasil/2020/05/19/a-pao-e-agua-o-drama-de-africanos-nao-conseguem-auxilio-do-governo.htm. Acesso em: 03 jun. 2020.

DIAS, G. S. No centro de São Paulo surge uma pequena África: Bairros do centro de São Paulo se torna reduto de migrantes africanos, que abrem comércio, vivem e se divertem na região. **Carta Capital**, 25 jan. 2019. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/guia-negro/no-centro-de-sao-paulo-surge-uma-pequena-africa/. Acesso em: 17 mar. 2019.

DINIZ, G. C. S.; GUIMARÃES, L. O.; FERNANDES, D. M. Empreendedorismo imigrante e étnico: O papel das redes sociais no processo empreendedor de um imigrante sírio no Brasil. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais: Internext**, v. 14, n. 2, p. 161-174, 2019. Disponível em: doi.org/10.18568/internext.v14i2.467. Acesso em: 02 abr. 2019.

DIOGO, G. R. S. Repensando o processo migratório. **Diálogos Estratégicos**, Brasília, v. 1, n. 4, p. 10-13, 2018.

DOSSE, François. **O império do sentido:** a humanização das ciências humanas. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor**: prática e princípios. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

EDWARDS-SCHACHTER, M.; WALLACE, M. L. 'Shaken, but not stirred': Sixty years of defining social innovation. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 119, p. 64-79, 2017. Disponível em: doi.org/10.1016/j.techfore.2017.03.012. Acesso em: 02 fev. 2020.

ESMPU – ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO; ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O REFUGIADO. **Percursos, Percalços e Perspectivas: a jornada do projeto Atuação em Rede.** Brasília: ESMPU, ACNUR, 2020. Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/obras-avulsas/e-books-esmpu/percursos-percalcos-e-perspectivas-a-jornada-do-projeto-atuacao-em-rede. Acesso em: 03 fev. 2021.

ESPAÇO WEMA. **Capa. Jantar africano comemorativo. Reservas**. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CQloA1NHyA9/. Acesso em: 26 jun. 2021.

EXAME. **Conheça a polêmica e rígida política migratória da Austrália**. 2018. Disponível em: https://exame.com/mundo/conheca-a-polemica-e-rigida-politica-migratoria-da-australia/. Acesso em: 07 dez. 2021.

FARIA, M. C. L.; ARAÚJO, N. C. C. O gingado que vem da África: A capoeira na construção da identidade negra no Brasil. **Periferia**, v. 10, n. 1, p. 179-201, 2018. Disponível em: doi.org/10.12957/periferia.2018.31023. Acesso em: 15 jun. 2020.

FELDMAN-BIANCO, B. Democracia y derechos humanos amenazados: Políticas migratórias nacionales e politicas globales, de Lula a Bolsonaro (2002-2019). **Desde la Región**, v. 59, p. 1-36, 2019.

FELDMAN-BIANCO, B. O Brasil frente ao regime global de controle das migrações : Direitos humanos , securitização e violências. **Travessia: Revista do Migrante**, [s. l.], p. 11–36, 2018.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio:** o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FFLCH USP - FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIEÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Kabengele Munanga**. 2022. Disponível em: https://diversitas.fflch.usp.br/kabengele-munanga. Acesso em: 30 nov. 2021.

FLOR, C. G. O conceito de diáspora africana como argumento para descentrar a identidade negra. **Revista Ambivalências**, v. 5, n. 9, p. 148-171, 2017. Disponível em: doi.org/10.21665/2318-3888.v5n9p148-171. Acesso em: 16 set. 2021.

FOLHA. **Morre, aos 64, o dramaturgo Plínio Marcos.** 1999. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/pliniom/plinio23.htm. Acesso em: 22 dez. 2021.

FORTES, P. J. O. C. **A não representação na Teoria Ator-Rede e o silenciamento como prática social nas organizações:** um estudo etnográfico em uma oficina mecânica. Orientador: Pedro Jaime Coelho Júnior. 2020. 177f. Tese (Doutorado em Administração) – Centro Universitário FEI, São Paulo, 2020.

FRANZONI, G. B.; SILVA, T. N. Inovação Social e tecnologia social: O caso da cadeia curta de agricultores familiares e a alimentação escolar em Porto Alegre/RS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 37, p. 353-386, 2016. Disponível em: doi.org/10.21527/2237-6453.2016.37.353-386. Acesso em: 15 out. 2019.

FRASER, N. Repenser l'espace public: une contribuition à la critique de la démocratie réellement existante. *In*: FRASER, N. **Qu'est-ce que la justice sociale?** Reconnaissance et redistribution. Paris: La Découverte, 2005.

GALLO DA SILVA, H. M. Imigração, vetor estratégico para o desenvolvimento e crescimento nacional. **Diálogos Estratégicos**, Brasília, v. 1, n. 4, p. 14-17, 2018.

GEERTZ, C. Uma descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura. *In:* GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Rocco, 1989. cap. 1, p. 03-21.

GILROY, P. **O Atlântico negro**. Tradução: Cid Knipel Moreira. 2 ed. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GONSALVES, A. K. R.; ANDION, M. C. M. Ação pública e inovação social: uma análise do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis-SC. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 89, p. 221-248, 2019. Disponível em: doi.org/10.1590/1984-9260892. Acesso em: 02 fev. 2021.

GOVERNO FEDERAL. Ministério da Cidadania. **Auxílio emergencial 2021**. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial. Acesso em: 04 jan. 2022.

GREGOIRE, M. Exploring various approaches of social innovation: a francophone literature review and a proposal of innovation typology. **RAM - Revista Administração Mackenzie**, v. 17, i. 6, p. 45-71, Special Edition, nov./ dec. 2016. Disponível em: doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p45-71. Acesso em: 10 jan. 2020.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com" raça" em sociologia. **Educação e pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.

HABERMAS, J. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. *In*: Direito e democracia, v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 57-121.

HALL, S. "Cosmopolitanism, Globalisation and Diaspora". *In:* WERBNER, P. **Anthropology and the New Cosmopolitanism**. Oxford: Berg, 2009. cap. 17, p. 345-360.

HALL, S. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HEISKALA, R. Social innovations : Structural and power perspectives. *In:* HÄMÄLÄINEN, T. J.; HEISKALA, R. (Eds.). **Social Innovations, Institutional Change and Economic Performance**. United Kingdom: Sitra, 2007, p. 52-79.

HEYWOOD, L. (Org.) **Diáspora Negra no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

HOWALDT, J.; DOMANSKI, D.; KALETKA, C. Social Innovation: towards a new innovation paradigm. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, p. 20-44, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p20-44. Acesso em: 02 fev. 2021.

HUNT, J. Skilled immigrants' contribution to innovation and entrepreneurship in the United States. **Open for Business**, p. 257-272, 2010. Disponível em: doi.org/10.1787/9789264095830-13-en. Acesso em: 10 jan. 2020.

IOM – INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **World Migration Report 2020**. Switzerland, 2020. Disponível em: <https://www.iom.int/wmr/>. Acesso em: 04 abr. 2020.

JAIME, P. **Executivos negros:** racismo e diversidade no mundo empresarial. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2016.

JAIME, P. Lendo um manuscrito desbotado: Da produção à análise dos dados na pesquisa etnográfica em administração. *In:* BRUNSTEIN, J. et al. (Orgs). **Análise de dados qualitativos em pesquisa:** múltiplos usos em administração [livro eletrônico]. São Paulo: Editora Mackenzie; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

JAIME, P. Pesquisa qualitativa–Método biográfico: História de vida. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 57, n. 1, p. 99, 2017.

JAIME, P. Recycling the idea of race: socio-political agenda, transnational business culture, and diversity management in Brazil. **Social Identities**, v. 24, n. 5, p. 647-665, 2018. Disponível em: doi.org/10.1080/13504630.2017.1386356. Acesso em: 25 mar. 2020.

JAIME, P.; BANDEIRA, M. L. Epistemología de las disciplinas financiero-administrativas. Un abordaje introductorio y didáctico. *In:* CRUZ, L. (Coord.). **Algunos problemas de la investigación en las disciplinas financiero administrativas.** Cidade do México: Editora da Universidad Nacional Autónoma do México, 2020.

JAIME, P.; SILVA HEIN, A. Gender, race and diversity: professional trajectories of Black businesswomen. **Organizações & Sociedade**, v. 28, p. 265-293, 2021. Disponível em: doi.org/10.1590/1984-92302021v28n9702EN. Acesso em: 10 out. 2021.

JAMES, W. **Pragmatismo**: textos selecionados. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

JIBEEN, T. Moderators of acculturative stress in Pakistani immigrants: The role of personal and social resources. **International Journal of Intercultural Relations**, v. 35, n. 5, p. 523-533, 2011. Disponível em: doi.org/10.1016/j.ijintrel.2011.04.002. Acesso em: 27 abr. 2021.

KAUFMANN, J. C. **A entrevista compreensiva:** um guia para pesquisa de campo. Tradução de Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, Al: Edufal, 2013.

KEEFE, S. E. Ethnic identity: The domain of perceptions of and attachment to ethnic groups and cultures. **Human Organization**, p. 35-43, 1992. Disponível em: doi.org/10.17730/humo.51.1.1r55476555563w25. Acesso em: 20 jan. 2019.

KERR, W. R.; LINCOLN, W. F. The supply side of innovation: H-1B visa reforms and US ethnic invention. **Journal of Labor Economics**, v. 28, n. 3, p. 473-508, 2010.

KOERICH, G. V.; CANCELLIER, E. L. P. L. Frugal Innovation: origins, evolution and future perspectives. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 4, p. 1079-1093, 2019. Disponível em: doi.org/10.1590/1679-395174424. Acesso em: 20 ago. 2020.

KOZINETS, R. V. **Netnografia:** realizando pesquisa etnográfica online. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014.

KRIEGER, M. G. M.; ANDION, C. Legitimidade das organizações da sociedade civil: análise de conteúdo à luz da teoria da capacidade crítica. **Revista de Administração Pública**, v. 48, p. 83-110, 2014.

LATOUR, B. **Reagregando o social:** Uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012.

LIGHT, I.; BONACICH, E. **Immigrant Entrepreneurs:** Koreans in Los Angeles, 1965-1982. Berkeley: Univ of California Press, 1988.

LIGHT, I. **Ethnic enterprise in America:** Business and welfare among Chinese, Japanese, and Blacks. Berkeley: Univ of California Press, 1972.

MAGUIRRE, M. V.; RUELAS, G. C.; TORRE, C. G. Women empowerment through social innovation in indigenous social enterprises. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, Special Edition, p. 164-190, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p164-190. Acesso em: 17 ago. 2020.

MAMA ÁFRICA LABONNE BOUFFE. **Essa foi minha maior conquista**. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CYH9610Pg7D/. Acesso em: 04 jan. 2022.

MANDRILE, M. Aprimorando a governança das migrações: Experiências internacionais e o caso brasileiro. **Diálogos Estratégicos**, Brasília, v. 1, n. 4, p. 49-55, 2018.

MANTOVANI, F. Cansado de ouvir perguntas absurdas, imigrante cria camiseta ‘África não é um país’. **Folha de São Paulo**, 04 mar. 2020. Mundo, p.[s/n]. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/cansado-de-ouvir-perguntas-absurdas-imigrante-cria-camiseta-africa-nao-e-um-pais.shtml. Acesso em: 05 jun. 2020.

MANTOVANI, F. Perseguidos, LGBT recebem refúgio no Brasil. **Folha de São Paulo**, 28 nov. 2018. Mundo, p. [s/n], Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/perseguidos-lgbts-africanos-recebem-refugio-no-brasil.shtml. Acesso em: 17 fev. 2019.

MARQUES, L. L. Diáspora africana, você sabe o que é? **Fundação Cultural Palmares**, 2019. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?p=53464. Acesso em: 23 maio 2020.

MARTES, A. C. B.; RODRIGUEZ, C. L. Afiliação religiosa e empreendedorismo étnico: o caso dos brasileiros nos Estados Unidos. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. 3, p. 117-140, 2004. Disponível em: doi.org/10.1590/S1415-65552004000300007. Acesso em: 15 jan. 2020.

MARTINELLI, A. O contexto do empreendedorismo. *In:* MARTES, A. C. B. (Org.). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: Edufscar. 2009. p. 207-238.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **Global migration's and opportunity.** 2016. Disponível em: https://www.mckinsey.com/featured-insights/employment-and-growth/global-migrations-impact-and-opportunity. Acesso em: 10 jan. 2020.

MEDEIROS, C. B. et al. Inovação social além da tecnologia social: constructos em discussão. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 16, n. 3, p. 957-982, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18593/race.v16i3.13606. Acesso em: 15 fev. 2020.

MEDEIROS, P.; VIEIRA, P. Da mestiçagem à reconstrução diaspórica do pertencimento étnico-racial. **Plural - Revista de Ciências Sociais**, v. 22, n. 2, p. 161-181, 17 dez. 2015. Disponível em: doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2015.112455. Acesso em: 10 mar. 2021.

MIGRAÇÕES FORÇADAS. **Por um mundo onde se possa viver sem fugir**. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CX4q8mCL9o9/. Acesso em: 24 dez. 2021.

MIGRAFLIX. **Financiamento para o setor de gastronomia**. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CVigV7MtpiB/. Acesso em: 28 out. 2021.

MIGRAMUNDO. **Formada e dirigida por imigrantes, PDMIG – África do Coração completa cinco anos**. 2021. Disponível em: https://migramundo.com/formada-e-dirigida-por-imigrantes-pdmig-africa-do-coracao-completa-cinco-anos/. Acesso em 04 jan. 2022.

MIGRAMUNDO. **Sejamos parte, não fiquemos à parte: obrigado, Oriana Jara**. 2020. Disponível em: https://migramundo.com/sejamos-parte-nao-fiquemos-a-parte-obrigado-oriana-jara/. Acesso em 04 jan. 2022.

MIGRAMUNDO. **Sobre o MigraMundo**. 2022. Disponível em: https://migramundo.com/sobre-o-blog-migramundo/. Acesso em 06 jan. 2022.

MIGRANTES NO BRASIL. **Projetos de extensão universitária**. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CUvus6YtkgM/. Acesso em: 07 out. 2021.

MILLES, R. Racialização. *In*: E. CASHMORE (Org.). **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000, p. 456-457.

MISSÃO PAZ. **Quem Somos**. 2022. Disponível em: https://missaonspaz.org/quem-somos/. Acesso em: 12 jan. 2022.

MISSIONARI DI SAN CARLO SCALABRINIANI. **João Batista Scalabrini:** Biografía. 2022. Disponível em: https://www.scalabriniani.org/pt/giovanni-battista-scalabrini-biografia/. Acesso em: 13 jan. 2022.

MORAIS-DA-SILVA, R. L.; TAKAHASHI, A. R. W.; SEGATTO, A. P. Scaling up social innovation: a meta-synthesis. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, Special Edition, p. 134-163, 2016. Disponível em: doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p134-163. Acesso em: 02 mar. 2019.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In:* BRANDÃO, A. A. P. (Org). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EdUFF, 2004. p. 15-34.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO. **Campanha:** Regularização imediata, permanente e sem condições para imigrantes no Brasil. 2020. Disponível em: http://museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/campanha-regularizacao-imediata-permanente-e-sem-condicoes-para-imigrantes-no-brasil. Acesso em: 08 ago. 2021.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO. **Migrante, imigrante, emigrante, refugiado, estrangeiro**: qual palavra devo usar?. 2019. Disponível em: http://museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/migrante-imigrante-emigrante-refugiado-estrangeiro-qual-palavra-devo-usar. Acesso em: 15 fev. 2020.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO. **Temos que aprender todo dia um pouco, pois o cotidiano é um aprendizado**. 2021. Disponível em: http://museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/temos-que-aprender-todo-dia-um-pouco-pois-o-cotidiano-e-um-aprendizado. Acesso em: 07 jan. 2021.

NAMÍBIA SIM MODA AFRO. **Chá revelação**. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CQ97bEgH1w3/. Acesso em: 06 jul. 2021.

NAKAHATA, F. T.; TEIXEIRA, R. M. Sucesso e fracasso na criação de negócios pelos dekasseguis: estudo de casos múltiplos no noroeste do Paraná. **REGE - Revista de Gestão**, v. 21, n. 1, p. 139-159, 2014. Disponível em: doi.org/10.5700/rege523. Acesso em: 16 abr. 2021.

NÚCLEO MIGRA. **Projetos com imigrantes**. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CUPiWAureeE/. Acesso em: 25 set. 2021.

OBMigra – OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **Relatório Anual 2019**. Brasília/DF, 2019. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a. Acesso em: 01 fev.2020.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de antropologia**, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; OPAS BRASIL – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE - **Aberturas graduais devem ter abordagens em fases e ser baseadas em dados para controlar novos surtos de COVID-19, afirma OPAS**. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view =article&id=6208:aberturas-graduais-devem-ter-abordagens-em-fases-e-ser-baseadas-em-dados-para-controlar-novos-surtos-de-covid-19-afirma-opas&Itemid=812. Acesso em: 06 jul. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **International Migrant Stock 2019**. New York, 2019a. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/ population/migration/data/estimates2/estimates19.asp. Acesso em: 10 mar. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Não deixar ninguém para trás significa não deixar ninguém offline**. 2020. Disponível em: https://nacoesunidas.org/onu-nao-deixar-ninguem-para-tras-significa-nao-deixar-ninguem-offline/. Acesso em 07 jul. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **World Population Prospects 2019**. New York, 2019b. Disponível em: https://population.un.org/wpp/Download/ SpecialAggregates/EconomicTrading/. Acesso em: 10 jan. 2020.

ONU BR – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Transformando Nosso Mundo:** A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/. Acesso em: 20 fev. 2019.

PATIAS, T. Z. et al. Family agro-industry clusters from the social innovation perspective. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, Special Edition, p. 191-215, 2016. Disponível em: doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p191-215. Acesso em: 17 jan. 2019.

PARISE, P. Impactos econômicos da imigração a partir da experiência da missão de paz. **Diálogos Estratégicos**, Brasília, v. 1, n. 4, p. 26-31, 2018.

PEREIRA, A. B. Imigrantes e refugiados negros na cidade de São Paulo. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 18 nov. 2019. Disponível em: https://diplomatique.org.br/imigrantes-e-refugiados-negros-na-cidade-de-sao-paulo/. Acesso em: 04 jun. 2020.

PIERCE, C. S. **Conferências sobre pragmatismo**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1974.

PIERCE, C. S.; FREGE, G. **Escritos coligidos**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

POGREBINSCHI, T. A democracia do homem comum: resgatando a teoria política de John Dewey. **Revista de Sociologia e Política**, n. 23, p. 43-53, 2004. Disponível em: doi.org/10.1590/s0104-44782004000200005. Acesso em: 10 abr. 2018.

POL, E.; VILLE, S. Social innovation: Buzz word or enduring term?. **The Journal of socio-economics**, v. 38, n. 6, p. 878-885, 2009. Disponível em: doi.org/10.1016/j.socec.2009.02.011. Acesso em: 15 mai. 2020.

PORTES, A. The social origins of the Cuban enclave economy of Miami. **Sociological perspectives**, v. 30, n. 4, p. 340-372, 1987. Disponível em: doi.org/10.2307/1389209. Acesso em: 02 fev. 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Conheça a Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente**. 2021a. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/coordenacao/index.php?p=156223. Acesso em: 04 ago. 2021.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Conselho Municipal de Imigrantes (CMI)**. 2021b. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/conselho_municipal_de_imigrantes/index.php. Acesso em: 02 mar. 2021.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. 6. ed. Lisboa: Gradiva, 2013.

REZENDE, A. F.; MAFRA, F. L. N.; PEREIRA, J. J. Black entrepreneurship and ethnic beauty salons: possibilities forresistance in the social (re) construction of black identity. **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 589-609, 2018. Disponível em: doi.org/10.1590/1984-9250873. Acesso em: 20 mar. 2020.

RIDDLE, L.; BRINKERHOFF, J. Diaspora entrepreneurs as institutional change agents: The case of Thamel.com. **International Business Review**, v. 20, n. 6, p. 670–680, 2011. Disponível em: doi.org/10.1016/j.ibusrev.2011.02.013. Acesso em: 12 fev. 2021.

RIDDLE, L.; HRIVNAK, G. A.; NIELSEN, T. M. Transnational diaspora entrepreneurship in emerging markets: Bridging institutional divides. **Journal of International Management**, v. 16, n. 4, p. 398-411, 2010. Disponível em: doi.org/10.1016/j.intman.2010.09.009. Acesso em: 12 fev. 2021.

SAFRAN, William. The Jewish diaspora in a comparative and theoretical perspective. **Israel Studies**, v. 10, n. 1, p. 36-60, 2005.

SASSE, G.; THIELEMANN, E. A research agenda for the study of migrants and minorities in Europe. **JCMS: Journal of Common Market Studies**, [s. l.], v. 43, n. 4, p. 655–671, 2005. Disponível em: doi.org/10.1111/j.1468-5965.2005.00590.x. Acesso em: 15 nov. 2019.

SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. Migrações e seus Impactos na Sociedade do Século XXI. **Diálogos Estratégicos**, Brasil, dez. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-e-analise/revista-dialogos-estrategicos/dialogos-estrategicos-nr-4.pdf. Acesso em: 02 fev. 2019.

SCHUMPETER, J. A. Comments on a plan for the study of entrepreneurship. *In:* SWEDGERG, R.; SCHUMPETER, J. A. (Ed.). **The economics and sociology of capitalism**. New Jersey: Princeton University Press, 1991. p. 406-428.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development**. New Jersey: Transaction Publishers, 1983.

SIM SP. **Carmina Juarez:** Talk - Quem são as cantoras do Carandiru? 2019. Disponível em: https://pt-br.facebook.com/simsaopaulo/photos/-carmina-juarez-talk-quem-s%C3%A3o-as-cantoras-do-carandiru-09-de-dezembro-s%C3%A1bado-4h/1544400008985051/. Acesso em: 22 dez. 2021.
SOUZA, I. M. A.; SALES JÚNIOR, D. R. Apresentação. *In*: LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 11-15.

SMALLBONE, D.; KITCHING, J.; ATHAYDE, R. Ethnic diversity, entrepreneurship and competitiveness in a global city. **International Small Business Journal**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 174–190, 2010. Disponível em: doi.org/10.1177/0266242609355856. Acesso em: 10 mar. 2020.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Democracy Index 2020 In sickness and in health?** 2020. Disponível em: https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2020/. Acesso em: 08 jan. 2022.

THEODORO, H.; COGO, D. Fluxos migratórios, comunicação e cidadania: vivências de imigrantes LGBT na cidade de São Paulo. **Intexto**, n. 44, p. 57-73, 2019. Disponível em: doi.org/10.19132/1807-8583201944.57-73. Acesso em: 23 fev. 2021.

TONELLI, D. F.; BRITO, M. J.; ZAMBALDE, A. L. Empreendedorismo na ótica da teoria ator-rede: explorando alternativa às perspectivas subjetivista e objetivista. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. SPE1, p. 586-603, 2011. Disponível em: doi.org/10.1590/S1679-39512011000600008. Acesso em: 15 jan. 2020.

TRUZZI, O. M. S.; SACOMANO NETO, M. Economia e empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista. **RAE- Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 2, p. 37-48, 2007. doi.org/10.1590/s0034-75902007000200005. Acesso em: 12 jul. 2020.

TORAINE, A. **O retorno do actor**. Paris: Fayard, 1984.

VANDENBERGUE, F. Construção e crítica na nova sociologia francesa. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 315-366, maio/ago. 2006. Disponível em: doi.org/10.1590/s0102-69922006000200003. Acesso em: 16 mar. 2021.

VERSHININA, N.; BARRETT, R.; MEYER, M. Forms of capital, intra-ethnic variation and Polish entrepreneurs in Leicester. **Work, Employment and Society**, v. 25, n. 1, p. 101–117, 2011. Disponível em: doi.org/10.1177/0950017010389241. Acesso em: 02 jul. 2020.

VINDAS DA ÁFRICA. **Gastronomia africana para sua mesa**. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CO3iI97Hu5c/. Acesso em: 15 mai. 2021.

VISTO ÁFRICA. **África: do imaginário ao real**. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CWxo7PYIwOJ/. Acesso em: 27 nov. 2021.

VISTO ÁFRICA. **Casamento no Sudão do Sul**. 2022. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CYby7xLoUWj/. Acesso em: 20 jan. 2022.

VISTO ÁFRICA. **Deus é uma mulher preta e africana**. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CYJ0q6SIxqu/. Acesso em: 20 jan. 2022.

ZANFORLIN, S.; AMARAL, R. M. Empreendedorismo para Migrantes: relações entre gastronomia, consumo cultural e economia criativa. **E-Compós**, v. 21, n. 1, p. 1-27, 2019. Disponível em: doi.org/10.30962/ec.1647. Acesso em: 12 mai. 2020.

ZANFORLIN, S.; COGO, D. Mídia, mobilidade e cidadania no contexto do capitalismo global: reflexões a partir da trajetória de um refugiado sírio. **Contemporânea**, v. 17, n. 1, p. 7-28, 2019. Disponível em: doi.org/10.9771/contemporanea.v17i1.25222. Acesso em: 12 mai. 2020.

ZHOU, M. Revisiting ethnic entrepreneurship: Convergencies, controversies, and conceptual advancements 1. **International migration review**, v. 38, n. 3, p. 1040-1074, 2004. Disponível em: doi.org/10.1111/j.1747-7379.2004.tb00228.x. Acesso em: 15 mai. 2020.

YABARRA, V. D.; SANCHEZ, L. M.; SANCHEZ, G. R. Anti-immigrant anxieties in state policy: The great recession and punitive immigration policy in the American states, 2005–2012. **State Politics & Policy Quarterly**, v. 16, n. 3, p. 313-339, 2016. Disponível em: doi.org/10.1177%2F1532440015605815. Acesso em: 07 jun. 2019.

WADHWA, V. et al. The Grass is Indeed Greener in India and China for Returnee Entrepreneurs: America's New Immigrant Entrepreneurs – Part VI. **SSRN Electronic Journal**, n. Apr., p. 3-21, 2012.